



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E DE CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – DOUTORADO**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – HISTÓRIA DO NORTE E NORDESTE DO BRASIL**  
**ANTONIO VITORINO FARIAS FILHO**

**CIDADE E MODERNIDADE. IPU-CE: VERSO E REVERSO DE UMA CIDADE NAS  
PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

**Recife**  
**2013**

**ANTONIO VITORINO FARIAS FILHO**

**CIDADE E MODERNIDADE. IPU-CE: VERSO E REVERSO DE UMA CIDADE NAS  
PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

**Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação  
em História da Universidade Federal de  
Pernambuco como exigência parcial para a  
obtenção do grau de Doutor em História.**

**Orientador: prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira**

Catálogo na fonte

Bibliotecário Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

F224c Farias Filho, Antonio Vitorino.

Cidade e modernidade IPU-CE: verso e reverso de uma cidade nas primeiras décadas do século XX / Antonio Vitorino Farias Filho. – Recife: O autor, 2013.

265 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

Inclui referência.

1. História. 2. Civilização moderna. 3. Crescimento urbano - Desenvolvimento social. 4. Ipu – CE. (sec. XX). I. Siqueira, Antônio



## **ATA DA DEFESA DE TESE DO ALUNO ANTONIO VITORINO FARIAS FILHO**

Às 14h. do dia 11 (onze) de novembro de 2013 (dois mil e treze), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pelo aluno **Antonio Vitorino Farias Filho** intitulada **“CIDADE E MODERNIDADE. IPU-CE: VERSO E REVERSO DE UMA CIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX”**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **“APROVADO”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Antônio Jorge de Siqueira (Orientador), Antonio Paulo de Moraes Rezende, Flávio Weinstein Teixeira, Edvânia Tôrres Aguiar Gomes e Carlos Augusto Pereira dos Santos. A validade deste grau de Doutor está condicionada à entrega da versão final da tese no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 11 de novembro de 2013.

Prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira

Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edvânia Tôrres Aguiar Gomes

Prof. Dr. Carlos Augusto Pereira dos Santos

Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza

Sandra Regina Albuquerque

## **DEDICATÓRIA**

**À minha esposa, Gilliane Marques, e à minha filha, Vitória Vitorino.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, ao meu orientador, prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira, pela paciência, orientação metódica e sugestões importantes. A forma como a tese se apresenta deve muito a ele.

Ao prof. Dr. Carlos Augusto Pereira dos Santos e Antonio Paulo Rezende, pelas sugestões apresentadas durante o exame de qualificação, imprescindíveis, também, para dar forma ao texto final.

À Sandra Regina Albuquerque, secretária do programa, que, quando solicitada, sempre me atendeu prontamente, com a simpatia que lhe é peculiar e que todos nós conhecemos.

Agradeço aos colegas de trabalho e de pesquisa, Antonio Iramar Miranda Barros, Jorge Luiz Ferreira Lima, Raimundo Alves de Araújo, Reginaldo Alves de Araújo e Francisco Petrônio Peres Lima, pelo apoio, discussões e empréstimos de fontes e livros, usados na pesquisa.

Ao amigo, Francisco de Assis Martins (professor Melo), que disponibilizou seu rico acervo, entre livros antigos, artigos, jornais e revistas, bem como inúmeras outras fontes indispensáveis a este trabalho. A ele meus sinceros agradecimentos.

Ao médico, mais conhecido como Dr. Thomaz Corrêa, que disponibilizou o acesso à sua coleção do jornal *Correio do Norte*, fonte imprescindível para este trabalho. Devo agradecê-lo enormemente, por isso.

Agradeço carinhosamente à minha esposa, Maria Gilliane Marques dos Santos, por me apoiar em todos os momentos da minha vida acadêmica, por ter aguentado, calada, as minhas ausências sem nunca, ou “quase nunca”, reclamar.

À minha querida filha, Antonia Vitória Marques Vitorino que, pequenina, com apenas quatro aninhos de idade, suportou as ausência de um pai que saía em busca de concretizar um sonho e um projeto.

Agradeço aos colegas de curso, Airton Reis, Raimundo Inácio Souza Araújo, Elson de Assis Rabelo, Claudfranklin Monteiro Santos e Maria do Rosário da Silva, pelas trocas de ideias, discussões e pelos momentos de descontração, em meio à responsabilidade a que todos estávamos sujeitos.

Agradeço àqueles responsáveis pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, que me possibilitaram a experiência no doutorado e, em especial, aos seus professores.

A todos que indiretamente contribuíram com a pesquisa.

## RESUMO

Esta tese analisa a construção discursiva do progresso e da modernidade, nas primeiras décadas do século XX, na cidade de Ipu, e como foi ela capaz de gerar, no seio de um grupo de pessoas, daquelas ligados ao poder local, práticas de intervenção na realidade local, que caminhavam em pelo menos dois sentidos: em primeiro lugar, nos espaços físicos da cidade, com o objetivo de revelar uma imagem de cidade moderna, portanto, limpa e higiênica, e, em segundo lugar, nos costumes da população, sempre apresentados como incompatíveis com os valores defendidos. Neste caso, as práticas daqueles defensores da modernização e da modernidade anunciadas, tinham como objetivos, de um lado, extirpar os costumes incompatíveis com o que se defendiam, e, de outro, erguer espaços de sociabilidades informados por novos valores, sempre identificados como superiores, de uma cultura sofisticada e letrada, fechados, no entanto, ao ingresso de pessoas de baixa condição. Buscamos demonstrar que, se apegar aos valores do progresso e da modernidade, foi uma estratégia buscada por seus defensores para colocar em prática seus projetos que eram, em essência, excludentes, deixavam de fora amplos grupos sociais. A análise foi construída com base em fontes legadas pelos atores sociais do passado que analisamos, dentre as quais, jornais, revistas, almanaques, fontes literárias, documentos de governo, tomadas não como testemunhos incontestes da realidade, mas como monumentos, como construções representativas do mundo.

Palavras-Chave: modernidade - progresso – cidade - representação.

## **ABSTRACT**

This thesis analyzes the discursive construction of progress and modernity, in the first decades of the twentieth century, in the city of Ipu, and how she was able to generate, within a group of people, those related to local power, practical intervention in local reality, who walked in at least two senses: first, the physical spaces of the city, in order to reveal an image of the modern city, therefore clean and hygienic, and, secondly, in the customs of the people, always presented as incompatible with the values espoused. In this case, the practice of those advocates of modernization and modernity announced, had as its objectives, on one side, removing customs incompatible with defending themselves, and on the other, lifting spaces of sociability informed by new values, always identified as superior, a sophisticated culture and literate, closed, however, the influx of people of low condition. We demonstrate that cling to the values of progress and modernity, was a strategy pursued by its advocates to enact their projects that were, in essence, exclusive, locked out broad social groups. The analysis was built on legacy sources by social actors of the past that we analyzed, among which, newspapers, magazines, almanacs, literary sources, government documents, taken not as evidence uncontested reality, but as monuments, buildings as representing the world.

Keywords: modernity - progress – city - representation.

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

### FIGURAS

Figura 1: Mapa político do Estado do Ceará .....	34
Figura 2: Mapa da cidade de Ipu e sua localização.....	37
Figura 3: Antiga Casa de Câmara.....	39
Figura 4: O trem chegando à cidade.....	40
Figura 5: Mapa da cidade de Ipu mostrando o centro e regiões adjacentes.....	42
Figura 6: Derrubada do casarão que pertenceu ao Cel. José Raimundo de Aragão Filho..	43
Figura 7: Estação Ferroviária de Ipu.....	47
Figura 8: Cadeia Pública de Ipu.....	70
Figura 9: <i>Jardim de Iracema</i> .....	80
Figura 10: Palacete Iracema.....	113
Figura 11: Diretoria da Associação Comercial de Ipu em 1928.....	114
Figura 12: Diretoria do Gabinete de Leitura em 1928.....	127
Figura 13: Abílio Martins.....	135
Figura 14: J. Lima & Cia.....	137
Figura 15: Primeira página do jornal <i>Gazeta do Sertão</i> em seu número de estreia.....	146
Figura 16: <i>Correio do Norte</i> . Primeira página da edição de 18 de março de 1920.....	155
Figura 17: Jornal <i>O Barbicacho</i> . Primeira página da edição de estreia.....	216
Figura 18: Jornal <i>O Binocular</i> , primeira página do número 1.....	221
Figura 19: Jornal <i>A Espora</i> , primeira página da edição de estreia.....	227

### TABELAS

Tabela 1: População de alguns Municípios do Ceará em 1920.....	55
Tabela 2: Nível educacional dos agentes mais destacados (Curso Superior).....	133
Tabela 3: Atividade comercial e pública dos “agentes do progresso” local.....	133
Tabela 4: Sócios das agremiações na década de 1920.....	141

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1 - A CIDADE DE IPU</b> .....	32
1.1 A cidade de Ipu e seu espaço urbano: um pequeno esboço.....	32
1.2 A cidade e a Estrada de Ferro de Sobral .....	45
<b>CAPÍTULO 2 - O DISCURSO DO PROGRESSO E DA MODERNIDADE: O CASO DE IPU</b> .....	57
2.1 <i>Prometeu desacorrentado</i> ou <i>o monstro de ferro</i> .....	57
2.2 As fantasias discursivas do progresso .....	62
2.3 A sublimação estética da modernidade .....	67
2.3.1 O Mercado Público e outros prédios .....	67
2.3.2 A reverberação eurocêntrica da modernidade: civilização.....	76
2.4 Modernidade e cidade.....	82
<b>CAPÍTULO 3 - A SEDUÇÃO DA MODERNIDADE: CULTURA E SOCIABILIDADES NOVAS</b> .....	101
3.1 O Espaço do Clube.....	101
3.1.1 Do “Formoso Bando” ao Grêmio Ipuense: “entrai, conheci” .....	103
3.1.2 “Centro Literário” ou o <i>Gabinete de Leitura Ipuense</i> .....	115
3.2 Os agentes do progresso .....	131
<b>CAPÍTULO 4 - IMPRENSA E CIDADE</b> .....	142
4.1 Imprensa e cidade .....	142
4.1.1 O “Jornalismo Matuto”.....	144
4.2 História e imprensa.....	165
<b>CAPÍTULO 5 - IMAGENS REFLETIDAS: A PROSTITUTA E A MULHER IDEAL OU AS MANCHAS NO RETRATO</b> .....	172
5.1 Amor Venal .....	173
5.2 A prostituta como alteridade: contraponto do modelo de mulher .....	199
5.3 Historiografia: modernidade e prostituição .....	209
<b>CAPÍTULO 6 - VERSO E REVERSO DE UMA CIDADE: O “CONTROLE” DO NAMORO, DOS JOGOS E DA “SUJEIRA”</b> .....	213
6.1 Namoros .....	214
6.2 O riso como arma de controle .....	229

6.3 Os jogos .....	236
6.4 Os animais soltos pela cidade.....	241
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>248</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>251</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CITADA .....</b>	<b>255</b>

## INTRODUÇÃO

Toda pesquisa tem uma história. Da construção do projeto até a sua conclusão há um percurso relativamente longo, na maioria das vezes, árduo, marcado por muitas leituras, dias, meses, e até anos a fio no interior dos arquivos públicos e privados à procura de fontes, e esforços reflexivos para dar corpo e coerência a um texto marcado, de um lado, pela construção de uma narrativa que é, em essência, resultado de uma interpretação original, que se apóia, no entanto, em outras pesquisas, mas que, de outro lado, tem por base os vestígios que nossos atores históricos nos legaram. Neste sentido, o passado é, em parte, uma construção nossa, do pesquisador<sup>1</sup>, mas que tem como alicerce uma operação historiográfica bastante complexa<sup>2</sup>, dominada apenas pelo iniciado nos territórios da Clio, seja ele um historiador profissional ou não.

Entre a feitura do projeto e o texto final há, também, muitas mudanças. Às vezes, o que se pensou inicialmente é abandonado, leituras atentas de fontes, associadas com leituras bibliográficas, abrem horizontes não visualizados no início, hipóteses caem por terras, perspectivas novas surgem. De forma que, o texto final, na maioria das vezes, destoa totalmente daquilo que se tinha previamente em mente.

Por isso, creio que podemos iniciar um primeiro diálogo com o leitor, esclarecendo sobre como surgiu a ideia da pesquisa, as mudanças ao longo do percurso, até chegar a este texto final. Para isso, proponho percorrer o caminho que vai do estabelecimento e delimitação do tema, passando por conceitos e perspectivas teóricas, até desembocar na discussão sobre a estrutura do trabalho.

O interesse pelo tema desta pesquisa, sobre a construção representativa da modernidade em Ipu, surgiu quando conclui minha monografia de graduação, em 2002. Na ocasião, desenvolvi uma pesquisa para abordar a administração no Brasil colonial, nos séculos XVII e XVIII, na perspectiva das câmaras municipais, tomando como exemplo principal o Senado da Câmara do Rio de Janeiro<sup>3</sup>. Na verdade, queria continuar pesquisando sobre as Câmaras Municipais e o poder local, mas, agora, na cidade de Ipu.

---

<sup>1</sup> RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 (3 vol.).

<sup>2</sup> CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. IN: *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 65-119.

<sup>3</sup> FARIAS FILHO, Antonio Vitorino. *Negociação e conflito na administração do Brasil colonial: séc. XVII e XVIII*. 2002. 65 f. Monografia (Graduação em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Passei, então, a buscar a documentação da Câmara da Vila Nova d'El-Rey, criada em 1791, com sede em Campo Grande, hoje Guaraciaba do Norte. Esta Vila está na raiz da história da cidade onde nasci, uma vez que o antigo povoado, fundado no século XVIII, com o nome *Fazenda Ipu*, esteve subordinado politicamente àquela Vila.

Não consegui reunir documentos significativos que justificasse uma boa pesquisa. Mas nem tudo estava perdido. Em quase três anos seguindo o rastro da documentação da Câmara, outras fontes iam se insinuando e chamando minha atenção. Naquela busca, juntei uma boa quantidade delas e que dava conta de um movimento interessante: elas diziam explicitamente que a cidade estava passando por um processo de crescimento econômico, estava mesmo chegando à modernidade, ao progresso e à civilização, no início do século XX.

A minha paixão pelo tema foi tal que estava embarcando no discurso da documentação. Um pesquisador apaixonado pela pesquisa, mas com pouco rigor metodológico naquele momento, ingênuo até, via nas fontes um testemunho incontestado da verdade. Elas me diziam, e eu não contestava, que a cidade vivia, naquele momento, a modernidade e o progresso, tal qual alguns centros urbanos do período. Diante de um referencial, o da *Belle Époque*, e sem perceber, procurava nas fontes a correspondência do que queria que elas me dissessem. Construí, pois, um projeto, desenvolvido durante o período do mestrado (2007-2009).

Durante o percurso da pesquisa mudei o enfoque e passei a pensar a modernidade não como algo que se concretiza, em sua plenitude, que tem uma materialidade, como uma pedra, mas como uma construção discursiva, representativa, dos atores sociais, para dar vazão aos seus interesses. Ainda assim, no final, não consegui romper, definitivamente, com o meu fascínio e com os referenciais citados. Sem me dar conta, defendia, ainda que em menor medida, que a cidade de Ipu vivera, também, a “materialidade” da modernidade, confundida, em alguns momentos, com a própria modernização.

Precisei de mais quatro anos para romper definitivamente com isso. Com novas leituras, retorno às fontes já lidas anteriormente, e a incorporação de novos documentos, passei a encarar a modernidade como projeto, quer dizer, a entendê-la como uma construção simbólica de grupos e indivíduos, em um dado momento, para fazer valer seus interesses e impor uma dada cidade elaborada com base em imagens exteriores, tomando o cuidado para não eleger esta representação como a verdade, a melhor ou a única possível.

Neste sentido, a realidade não é pensada como algo que tem uma concretude, como os objetos materiais, mas que chega-nos por meio das representações construídas pelos atores sociais em um determinado período histórico. As fontes são elas mesmas construções

representativas e simbólicas, conjuntos de imagens que têm como baliza a realidade que lhe dão suporte. Aqui, reside a importância do conceito de representação. A ideia de representação, portadora do simbólico, não se dá pelo seu valor de verdade, isto é, o da correspondência entre os discursos e imagens com o real. Seguir nesta perspectiva implica eliminar – o que Chartier<sup>4</sup> chama de –, a tradicional clivagem entre o real e o não-real, na medida em que ela tem o poder de substituir a própria realidade que representa.

Tal noção abriu nossos olhos para o fato de que as fontes, os documentos, da mesma forma que são uma construção do passado, resultado de uma relação de forças, são também, uma representação dele (do passado). Isso não leva, absolutamente, a desconsiderar a realidade, mas que esta chega-nos por meio das representações construídas com base nela pelos atores sociais. Aqueles que trabalham com o conceito de representação entendem que ele é parte integrante daquilo que se chama realidade.

O mais importante é que as representações sociais do mundo, construídas pelas agentes ou atores, na perspectiva de Chartier, permitem-nos entendê-las não como discursos vazios, inocentes e isentos de poder. As representações são parte, mesmo, de um campo de tensões que se enunciam em termos de dominação e poder. Produzem estratégias e práticas sociais que buscam legitimar ou justificar escolhas e, ainda, tentar impor uma elaboração de mundo sobre outras elaborações, isto é, outras representações<sup>5</sup>.

Nesta perspectiva, as representações permitem articular, segundo Chartier, três modalidades de sua relação com o mundo social: a) “o trabalho de classificação que produz as configurações múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos”. Em tal perspectiva, parte-se da noção de que o objetivo do historiador é identificar “o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”<sup>6</sup>. O que parece interessar, é saber ou investigar com base nos sentidos conferidos ao mundo por grupos de pessoas, como a “realidade” é socialmente “construída” ou “produzida”<sup>7</sup>; b) “as práticas que visam reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição”. Aqui, a representação entendida como um modo particular do conhecimento real, compartilhado por uma comunidade de indivíduos que, por meio de

<sup>4</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: Difel. 2002.

<sup>5</sup> Idem, p. 17.

<sup>6</sup> Idem, p. 16-17

<sup>7</sup> Segundo Peter Burke, o conceito de representação “parece significar que imagens e textos simplesmente refletem ou imitam a realidade social. No entanto, vários praticantes da Nova História Cultural há muito se sentem desconfortáveis com essa implicação. Em decorrência, tornou-se comum pensar e falar em ‘construção’ ou ‘produção’ da realidade (de conhecimentos, territórios, classes sociais, doenças, tempo, identidade e assim por diante).” BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 99.

símbolos e signos constroem e dão sentido à sua realidade, remete ao conceito sociológico de *habitus* proposto ou reformulado por Pierre Bourdieu. O *habitus*, nessa perspectiva, permite demonstrar a importância das formas geradoras dos sistemas de classificação e de percepção. Essas formas geradoras de identidades coletivas ou coesão social configuram-se como verdadeiras “instituições sociais”, incorporadas sob a forma de representações sociais que pautam as ações ou práticas de indivíduos ou grupos na configuração ou construção do mundo.

Segundo Chartier, as práticas geradas pelas representações sociais têm como objetivo fazer reconhecer uma identidade coletiva; e, c) “as formas institucionalizadas e objectivadas graças as quais uns representantes (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade”<sup>8</sup>. Aqui, o enfoque caminha no sentido de mostrar que as lutas sociais resultam do embate entre as representações impostas por aqueles que detêm o poder de dizer, fazer crer, classificar e nomear a realidade e as posições hierárquicas e aquelas outras representações construídas pela própria comunidade de forma passiva ou resistente.

Em resumo, o conceito de representação é central em nossa análise porque permite aos agentes sociais: a) conferir um sentido ao mundo; b) produzir, quando articulado ao conceito de *habitus*, coesão social no seio de um grupo; c) capaz de informar práticas sociais.

A noção de modernidade, encarada como projeto, foi construída, de um lado, com base na documentação legada pelos atores sociais que viveram na cidade de Ipu, espaço de nossa pesquisa, nas primeiras décadas do século XX, sobretudo entre 1894, ano da chegada da ferrovia a esta cidade, e a década de 1920, momento em que o discurso que analisamos aparece com maior força, e, de outro lado, com base em autores, que discutem e são críticos da modernidade, como apresentamos a seguir.

Podemos, inicialmente, perguntar, o que é a modernidade. Após um longo estudo, chegaremos, forçosamente, à conclusão de que é este um conceito difícil de ser, devidamente, estabelecido, não havendo um consenso entre os autores, mas um debate, talvez inesgotável. Pode-se pensar a modernidade como um fenômeno que tem início na era moderna e que, com o desenrolar do processo histórico, passando pelo desenvolvimento da ciência moderna, da ascensão e consolidação dos valores burgueses, sobretudo com a Revolução Industrial, do Estado regulador, se estabeleceu e é característico do mundo ocidental ainda hoje, como

---

<sup>8</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Op. cit., p. 23.

defendem Anthony Giddens, Henri Lefebvre, Boaventura de Sousa Santos, dentre outros autores.

No entanto, essa modernidade é, em essência, excludente. Tem uma relação muito estreita com o capitalismo e valores burgueses, mantendo à distância amplos grupos e formações sociais (nações) colonizadas, privando-os das suas benesses. Autores como Marshall Berman, Henri Lefebvre e Walter Benjamin demonstram o profundo caráter paradoxal dessa modernidade que, na ânsia de consolidar os valores burgueses tenta destruir o universo da tradição e cujo resultado é uma luta constante entre o novo e o “velho”.

Benjamin é particularmente importante para a nossa proposta, precisamente porque busca compreender não como um mundo novo se impõe ao condenar o tradicional ou como novas instituições se consolidam, mas como as pessoas vivem essa contradição. Ele ajuda-nos a pensar como a modernidade não é algo que se impõe de uma vez por todas, como não é algo concreto, mas que é um desejo que seduz amplos grupos, que vivem entre o sonho do novo e a perda de valores “tradicionais”. O resultado é uma constante dialética entre os valores modernos buscados e outros em desagregação. Ainda mais importante é sua perspectiva de pensar a modernidade em seus aspectos simbólicos. Aqui Marshall Berman também tem muito a contribuir. Por sua vez, Friedrich Nietzsche e Michel Foucault, ao denunciar a visão racionalista elaborada com as luzes do século XVIII e centrada nas ideias de progresso, evolução e ciência como explicadora do mundo e reveladora da verdade, são importantes na medida em que nos ajudam a ter um posicionamento crítico quanto à ideia de moderno e modernidade e ao estabelecimento de seu conceito.

A ideia do moderno, como mostra Le Goff, está presente em todos os tempos, o que muda é o seu sentido<sup>9</sup>. No entanto, nem todas as pessoas ou grupos entendem o moderno ou o representam da mesma forma em um determinado tempo e lugar. Se a consciência do ser moderno é histórica e subjetiva, sem dúvida, é com os tempos ditos modernos, aquele que emerge da Idade Média, que se intensifica. As descontinuidades, rupturas com o passado são aí, mais evidentes. Tais rupturas estão ligadas ao advento dos movimentos que se convencionou chamar Renascimento Cultural, Reforma Religiosa e Revolução Científica, principalmente. Ao colocarem em xeque velhos dogmas e negar um passado relativamente recente, em termos históricos, buscaram fundar um novo homem em seu modo de ser, pensar, agir e se relacionar com Deus e o mundo.

---

<sup>9</sup> LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. IN: *História e memória*. 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003, p.173-206.

O fascínio pela razão, pela técnica, ciência e a consciência ainda que dúvida da ideia de progresso mediante o controle do homem sobre a natureza, contribuíram, sem dúvida, para acelerar as mudanças ou, pelo menos, as percepções destas.

Se no início da Idade Moderna, século XVI, o moderno se opõe ao medieval e ganha uma conotação de novo, mais tarde ele ganhará uma concepção mais ligada à ideia de progresso. O novo vai se opor ao velho e não apenas ao medieval.

O século XVIII é o grande período que dará maior impulso às ideias do moderno e de ruptura com o velho. As revoluções burguesas, produto da ideologia das luzes, se fizeram sob a égide de romper com o antigo sistema ou antigo regime e quebrar as amarras que uniam os pés e as mãos dos homens ainda às concepções medievais. Ao lado disso, surgia, com uma nova concepção, a ideia de progresso, que acreditava no avanço da sociedade, da ciência e da técnica numa marcha linear rumo à felicidade humana<sup>10</sup>.

Ainda assim, a modernidade é um dos conceitos dos mais controversos e não há um consenso sobre o seu significado. No entanto, boa parte dos autores aqui discutidos a entende, às vezes implícita, às vezes explicitamente, como resultado de um processo de transformações no sistema econômico e de ascensão da burguesia no ocidente desde pelo menos o período que se convencionou chamar de era moderna e que, com o seu desenrolar, apenas se intensificou. São os casos de Henri Lefebvre, Walter Benjamin, Anthony Giddens e Marshall Berman, a despeito de cada um deles enfatizar aspectos singulares da modernidade, que ora os aproxima, ora os distancia. Embora mais ferrenhamente um ou outro condene a modernidade, por lançar o homem num mundo em que perde a sua natureza, que vive o fugaz, o efêmero, o abstrato, todos concordam que ninguém pode fugir dele e que não se pode voltar a um tempo tradicional, onde as mudanças eram muito lentas ou quase inexistentes.

O que tem de semelhante na análise que estes autores fazem da modernidade, na esteira de Karl Marx, é o seu caráter paradoxal, excetuando Giddens. No entanto, todos partem de sua atualidade, um mundo em que as transformações econômicas, sociais e culturais são mais aceleradas e em que o novo e o velho convivem numa relação dialética, para entender o passado e o presente. Buscam compreender como o mundo do capitalismo, com sua aceleração e transformações econômicas, produziu mudanças nas sensibilidades humanas, na arte, na percepção do tempo e espaço, por exemplo.

Mas entre estes autores, há particularidades. Walter Benjamin e Marshall Berman, por exemplo, pensam a modernidade associada à cidade, à grande metrópole cosmopolita. O

---

<sup>10</sup> Id. Ibidem.

primeiro, a analisa com base no olhar do poeta Baudelaire, que capta, segundo ele, na cidade de Paris da segunda metade do século XIX, a sua essência. O segundo, embora também a pense pelo olhar do mesmo poeta, outros literatos e estudiosos, quis analisá-la como uma realidade que atinge o mundo todo, com destaque para as metrópoles fora do eixo Londres-Paris. Nas grandes cidades do terceiro mundo, como São Petersburgo, segundo Berman, as contradições são ainda mais gritantes, porque desenrolada sobre uma sociedade em que o desenvolvimento capitalista não se deu em sua plenitude, como teria acontecido em alguns países da Europa. Ambos, no entanto, estão muito preocupados em apreender as mudanças da modernidade no âmbito das percepções e das sensibilidades, recorrendo, para isso, à literatura.

Também é esta, em parte, a preocupação latente de Henri Lefebvre. Mas sua análise pretende ser mais abrangente, pensando as mudanças não do ponto de vista da grande cidade, mas numa escala planetária. O mundo moderno, para ele, é resultado da ascensão da burguesia, do crescimento econômico e do estabelecimento do capitalismo que culmina no mundo atual, o momento em que escreve, o seu ponto de chegada, com a inquietude, a dessacralização do mundo, o sentimento de solidão e crise moral. Com isso, pretende enfatizar que a modernidade é muito mais do que uma crise e decrepitude humana que se expressa na cultura e na arte, como a literatura francesa do século XIX diagnosticou. Em sua obra clássica, *Introdução à Modernidade*, defende que a modernidade, ao longo do tempo, se fundamenta na oposição entre o novo e o “antigo”. Dialética que se acentua com a chegada do século XVIII e o transcorrer do século XIX, sobretudo em sua fase final<sup>11</sup>. Filósofo de tradição marxista, entende, pois, o moderno e a modernidade como o terreno do contraditório e que só há um método para se conhecer as suas contradições, qual seja a dialética. A modernidade torna-se para o homem um drama, por trazer consigo a inquietude, o vazio, a solidão, o desejo, a velocidade do tempo, a dessacralização de tabus, ante um mundo em permanente transformação.

Cabe aqui, fazer um contraponto entre Henri Lefebvre e os demais autores até aqui discutidos e Boaventura de Sousa Santos<sup>12</sup>. Este último autor, mais recentemente, vem empreendendo uma crítica radical ao que ele chama de modernidade ocidental, entendida como um paradigma ainda dominante, mas em crise em sua fase atual. Por um lado, ao tematizá-la como uma realidade planetária ele se aproxima de Henri Lefebvre e também de

---

<sup>11</sup> LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

<sup>12</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Giddens, como veremos adiante. Boaventura de Sousa Santos concebe a modernidade como um paradigma sócio-cultural estabelecido, que teve início no século XVI, se consolidou entre fins do século XVIII e meados do século XIX e ainda é dominante. Por outro lado, se distancia da maioria dos autores aqui discutidos por não examiná-la precisamente nos termos de uma dicotomia entre “novo” e “velho”, “moderno” e “antigo”, mas numa perspectiva de uma dialética constante entre o que chama de “conhecimento-regulação” e “conhecimento-emancipação”. Toda a sua reflexão consiste em pensar uma nova epistemologia, alternativa a epistemologia dominante, centrada nas relações entre saberes (ecologia de saberes), buscando na diversidade de conhecimentos uma alternativa à modernidade capitalista em sua fase moderna (globalização neoliberal hegemônica).

Para o autor, o paradigma da modernidade ocidental parte de duas formas principais de conhecimento, que ele chama de “conhecimento-regulação” e “conhecimento-emancipação”. O primeiro consiste numa trajetória entre um ponto de ignorância (caos), e um ponto de conhecimento (ordem). O segundo, por sua vez, consiste numa trajetória entre um ponto de ignorância (colonialismo), e um ponto de solidariedade. Para ele, no último século (o século XX), à medida que a modernidade ocidental, enquanto paradigma sócio-cultural, avançava, reduzindo as possibilidades de emancipação compatíveis com o capitalismo, o “conhecimento-regulação” teria ganhado primazia. A ordem, pois, teria passado a ser a forma hegemônica de conhecimento e o caos a forma hegemônica da ignorância. Assim, o “conhecimento-emancipação”, antes entendido como saber, teria passado a ser entendido agora como ignorância e a solidariedade recodificada como caos. O que era ignorância, por sua vez teria se transformado em saber (colonialismo como ordem)<sup>13</sup>.

A modernidade ocidental teria estabelecido um paradigma de racionalidade que o autor chama de “razão indolente”, perspectiva burguesa que entende o presente como repetição, o passado como consumado e o futuro como progresso. Essa razão teria duas formas: a primeira seria obcecada pela ideia de totalidade sob a forma de ordem, não existindo nada fora dela, isto é, nenhuma das partes podendo ser pensada fora da relação com a totalidade (razão metonímica). A segunda, denominada de “razão proléptica”, parte da perspectiva do tempo linear (monocultura do tempo linear), que contrai o tempo presente e dilata enormemente o futuro, concebido para se tornar passado. A razão dominante na modernidade teria produzido cinco lógicas de “não existência”, ao transformar a ciência moderna e a “alta cultura” em critérios únicos da verdade (monocultura do saber); ao

---

<sup>13</sup> Id. Ibidem, p. 85-86.

considerar que a história tem apenas um sentido e direção comandados pelos países centrais do sistema mundial (monocultura do tempo linear); ao naturalizar as hierarquias sociais (classificação social); ao transformar a lógica dominante em lógica universal, com precedência sobre outras realidades, então desacreditadas (escala dominante); e, finalmente, ao transformar o crescimento econômico no único objetivo racional inquestionável (lógica produtivista).

Anthony Giddens, embora pense a modernidade como o mundo da nossa experiência atual, em caráter planetário, o que o aproxima de Boaventura, se distancia deste, de Lefebvre, Benjamin e Berman, por enfatizar não as suas contradições em si, mas ao tentar compreender como as instituições econômicas e sociais do mundo moderno romperam com as instituições tradicionais. Para ele, a modernidade atual seria fruto das transformações institucionais a partir de, pelo menos, o século XVII e que não parou de se desenvolver até hoje. O resultado desse processo foi a quebra com as instituições anteriores ao período histórico conhecido como era moderna.

Viveríamos, assim, num mundo em que o capitalismo, o industrialismo, o Estado-nação e as instituições responsáveis pelo controle da violência se consolidaram, condicionando, desta forma, as nossas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, enfim, a nossa existência e percepção do tempo e do espaço<sup>14</sup>.

Desta forma, a modernidade, em Giddens, ao contrário dos três autores citados anteriormente, é refletida no âmbito das instituições e das discontinuidades, e não no nível das suas contradições, que separam as instituições sociais modernas das ordens sociais tradicionais. Importa, inicialmente, esclarecer como o autor entende os conceitos de modernidade e de tradicionalismo. Para ele, o primeiro “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. As instituições sociais da modernidade são diferentes em forma dos tipos de ordem tradicional. É isso que o autor chama de discontinuidade. A análise dessas discontinuidades permite-lhe defender que os modos de vida produzidos pela sociedade moderna quebram com todos os tipos tradicionais de ordem social. Essas mudanças entre a sociedade tradicional e a sociedade moderna são, para ele, bem maiores do que as transformações de períodos anteriores, tanto em sua “extensionalidade” (expansão para todo o mundo), quanto em sua “intensionalidade” (transformações internas).

---

<sup>14</sup> GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

A sociedade tradicional refere-se àquela anterior às grandes transformações de ordem econômica e social que afetaram a sua organização, como o capitalismo, o industrialismo e o surgimento do Estado-nação. A modernidade possui, assim, quatro dimensões institucionais básicas, todas ausentes em sociedades tradicionais: a primeira delas é o capitalismo, entendido como “um sistema de produção de mercadorias, centrado sobre a relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem posse de propriedade” e que forma o eixo principal do sistema de classes. A segunda dimensão institucional é dada pelo industrialismo, entendido como “o uso de formas inanimadas de energia material na produção de bens, combinado ao papel central da maquinaria no processo de produção”. A terceira dimensão é dada pelo aparato de vigilância desenvolvido pelo Estado-nação e que se refere “a supervisão das atividades da população súdita na esfera política”<sup>15</sup>. Finalmente, a quarta dimensão é dada pelo controle dos meios de violência, característico do estado moderno.

Segundo o autor, uma interrelação entre estas quatro dimensões institucionais da modernidade contribuíram fundamentalmente para afastar o homem de suas instituições tradicionais e promover a aceleração e expansão das instituições modernas.

Ao lado dos movimentos institucionais da modernidade desenvolvem-se as três fontes do dinamismo da modernidade: distanciamento tempo-espaço; o desenvolvimento de mecanismo de desencaixe e a apropriação reflexiva do conhecimento. As instituições modernas, ao penetrarem em todo lugar, acabam levando à separação entre tempo e espaço. Isso ocorre porque os locais, antes ligados unicamente ao seu espaço, são penetrados e moldados em termos de influências sociais que são exteriores a eles. Há, neste caso, um deslocamento do espaço do lugar. Isso é importante porque leva, segundo ele, a processos de desencaixe, isto é, em que os hábitos e costumes locais passam a sofrer mudanças se deslocando do espaço local (dos hábitos que restringiam as mudanças) e levando a padronizações “vazias” (desligadas do local). Para o autor, portanto, “as organizações modernas são capazes de conectar o local e o global de formas que seriam impensáveis em sociedades mais tradicionais, e, assim fazendo, afetam rotineiramente a vida de milhões de pessoas”<sup>16</sup>.

Finalmente, a modernidade seria esse mundo em que nós estamos desorientados porque apanhados em um universo de eventos que não compreendemos em sua plenitude e que parecem estar fora de nosso controle.

---

<sup>15</sup> Id. Ibidem, p. 59-60.

<sup>16</sup> Id. Ibidem, p. 28.

Benjamin e Berman, ao contrário, ao pensar a modernidade como o mundo em que a novidade e o tradicional jogam o tempo todo, estão mais preocupados em perceber como as pessoas, nesse mundo capitalista, cujas constantes construções e destruições são a tônica, são influenciadas, e não apenas como um mundo novo se impõe ao destruir o tradicional. Como as pessoas reagem a esse mundo ao mesmo tempo fascinante, da novidade e do sonho, e da destruição, de demolições e que transformam tudo e todos em mercadorias?

Alguns autores, ao analisar a modernidade do mundo atual, aquela oriunda do período posterior à Segunda Guerra, das décadas finais do século XX, identificam em Benjamin aquele que soube perceber as características de uma modernidade que mais tarde seriam levadas ao paroxismo pelos desenvolvimentos econômico e tecnológico, como é o caso do antropólogo Georges Balandier<sup>17</sup>. A cultura dessa modernidade, do final do século XX, é entendida por ele como a cultura do imediato e do efêmero, da recusa do que é construído e herdado, que valoriza o fragmento, rejeita o que é concluído, definitivo. Uma cultura em que o tempo é apreendido no imediato, no instante e no inacabado, na sempre busca do novo, das modas, da sempre busca do gozo imediato. Propõe, ao contrário de Benjamin, e como faz Giddens, Lefebvre e Boaventura, pensar a modernidade como uma realidade mundial e abrangente e não apenas como uma realidade das grandes metrópoles. Sem condená-la, procura entendê-la. Mais do que isso, busca analisar como essa modernidade produz alterações nas relações sociais, humanas e no indivíduo, mantendo um distanciamento em relação a ela, examinando-a com base num olhar antropológico (de um *Contorno*), rejeitando, desta forma, as análises que a condenam em seu todo, como aquela feita por Jean Chesneaux em *Sur modernité*, discussão retomada em livro posterior com o título *Modernidadé-monde* (título da edição francesa de 1989)<sup>18</sup>.

Tanto Benjamin quanto Berman desenvolvem as suas críticas com base na metrópole moderna. Esta é, para Benjamin, como um monstro, o palco de um capitalismo levado ao extremo e que transforma o próprio homem e a mulher em mercadorias. A Paris da segunda metade do século XIX ou do Segundo Império<sup>19</sup> é, para ele, de um lado, como uma selva habitada por homens-feras, espaço inóspito, em que “as pessoas e os objetos perderam suas

<sup>17</sup> BALANDIER, Georges. *O contorno: poder e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

<sup>18</sup> CHESNEAUX, Jean. *Modernidade-mundo*. Petrópolis-Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995. Há uma vasta literatura que discute a modernidade da segunda metade do século XX ou das décadas finais desta centúria. A sua discussão não cabe aqui, por extrapolar os nossos objetivos, pois são leituras posteriores ao período de nosso estudo. Para uma discussão preliminar sobre esta literatura ver o citado trabalho de Georges Balandier, sobretudo a segunda parte do livro.

<sup>19</sup> BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Obras escolhidas; v. 3).

particularidades intrínsecas”, resultado das construções e destruições do capitalismo<sup>20</sup> e, de outro lado, o palco dos sonhos, do fetiche da mercadoria, do luxo, da novidade, da moda, das vitrines e das passagens que, em suas lojas, exibem novidades, sofisticções e imagens de sonho.

A modernidade para Benjamin é esse império da contradição irreconciliável. O novo sempre convivendo com o velho numa relação dialética profunda. Como esclarece Jeanne Marie Gagnebin, a modernidade, em Benjamin, repousa sobre seu caráter contraditório entre o novo e o velho. É essa a essência paradoxal do moderno: o novo está fadado a se tornar, logo, o velho pela velocidade das mudanças. Não se trata de perceber como novas instituições, modernas, se colocam no lugar de instituições tradicionais, arcaicas, como pensa Giddens. Benjamin encontrou na poesia de Baudelaire e no conceito de alegoria, as chaves para entender essa contradição. A alegoria, antiga figura de linguagem presente no barroco, aponta para o caráter transitório dos sujeitos e dos objetos transformados em mercadorias, para “a oposição entre um tempo devorador e vazio da modernidade e de um tempo pleno e resplandecente de um lembrar imemorial”<sup>21</sup>. A alegoria, como mostra Jeanne Marie Gagnebin, é figura de linguagem presente no Barroco, momento do conflito entre o sagrado e profano, entre um ideal religioso e uma realidade política (de guerras sangrentas) e que expõe aos olhos dos contemporâneos visões de horror. Isso proíbe o poeta de buscar uma harmonia supratemporal. O alegórico se impõe onde se instala mais duramente o efêmero e o eterno. Por isso, ela floresce no Barroco e retorna em Baudelaire. A alegoria revela a luta entre uma harmonia perdida, anterior, e uma modernidade autodevastadora.

É a morte do sujeito clássico [que podia afirmar sua identidade coerente de si mesmo, e que, agora, vacila e se desfaz] e esta desintegração dos objetos [que não são mais os depositários da estabilidade, mas se decompõe em fragmentos] que explicam o ressurgimento da forma alegórica num autor como Baudelaire. Benjamin vê no capitalismo moderno o cumprimento desta destruição. Não há mais sujeito soberano num mundo onde as leis do mercado regem a vida de cada um, mesmo daquele que parecia poder-lhe escapar: do poeta<sup>22</sup>.

Por sua associação entre modernidade e metrópole, modernidade e cidade, Benjamin tem inspirado a historiografia não apenas no Brasil, preocupada em discutir suas contradições

<sup>20</sup> RAMINELI, História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínio da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 196.

<sup>21</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. Baudelaire, Benjamin e o Moderno. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005, p. 150.

<sup>22</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie, Alegoria, Morte, Modernidade. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 39.

na grande cidade, mas também na América Latina, de um modo geral. Willi Bolle, por exemplo, defende que o paradigma benjaminiano de reflexão sobre o fenômeno contraditório da modernidade serve para uma análise comparativa entre a metrópole europeia e as metrópoles do terceiro mundo, sobretudo, da América Latina. Para ele, a metrópole terceiro-mundista pode funcionar como reveladora dos retratos Benjaminianos de cidades<sup>23</sup>.

Esses retratos influenciaram o cientista político Marshall Berman que inovou ao analisar as contradições da modernidade em cidades fora do ocidente e fora da Europa, como são os casos de São Petersburgo e Nova York, respectivamente<sup>24</sup>. Inspirado pelos escritos do filósofo berlinense, o seu trabalho apresenta inúmeros pontos de contato com Benjamin. Como mostra Ronald Raminelli, ambos se utilizam da literatura europeia do século XIX para pensar as transformações oriundas da modernidade. Encontram nos romances e poemas, indícios da emergência de uma nova sensibilidade construída ou forjada nos espaços da rua, na multidão e na sua confusão<sup>25</sup>.

Como em Benjamin, a modernidade é pensada como aquela do império da contradição. Ela teria fundamentado o mundo atual. O século XX, assim, seria filho da modernidade capitalista e burguesa. A grande cidade seria, pois, o espaço onde os seus paradoxos se intensificam e que, fora do eixo do ocidente, Londres e Paris, são ainda mais complexos, porque, nos países do terceiro mundo, atrasados e onde a modernização ainda não se desenvolveu plenamente, o modernismo assume um caráter fantástico, pois não se nutre da realidade social, mas de fantasias, miragens, imagens oníricas.

Mas, mais importante para a nossa proposta é a sua contribuição de que a modernidade, no século XX, parece englobar todos os recantos do mundo e que ela, para muitos lugares e por vezes, se consubstancia em poucos ou apenas um elemento. É isso o que faz os petersburgueses ou parte deles viverem a modernidade, tendo como referencial o projeto Nevski. Este projeto, consubstanciado na construção de uma rua larga, retilínea, em perspectiva e que passou a congrega lojas abertas ao consumo de produtos ocidentais, um

<sup>23</sup> No primeiro capítulo da parte I de seu livro *Fisionomia da metrópole moderna*, Willi Bolle se dedica à análise da metodologia utilizada por Benjamin em sua obra das passagens. Nesta obra, “a construção do olhar sobre a cidade se dá através de imagens dialéticas, fragmentos (representando os gêneros literários urbanos) e técnicas de montagem – configurando um ensaio ‘cinematográfico’, uma radiografia da metrópole”. BOLLE, Wille. *Fisionomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 19. Ver também, BOLLE, Willi. “Um painel com milhares de lâmpadas”. *Metrópole & Megacidade* (Posfácio à edição brasileira). In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Organização da edição brasileira de Willi Bolle; colaboração na organização da edição brasileira Olgária Chain F. Matos. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

<sup>24</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. Se pensarmos como Boaventura de Sousa Santos, São Petersburgo e Nova York seriam outras Europas, expandidas com a modernidade, como os países da América Latina.

<sup>25</sup> RAMINELLI, Ronald. *História Urbana*. Op. cit., p. 198

espaço cosmopolita, uma janela aberta para a Europa Ocidental, se traduziu ou cumpriu o papel de representação simbólica da modernidade.

Esta perspectiva é crucial, uma vez que apresenta o fato de que as pessoas podem viver e sentir a modernidade sem que ela tenha, necessariamente, uma correspondência com a modernização. A chave da questão reside no fato de perceber a modernidade como uma representação simbólica, um conjunto de imagens que as pessoas e grupos constroem para dar sentido àquilo que desejam ou como um discurso construído para dar vazão a interesses e projetos individuais e de grupo.

Também há um ponto de contato entre, de um lado, Benjamin e Berman, e, de outro, Carl E. Schorske, em sua análise da modernidade em *Viena fin-de-siècle*<sup>26</sup>. A referência comum aos três autores é a poesia de Charles Baudelaire. No entanto, Schorske está mais preocupado em discutir as transformações políticas e culturais da modernidade novecentista na cidade de Viena e seu desenrolar no século XX. Parece não se interessar por suas contradições, mas em sua ruptura com o passado. O moderno, ao produzir transformações nos campos da arquitetura, da música, da filosofia, política e ciência, não se define a partir do passado, nem contra ele, mas em independência em relação a ele, tornando a mentalidade cada vez mais indiferente à história. O moderno, em seus vários campos, representaria uma ruptura profunda de seus laços com o passado e uma busca de novas identidades, o que teria liberado a imaginação, produzindo novas construções.

Há ainda dois autores importantes, críticos ferrenhos da modernidade, e que produziram suas reflexões com base em referenciais totalmente alheios aos autores até aqui discutidos, que merecem ser lembrados. Refiro-me a Friedrich Nietzsche e Michel Foucault. Com estes dois autores não se trata de pensar como a modernidade se fundamenta ou quais são as suas características centrais, mas de uma denúncia contra a visão racionalista elaborada a partir do final do século XVIII, centrada nas ideias de progresso, evolução e ciência, principalmente. O ataque se dá mais especificamente contra a crença desmedida na modernidade oriunda do Iluminismo e sua visão otimista quanto à evolução contínua da humanidade, como resultado do progresso da ciência e da técnica, rumo à felicidade humana.

A modernidade, assim, para ambos os autores, não se refere àquela cuja evolução desde o “capitalismo mercantil” da era moderna se desenvolveu e se consolidou com o capitalismo atual, como revolucionária, mas aquela em que há uma crença desmedida no racionalismo e nas ciências, como produtores e desveladores das verdades do mundo.

---

<sup>26</sup> SCHORKE, CARL E. *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Portanto, os grandes marcos dessa modernidade contestada são os momentos finais do século XVIII e inícios do século seguinte, ocasião, para Foucault, de uma mudança epistemológica e que funda novos saberes, verdades e poderes.

Tanto em Nietzsche quanto em Foucault há, também, uma crítica quanto à maneira como a história, travestida de ciência, pensa a ideia de verdade. Contestam, por exemplo, a noção de a história, em sua postura de ciência próxima ao método das ciências naturais, pensar ser possível descobrir uma razão por trás dos eventos, como se fosse possível atingir o real/verdade fora do homem, como se o homem fosse capaz de dizer a realidade e a verdade numa postura objetiva.

Nietzsche, talvez tenha sido aquele que empreendeu a crítica mais feroz a esse mundo moderno, denunciando que o racionalismo do século XVIII produziu uma noção de tempo linear e contínuo impulsionado pelo evolucionismo progressista. Em sua crítica ao historicismo alemão, de base hegeliana, em sua “II Consideração Intempestiva sobre a utilidade da história para a vida”<sup>27</sup>, condena as visões cientificistas da história e que a entendem como uma marcha racional, linear e progressista da humanidade, cujo termo seria o presente entendido como um final, uma chegada, como superior, e condena a ideia de que haja uma razão na história.

Há aqui vários pontos de contato entre a análise de Nietzsche e de Benjamin. Como o primeiro, Benjamin contesta a forma como se escrevia a história, sequencial, linear, cronológica. Em seu lugar, propunha um “texto espacial, não sequencial, em que as relações sintáticas entre as partes se estabelecessem de forma constelacional”. Se Nietzsche condena uma concepção evolucionista da história, ao atacar o historicismo por pensar existir uma razão que organiza o mundo, Benjamin também ataca a historiografia tradicional e o “historicismo burguês”, propondo uma forma nova de escrever, fragmentária, estilhaçada, buscando estimular o leitor a montar quadros com base nos fragmentos, uma forma barroca e alegórica de escrever, portanto.

Aparece, ainda, em ambos os autores, embora partindo de referenciais distintos, a noção de decadência e caducidade da modernidade, desconfiando da visão otimista no progresso da humanidade. Finalmente, eles se colocam contra as explicações causais, contínuas e finalistas da história<sup>28</sup>.

<sup>27</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre história*. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; São Paulo: Loyola, 2005, p. 34.

<sup>28</sup> Para uma discussão sobre estes pontos em Walter Benjamin, conferir em BOLLE, Willi. “Um painel com milhares de lâmpadas”. *Metrópole & Megacidade* (Posfácio à edição brasileira). In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. A citação feita acima está nas páginas 1147-1148.

A história para Nietzsche não se apresenta sob a forma racional, linear, contínua, como os historicistas alemães acreditam, mas por meio de “fragmentos, descontinuidades e acasos”, como esclarece Noéli Correia<sup>29</sup>. O mundo não é determinado por uma razão imanente. Para ele, a história não obedece a nenhum plano, ordem ou razão. É o historiador que dota a história dessa ordem, razão ou plano. Ao contrário, ela é comandada por uma “força cega”, pelo acaso. A história é desrazão, pluralidade, realização de processos simultâneos e contraditórios, do desenrolar inesperado. Não há, portanto, para ele, sentido no curso da história. O mundo moderno, com seu excesso de história, nega qualquer papel do acaso no desenrolar dos acontecimentos. O excesso de história faz a vida adoecer porque leva o homem a pensar que o presente é o fim de um processo histórico linear e contínuo.

Como esclarece ainda Noéli Correia, Nietzsche pensa o seu próprio tempo como aquele em que todos os fins foram destruídos. É o que ele chama de a “Morte de Deus”. O homem, fruto do racionalismo moderno, é que procura substituir Deus na sua busca pela finalidade perdida.

Nietzsche vê a sua época como o encerramento de um ciclo: ‘todos os fins foram destruídos’: a *morte de Deus* é acontecimento paradigmático que indica o encerramento de um período histórico que marcou com ferro a cultura ocidental; contudo, seria ainda necessário que os homens colocassem para si um novo fim e, assim, tentar superar a inconsciência do acaso que até agora determinaram a cultura e a história. Nesse sentido, a era moderna é depositária de uma potencialidade capaz de estabelecer uma finalidade própria, cortando as relações com a antiga cultura e caminhando decisivamente para um alvo que ela mesma tenha posto<sup>30</sup>.

O presente como fim engessa, esteriliza o homem. Este se torna incapaz de produzir, criar, pois acredita que o momento presente é auge e nada mais pode ser produzido de grandioso. Qual deverá ser a posição do homem moderno e do pesquisador diante do excesso de história, segundo Nietzsche? Deve ele adotar, de um lado, uma posição supra-histórica e admitir que o acaso, o descontínuo<sup>31</sup>, o caótico são partes fundamentais dos acontecimentos, que o presente nunca é o fim último da história, fazendo-o acreditar no devir e na eternidade da existência, no infinito e, de outro lado, uma posição a-histórica, a negação da história, não

<sup>29</sup> MELO SOBRINHO, Noéli Correia. Apresentação e comentário. In: NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre história*. Op. cit., p. 34.

<sup>30</sup> Id. *Ibidem*, p. 39.

<sup>31</sup> Aparece também em Walter Benjamin, outro crítico da modernidade, a noção de descontinuidade, embora pensada de forma diferente de Nietzsche e Foucault. Se Nietzsche entende que os grandes homens da história (não os condutores de batalha ou estadistas) são pontos descontínuos que o historiador da arte deve unir em sua narrativa, Benjamin pensa que a reconstrução historiográfica deve unir não a narrativa dos “grandes homens”, mas sim os pontos descontínuos da revolução que se dão no decorrer da história. BARROS, José d’Assunção. *Teoria da História*. Petrópolis, RJ, 2011 (III Vol. Os paradigmas revolucionários), p. 167.

em absoluto, lembrando o homem que é preciso esquecer para que a criação seja possível, que é necessário viver o presente.

De modo geral, o historicismo hegeliano, segundo Nietzsche, dá a história um poder desmedido, cultua os fatos como objetividade do “espírito do mundo”, pensa a história como realização dos vencedores, como tendo uma racionalidade, que possui uma linearidade, evolução. E contra essa ideia de modernidade, ao contrário, defende que a história se apresenta sobre a forma de fragmentos, é descontínua, onde o acaso joga o tempo todo. Teria sido o hegelianismo e o historicismo que dotara a história de um processo universal e definira o presente como a autorrealização, como apogeu.

Como discípulo ou influenciado por Nietzsche, Foucault, em suas pesquisas, investigará o passado buscando fugir de uma temporalidade linear, contínua e negando qualquer razão explicativa que seja imanente à história. Aqui reside sua crítica à modernidade.

Foucault condena qualquer verdade que seja exterior ao homem. Não pode existir, para ele, uma história globalizante, teleológica e coerente senão como construção humana<sup>32</sup>. A noção de verdade estabelecida pela modernidade, oriunda do racionalismo e da ciência do final do século XVIII, é contestada e pensada como discurso. Enquanto tal, expressa poder e vontades. Como Nietzsche, contesta que haja no curso da história qualquer significado ou sentido a ser descoberto. Segundo José D’assunção Barros:

talvez por isso fique implícito no posicionamento de Foucault a ideia de que a tarefa mais legítima do historiador seria a de examinar exaustivamente a construção ou imposição de sentidos na história, pois estes estão sempre ligados a sistemas de poderes (...) e também os regimes de verdade que introduzem no discurso o verdadeiro e o falso<sup>33</sup>.

Assim, para Foucault, o papel do historiador não seria buscar a verdade, como se ela existisse por trás das coisas, como uma razão explicativa a ser desvendada, mas analisar como os “efeitos de verdade” foram historicamente produzidos no interior dos discursos, que não podem ser tomados nem como verdadeiros e nem como falsos.

Ainda segundo José D’assunção Barros, a crítica central do filósofo francês ao conhecimento produzido pelos diversos campos de saber diz respeito à sua recusa de que possa haver categorias consideradas como dadas, independente dos homens. Toda categoria é, para ele, histórica<sup>34</sup>. Neste sentido, propõe destruir qualquer tentativa de se pensar o

---

<sup>32</sup> Id. Ibidem, p. 271.

<sup>33</sup> Id. Ibidem, p. 271.

<sup>34</sup> Para Foucault tudo é histórico. Todo saber produz, historicamente, “efeitos de verdade”. Nos seus livros arqueológicos, como denomina o seu método em *A arqueologia do saber*, obra em que ele retoma o percurso

desenrolar dos acontecimentos como evolução linear, chamando a atenção para as descontinuidades<sup>35</sup>.

Essa maneira de pensar é um duro golpe no pensamento racional e científico oriundos da chamada modernidade, sempre em busca das verdades, como exteriores ao homem, porque, para o autor da *História da Loucura*, como esclarece Durval Muniz, não existe uma realidade a não ser histórica, quer dizer, cada época define, segundo regras e interesses de quem a produziu, o que entende por realidade e o que era verdade. As verdades são construídas em campos do saber e em um dado momento. Não existe, para Foucault, portanto, verdades fora do homem e fora da história<sup>36</sup>.

A modernidade, portanto, não é algo que se estabeleça de uma vez por todas, nem é vivida de forma igual em todo lugar e nem representa a mesma coisa para grupos sociais distintos e indivíduos singulares numa mesma cidade ou local. Para uns, ela pode representar a possibilidade do novo, da utopia e do sonho de serem superiores, por veicular valores entendidos como tais, para outros pode representar usurpação, controle e quebra da tradição. De um lado, pode-se entendê-la como resultado das transformações econômicas, sociais e políticas aceleradas e vividas pelo mundo capitalista que, pelo processo de “globalização” se espalha por todo mundo, como defende Giddens, no âmbito das instituições, ou Marshall Berman, no âmbito das ideias e valores, que acompanham as mudanças econômicas e sociais.

Mas é preciso ter em mente que ela jamais se estabelece em sua plenitude. Ela nunca destrói de uma vez por todas o universo cultural anterior, o mundo da tradição, em um determinado momento. Benjamin captou muito bem isso. O mundo em constante transformação é sacudido por uma tensão constante entre viver o novo e permanecer o mesmo. De outro lado, podemos pensar a modernidade como uma ideia sedutora. Neste sentido, ela só ganha significado nas ações humanas e não pode ser entendida como um fora do homem. É este quem a significa. Portanto, os indivíduos e grupos ao se apegarem aos valores identificados com o moderno, o instituem como discurso para dar vazão aos seus projetos, perspectiva que adotamos aqui. Neste sentido, a modernidade é um projeto, uma

---

iniciado com o livro *História da loucura* e busca definir ou apresentar os passos metodológicos, embora não sistemáticos, de suas pesquisas, tem a pretensão de analisar como os discursos instituem saberes e em que dado momento se operaram mudanças neste campo. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2005. Ver também FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

<sup>35</sup> BARROS, José d'assunção. *Teoria da História*. (III vol.). Op. cit., p. 273.

<sup>36</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Um leque que respira: a questão do objeto em História. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 154-155.

reflexão, como defende Henri Lefebvre<sup>37</sup>. Com base nele, filtram o mundo, elaboram o seu mundo, constroem uma representação dele, do local onde vivem ou da cidade onde habitam, e fundam sociabilidades alheias àqueles existentes no local, com objetivo de viverem a fantasia de ser modernos, como demonstramos no terceiro capítulo.

É essa construção que organiza suas ações, suas práticas sociais. Na ânsia de instituir o seu mundo, aquele que permitirá fundamentar seus desejos, anseios e interesses diversos, intervém na realidade concreta e nos costumes locais.

O resultado é um mundo em tensão e luta constantes. É precisamente neste sentido que o caso de Ipu, uma cidade fora do eixo das “metrópoles”, pode contribuir com a historiografia, ao permitir-nos pensar a modernidade como reflexão, como projeto, como uma construção simbólica de grupos e indivíduos para fazer valer seus interesses e impor uma dada elaboração de cidade. Mais, o caso de Ipu permite-nos, ainda, entender a modernidade não como algo concreto e que se impõe, mas como um desejo. Daí, para o nosso caso, existir uma relação muito estreita entre a ideia ou o desejo pela modernidade e a cidade com seu palco de complexidades.

Foi pensando nesta perspectiva, só visualizada após uma longa trajetória na pesquisa, que construímos o enredo da história que contamos adiante. Quer dizer, os seis capítulos que se seguem têm como fio condutor essa noção de modernidade como construção simbólica do mundo, e que permite, àqueles que se apegam às suas imagens e valores, consolidar seus projetos, e fundamentar uma maneira singular de ver o mundo.

A nossa proposta, portanto, é analisar como um grupo de pessoas, na pequena cidade de Ipu, nas primeiras décadas do século XX, elaborou uma representação da cidade como *urbs* moderna e progressista e desvendar quais significados estavam por trás dessa atitude. Que práticas efetivas de intervenção no espaço urbano, discutidas no capítulo 2, e nos costumes da população, discutidas nos capítulos 3, 5 e 6, foram levadas a cabo com o objetivo de dotar a cidade de uma dada imagem elaborada previamente? Que conflitos foram gerados?

Mas, devemos colocar uma pergunta: como é possível desvendar, apreender, estes significados?

As pessoas, em nosso caso, aquelas que defendem a modernidade, ao construir uma elaboração de seu mundo, querem responder para si e para outros “quem somos”? Não apenas isso, mas também: “o que é a nossa sociedade”? “o que é a nossa cidade”? A resposta para a primeira pergunta, na maioria das vezes e em resumo, é a de que “somos civilizados”,

---

<sup>37</sup> LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Op. cit., p. 4. Na introdução do citado trabalho, Henri Lefebvre, distingue modernismo e modernidade.

“superiores”. As respostas para as outras questões têm, quase sempre, como parâmetros, os mesmos referenciais, mas que conferem a apenas um grupo (daqueles que defendem a modernidade) um papel central para resolver os problemas. Se a sua (nossa) cidade, por exemplo, embora possuísse todos os atributos necessários para atingir o progresso e a modernidade, a ideia é a de que, sozinha, ela não chegará a eles. O papel de seus agentes seria levá-la (a cidade) ao devir desejado por eles, o que permite a construção de uma memória positiva sobre si mesmos, já um projeto.

Tais perguntas não são colocadas, senão implicitamente. As respostas é que se consubstanciavam em práticas sociais. É por meio de tais práticas que se pode chegar às questões que uma sociedade, em um determinado período histórico e lugar, põem ao seu mundo. Tais questões têm como referenciais os significados que cada sociedade confere ao mundo ou ao seu mundo.

À construção de uma visão de cidade como progressista e moderna, uma série de problemas vão aparecendo: primeiro, a *urbs* não dispõe de equipamentos que uma cidade progressista deverá possuir. Então se torna preciso construí-los; segundo, a “cidade real” sempre contrasta com a cidade “imaginada”. Esta deverá ser limpa, ter praças higienizadas e ser iluminada. Nas vias centrais da cidade não poderá circular animais soltos para não sujá-las, também porque esteticamente é feio, daí advir o controle e, como consequência, os conflitos entre visões de mundo diferentes; terceiro, mas também, seu povo precisa ser civilizado, ter boas maneiras, então, se assim ele não é, é preciso ensinar-lhe a ser assim. Não sendo isso também possível, porque os grupos populares resistem, deverão ser, portanto, controlados no uso dos espaços da cidade e ter suas práticas culturais vigiadas e inibidas.

Tais problemas só se transformaram em problema porque caminha contra uma elaboração de cidade, uma construção representativa de um grupo que confere sentido a seu mundo. Os grupos se propõem a resolvê-los, tendo por base novos valores vindos de fora e que os seduzem, mas que se chocam com outros referenciais, aqueles da maior parte de sua população, característico da cidade, e que só incomodam agora.

Em resumo, é a partir das práticas sociais dos agentes que se pode chegar aos significados que eles conferem ao mundo. Portanto, a análise das ideias de progresso e da modernidade, que propomos, não se resume a constatar que, de fato, elas existiram, mas, ao contrário, busca responder: quais as condições históricas de suas emergências? Que estratégias comportam? Que interesses e projetos estão por trás delas? Que conflitos engendram? Que representação da cidade quer se impor? E, finalmente, que significados eles conferem ao mundo daqueles que os defendiam?

Tais perspectivas, apresentadas desta forma, podem dar a impressão de que foram estabelecidas no início da pesquisa. Pelo contrário, não pensadas inicialmente, da forma como colocamos, foram sendo delineadas conforme a pesquisa transcorria, de forma que chegamos à estrutura do trabalho em seis capítulos, como apresentamos, resumidamente, abaixo, cujo fio condutor seguiu as perspectivas que discutimos cima.

No primeiro capítulo, apresentamos ao leitor a cidade de Ipu. Aqui fazemos um rápido esboço de seu perfil atual e do momento da chegada da ferrovia.

No segundo capítulo, examinamos a construção das imagens representativas do progresso e da modernidade nas primeiras décadas do século XX, na cidade de Ipu, com base nos vestígios deixados pelos atores sociais daquele momento.

No terceiro capítulo, analisamos os espaços de sociabilidade e de uma cultura letrada erigidos por homens e mulheres desejosos por distinção nos anos iniciais do século XX. Aqui apresentamos também um perfil daqueles que mais de perto construíram um discurso da mudança.

Reservamos o quarto capítulo para uma discussão sobre a imprensa surgida no período de nosso estudo, dada a sua importância para esta pesquisa.

Nos capítulos quinto e sexto, analisamos as práticas sociais que estiveram na mira da censura, levada a termo por parte daqueles que sonharam com uma cidade moderna e cujo objetivo era banir dos espaços mais centrais da cidade as manifestações identificadas como incompatíveis com os (“novos”) preceitos morais e urbanos defendidos. Toda prática identificada como incompatível aos valores defendidos foi alvo do controle e/ou disciplinamento, tal como é o caso da venda do corpo em espaços públicos (prostituição), discutida no penúltimo capítulo, e de outras expressões, como os namoros em praça e locais mais públicos da cidade, os jogos de azar praticados, principalmente, pelas classes menos favorecidas, e a prática arraigada de criar animais soltos pelos principais logradouros da cidade, discutidos no último capítulo.

## CAPÍTULO 1

### A CIDADE DE IPU

Neste capítulo pretendemos apresentar ao leitor a cidade de Ipu. Para isso, divide-se em duas partes: na primeira, em um rápido esboço, buscamos apresentar a sua localização e seu perfil urbano atual, atentando para os espaços que foram identificados pelos atores sociais como símbolos do progresso e da modernidade de outrora e que guardam ainda, em sua configuração, vestígios de um passado sonhado como devir ou mudança. Na segunda parte, buscamos apresentar a cidade no momento da chegada da ferrovia, entre fins do século XIX e os primeiros momentos do século XX, uma vez que é esse o nosso recorte temporal. Damos destaque ao papel desempenhado pela ferrovia, dada a sua importância para o crescimento local e para a emergência de uma singular representação do espaço urbano, analisada no capítulo seguinte. Assim, podemos perceber como o presente está prenhe de passado ao mesmo tempo em que o nega constantemente.

Como o objetivo deste capítulo inicial é apenas apresentar a cidade ao leitor, usamos um estilo de escrita mais solto, isto é, não preocupado com as questões teórico-metodológicas, discutidas sutilmente ao longo da tese e já referidas na introdução, construídas sob a inspiração da riqueza histórica e documental reunida para a escrita deste trabalho. Na primeira parte deste capítulo inicial, utilizamos passagens narrativas “presentificadas” da cidade, isto é, da cidade de hoje, atentando para os espaços físicos e simbólicos que foram objeto de construção representativa dos valores da modernidade de outrora, retomadas nos capítulos seguintes, no “presentismo” modernista do *entre séculos* (final do século XIX e início do XX), momento original de construção de valores e sonhos de grandeza.

#### **1.1 A cidade de Ipu e seu espaço urbano: um pequeno esboço**

A cidade de Ipu localiza-se a cerca de 294 km de Fortaleza, na região noroeste do Estado do Ceará<sup>38</sup>. O município situa-se em posição de destaque, como elo entre o Sertão Central e a Serra da Ibiapaba, com 25% de seu território em área serrana, onde a altitude

---

<sup>38</sup> O município de Ipu, hoje, situa-se na Mesorregião do Noroeste do Estado do Ceará, localizada na chamada Microrregião do Ipu, que engloba os seguintes municípios: Ipu, Ipueiras, Pires Ferreira, Poranga, Reriutada e Varjota. Conforme a regionalização proposta pelo IBGE, a cidade de Ipu está inserida na Região Administrativa 5, composta pelos municípios de Canaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará. Sua extensão territorial é de 629 km<sup>2</sup>. Parte do território do município estende-se sobre a Serra da Ibiapaba e parte ao longo do riacho Ipuçaba, no sopé da serra, prolongando-se pelo “sertão”.

privilegiada, a vegetação adensada e o clima ameno produzem um ambiente de serra úmida<sup>39</sup>. A proximidade com a serra ameniza o clima do território situado na planície e o fenômeno das estiagens, embora faça parte do chamado “Polígono das Secas”. De acordo com o último censo do IBGE, a população do município, em 2010, era de 40.296 habitantes, com uma taxa de urbanização de 65%, distribuída num território de 629,32 km<sup>2</sup><sup>40</sup>.

A maior parte da renda produzida atualmente no município provém do setor de serviços, cerca de 2/3 do total - com um comércio forte em relação aos pequenos municípios em sua volta -, com pouco mais de 23% do setor industrial, tendo apresentando nos últimos anos um crescimento significativo, e apenas 7,06% do setor agropecuário, em franco declínio recentemente, em relação aos demais setores<sup>41</sup>.

No que se refere à educação, seus índices apontam para uma melhora significativa do acesso à escolaridade, diminuição da taxa de analfabetismo, aumenta da aprovação, diminuição do abandono escolar e sensível diminuição da distorção idade/série. Os dados de 2011 apontam para o município uma taxa de escolarização no Ensino Fundamental de 86,53%, taxa de aprovação de 89,40%, de abandono de apenas 3,65%, com uma média de 25,90 alunos por sala de aula.

Para o Ensino Médio há algumas diferenças. As taxas são de apenas 44,26% de escolarização, de 85,15 de aprovação, de 8,75% de abandono e de 30,60 alunos por sala de aula. As taxas de distorção idade/série no Ensino Fundamental e Médio vêm caindo sensivelmente. 711 professores atuavam no ensino básico em 2011: 109 na rede estadual, 466 na rede municipal e 136 na rede particular. Em 2010, 79% deles possuíam nível superior. O município tinha 66 escolas: 6 estaduais, 6 particulares e 54 municipais, com um total de 367 salas de aula e matrícula inicial de 3.025 alunos. Apenas 14 escolas possuíam bibliotecas e 22 tinham laboratórios de informática<sup>42</sup>.

Em 2010 foi inaugurada a Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) Antonio Tarcísio Aragão e que ainda não constava nas estatísticas de 2011, apresentadas acima. A unidade tem capacidade para atender 480 alunos, em tempo integral, e uma estrutura de 4,5 mil metros quadrados, com 12 salas de aula, hall, auditório para 201 lugares, biblioteca,

---

<sup>39</sup> IPU: Plano diretor. Caracterização do município. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza [s/d].

<sup>40</sup> FONTE: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 03 out. 2012.

<sup>41</sup> IPU: PERFIL BÁSICO MUNICIPAL. Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Fortaleza. 2011. Disponível em: <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil\\_basico/pbm-2011/Ipu.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2011/Ipu.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2012.

<sup>42</sup> IPU: PERFIL BÁSICO MUNICIPAL. Instituto de Pesquisas e estratégia econômica do Ceará (IPECE). Fortaleza. 2012. Disponível em: <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil\\_basico/pbm-2012/Ipu.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2012/Ipu.pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2012.

laboratórios de línguas, informática, química, física, biologia e matemática, além de duas oficinas. Custou 5,5 milhões de reais dos recursos do Tesouro Estadual e do Ministério da Educação e Cultura<sup>43</sup>.

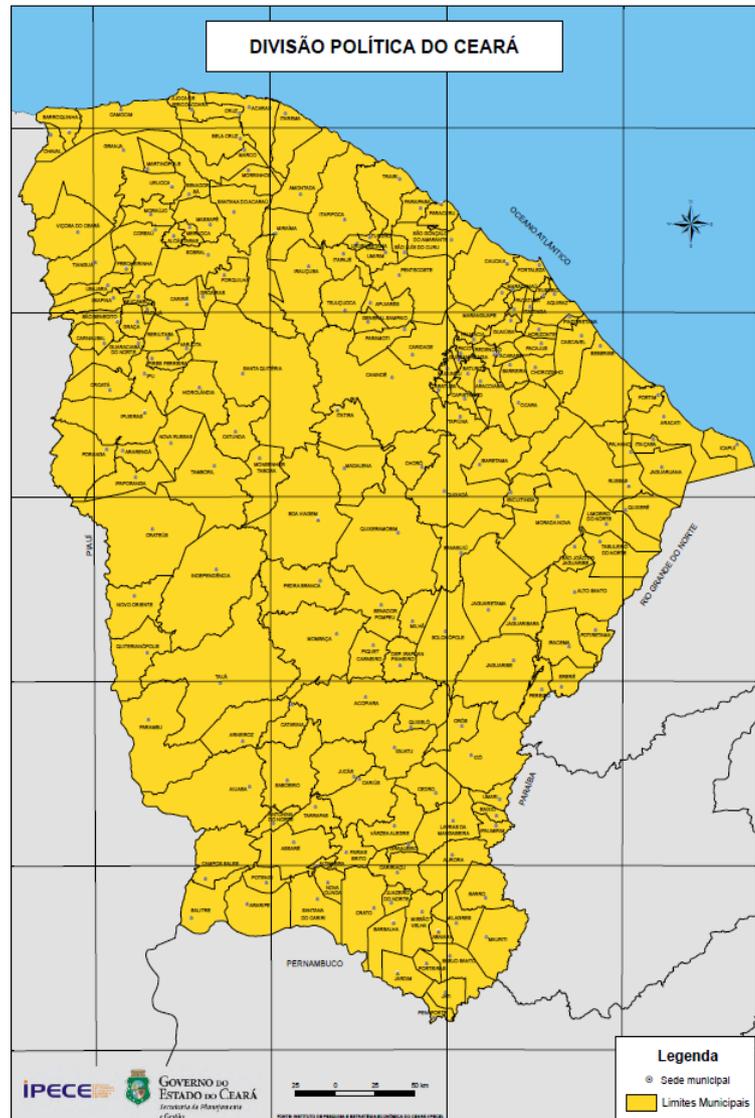


Figura 1: Mapa político do Estado do Ceará. Fonte: INSTITUTO DE PEQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. Divisão política do Ceará. 1. Caracterização territorial. Escala 1:50. Disponível em: <[http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/pdf/Divisao\\_Politica.pdf](http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/pdf/Divisao_Politica.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2013.

No entanto, quando se trata da qualidade do ensino, as avaliações governamentais mostraram que o município está em uma situação pouco desejada. Pela avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), referente ao ano de 2005, mas divulgada apenas em 2008, a cidade de Ipu apresentava um dos piores índices de aprendizagem entre os 184 municípios cearenses. Nas séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª séries), a nota média

<sup>43</sup> *Ipu Grande*. Ipu. Out. 2010, p. 10.

das Escolas Municipais havia ficado em 2,2. Na ocasião, o município estava abaixo da média nacional, que era de 3,8, e da estadual, que era de 3,2. Só ficava acima, no Ceará, de Monsenhor Tabosa, 1,7, e Salitre, 1,8. Pela última avaliação do Ideb (2007), houve uma melhora de quase um ponto em relação a 2005, nas séries iniciais (1ª a 4ª séries). Nas séries finais do fundamental (5ª a 8ª), de acordo com a avaliação, a cidade manteve praticamente o mesmo índice de 2005, também com a nota 3,1. Isso demonstra que a educação municipal se ressentiu de bons e consistentes projetos para a área.

Não há universidades no município, apenas existem alguns cursos superiores ofertados por institutos particulares e que utilizam as salas de aula das escolas locais para as atividades acadêmicas. A maioria dos universitários, no entanto, estuda nas universidades de Sobral, a cerca de 101 km de distância de Ipu. Sobral conta com uma Universidade Estadual (Universidade Estadual Vale do Acaraú), um campus avançado da Universidade Federal do Ceará, e algumas universidades particulares.

Os últimos indicadores sociais do município não são animadores, mostrando uma realidade de desigualdade e pobreza. Segundo o Mapa da Pobreza e Desigualdade 2003, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em dezembro de 2008, a cidade tinha 53,51% de sua população vivendo na linha de pobreza, uma realidade que evidencia dificuldades de alimentação. Outros indicadores sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice Gini, respectivamente 0,67 e 0,41, evidenciam um baixo desenvolvimento econômico e um grau de desigualdade elevado<sup>44</sup>.

No entanto, é visível que a população vive melhor hoje do que há dez anos, por exemplo. Isso se deve em grande parte aos programas de transferência de renda do governo federal, que fazem o comércio e a pequena produção industrial girar. De outro lado, a diminuição dos índices de analfabetismo e o maior acesso dos jovens a cursos superiores, sobretudo, na citada Universidade Estadual Vale do Acaraú e em universidades particulares de Sobral, forma um quadro de mão de obra mais bem qualificada. De outro lado, nos últimos anos, o aumento de funcionários públicos, nos âmbitos municipal e estadual, com o significativo aumento dos quadros de professores, em função do avanço da oferta de vagas nas escolas de ensino básico, também tem contribuído para melhorar a vida de muitas pessoas e para aumentar a renda circulante no município.

---

<sup>44</sup> IBGE CIDADES. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 19 dez. 2012.

Percebe-se um aumento significativo da classe média local, o que pode ser medido pelo aumento da frota de veículos na cidade e o avanço das residências imponentes, além do aquecimento das vendas do setor de eletrodomésticos.

Não obstante, uma massa de pobres e miseráveis, que vive nas áreas suburbanas, parece não ceder. Embora as transformações econômicas e sociais no município tenham melhorado, até hoje, os governos municipais não criaram políticas públicas consistentes de combate à pobreza.

Em razão dos muitos problemas vividos pela cidade, a violência, nos últimos anos, vem se tornando algo preocupante, com assaltos aos estabelecimentos comerciais e à população, bem como o surgimento do tráfico de drogas, uma novidade que não é bem vinda e da qual o poder público ainda não sabe lidar.

A cidade também se ressentida de espaços de lazer: não possui teatros, cinemas ou museus, espaços culturais ou boas bibliotecas públicas. As opções de lazer e diversão para a juventude, bastante restritas, se resumem aos encontros nos muitos bares da cidade, que têm se proliferado assustadoramente, e às reuniões de paredões de som, eventos realizados semanalmente, uma febre atualmente, que reúne uma multidão de jovens e adolescentes em busca de diversão e bebida, o que coloca problemas sérios de perturbação do sossego da população, levando o ministério público, mais recentemente, a proibir paredões de som e som de carro ligado a todo volume nos bares e locais do perímetro urbano da cidade. Além disso, o uso excessivo de bebidas alcoólicas por parte de adolescentes e menores, associado ao volante, têm causado acidentes constantes e a perda de vidas, de forma banal, de muitos desses jovens. É raro um final de semana sem acidentes envolvendo jovens motociclistas embriagados.

Apesar de suas singularidades, atualmente Ipu tem muito em comum com as cidades do interior do Estado, com um crescimento econômico lento, embora com um setor terciário ainda forte, dependendo em grande medida do comércio e do setor público, contrastando com um passado de relativa prosperidade, sobretudo entre a segunda metade do século XIX, com base no ciclo do algodão, e as primeiras décadas do século XX, quando a ferrovia teve papel de destaque, dando novo alento à economia.

No entanto, impressiona aquele que chega pela primeira vez à cidade a robustez de seu comércio, concentrado na região central, e o fluxo de veículos, sobretudo a quantidade de motocicletas circulando e estacionadas em torno do prédio do antigo mercado público: é uma cena chocante para os olhos pouco acostumados àquilo. Impressiona também ao “forasteiro” a existência ainda de um conjunto arquitetônico singular, composto de prédios antigos erguidos

entre fins do século XIX e inícios do XX, momento em que a cidade dava sinais de que se tornaria uma grande *urbs*, por seu crescimento econômico significativo, que teve no algodão e na ferrovia seus grandes pilares, contribuindo para a construção de um discurso da mudança.

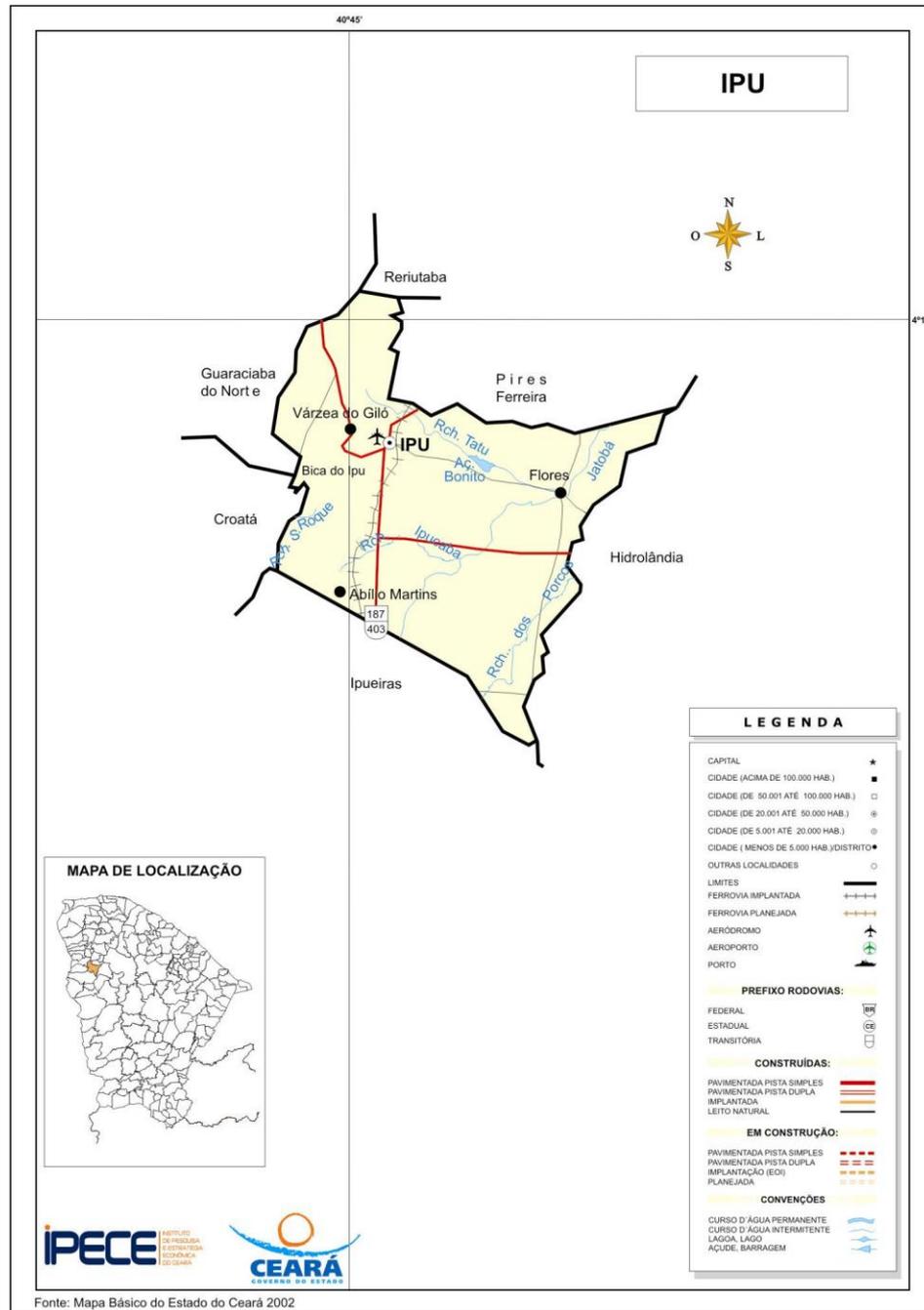


Figura 2: Mapa da cidade de Ipu e sua localização. Fonte: IPU: PERFIL BÁSICO MUNICIPAL. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Fortaleza, 2004, p. 3. Escala não especificada. Disponível em: <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil\\_basico/2002/Ipu.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/2002/Ipu.pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2012.

Por outro lado, pode impressionar, também, o pouco zelo dado aos monumentos históricos de “pedra e cal”, ao patrimônio histórico e material que guarda a memória de um

passado pujante, frequentemente dilapidado pela especulação imobiliária. Os inúmeros casarões erguidos em torno da região central, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, pelas famílias abastadas, então símbolos do poder, riqueza e prestígio, têm sido frequentemente vendidos para empresários que os destroem e os transformam em prédios comerciais “modernos”.

A memória deste passado, aparentemente esquecido, e que sonhou com um futuro progressista se mantém precariamente de pé com edificações como a Estação Ferroviária (1894), o Mercado Público (1890), a Antiga Cadeia e Casa de Câmara (1890), A Igreja Matriz (iniciada em 1914 e concluída em 1940), todos dispostos num espaço que foi sonhado como moderno pelos homens de poder das primeiras décadas do século XX.

O prédio da Estação Ferroviária, talvez o símbolo mais pujante de um passado sonhado como futuro, foi recentemente restaurado após anos de luta dos mais velhos pela preservação daquele monumento, pessoas que viveram parte de seu período áureo. Foram anos de combate. Caindo aos pedaços, abandonado e transformado em banheiro público, prestes a ruir, foi “restaurado” após ser vendido à iniciativa privada e retomado pelo governo municipal. Hoje o poder público responde judicialmente por desvios de verbas no processo de recuperação do prédio, algo corriqueiro em nossa história, que já apresenta problemas sérios de uma restauração malsucedida. Mas, o pior é que não foi dada ao prédio nenhuma função social. Praticamente abandonada, a Estação é apenas um gigante adormecido que lembra sobre um passado que frequentemente se intromete no presente. Da mesma forma, revela o esquecimento de um momento singular para a cidade.

O prédio do Mercado Público, totalmente modificado por sucessivas reformas, não lembra em nada o prédio inaugurado nos anos finais do século XIX, e que abrigou os principais estabelecimentos comerciais, favorecidos pelo crescimento econômico da cidade. Toda a parte exterior do prédio pertence hoje à iniciativa privada, sucessivamente apropriada pelos gestores públicos, que se encarregaram de vendê-la, aumentando o seu patrimônio particular à custa da coisa pública. O seu interior, abandonado, ainda pertence ao governo municipal. Recentemente posto à venda, não encontrou compradores interessados.

A Casa de Câmara e Cadeia, prédio onde funcionou por longos anos a cadeia pública e a Câmara Municipal, e mais recentemente a sede da prefeitura, foi inaugurada no mesmo ano do Mercado Público e onde hoje funciona a sede da Guarda Municipal. Já passou por reformas, inclusive em sua fachada, e está totalmente modificada.

A Igreja Matriz é o único monumento, tão pujante quanto a Estação Ferroviária, que não sofreu intervenções significativas, mantendo sua estrutura preservada, e em melhores

condições. Neste sentido, ainda lembra aos mais velhos os “anos dourados” da cidade. Mantém a sua função social, pertence e é administrada pela Paróquia de Ipu, subordinada à Diocese de Sobral.

O forasteiro ou viajante que queira passear pela cidade e identificar os símbolos ou vestígios de um passado que se mantém vivo no presente, pode começar a sua caminhada pela Avenida Dr. Eusébio de Sousa, no Bairro do Corte. O casario desta rua está disposto ao longo dos trilhos do trem, de um lado e outro. O bairro é assim chamado em função das obras de construção da Ferrovia, que abriu caminho em meio a um “barranco” com altura aproximada de 5 metros. A partir daí, o casario começou a ser edificado de um lado e outro dos trilhos da ferrovia.



Figura 3: Antiga Casa de Câmara. Fotografia de 1940, com a Antiga Casa de Câmara e Cadeia Pública em primeiro plano e a Igreja Matriz ao fundo. Acervo de Francisco de Assis Martins<sup>45</sup>.

Seguindo a linha do trem no sentido Camocim-Ipu, o viajante chega à Estação Ferroviária, onde no dia 10 de outubro de 1894 tinha lugar a solenidade de inauguração daquele prédio “monumental”, para os padrões locais, e onde vários discursos saudando a chegada da modernidade e do progresso foram levados a cabo. Foi a primeira vez que o trem circulou sobre os trilhos da cidade, fazendo vibrar os sentidos aguçados de parte de sua população. A Estação passou a ser o local mais movimentado da cidade: espaço de chegada e partida de pessoas, mercadorias e valores, como mostra uma crônica escrita por Antonio Tarcízio Aragão, no *Jornal dos Tabajaras*, lembrando à época em que ainda existiam os trens de passageiro:

<sup>45</sup> Fonte: *Álbum Comemorativo da Passagem do 1º Centenário de Fundação: 26 de agosto de 1840 - 26 de agosto de 1940*. Fortaleza: Publicação oficial da prefeitura. Tipografia União, 1940.

Na estação, o som característico de um estridente sino que ecoava em todos os recantos da cidade, fazia uma espécie de chamado aos passageiros e indicava que o trem havia partido da última estação e que, dentro de 30 minutos chegava nessa cidade. A reação do povo era imediata, quem ainda não estivesse na estação convergia em direção a ela mesmo que não fosse viajar. Muitos iam apenas ver o trem passar, saber das novidades e de quem chegava ou partia (...). Quando a locomotiva apitava no corte ou na curva das pedrinhas<sup>46</sup> o alvoroço era generalizado (...). Os vendedores de guloseimas, agitados, corriam de um lado para o outro e gritavam oferecendo os seus produtos. (olha o café quentinho feito na hora, olha a tapioca, laranja, doce, batida da Sussuanha, tijolinho de coco)<sup>47</sup>.

Mas, o viajante se decepcionaria ao perceber que não há mais ninguém ali, só o prédio fechado, embora recuperado, onde em dias de chuva ou em noites frias, animais descansam sob a gare da Estação que, outrora movimentada, recebia os artigos vindos de todos os locais do Brasil e da Europa e embarcava os muitos fardos de algodão, açúcar e artigos diversos produzidos pela economia local e estacionados ali, pois o depósito do prédio não dava vazão para tamanha quantidade de produtos.



Figura 4: O trem chegando à cidade. Sem data. Do acervo de Francisco de Assis Martins.

<sup>46</sup> O Bairro Pedrinhas tem esse nome em função da Seca de 1932. Nesta ocasião, foi erguido em Ipu, na localidade do Espriado, distante cerca de três quilômetros da sede do município, um Campo de Concentração de flagelados da seca. O Campo era um local que reunia os famintos para a assistência do governo. A mão de obra dos assistidos foi amplamente usada para as obras locais, principalmente na pavimentação das ruas. Muitos deles transportaram pedras da localidade, onde hoje é aquele bairro, para o centro da cidade. As pedras serviam para os “calçamentos”. Muitas ruas de Ipu foram pavimentadas com as pedras daquela localidade. Com o fim da seca e o fechamento do Campo de Concentração, alguns dos assistidos, muitos vindos de outras cidades, se estabeleceram nos subúrbios da cidade, alguns deles na região de onde se tiravam as pedras. O bairro Pedrinhas fica do lado oposto ao bairro do Corte.

<sup>47</sup> ARAGÃO, Antônio Tarcizio. Resgatando Memórias. *Jornal dos Tabajaras*. Ipu, p. 3, ago. 1995.

Seguindo pelas ruas pavimentadas por paralelepípedos, ainda no início do século, e símbolos do progresso para parte da população local, o viajante pode perceber que a velha Estação Ferroviária é ligada ao centro da cidade por duas vias largas, retilíneas e regulares, as atuais ruas Cel. Felix de Sousa Martins e Cel. Liberalino. Seguindo por qualquer uma delas, poderia avistar à sua esquerda o antigo prédio, inaugurado em 1927, construído para ser a sede do *Grêmio Ipuense* (1912) e do *Gabinete de Leitura* (1916), duas associações erguidas com o objetivo de fundar novas sociabilidades antenadas com os ideais do progresso e da modernidade, desejo de homens e mulheres seduzidos por tais valores. O antigo *Palacete Iracema*, símbolo de novos valores buscados, vendido na década de 1990 à iniciativa privada, modificado e “modernizado”, é hoje a sede da Caixa Econômica Federal. A memória das *Soirées*, dos bailes, partidas literárias e *saraus*, realizados em seu interior, permanece apenas na mente dos mais velhos de seus frequentadores. A sua antiga sede já não lembra suas noites de “gala”.

Da calçada do antigo *Palacete Iracema*, na rua Cel. Liberalino, o viajante vê, a poucos metros de distância, a atual *Praça de Iracema*, bem no coração pulsante da cidade, onde, em 1927 foi inaugurado o *Jardim de Iracema*, por iniciativas de homens desejosos de espaços de sociabilidades modernas. No centro do *Jardim* foi erguido um coreto onde, aos domingos, as bandas de música do *Centro Artístico Ipuense*<sup>48</sup> e da *Euterpe Ipuense*<sup>49</sup> realizavam retretas para o deleite de pessoas abastadas e que se reuniam para sociabilizar-se e respirar os ares de um mundo novo buscado, sem ser incomodados pelo “populacho”, mantidos a distância pela força policial. O viajante se decepcionaria, também, ao saber que aquele logradouro foi destruído e reconstruído quatro sucessivas vezes e que a *Praça de Iracema*<sup>50</sup>, atual, foi inaugurada apenas nos primeiros anos do século XX. É escusado dizer que a atual praça nada lembra a antiga ali erguida.

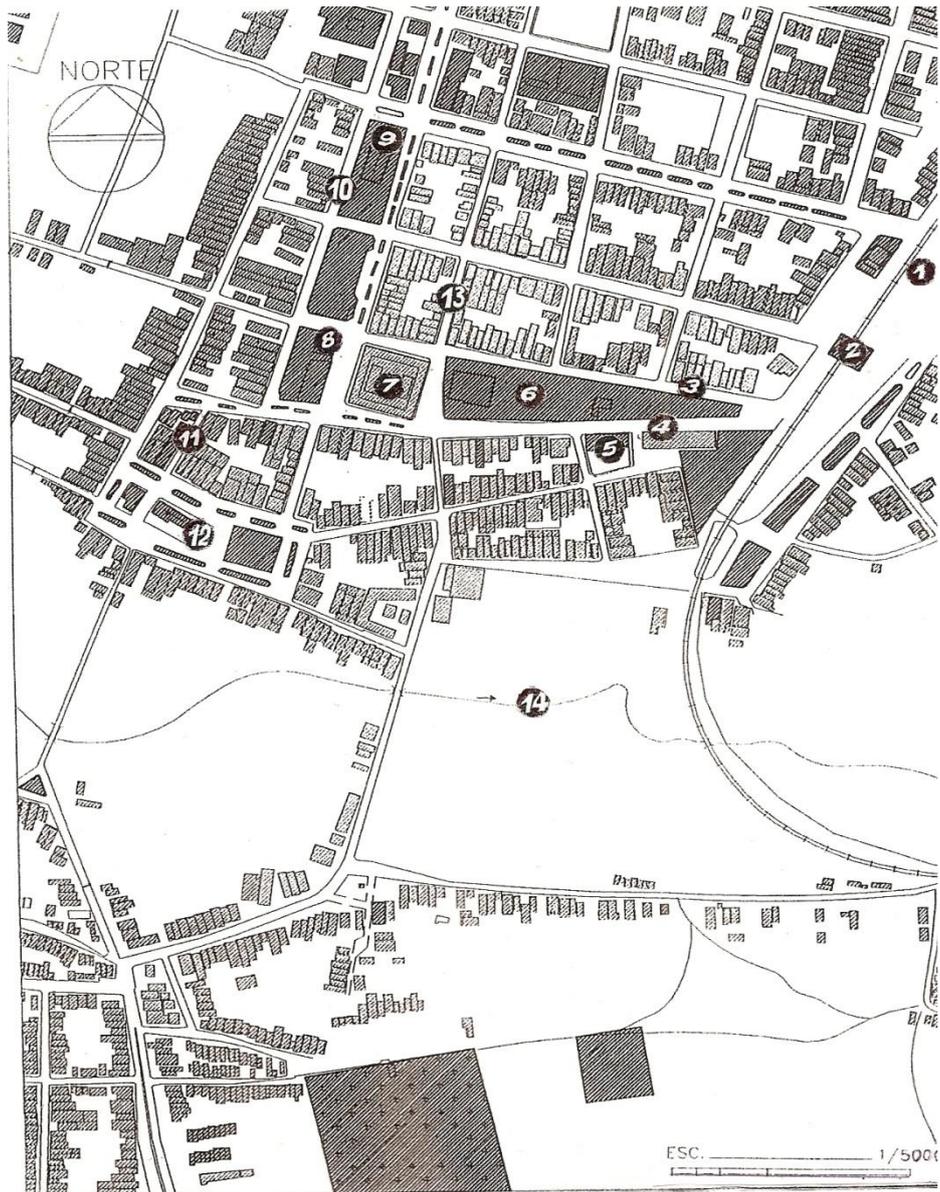
Seguindo ainda por uma das duas vias que ligam a Estação Ferroviária ao centro, o viajante chega a uma das duas esquinas do Mercado Público. Talvez se impressione com a robustez do comércio, apesar de seu crescimento lento atual: para qualquer lado que olhe avista um mar de estabelecimentos comerciais e um burburinho constante, em alguns dias ensurdecedor, de veículos e pessoas circulando, algo pouco característico das pequenas cidades do interior do Ceará.

---

<sup>48</sup> Sobre esta associação, ver nota 105 do capítulo seguinte.

<sup>49</sup> Sobre esta associação, ver nota 141 do capítulo seguinte.

<sup>50</sup> Ver nota 150 do capítulo seguinte.



1. Av. Dr. Eusébio de Sousa  
2. Estação Ferroviária  
3. Rua Cel. Felix  
4. Rua Cel. Liberalino  
5. Antiga Sede do Grêmio (palacete Iracema)

6. Praça de Iracema (Jardim de Iracema)  
7. Mercado Público  
8. Antiga Casa de Câmara e Cadeia Pública  
9. Igreja de São Sebastião (Matriz)

10. Rua Dr. Chagas Pinto  
11. Antigo Beco do Progresso  
12. Igreja Nossa Senhora do Desterro  
13. Rua Antonio Martins  
14. Riacho Ipuçaba

Figura 5: Mapa da cidade de Ipu mostrando o centro e regiões adjacentes. Adaptado com base no desenho que consta no Plano Diretor do Município<sup>51</sup>. Os espaços numerados correspondem àqueles que mais mencionamos aqui e nos capítulos subsequentes.

O Mercado Público é um prédio que toma todo um quarteirão, disposto em um quadrilátero, com quatro entradas centrais e que dão acesso ao seu interior. Dentro, se vende de tudo, desde peixe e carnes, artigos de calçados, até refeições (café da manhã, almoço, lanche). Os pontos comerciais do interior e do exterior não têm comunicação, ao contrário do

<sup>51</sup> IPU: Plano diretor. Op. cit. Na adaptação do mapa tive a colaboração de Raimundo Alves de Araújo.

que ocorria no início do século. Em uma das reformas pelas quais passou, durante a administração de Francisco Rocha Aguiar (1967-1970), fechou-se o acesso de seus estabelecimentos para o seu interior, destruindo uma varanda, peculiar ao comércio da época.

Em um de seus lados, próximo à antiga Casa de Câmara e Cadeia Pública, ainda são realizadas as feiras semanais, ponto forte da economia da cidade nos primeiros anos do século passado. Estes dois prédios, o Mercado Público e a Casa de Câmara, embora novos no início do século XX, foram objetos de reclamação daqueles que sonhavam com a modernidade. Para o primeiro, defendia-se sua higienização e reformas, para transformá-lo, esteticamente, num prédio moderno e, para o segundo, uma ampla intervenção, que desse a ele uma face mais moderna, e que tivesse uma função apenas administrativa, expulsando para longe dos muros da cidade a cadeia pública, com base na construção de outro prédio para este mister, o que, de fato, é levado a cabo e inaugurado em 1933.

Deste ponto, a poucos metros de distância e à direita, pode-se avistar a atual Igreja Matriz de Ipu, o grande templo, cujo início de construção data ainda de 1913, defendida por aqueles que acreditavam que a matriz de então, a hoje Igreja de Nossa Senhora do Desterro, construção que data da segunda metade do século XIX, estava em desacordo com “o grau de desenvolvimento da cidade”.



Figura 6: Derrubada do casarão que pertenceu ao Cel. José Raimundo de Aragão Filho. Fotografia de 2008. Acervo do autor.

Para o lado esquerdo, descendo a atual rua Dr. Chagas Pinto, pode-se avistar um grande prédio moderno, de dois andares, e construído recentemente no local onde existia um casarão que pertenceu, nos anos iniciais do século XX, ao Cel. José Raimundo de Aragão

Filho, empresário e prefeito de Ipu, entre 1914 e 1925, e cuja arrogante calçada de mais de um metro de altura tinha a função simbólica de exteriorizar o poder e a riqueza de quem residia ali. Quem passava por ali, no início do século XX, poderia ter a sensação de que a calçada, as ricas janelas e imensas portas, arrotavam orgulho e queriam dizer algo para as pessoas. Em outro contexto, tal arrogância não foi suficiente para salvá-la da destruição.

Na interseção entre as ruas Dr. Chagas Pinto e Cel. Liberalino se pode ver a escola secundária Auton Aragão, antigo prédio das Escolas Reunidas, onde parte dos filhos das abastadas famílias ipuenses estudava. Fica em uma rua estreita, chamada no início do século XX de Beco do Progresso, hoje rua Teodoro Souto. No lado oposto ao colégio, residiam, segundo João Mozart da Silva, as prostitutas, em quinze quartos que eram usados como cabaré à noite. Bem no centro da cidade, próximo ao mercado público e ao espaço da feira, era uma local frequentemente buscado por viajantes, feirantes e a população local, o que incomodava as famílias ilustres do lugar e os homens do poder que, logo, trataram de expulsá-las dali.

Caso o nosso viajante quisesse conhecer este local, se decepcionaria mais uma vez, pois ali funcionam hoje alguns estabelecimentos comerciais e sedes de secretarias da administração local. Mas sabedor de que as prostitutas, expulsa do centro da cidade, se deslocaram para o local que ficaria conhecido à época como Rua da Mangueira, então desabitado, no atual bairro da Caixa D'água, e lá ergueram um famoso cabaré, poderia ele querer visitá-las lá. Bastaria, para isso, pegar o caminho de volta, pela Rua Cel. Liberalino, até o mercado público, virar, então, à esquerda, na atual rua Antonio Martins, subir, passar pelo antigo Bilhar e Padaria do Zé Padeiro, que não existe mais, onde os rapazes da época se reuniam, à noite, para dali rumar “em esticada”, com suas lanternas, à Rua da Mangueira, para uma noitada no cabaré. Após andar por algum tempo, chegaria ao local onde no início do século passado foi erguido o mais famoso cabaré da região e que fez a fama da cidade de Ipu como lugar do prazer e da perdição, um contraponto a sua imagem construída de cidade moderna. Inicialmente, era composto por “oito casinhas” “rebocadas”, “caiadadas” e “cobertas de telhas”<sup>52</sup> e aonde se ia não apenas para a prática do sexo, mas para diversões várias.

O último foco do cabaré foi destruído na década de 1980, quando, já decadente, as suas últimas casinhas foram destruídas na administração de Francisco Eufrásio Mororó (1982-1988). A cidade tinha crescido e englobado o antigo cabaré. A antiga Rua da Mangueira é hoje parte de uma área nobre da cidade.

---

<sup>52</sup> SILVA, João Mozart. *Ipu do Meu Xodó*: memórias. Fortaleza: Nacional, 2005, p. 101.

Embora a história que nos propomos a contar faça parte, cronologicamente, de um passado relativamente distante, a sua lembrança parece estar bastante viva na memória de parte de seus habitantes, que ainda pode identificá-la em construções e costumes. Em alguns momentos, esta memória vem à tona, como foi o caso da luta do povo ipuense pela devolução da Estação Ferroviária, vendida à iniciativa e resgatada posteriormente pela pressão da sociedade organizada, tendo papel de destaque a entidade que reúne os ipuenses espalhados pelo mundo, com a denominação de Associação dos Filhos e Amigos de Ipu (Afai), preocupada com a preservação do patrimônio local e a memória da cidade, ainda que ligada aos grupos dominantes. Não à toa que parte de seus membros são parentes dos homens poderosos que viveram as décadas iniciais do século XX e lutaram para erguer os monumentos que hoje estão sendo destruídos.

## 1.2 A cidade e a Estrada de Ferro de Sobral

A ocupação das terras que dariam mais tarde origem a cidade de Ipu, a julgar pela carta de sesmaria, só ocorreu no início do século XVIII<sup>53</sup>. Sobre os nativos que aqui viviam antes, nada se sabe. Embora historiadores e memorialistas afirmem que a ocupação da região tenha se dado com base na catequese, nenhuma fonte atesta isso. Segundo Francisco Sadoc, abaixo do rio Inhucú, demarcador entre a serra acima e abaixo, não houve missões e os índios tabajaras rareavam<sup>54</sup>. Estes estavam aldeados apenas no norte, acima do rio. Se as missões jesuíticas tiveram papel de destaque para a conquista e colonização da Ibiapaba, como demonstra a historiografia cearense, abaixo do Inhucú esse papel parece ter sido do colono, e apenas durante o século XVIII, tomando posse da terra mediante concessão de sesmarias pela coroa portuguesa.

Durante o século XVIII, Ipu não passou de um pequeno povoado sem muita importância, subordinado religiosamente à freguesia da Serra dos Cocos, criada em 1757<sup>55</sup>, e

---

<sup>53</sup> A sesmaria que abrange a atual cidade de Ipu foi concedida em 1722 ao capitão Luiz Vieira de Sousa (três léguas). Segundo a carta, com objetivo de utilizar as terras para a criação de gado. O registro da data de sesmaria é 17 de julho de 1722, Cf. *Datas de Sesmarias*. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1926. Vol. 10º e 11º.

<sup>54</sup> ARAÚJO. Francisco Sadoc. *História Religiosa de Guaraciaba do Norte*. Fortaleza-CE: Imprensa Oficial do Ceará, 1988, p. 23.

<sup>55</sup> Por provisão de 30 de agosto de 1757, o bispado de Pernambuco dividiu o extenso Curato da Ribeira do Acaraú em quatro freguesias: a de Nossa Senhora da Conceição de Amontada; Santo Antônio de Pádua do Coreaú; Nossa Senhora da Conceição da Caiçara (Sobral); e São Gonçalo da Serra dos Cocos. Esta última compreendia as vertentes do Acaraú, da barra do Macaco para cima, o sertão e Serra da Ibiapaba. Provisoriamente foi destinada para Matriz da Freguesia a capela de São Gonçalo do Amarante, onde se chama Serra dos Cocos. Ver: ARAÚJO. Francisco Sadoc. *História Religiosa de Guaraciaba do Norte*. Op. cit.

politicamente à Vila Nova d'El Rey, desde a criação desta, em 1791<sup>56</sup>. Essa posição de subordinação mudaria ao longo do século XIX, sobretudo na segunda metade desta centúria, quando o município se tornou grande produtor de algodão. A mudança de seu estatuto econômico se traduziria em sua sucessiva elevação à categoria de Vila, em 1840, com a denominação de Vila Nova do Ipu Grande<sup>57</sup>, à condição de sede da freguesia, de fato, em 1844, e de direito, em 1883<sup>58</sup>, à cabeça de Comarca, desmembrada de Sobral, em 1847<sup>59</sup>, e, finalmente, à condição de cidade, em 1885<sup>60</sup>.

Quando chegamos ao último quartel do século XIX, marco inicial desta pesquisa, encontramos a cidade de Ipu em pleno florescimento. A inauguração da Estação Ferroviária, em 10 de outubro de 1894, e a chegada da ferrovia, dariam novo alento a este crescimento. É para ela que votamos agora a nossa análise.

Nos últimos anos do século XIX a Estrada de Ferro de Sobral (EFS) chegava à cidade de Ipu. Os trabalhos para o assentamento dos trilhos começaram, na cidade de Sobral, ainda em 1883. No mesmo ano, tinha início a construção de sua Estação Ferroviária, inaugurada cerca de onze anos depois. Em 1894, os trabalhos de assentamento dos trilhos eram concluídos. A 10 de outubro do mesmo ano, circulava o primeiro trem na cidade e era inaugurada em uma solenidade “grandiosa” a nova Estação, com a presença de “grande público” e das autoridades locais.

---

<sup>56</sup> A Vila Nova d'El Rey foi criada pelo Alvará de 12 de maio de 1791, com sede em Campo Grande, atual Guaraciaba do Norte. *Idem*, p. 15.

<sup>57</sup> Lei nº 200 de 26 de agosto. SINOPSE ESTATÍSTICA DE IPU. Rio de Janeiro. IBGE., 1948.

<sup>58</sup> O vigário colado da freguesia da Serra dos Cocos, nomeado em 10 de julho de 1842, tomou posse em janeiro do ano seguinte. Em 1844, de acordo com o Pe. Sadoc, a Matriz de São Gonçalo ameaçou ruir. O padre Correia conseguiu licença para transferir as imagens e alfaias para a capela da Vila Nova do Ipu Grande, onde passou a morar. A Vila Nova do Ipu Grande ganha, de fato, foros de sede da Freguesia, mas somente em 1883 foi criada a Freguesia de São Sebastião de Ipu, pela lei provincial nº 2.037, de 27 de outubro de 1883. *Idem*, p. 3.

<sup>59</sup> Foi criada a Comarca de Ipu, desmembrada de Sobral, por lei provincial de 31 de agosto de 1847. *Revista dos Municípios*, Fortaleza-Ce, ano I, nº 1, fev. 1929, p. 16.

<sup>60</sup> Pela lei provincial nº 2.098, de 25 de novembro de 1885. SINOPSE ESTATÍSTICA DE IPU. *Op. cit.*, p. 3.



Figura 7: Estação Ferroviária de Ipu. Fotografia de 1922. Fonte: Domínio Público.

A construção da Estrada de Ferro de Sobral foi ordenada pelo governo imperial<sup>61</sup>. Em seu traçado inicial ligaria o porto de Camocim, no litoral norte do Ceará, à cidade de Sobral, passando por Granja. No entanto, desde o início, já havia o interesse premente e estudos para se levar o trem a atingir “a rica região” da Serra da Ibiapaba, cujo ponto final seria a cidade de Ipu, por sua localização privilegiada no sopé da serra, pelo desenvolvimento econômico e, especialmente, por sua produção significativa de algodão, desde meados do século XIX, permitindo, portanto, um canal de comunicação entre a economia local com Sobral e o porto de Camocim<sup>62</sup>. Já em 1857 o governo imperial havia concedido a Thomaz Dixon Lowden o privilégio exclusivo por 50 anos para a construção de uma estrada de ferro que, partindo do porto de Camocim, teria como ponto final a Vila Nova do Ipu Grande<sup>63</sup>, projeto só levado a cabo mais de 30 anos depois, por iniciativa do Estado.

Em Camocim foi erguida uma das mais amplas, belas e espaçosas estações da EFS e prédios para servirem de oficinas mecânicas, onde se faziam o trabalho de montagem e manutenção das locomotivas. Como mostra Jorge Luiz Ferreira Lima, igualmente foram erguidas residências para altos funcionários (diretores, agentes, engenheiros, contadores) e

<sup>61</sup> Decreto nº 6.918, datado de 1º de junho de 1878. *100 Anos da RVC. 1870-1970. Notícias*. Edição Centenária. Fortaleza, (s/e), 1970, p. 3-5.

<sup>62</sup> Ver OLIVEIRA, André Frota de. *A Estrada de Ferro de Sobral*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora LTDA, 1994.

<sup>63</sup> *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Camara dos Srs. Deputados. Sessão de 1858. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1858, p. 248. Versão deste documento em pdf disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=exdAAAAAYAAJ&pg=PA248&lpg=PA248&dq=dixon+lowden+decreto+1983&source=bl&ots=4AEf5w4qyY&sig=zjKEIVuxWkmEXJtzIENxaXEtio&hl=ptBR&ei=5IRoS7\\_3N4yWtgehwyZnBg&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=2&ved=0CAkQ6AEwAQ#v=onepage&q=dixon%20lowden%20decreto%201983&f=false](http://books.google.com.br/books?id=exdAAAAAYAAJ&pg=PA248&lpg=PA248&dq=dixon+lowden+decreto+1983&source=bl&ots=4AEf5w4qyY&sig=zjKEIVuxWkmEXJtzIENxaXEtio&hl=ptBR&ei=5IRoS7_3N4yWtgehwyZnBg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CAkQ6AEwAQ#v=onepage&q=dixon%20lowden%20decreto%201983&f=false)>. Acesso em: 03 out. 2012.

uma grande “gare”, imenso galpão onde as locomotivas estacionavam<sup>64</sup>. Em torno da Estação, bem próximo às docas, foram erguidos armazéns que funcionavam como depósitos para mercadorias importadas de outras regiões do Brasil e de outros países, uma vez que não tardou para que os vapores e paquetes, que transportavam pessoas e mercadorias pelos portos brasileiros, encontrassem, no porto de Camocim, uma rota privilegiada no cobiçado comércio da assim chamada, à época, Zona Norte do Ceará.

Toda a região que ia de Camocim, passando por Granja, Sobral e outras cidades, até chegar ao Ipu, se beneficiaram da ligação da ferrovia com o circuito de transportes marítimos. Vapores oriundos do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, São Luis, Parnaíba e outras localidades, atracavam naquele porto<sup>65</sup>. Segundo o historiador e memorialista, Artur Carneiro de Queiroz, logo que a Estrada de Ferro foi inaugurada, navios mercantes brasileiros, de forma ainda incipiente, atracavam no porto. No entanto, estacionavam ali com maior frequência navios vindos da Inglaterra, Alemanha, Itália e Noruega, trazendo produtos industrializados e levando artigos e matérias-primas produzidos na região. Segundo ele, o porto de Camocim era a primeira parada dos navios estrangeiros no Ceará. Em suas palavras, “a frota mercante brasileira era incipiente. Chegavam aqui mais navios vindos da Inglaterra, Alemanha, Itália e Noruega. Traziam produtos industrializados do Brasil e de fora”<sup>66</sup>.

De fato, no último quartel do século XIX, há uma proliferação das companhias de navegação a vapor que faziam a navegação de cabotagem, interligando os portos brasileiros, responsáveis, em grande medida, pelo processo de articulação e formação do mercado interno, “iniciando a formação de um sistema nacional de economia”<sup>67</sup>. Desde 1837 a Companhia Brasileira de Pacote a Vapor, de âmbito nacional, fazia a interligação dos portos brasileiros, operando duas linhas: a do norte, que fazia a ligação entre a Corte e os portos das capitais das províncias até Belém do Pará, e a do sul, que chegou a alcançar Montevideu no Uruguai<sup>68</sup>.

<sup>64</sup> FERREIRA LIMA, Jorge Luiz. *Entre caminhos e lugares do livro: gabinetes de leitura na região norte do Ceará (1877-1919)*. 2011. 210 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p. 29.

<sup>65</sup> Idem, p. 30.

<sup>66</sup> *Revista Cidade Universitária*. Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, mar. 2000, p. 33. Artur Carneiro de Queiroz (1922-2011) nasceu em Camocim-Ce e foi escritor, memorialista e historiador. Escreveu *Recordações Camocinenses e outras Memórias* e *E a Vida Continua...* Ver: QUEIRÓS, Arthur. *Recordações camocinenses e outras memórias*. Fortaleza: RBS Gráfica, 2002, e QUEIRÓS, Arthur. *E a vida continua...* Camocim: RPires, 2009.

<sup>67</sup> GULARTI FILHO, Alcides. Abertura da navegação de cabotagem brasileira no século XIX. In: *Ensaio FEE*. Potro alegre, v. 32, n. 2, p. 409-434, nov. 2011, p. 422.

<sup>68</sup> SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. *Uma contribuição à história dos transportes no Brasil: a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor (1839-1894)*. 2006. 341 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Com a falência da *Paquete a Vapor*, em 1871, formaram-se duas outras companhias que assumiram suas linhas, dando origem, mais tarde, ao Lloyd Brasileiro (1890).

A organização de várias companhias de navegação medianas, que operavam em escala regional, e pequenas, que operavam em âmbito local, foram incentivadas e subsidiadas pelo governo desde a primeira metade do século XIX, uma vez que, politicamente, entendia que a centralização do poder seria facilitada com o desenvolvimento das comunicações. Desta forma, o governo monárquico teria se preocupado com o fortalecimento da unidade do Império em um momento de instabilidade política e de revoltas que reclamavam a autonomia para as províncias, necessitando tornar mais rápidas, seguras e eficientes, suas comunicações com as diversas províncias. Para o governo Imperial, após o período regencial, a centralidade do poder só seria possível com o desenvolvimento das comunicações<sup>69</sup>.

É dessa política associada ao desenvolvimento econômico da segunda metade do século XIX, que inúmeras companhias de navegação a vapor passam a operar em todo o litoral brasileiro. No nordeste, circulando em escala regional, a Companhia Pernambucana, fundada em 1853, cobria os portos do Ceará a Sergipe, chegando até Fernando de Noronha, e a Companhia do Maranhão, fundada em 1857, atendia aos portos do Ceará, chegando até Belém. Estas duas empresas, mesmo antes da construção da EFS, já atracavam no porto de Camocim, possuindo armazéns ali, colocados à disposição do governo em 1880 para servirem de depósitos aos materiais destinados às obras da ferrovia<sup>70</sup>. O comércio, o transporte de pessoas e serviços postais eram favorecidos, também, pelas companhias de navegação estrangeiras, autorizadas desde 1866 a fazer a navegação de cabotagem nos portos brasileiros. Em 1890, 25 companhias de navegação estrangeiras operavam no Brasil, ligando seus principais portos às importantes cidades da França, Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Portugal, Itália, Espanha e dos Estados Unidos<sup>71</sup>. Entre fins de dezembro de 1879 até os últimos dias de maio do ano seguinte, estacionaram nas águas de Camocim pelo menos 10 vapores provenientes de Antuérpia, na Bélgica, com escalas em importantes cidades europeias, e um vapor inglês proveniente da Filadélfia, Estados Unidos<sup>72</sup>.

Desta forma, com uma estrada de ferro que permitia a ligação de boa parte da então região norte do Ceará ao porto de Camocim, as cidades beneficiadas por ela passaram a ter

---

<sup>69</sup> EL-KAREH, Almir Chaiban. A companhia brasileira de pacotes a vapor e a centralidade do poder monárquico. In: *Historia Economica & História de Empresas/ABPHE*. São Paulo, vol. VI, n. 2, p. 33-56, 2003. Ver também SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. *Uma contribuição à história dos transportes no Brasil*. Op. cit.

<sup>70</sup> OLIVEIRA, André Frota de. Op. cit., p. 61

<sup>71</sup> GULARTI FILHO, Alcides. Abertura da navegação de cabotagem brasileira no século XIX. Op. cit., 422.

<sup>72</sup> OLIVEIRA, André Frota de. Op. cit., p. 63-64.

um canal de comunicação direto e mais eficiente com o circuito de transporte de mercadorias e de passageiros com o mercado nacional e internacional.

Para a historiografia tradicional, a construção da EFS e o resgate e prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, pelo Governo Imperial<sup>73</sup>, teriam sido resultados da seca de 1877-1879 que assolou a capitania do Ceará e flagelou extensa população.

Uma ferrovia era o sonho de boa parte dos homens de amplas posses, donos de extensas terras, gado e negócios na região norte, principalmente na cidade de Sobral, a mais populosa e desenvolvida daquelas paragens. Homens como o Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará em 1878, nomeado no mesmo ano, por carta imperial de 9 de fevereiro, e posteriormente agraciado pelo Governo Imperial com o título de Conselheiro, por seus serviços prestados ao país<sup>74</sup>, e o Dr. João Ernesto Viriato de Medeiros, Deputado Geral entre 1867 e 1868 e entre 1878 e 1881, ambos muito influentes junto aos ministros imperiais, trabalharam no sentido de convencer o governo imperial da necessidade de se construir uma estrada de ferro na então região norte do Ceará<sup>75</sup>. Usaram como argumento para isso, o fato de que aquela obra, necessária ao desenvolvimento da região, atenuaria os flagelos da seca que assolava a população cearense.

Aquela era a grande oportunidade. A seca significou, naquele momento, o surgimento de uma imensa massa de mão de obra barata, utilizada na construção da ferrovia. Resolver, ou pelo menos combater os seus efeitos, se apresentava apenas em nível discursivo, pois era um argumento que impressionava. Ou melhor, para legitimar a construção da ferrovia, as “elites” inteligentemente se utilizaram do discurso da seca para angariar recursos necessários ao seu projeto de desenvolvimento, uma constante em todos os momentos de flagelos a partir daquele momento. Visando beneficiar-se dos recursos públicos, homens de posses e os governos locais influentes junto ao governo imperial, na maioria das vezes, superestimavam os efeitos das secas.

Como mostra Durval Muniz de Albuquerque Jr. a seca foi usada como justificativa para as grandes obras na região. Dali em diante essa prática seria uma constante. Cabia às autoridades e as elites locais apenas relatar ao governo central os “horrores” das secas e,

---

<sup>73</sup> Ver, CAVALCANTI, José Pompeu de A. *Chrographia da Província do Ceará*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 174.

<sup>74</sup> Em 1887 recebeu o título de Barão de Sobral. Ver a respeito OLIVEIRA, André Frota de. *A Estrada de Ferro de Sobral*. Op. cit., p. 35.

<sup>75</sup> Segundo o estudioso André Frota de Oliveira, “Notável também foi o empenho, mencione-se de passagem, de alguns cearenses ilustres como o Dr. José Júlio de Albuquerque e Barros e o Dr. João Ernesto Viriato de Medeiros, ambos naturais de Sobral e figuras de relevo durante o Império, pode-se afirmar sem exagero que, graças a seus esforços junto ao ministério de Sinimbu, deve a construção da Estrada de Ferro de Sobral”. Idem, p. 38.

depois, administrar os recursos, não raras vezes desviados para cofres particulares. Para este historiador, as condições históricas de fins do século XIX fizeram da seca de 1877/79 um grande marco na sua história. Foi a partir daquele momento que as “elites do Norte” descobriram a grande arma que tinham em suas mãos para angariar recursos federais para a região. As elites do Norte, mais tarde Nordeste, passaram a politizar a temática da seca e a colocá-la no centro das atenções, por meio da qual se solicitavam recursos para a solução dos problemas da região<sup>76</sup>.

A ferrovia passa a ter papel de destaque para o crescimento econômico da então pequena Ipu. O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX representam, para esta cidade, um momento de crescimento sem precedentes. Embora já se verifique que ele tenha sido contínuo, embora com avanços e recuos, desde pelo menos meados do século XIX, quando a região teria passado por um primeiro surto de produção de algodão e dinamizado outros setores, como o açucareiro, é somente após a chegada da ferrovia, em 1894, que se pode verificar um crescimento econômico mais acentuado.

A ferrovia teria contribuído para dinamizar ainda mais a produção de algodão. Em 1921, segundo dados dos “assentamentos da Estrada de Ferro”, apresentados pelo *Jornal Correio do Norte*, em 1921, Ipu e Serra da Mata eram os dois maiores exportadores de algodão no norte do Ceará. A primeira cidade teria exportado 298 toneladas de algodão beneficiado “não se falando na grande porção de algodão em rama, que a casa J. Lourenço, d’esta cidade enviou para Ipueiras onde possui uma fábrica de descaroçar e que d’ali foi remetida para Camocim”<sup>77</sup>.

O Cel. José Lourenço de Araújo<sup>78</sup> possuía duas fábricas de beneficiamento de algodão, uma em Ipu (sede do município), outra na localidade de Ipueiras e pelo menos três estabelecimentos comerciais (armazéns), um em Ipu, outro em Ipueiras, e um terceiro em Crateús, que negociavam produtos locais e efetuava transações de importação e exportação. Os seus armazéns vendiam ainda miudezas, ferragens e materiais de construção. Segundo

---

<sup>76</sup> ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a Invenção da seca no Nordeste. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH / Marco Zero / MCT – CNPq – FINEP, 14 (28): p. 111-120, 1994. Em outro estudo, Durval Muniz afirma que o discurso da seca, amplamente utilizado pelas “elites do Norte”, para angariar recursos para a região, era uma forma de contrabalançar uma posição cada vez mais subalterna no contexto nacional. Os recursos conseguidos permitiam manter e mesmo reafirmar sua posição de dominação, contrabalançado a perda de espaços em nível nacional. ALBUQUERQUE, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

<sup>77</sup> Algodão. *Correio do Norte*. Ipu, p. 1-2, 3 Ago. 1922.

<sup>78</sup> O cel. José Lourenço de Araújo era natural da Ribeira do Acaraú, da velha cidade de Santana. Veio para o Ipu no início do século XX. Como comerciante, abriu na cidade várias firmas e adquiriu muitas propriedades.

matéria do Jornal *Correio do Norte*, citada acima, o Cel. José Lourenço de Araújo era o maior exportador de algodão da região.

É preciso esclarecer que o algodão exportado pela cidade de Ipu, e que aparece nas estatísticas, não era produzido unicamente no município. Os comerciantes locais compravam o algodão bruto dos produtores desta cidade e das regiões circunvizinhas. Em seguida, o produto era beneficiado, descaroçado e ensacado. Só depois era exportado para os mercados consumidores. Data do início do século o surgimento de inúmeros armazéns que comerciavam com artigos de exportação. Além daqueles pertencentes ao Cel. José Lourenço de Araújo, citados acima, outros importantes estabelecimentos foram o *Armazém Dias*, pertencente aos sócios José Aragão e Manuel Dias, e a *Mercearia e Bilhar*, de propriedade de Osório Martins e José de Farias, que além do algodão, exportavam couro, peles, mamona e café<sup>79</sup>, este último produzido na Serra da Ibiapaba, antes da ferrovia, consumido localmente e vendido para o Piauí<sup>80</sup>.

A importância da ferrovia para a cidade de Ipu não reside apenas no fato de ter favorecido o aumento da produção dos artigos produzidos localmente, mas também de ter transformado esta *urbs* num ponto de atração de toda a produção das regiões em sua volta, pela facilidade de comunicação com outras praças, e que antes de 1894 não encontrava facilidades de expansão. Já em 1884, Antônio Bezerra de Meneses<sup>81</sup>, em sua viagem pelo norte da província, se admirou com tamanha riqueza natural e da produção das cidades e povoados da serra da Ibiapaba, que encontrava limites de expansão na falta de transportes e comunicações. Não deixou de anotar que logo que os trilhos chegassem à cidade, com sua localização privilegiada, a dois quilômetros da serra, se tornaria a *urbs* mais importante e rica do norte cearense, sobrepujando Sobral. Ao passar por esta última cidade anota: “não tenho a intenção de ofuscar o brilho de Sobral, cuja prosperidade é visível, mas esta estacionará logo que chegue a estrada ao Ipu”. “Os produtos da Ibiapaba não se perderão como até hoje à falta de consumo”<sup>82</sup>.

Igualmente, a ferrovia teria dinamizado a produção de açúcar e aguardente, bem como outros produtos agropecuários. José Bernardo Teixeira, por exemplo, que em meados do

<sup>79</sup> *Revista dos Municípios*. Op. cit.

<sup>80</sup> BEZERRA, Antônio. *Notas de Viagem*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará (UFC), 1965.

<sup>81</sup> Antônio Bezerra de Meneses (1841-1921). Jornalista, poeta, historiador e naturalista. Em 1884, participou de uma comissão a Região Norte do Ceará, organizada pelo governo da província, com o objetivo de colher informações históricas, geográficas e de sua natureza. Profundo conhecedor e estudioso das ciências naturais, historiador da primeira geração do Instituto Histórico do Ceará, sendo um de seus fundadores em 1887, não se limitou apenas a colher informações estatísticas dos locais por onde passava, deixando suas impressões no livro citado, *Notas de Viagem*, publicado inicialmente em folhetim, para o jornal *Constituição*. Idem.

<sup>82</sup> BEZERRA, Antônio. *Notas de Viagem*. Op. cit., p. 319.

século XIX montou um engenho de produção de açúcar, rapadura e aguardente, por tração animal e mais tarde por tração a vapor, usando as águas do riacho Ipuçaba, passou a exportar para outras praças o açúcar produzido na “Lagôa do Teixeira”, como ficou conhecido o seu engenho. Segundo o relato do historiador Francisco das Chagas Paz, entre fins do século XIX e início do século XX a “Lagôa do Teixeira”

Fabricava aguardente, rapadura e o famoso açúcar turbinado que era vendido para a Capital, até mesmo para o estado do Pará, embarcando aqui, na Estrada de Ferro recentemente inaugurada, levando-o ao porto de Camocim. Dalí por via marítima chegava às praças onde era vendido<sup>83</sup>.

Segundo ainda o autor da citação acima, os invernos irregulares dos primeiros anos do século XX, associado às dívidas contraídas pela família Teixeira, levou-o à falência. A “Lagoa dos Teixeiras” foi vendida para a *Firma Boris Frères*, com filial em Fortaleza, que fazia o comércio de importação e exportação entre o Ceará e a França<sup>84</sup> e já comerciava com o norte do Ceará mesmo antes da EFS<sup>85</sup>, nutria projeto de investir mais pesadamente na região para explorá-la economicamente. Com os invernos bons após 1909, a propriedade foi comprada pelo Cel. José Lourenço de Araújo, que restaurou o maquinismo e retomou a produção de açúcar. No entanto, se notabilizou como grande exportador de algodão, como vimos.

É preciso esclarecer, igualmente, que mesmo antes da chegada dos trilhos, o município apresentava uma importante produção de algodão, açúcar e outros gêneros, contando, apenas no perímetro da cidade, com 13 engenhos de produção de açúcar, aguardente e derivados da cana, 10 de ferro e 3 de madeira, como anota ainda Antônio Bezerra de Meneses em 1884:

Admirei a quantidade de algodão em caroço que entrava continuamente dos pontos vizinhos, e que oferecia serviço incessantemente ao locomóvel do Sr. José Liberato de Carvalho<sup>86</sup>, e às inúmeras máquinas no descarçamento e arrumação em sacas desse valioso produto, a fim de serem transportados aos centros consumidores.

Não é somente algodão que se cultivava com vantagem no município, mas o açúcar, a aguardente, a rapadura, os cereais, e porção de gado no sertão<sup>87</sup>.

<sup>83</sup> *Ipu em Jornal*. Ipu, p. 1, 6 e 7, Set. 1959.

<sup>84</sup> TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995.

<sup>85</sup> BEZERRA, Antônio. *Notas de Viagem*. Op. cit., p. 321.

<sup>86</sup> José Liberato de Carvalho era sócio do cel. José Lourenço de Araújo e de Antônio Manuel, na firma *Lourenço Martins & Cia*. A firma comprava gado do Ceará e vendia madeira do Pará. Ver, MARTINS, Francisco Magalhães. *Ídolos, Heróis e Amigos*. Ensaios Críticos. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1982, p. 58.

<sup>87</sup> MENEZES, Antonio Bezerra de. *Notas de Viagem*. Op. cit., p. 202.

Toda uma gama de artigos, produzidos em âmbito local e comercializados no circuito interno, passou a ter um meio de escoamento: rapadura, farinha, arroz, feijão, mamona, couro, cereais, lenhas, gado e outros. Produtos como o algodão e o açúcar, cada vez mais importantes e que já eram exportados para outras localidades, mesmo antes do advento do trem, ainda que precariamente, passam a ter, neste transporte, um grande suporte para o incremento da produção e atração de capitais.

Da mesma forma, o trem teria favorecido o crescimento das transações comerciais e o surgimento de inúmeros pequenos e médios estabelecimentos erguidos nas primeiras décadas do século XX, e que passaram a comercializar com os produtos da economia local ou importados de outras praças, alguns deles de grosso trato<sup>88</sup>. Data deste momento, ainda, o surgimento das feiras diárias, verificado no período, e uma maior circulação de capitais. Toda a produção de hortifrutigranjeiros da fértil serra da Ibiapaba descia a ladeira da mina, na subida da serra, e encontrava nas feiras, ao redor do Mercado Público, um meio de escoamento. Elas exerciam ainda uma atração de pessoas e mercadorias produzidas em cidades vizinhas.

Muitos são os relatos das feiras que ocorriam em torno do mercado nos anos iniciais do século XX, sobretudo aquelas realizadas aos sábados, as mais concorridas, e que exerciam atração sobre uma grande quantidade de pessoas das regiões rurais do município e de outras cidades, como aquele escrito por Francisco Magalhães Martins, que viveu aqueles anos. Inicialmente, o autor discorre sobre o crescimento da cidade com a chegada da ferrovia, para depois falar da importância das feiras:

(...) Na cidade corria dinheiro, o comércio tornou-se ativo, abastecendo não só os habitantes dos sertões cearenses do alto Acaraú como o da Serra-Grande e de alguns municípios do Piauí.

Passavam, então, pelas estradas que cruzavam o antigo Ipu-Grande, as tropas e boiadas tangidas por comboeiros e por vaqueiros metidos em gibão e chapéu de couro. Muitos vinham dos sertões de Santa Quitéria, Ipuéiras, Tamboril, Inhamuns; alguns demandavam o Piauí, subindo a Ibiapaba pela ladeira da Mina e do Corrente, esta mandada fazer por D. Pedro II. As feiras ficavam regurgitando de sertanejos e serranos, mascates, vendedores, cegos pedindo esmolas, cantadores tocando violas. Os matutos tiravam do dorso de alimárias as cargas de gêneros, farinha, rapadura, frutas: amarrando os animais de sela ou de cangalha – cavalos, muares, jumentos – nas árvores em derredor do mercado, insuficientes para tantos<sup>89</sup>.

---

<sup>88</sup> Sobre este crescimento econômico e as transformações geradas, ver FARIAS FILHO, Antonio Vitorino. *O Discurso do progresso e o desejo por uma outra cidade: imposição e conflito em Ipu-CE (1894-1930)*. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História e Culturas) - Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza.

<sup>89</sup> MARTINS, Francisco Magalhães. *Ídolos, Heróis e Amigos*. Op. cit., p. 54-55.

Em outros relatos, Francisco Magalhães Martins e Francisco das Chagas Paz arrolam uma infinidade de produtos que eram comercializados nas feiras: cereais, peles, artigos produzidos nos engenhos, frutas, legumes, galináceos, animais de pequeno e grande portes, carne, peixes, mel de abelha, tapioca, raízes, folhas, sementes de plantas medicinais, farinha, goma, arroz, artigos artesanais, dentre outros<sup>90</sup>.

Ao lado do crescimento econômico da cidade houve, igualmente, um aumento significativo da população da sede e das regiões em sua volta. O recenseamento de 1890 apontava para o município de Ipu uma população de 11.216 pessoas. Dez anos depois novo recenseamento computava a existência, na cidade, de 13.263 habitantes. Em 1915, segundo Eusébio de Sousa, a população do município era de cerca de 20.000 *almas*. Assim em apenas 15 anos, entre 1900 e 1915, o crescimento populacional, se se der crédito aos números apresentados por Eusébio de Sousa, teria sido de cerca de 50%<sup>91</sup>.

Não há por que duvidar dos números arrolados pelo magistrado, pois o censo realizado pelo governo federal, em 1920, apontava, para a cidade, uma população de 22.834 pessoas. Aparecia como 15º mais populoso entre os 86 municípios do Estado do Ceará. A população de Fortaleza, na época, era de 78.536 habitantes, de Sobral, 39.003 e, de Camocim, 17.271.

**TABELA 1**  
**População de alguns Municípios do Ceará em 1920**

Posição	Cidade	População	Posição	Cidade	População
1º	Fortaleza	78.536	6º	Granja	27.962
2º	Sobral	39.003	7º	Aracati	27.551
3º	Iguatú	32.406	15º	Ipu	22.834
4º	Baturité	30.032	17º	Juazeiro	22.067
5º	Crato	29.032	28º	Camocim	17.271

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: População dos Municípios do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XXXVI, Ano XXXVI, 1922, pp. 495-497.

É desse crescimento da cidade, na virada do século, e das transformações que engendra, que emerge, no seio de um grupo de pessoas, a construção da percepção do progresso e da modernidade. É o crescimento da cidade e as mudanças que produz no âmbito

<sup>90</sup> Ver: MARTINS, Francisco Magalhães. *O Coronel João Martins da Jaçanã*. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1997, p. 13. PAZ, Francisco das Chagas (Direção). *Almanaque Ipuense*. Nº 2, Ipu: Oficinas Gráficas da Escola Profissional de Ipu, 1963, p. 79.

<sup>91</sup> SOUSA, Eusébio. Um pouco de historia (Chronica do Ipú). In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XXIX Ano XXIX, 1915, p. 152-143, p. 219.

local, precisamente em um dado momento - os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX - a chave para entender como foi possível a emergência de uma dada representação da cidade. Optamos, no entanto, por não analisar esse crescimento, em seu pormenor, como fizemos em trabalho anterior, já citado<sup>92</sup>, mas apenas tangenciá-lo. O que pretendemos é discutir como somente naquele momento, caracterizado por mudanças, é que surge a ideia de que a cidade caminhava nos trilhos do progresso e se constrói sua imagem de *urbs* moderna.

É esse o tema do capítulo seguinte.

---

<sup>92</sup> FARIAS FILHO, Antonio Vitorino. *O Discurso do progresso e o desejo por uma outra cidade*. Op. cit.

## CAPÍTULO 2

### O DISCURSO DO PROGRESSO E DA MODERNIDADE: O CASO DE IPU

Este capítulo é dedicado à análise do discurso do progresso e da modernidade na pequena cidade de Ipu, nas primeiras décadas do século XX. Aqui, examinamos, com base nos vestígios deixados pelos atores sociais que viveram aquele momento, as imagens recorrentes construídas sobre a cidade, em um momento de transformações significativas.

#### *2.1 Prometeu desacorrentado ou o monstro de ferro*

É preciso esclarecer, inicialmente, que a construção de uma narrativa dando conta da modernização da cidade é prerrogativa apenas de um número diminuto de pessoas, cujo perfil apresentamos no capítulo seguinte. Desta forma, se o nome de muitos deles aparece abaixo, reservamo-nos o direito de apenas citá-los, sem a preocupação de discutir o lugar social que ocupavam no seu local de vivência. Ainda, amplamente fazemos citações extraídas do jornal *Correio do Norte* (1918-1924), fonte essencial para entender o discurso que estamos analisando, editado por aqueles seduzidos pelos valores da modernidade, sem a preocupação de discuti-lo, já que reservamos um capítulo, adiante, para este mister.

Uma primeira imagem sempre evocada é aquela que associa o trem a um monstro, um Titã ou Deus, dada a percepção de sua importância para o desenvolvimento da cidade, desde a sua chegada. A locomotiva é o primeiro artefato, identificado às sociedades mais avançadas, que permitia a muitas pessoas, de um lado, acreditar que a cidade caminhava nos trilhos do progresso ou, de outro, acreditar, pelo menos, em seu devir. Para muito dos homens e letrados que viveram os primeiros anos do século XX, a ferrovia é apresentada como a grande responsável “pelo progresso” que teria tomado a cidade naqueles anos de mudança.

Antônio Ibiapina, no seu discurso lido na cerimônia realizada na gare da Estação Ferroviária, na presença de autoridades e da população local, no ato de sua inauguração, em 10 de outubro de 1894, já acreditava no grande papel que o trem desempenharia para o crescimento futuro da cidade. É o primeiro a evocar a imagem de um Deus para caracterizá-lo, ao dizer que o “Trem de ferro” é “esse audacioso Prometeu que roubou ao céu a centelha creadora para inflamar e vivificar aquela extrutura pesada”<sup>93</sup>.

---

<sup>93</sup> Discurso pronunciado pelo Dr. Antonio Ibiapina, em 10 de outubro de 1894, por ocasião da inauguração da Estação Ferroviária de Ipu. Pertence ao acervo de Maria do Socorro Paz, filha de Francisco das Chagas Paz e que guarda parte de seus pertences.

Do seu longo discurso, carregado de metáforas - associando a locomotiva ora aos deuses da mitologia grega, com destaque para Prometeu, que teria ensinado aos homens o trabalho e o caminho da civilização, ao entregá-los uma fagulha do fogo (o mesmo que fazia as marias-fumaça se deslocarem), roubado do Olimpo, ora a um exército, que ao som das trombetas (associado ao silvo do trem), anunciando a chegada do progresso - pode-se perceber e analisar o seu núcleo estruturante: ele parte de três ideias centrais: a primeira, é de que o trem, como Prometeu, ensinaria o trabalho aos homens, valor indiscutivelmente ligado a modernidade de base capitalista, pois aquele capaz de produzir riquezas materiais. Em todo o seu discurso, isso é recorrente, mas o trecho que transcrevemos abaixo é emblemático na medida em que condena a ociosidade:

No dia em que inaugura-se a estação de Ipú, vós, oh cidadãos ipuenses, deveis empenhar ao progresso a vossa atividade de tal sorte que (...) o sibilo da locomotiva, lembra-vos que não tendes direito à ociosidade e, sim, obrigação ao trabalho, é verdadeiramente um apelo à vida.

A segunda ideia, é de que o trem, ao permitir o trabalho, traria o tão sonhado progresso material, permitindo explorar as riquezas naturais de que dispunha o município, este sempre exaltado como possuidor de uma natureza exuberante e de riquezas incalculáveis<sup>94</sup>. E, em terceiro lugar, o trem, ao engendrar o trabalho e a riqueza, traria a civilização dos costumes, levaria a população local a abandonar suas atitudes rudes. Estas duas últimas ideias também são recorrentes no discurso de Ibiapina, mas podemos visualizá-la com bastante nitidez no emblemático trecho que se segue:

Eu quizera que as minhas palavras ressoasse como um brado, nesse momento em que verdadeiramente comemora-se uma das mais brilhantes conquistas do progresso humano.  
 (...) Mais longe sobre as ruínas do tugúrio, onde a penúria esconde a sua vergonha, elevar-se à casa onde o trabalho traz a lume a sua bastança; as urzes e os candos, que vicejam ali, vão servir de estrume a novas sementeiras; o trogloyta (sic) renunciará a caverna para entrar no covivio social, recoveiro dá lugar ao maquinista, o lavrador de enchada ao hombro, disputa ás feras o domínio das selvas, e finalmente o próprio homem renovar-se-á na corrente das idéias novas que há de revolver o ambiente, elevando os costumes, escolarizado os espíritos e fortificando os caracteres<sup>95</sup>.

<sup>94</sup> Ver SOUSA, Eusébio. Um pouco de História. Op. cit.

<sup>95</sup> Trecho do discurso de Antonio Ibiapina. Op. cit.

Note-se que a chegada do “monstro de ferro” é entendida como uma conquista do “progresso humano” e que seria capaz de trazer, em primeiro lugar, o trabalho e, em segundo lugar e como consequência deste, a “bastança”, isto é, a riqueza, e, finalmente, as luzes, o conhecimento, renovando o espírito. A chegada da ferrovia é vista como o momento da transformação. O trabalho é aí entendido como a chave para atingi-lo. Mudando os termos, seria transformado em instrumento de sua promoção. O trem teria, na fala de Ibiapina, uma função pedagógica. Ensinaria à população local o valor do trabalho, tirando-a do ócio. Ser ocioso estava ligado à “indolência”, ao “inútil” e contrastava com os valores do trabalho.

Para boa parte dos homens que viveram nas primeiras décadas do século XX, a transformação da cidade teria sido resultado da ferrovia, como é o caso de Francisco Magalhães Martins, por exemplo, que viveu aqueles primeiros momentos. Para ele, a cidade de Ipu, no início do século XX, era terra “florescente, cheia de riquezas e de encantos”, na qual o trem veio torná-la acessível. Para a cidade, acorria gente de todos os lugares:

Para aquela localidade florescente, cheia de riquezas e de encantos, perdida no alto sertão, e que o trem-de-ferro veio tornar facilmente acessível, acorriam então, muitos indivíduos acompanhados de família, procedentes de lugares próximos ou afastados, até do exterior, e alguns ali se fixaram: portugueses, espanhóis, italianos, franceses, russos, turcos ou libaneses. Daí por que a cidade conserva, até hoje, vestígios dessa gente nos nomes de ruas, logradouros e casas de comércio tais como: Rua da Itália, Beco do Cafute, Açude Breguedof, arrabalde Reino de França, Loja Libanesa etc<sup>96</sup>.

Francisco Magalhães Martins nasceu em 1910 e viveu boa parte de sua juventude frequentando os espaços reservados aos mais abastados do lugar. Em seus livros, escritos sobre o Ipu, narra acontecimentos daquele período e corrobora com a visão que seus pares tinham sobre a cidade e sua história. Para ele, o crescimento comercial e econômico de seu torrão natal teria sido mais acentuado nas primeiras décadas do século XX, antes do prolongamento da ferrovia para Ipueiras, Nova Russas, Crateús, até chegar ao Piauí, arrefecendo posteriormente, mas, mantendo posição de destaque. Tal posição teria atraído comerciantes de outras praças, viajantes, intelectuais, artistas, advogados e uma infinidade de pessoas que buscavam viver num local onde fosse possível ascender econômica e socialmente.

---

<sup>96</sup> MARTINS, Francisco Magalhães. *Ídolos, Heróis e Amigos. Ensaios e Críticos*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1982, p. 68-69.

Para a cidade florescente, ponta-de-linha, acorriam pessoas de todas as classes e procedências, até estrangeiros – italianos, franceses, turcos, espanhóis, portugueses (...).

O trem trazia passageiros vindos de longe, caixeiros-viajantes de Fortaleza e das praças do País. Vinham carrosséis, circos, companhias dramáticas e outras diversões (...) vinham todos pro Ipu! Vinham até coquetes vestidas segundo os figurinos da BELLE-ÈPOQUE, (...).

E veio até o moço Leonardo, irmão do vigário, para tomar de conta do colégio<sup>97</sup>.

Para Francisco Magalhães Martins, teria sido nos primeiros quinze anos do século XX que a cidade consolidara a sua fama de “cidade intelectual”. Teria sido por esses dois motivos, o crescimento econômico e, como consequência dele, o ambiente intelectual da cidade, que o pároco da freguesia, Aureliano Mota, mandara buscar, de Guaramiranga, seu irmão, Leonardo Mota, natural de Pedra Branca, citado na passagem acima, percebendo que na cidade o “moço Leonardo” teria um universo propício para colocar em práticas seus conhecimentos e pesquisas, com possibilidades de ascensão social.

Leonardo Mota fundou em Ipu, em 1912, uma escola secundária, com o nome de Instituto José de Alencar. As aulas de francês, ministradas por ele, eram muito concorridas e logo seus adeptos, entre um grupo de pretensos “intelectuais”, se matriculou para aprendê-la, desejosos por distinção. Logo, em solenidades como aquelas realizadas pelas agremiações locais, tornou-se comum aos oradores, incluir em seus discursos e falas, frases e saudações em francês, bem como, recitar poesias de autores franceses em sua língua nativa. Leonardo Mota acabou casando com a filha do maior comerciante ipuense, maior exportador de algodão da região em torno do Ipu e o homem mais rico da localidade, o Cel. José Lourenço de Araújo, o que teria lhe dado “certo apoio e segurança, para proporcionar a subsistência de seu lar, para poder reencetar os estudos” e “ensaiar os seus passos de andarilho, alimentar o seu sonho, e sua grande paixão, que era ouvir no habitat o cantador, no seu vagar”<sup>98</sup>.

Data dessa época o seu interesse pelo “folclore” ou pelas manifestações da cultura popular, como demonstra Luís Câmara Cascudo, ao dizer que “de 1912 em diante, Leonardo Mota começa a interessar-se pelos poetas sertanejos, as valentias do desafio, romances-novelas, versos soltos”<sup>99</sup>, manifestações que abundavam nas grandes feiras de sábado, realizadas nas imediações do mercado público de Ipu, quando acorria para a cidade muita gente de localidades distantes, dentre eles os cantadores e violeiros vindos de todo o norte e

---

<sup>97</sup> Id. Ibidem, p. 56-57.

<sup>98</sup> Id. Ibidem, p. 58-59.

<sup>99</sup> CASCUDO, Câmara. Prefácio à terceira edição. In: MOTA, Leonardo. *Cantadores*. 7. ed. Rio de Janeiro-Fortaleza: ABC Editora, 2002, p. xiii.

nordeste, e que faziam, segundo ainda Francisco Magalhães Martins, “a grande alegria” de Leota<sup>100</sup>.

Francisco das Chagas Paz é outro que acreditava que o desenvolvimento econômico da cidade teria sido resultado da chegada da ferrovia. Para ele, logo que a Estação Ferroviária foi inaugurada, muitos estabelecimentos comerciais de varejo e atacado teriam sido erguidos em sua volta. Retrata isso em poesia:

Na praça da Estação  
Tudo ali vi colocado,  
O comércio de atacado  
Era naquele local,  
Tinha casa de armazém,  
Do modo que hoje tem,  
Toda a cidade em geral.

Manuel Marinho com loja,  
Elói Sabóia também,  
João Balbino, lembro bem,  
Comprava em grosso e vendia.  
Tinha armazém o Hermino,  
Como também Zeferino,  
Grandes negócios fazia.  
(...)<sup>101</sup>.

Seu Chagas Paz anotou no *Ipu em jornal*, em 1959, que a ferrovia “trouxe para Ipu uma nova fase de progresso. Seu comércio evoluiu, a cidade aumentou, tudo enfim se tornou mais com a comunicação e transporte diretos ao pôrto mais próximo que é ainda Camocim”<sup>102</sup>. Em uma das estrofes de outra composição poética escreve:

Foi a Maria Fumaça  
Que deu o progresso ao logar  
Tudo se desenvolveu  
Quando ela apareceu  
Quem fez tudo melhorar<sup>103</sup>.

Finalmente, o trem, ponto alto da técnica e da ciência modernas, funcionou ou foi percebido como artefato capaz de trazer o progresso e a civilização à localidade. A ferrovia, como grande símbolo identificado às sociedades avançadas e a sua associação às

<sup>100</sup> MARTINS, Francisco Magalhães. *Ídolos, Heróis e Amigos*. Op. cit.

<sup>101</sup> PAZ, Francisco das Chagas. *Reminiscências de Ipu*. Manuscritos datilografados, 1974, p. 10.

<sup>102</sup> A Estrada de Ferro de Sobral. *Ipu em Jornal*, p. 1-2, 18 jul. 1959.

<sup>103</sup> PAZ, Francisco das Chagas. *Esta, minha terra*. Ipu: Manuscritos datilografados, 1981, p. 143-150.

transformações que vivia a cidade, garantia uma materialidade que permitia a emergência de um discurso da mudança e a construção de uma representação que caracteriza a cidade como o espaço da mudança.

## 2.2 As fantasias discursivas do progresso

Se, de fato, a ferrovia e o prédio da estação, o mais imponente da localidade, eram identificados, por muitos, como os grandes símbolos do progresso local, no entanto, quanto mais nos aproximamos da década de 1920 é que se pode identificar claramente a construção e consolidação de um discurso de que a cidade e seus habitantes já viviam e respiravam os seus ares. E isso se justifica pelos muitos equipamentos erguidos na cidade e associados com o novo, como o prédio do teatro, em construção, avenidas e praças erguidas em estilo arquitetônico moderno, segundo os enunciados, abertura de novas ruas, alargamento e pavimentação com paralelepípedos de outras, iluminação de alguns logradouros, construção de estradas ligando a cidade a outras regiões, construção de açudes e a fundação de agremiações aberta à circulação e convívio de grupos restritos, cuja organização se espelhava em congêneres alienígenas.

Por outro lado, se o discurso busca convencer sobre o fato de que a cidade já possui um bom número de equipamentos identificados com o novo, defende uma intervenção mais arrojada em seus espaços físicos, com o intuito de erguer outros equipamentos necessários a uma cidade moderna. Daí é que são geradas práticas efetivas de intervenção em seus logradouros, levadas a cabo por seus defensores, com a perspectiva de remodelar a estética urbana e que permitisse revelar uma dada imagem buscada.

A transcrição que se segue foi publicada no jornal *O Bezouro*, escrito por homens desejosos por fundar uma outra cidade. Em primeiro lugar, anota que o progresso já era visível na cidade:

Graças ás iniciativas do nosso povo e o desenvolvimento das nossas compreensões as cousas vão tomando incremento dia a dia, os homens não desprezando os atrasados costumes da antiguidade, o progresso vae penetrando pouco a pouco em nosso meio, advindo dahi gloria para o nosso nome.

Em segundo lugar, reclama daqueles que não se empenham em modernizar a cidade, talvez com a intenção de adquirir apoio ao projeto do jornal.

(...) Referimo-nos ao Ipu onde presentemente se demolem os velhos casebres que afeiam as ruas, projecta a construcção de uma avenida e de um theatro. Mau grado, ainda existem em nossa terra velhos troncos do systema regressivo representados em patricios que deviam antes cooperarem com seu esforço no lolvavel tentamen (sic) de modernisarem-na.

Finalmente, apenas no terceiro parágrafo da transcrição, temos o núcleo estruturante do texto, quando seu autor passa a enumerar os equipamentos e grêmios erguidos naquele momento, todos associados com o novo, e o “grande papel” exercido pelas mentes “progressistas” do local:

(...) Já temos uma typografia, a qual grandes serviços nos ha prestado. Temos o ‘Centro Artístico’, sociedade beneficente de futuro lisongeiro inaugurado ha meses. Temos finalmente o ‘Gremio Recreativo ipuense’ sociedade dançante e theatral e o ‘Gabinete de Leitura’ (...) estas instituições todas dignas dos maiores applausos; significam que folgamos de vermos nossa terra procurar civilisar-se e expelir do seu seio os rotineiros costumes do tempo de ‘dom gemmas’ (...) Congratulamo-nos com os distintos patricios Drs. Abílio Martins e Chagas Pinto, Thomaz Corrêa, José Aragão, Manuel Dias”<sup>104</sup>.

No início de 1919, momento em que circulava *O Bezouro*, se iniciara a construção de um teatro, bem no centro da cidade, próximo ao mercado público, por iniciativa de Abílio Martins. Em um de seus salões seria instalada uma sala de “cinema”. Estava projetada, pelos homens citados na transcrição acima, a construção de uma “avenida”, em estilo “moderno”, com dividendos particulares, dada à escassez de verbas do erário. O terreno, no entanto, já havia sido doado pela prefeitura. A “avenida” seria inaugurada em 1927.

Em 1918 tinha sido comprado em Sobral, por aqueles que fundariam o *Correio do Norte*, todo o maquinário que daria origem a *Typographia d’O Campo*, onde foi impresso *O Bezouro*. De lá também saíam a revista mensal *O Campo* e outras folhas. No mesmo ano, era erguido o *Centro Artístico Ipuense*<sup>105</sup> e o *Gabinete de Leitura Ipuense*. Outras associações eram fundadas por “homens distintos”, como o *Grêmio Recreativo Ipuense*.

Note-se, na passagem transcrita que, inicialmente, o redator defende que o progresso lentamente vai tomando conta da cidade. Ele é associado a duas ideias centrais e recorrentes,

<sup>104</sup> Array!! *O Bezouro*. Ipu, p. 1-2, 1 Jan. 1919.

<sup>105</sup> O *Centro Artístico Ipuense* foi fundado em 29 de junho de 1918. Era uma sociedade anônima e, segundo seus estatutos, beneficente, cujo objetivo era o “alevantamento physico, intellectual e moral de seos associados”. Como o *Grêmio* e o *Gabinete de Leitura*, congregava parte da “escól social” local. Realizavam-se em seus salões as concorridas *soirées* e contava com uma banda de música, que tocava nos espaços de sociabilidade, reunindo os abastados e letrados da cidade. Ver *Estatutos do Centro Artístico Ipuense*. Ipu: Typographia do Campo, 1921, p. 1. Para uma discussão mais detalhada sobre esta associação ver FARIAS FILHO, Antonio Vitorino. *O Discurso do progresso e o desejo por uma outra cidade*. Op. cit.

estruturantes do discurso: em primeiro lugar, à noção de civilização. Neste caso, refere-se à introdução de “novos costumes” ligados às associações erguidas na cidade recentemente: o *Grêmio Ipuense* (1912), o *Gabinete de Leitura Ipuense* (1919), discutidos no capítulo seguinte, e outras associações similares. Aqui, basta apenas esclarecer que tais grêmios estavam abertos ao ingresso apenas dos mais abastados, que buscavam distinção pelos “bons modos”, pelo vestir e falar, realizando *saraus*, partidas literárias e *soirées* dançantes eivados de formalidades, com regras de convívio seguidas pela etiqueta, e que davam aos seus associados à sensação de viver e ser civilizados e que, no discurso acima, são responsáveis “por expelir” os “velhos costumes”, sempre identificados com o atraso e os costumes locais.

Ao lado dessas associações, a imprensa, em pleno desenvolvimento no período com a existência de um prelo na cidade, sempre entendida como “a bella manifestação do progresso de um povo”<sup>106</sup>, e o teatro-encenação, já praticado nos palcos dos citados grêmios, eram pensados da mesma forma, isto é, como manifestações de um povo em vias de “civilizar-se”.

Se o progresso e a modernidade têm essa face, digamos, espiritual, ligados ao avanço dos costumes sempre identificados com os valores “novos”, alienígenas, a sua outra face – a segunda associação – é dada, no discurso, pelos muitos equipamentos erguidos ou em construção na cidade recentemente: o prédio do teatro, a avenida projetada, a tipografia, a demolição dos “velhos casebres que afeiam as ruas”. O progresso local, na visão daqueles que escrevem no *O Bezouro*, se traduzia também em todos os equipamentos citados. Eram eles identificados com o “moderno” em contraposição ao velho, arcaico. E os “homens” responsáveis por erigi-los apareciam como os seus grandes agentes. Abílio Martins, Chagas Pinto, Thomaz Corrêa, José Aragão e Manuel Dias, citados na transcrição, são apenas alguns daqueles homens fascinados pelas ideias “novas”.

O *Correio do Norte*, em sua edição de 1º de janeiro de 1920, dia de seu segundo aniversário, fez uma espécie de balanço dos esforços de seus colaboradores em prol do “progresso da cidade”. Eles se posicionam como “heroes”, como guerreiros em prol do programa que defendiam, dizendo: “A esta fileira de lutadores está coeso o corpo redatorial do ‘Correio’, o qual considero um punhado de heroes, uma pleiande de espartanos que se empenham em manter o Ipu em o nível das cidades modernas e civilizadas”<sup>107</sup>.

Aquele periódico é o grande veículo onde o discurso do progresso e da modernidade aparece em cores bastante nítidas. Seus redatores são aqueles que, pelos enunciados construídos, lutavam para erguer na cidade equipamentos que eles identificavam como

<sup>106</sup> SOUSA, Eusébio. Um pouco de Historia. Op. cit., p. 226.

<sup>107</sup> *Correio do Norte*. Ipu, p. 2, 1º jan, 1920.

necessários a uma nova cidade. Mais do que isso, acreditavam que cabia a eles levá-la ao desenvolvimento e se arrogavam como seus agentes.

À medida que nos aproximemos da década de 1920 e do seu transcorrer, o discurso de que o progresso já é entendido como uma realidade local torna-se ainda mais evidente e enfático. Isso se explica por pelo menos dois fatores principais: o primeiro diz respeito à fundação de agremiações “elitistas”, ao lado de um movimento em prol da construção de novos espaços e equipamentos para a cidade, marcados pelos signos relacionados ao novo. O segundo, diz respeito à construção de grandes obras, como são os casos do *Açude do Bonito*<sup>108</sup> e da *Estrada de Rodagem Ipu-São Benedito*. Obras conseguidas pelo, então, deputado estadual, Abílio Martins, junto ao presidente do Estado, João Thomé de Sabóia e Silva (1916-1920), que as solicitou ao governo Federal.

Abílio, líder do Partido Democrata no município, deu suporte, ele e seu grupo, à candidatura, em 1920, de Justiniano de Serpa (1920-1923) à presidência do Estado. Foi por intermédio do jogo político que ele, com seus correligionários, que gozavam de prestígio junto ao governo estadual, conseguiram a liberação de obras contra a seca para a sua cidade. Essas obras, iniciadas, foram entendidas como um grande momento em prol do progresso da cidade, encetado por seus agentes.

Logo após o início dos trabalhos de construção da estrada de *Rodagem Ipu-São Benedito*, o editorial (artigo de fundo) do *Correio*, de 29 de junho de 1920, dizia:

Ipuense como eu sou não posso deixar de me regozijar com melhoramentos e progresso de minha terra (...)

Depois das estradas de ferro, as de rodagem são as vias de comunicação mais rápidas e mais vantagens trazem às populações rurais e urbanas no intercâmbio de todos seus produtos agrícolas e industriais<sup>109</sup>.

Em agosto de 1920, o mesmo periódico publicava um longo artigo sob o título *Estrada de Rodagem Ipu-São Benedito*, evidenciando a chegada da “civilização” “em nosso longiquo sertão”. Inicialmente, lança um olhar sobre o seu traçado, para concluir com elogios ao engenheiro responsável pelos trabalhos:

(...) Fecha a tangente uma graciosa curva, que também limita o grande passeio publico em vias de construcção. Quem vê por ali transitar o elegante automóvel da direcção, já sente que a Civilização não é inteiramente um mytho em nosso longiquo sertão. A busina do automóvel e o apito da locomotiva, despertam animos incentivam, intelligencias, fazem vibrar os

<sup>108</sup> O Sítio Bonito está situado a 12 km da sede do município.

<sup>109</sup> E. de Rodagem Ipu-S. Benedito. *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 29 jun. 1920.

nervos de nossa Ipu, lembrando a futura apotheose do progresso e suficiente aproveitamento de nossas riquezas (...) <sup>110</sup>.

Na transcrição acima, o discurso aponta a mudança também como devir. O automóvel e a locomotiva são identificados como os símbolos da modernidade e da civilização, fazem vibrar os nervos, despertam os ânimos, a inteligência do ipuense. Como produtos da técnica, anunciam a futura exploração das riquezas locais, ideia já defendida no discurso de Antônio Ibiapina. Mais importante ainda, é o fato de que a presença dos símbolos da modernidade nestes “longínquos sertões” leva à crença de que o progresso e a civilização, identificados com eles, não são mitos. Eles criam uma base material que permitem a construção de um discurso da mudança.

Em 1921 o jornal *A Tribuna*, do Rio de Janeiro, publicou uma matéria sobre a construção da *Estada de Rodagem Ipú-São Benedicto* e do “movimento progressista que toma a cidade de Ipu”. O *Correio*, em sua edição de 13 de janeiro de 1921, reproduz parte dele. Sob o título original de “Uma Iniciativa Grandiosa no Interior do Ceará”, diz a matéria:

Segundo aquele orgam da imprensa cearense [referindo-se ao *Correio*], a nova estrada tem todos os atractivos e entre eles o que é motivo de orgulho para os filhos do lugar é a idéia de progresso, com o deslizar do automovel que, com a sua buzina, parece anunciar uma nova da civilisação ali onde tudo antigamente era sertão, e nem a mais longiqua esperança havia de que viesse a ser o que é hoje <sup>111</sup>.

Desde o início da construção das citadas obras no município, inúmeros artigos foram publicados naquele periódico, dando conta do “momento de progresso vivido pela cidade”. Além das duas “grandes obras” construídas pela Comissão de Obras Contra as Secas, foram feitas uma ponte sobre o riacho Ipuçaba <sup>112</sup>, permitindo a ligação da região central ao bairro *Alto dos 14* <sup>113</sup> e duas “avenidas”, que na verdade são estradas: uma na localidade da *Mina* <sup>114</sup> e a outra seguindo na direção da *Bica do Ipu*. Uma delas recebeu o sugestivo nome de *Boulevard* <sup>115</sup>. Estes trabalhos não estavam previstos no projeto inicial. Todo esse movimento é entendido como progressista.

<sup>110</sup> *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 13 Jan. 1921.

<sup>111</sup> *Idem*.

<sup>112</sup> O Riacho Ipuçaba corta a cidade no sentido oeste-leste. Nasce de um lençol freático sobre a serra da Ibiapaba, cuja nascente principal fica no sítio São Paulo. Suas águas despencam de uma cachoeira com mais de 100 m de altura, que os ipuenses chamam de *Bica do Ipu*. Pode ser vista de quase todos os pontos da sede do município.

<sup>113</sup> O bairro *Alto dos 14* fica pouco antes da ladeira que liga a cidade a serra da Ibiapaba, no sentido oeste.

<sup>114</sup> A região chamada hoje assim, *Mina*, está situada logo após o bairro *Alto dos 14*, no sentido de quem sobe a serra.

<sup>115</sup> *Boulevard* São Carlos. Terminologia que se mantém até hoje.

Abílio Martins era tido como aquele que mais lutava, juntamente com os seus pares, pela construção daqueles melhoramentos e que, portanto, contribuía para o engrandecimento local, como escreveu o órgão da imprensa local quando ele seguiu para Capital do Ceará, para “tomar parte nos trabalhos da Assembléia Estadual”, pois havia sido eleito Deputado Estadual: “O nosso querido companheiro é o ipuense que mais há trabalhado pelo incremento de sua terra natal, que ele deseja ver na vanguarda das mais adeantadas cidades do interior. D’ahi o esforço, que de 2 annos para cá se fazem em nossa urbs”<sup>116</sup>.

### 2.3 A sublimação estética da modernidade

Uma das imagens ligadas às chamadas cidades modernas era a beleza estética das formas urbanas<sup>117</sup>. O urbanismo da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX, teria produzido um novo padrão de beleza, de um lado, associado à disposição dos prédios e logradouros urbanos: a fachada das edificações poderia identificar, por exemplo, se a cidade se voltava para o futuro ou para o passado. De outro lado, a limpeza urbana, o desenho do traçado, a higiene das ruas eram também espécies de termômetros que juntos permitiam dizer se a cidade se modernizava ou não. A disposição dos prédios, sobretudo em suas fachadas, o traçado das ruas, o uso dos espaços em muitas cidades brasileiras passaram a ser objeto de racionalização. Engenheiros, arquitetos e médicos sanitaristas participaram desse processo.

Em Ipu, os defensores do progresso publicaram inúmeros artigos no *Correio do Norte* defendendo a intervenção pública nos espaços da cidade, com o objetivo de mudar a sua *aesthetica*, de dar a ela uma feição de cidade moderna. Entre janeiro de 1920 e março de 1924, foram publicados naquele periódico mais de 30 longos artigos nesta direção, cada um, geralmente, como matéria principal ou artigo de fundo<sup>118</sup>. Aqui faremos uma análise das questões relacionada à defesa das intervenções nos prédios para transformar a sua estética. Quanto à limpeza, higiene urbana e os hábitos dos habitantes, a discussão é feita no capítulo 6.

#### 2.3.1 O Mercado Público e outros prédios

<sup>116</sup> Dr. Abílio Martins. *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 24 jun. 1920.

<sup>117</sup> Existe uma extensa literatura que analisa a modernidade no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, reservando um espaço significativo para a discussão das formas e modelos urbanos. Parte desta literatura é discutida em 2.4, adiante.

<sup>118</sup> Escolhemos apenas alguns dos textos para as nossas citações, daqueles que melhor representam as ideias que queremos discutir. O objetivo é não fazer citações em excesso, o que tornaria a leitura repetitiva e empolada.

A defesa de uma intervenção para se remodelar ou “aformosear” o mercado público, que desse a ele uma nova fachada e um aspecto mais higiênico, após a defesa da construção de uma avenida bem ao lado, é assunto dos mais destacados no *Correio do Norte*.

A partir de sua edição de 24 de março de 1921, o periódico publicou uma série de matérias com o título “A nossa cidade”. Na primeira delas, após defender o dever que todos “que sinceramente amam o Ipú” teriam na luta pelo “progresso local”, e valorizar os trabalhos de construção da “Avenida Ipuense”, discutida adiante, o seu autor passa a defender a remodelação do mercado público, o deslocamento do prédio da Casa de Câmara do centro da cidade e a construção de uma nova Igreja.

(...) Quando porem o olhar prescrutador e curioso do recém-vindo, penetrar mais longe, lastimará que não se tenha tomado providencias para fazer de nosso Mercado Publico, um visinho digno de nossa magestosa Avenida. É que o nosso Mercado confessamol-o com pezar, ainda obedece aos velhos planos rotineiros. Aqui muito perto, em S. Benedicto, a bôa vontade de uma municipalidade pobre levantou aquelle colosso de ferro, aceiado, confortável, bonito mesmo, que é o Mercado Sambenedictense (...) <sup>119</sup>.

Há uma preocupação premente daqueles que escrevem no *Correio*, ante o olhar perscrutador do visitante sobre a cidade. Pesa sobre eles o pejo de que a cidade e seu povo sejam identificados, aos olhos dos visitantes, com o atraso, à “barbárie”. Querem ser reconhecidos, ao contrário, como “civilizados”, “progressistas”. Daí seu esforço em defender a modernização dos logradouros e dos espaços da cidade. Note-se que o autor usou como estratégia para tentar convencer o leitor e as autoridades, da necessidade de remodelar o Mercado Público, o exemplo bem sucedido de São Benedito, querendo demonstrar que com boa vontade, mesmo com poucos recursos, é possível empreender o que defende. O autor do artigo continua:

Tivemos a visita de uma pessoa illustre, que encantada pelas belezas naturaes do Ipú e testemunhando a sua admiração pelo progresso local, não deixou porem de notar que duas coisas [immensamente] eram sensuraveis em Ipú. Ambas, dezemol-o desde logo, tem sido objeto de varias tentativas para o seo remodelamento. Disse o viajante illustre que deixava-lhe má impressão a nossa Cadeia e Casa de Camara edificio Archaico e deteriorado, posto como estaferino no meio de uma das melhores praças e tomando a frente de um dos melhores prédios <sup>120</sup>.

<sup>119</sup> A Nossa Cidade. *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 24 mar. 1921.

<sup>120</sup> Idem.

Agora o seu olhar recai sobre o prédio da Casa de Câmara e Cadeia, apresentado com uma “arquitetura arcaica” e “deteriorada”, contrastando com prédios e logradouros “modernos” a sua volta. Podemos perguntar se, de fato, as observações feitas são de um “viajante ilustre” ou do próprio autor da matéria, usadas como estratégia para chamar atenção, ante a necessidade de intervenções remodeladoras de prédios aquém do “progresso” local, caso também da Igreja matriz, a julgar pela conclusão da matéria:

Disse também que a Igreja Matriz, ficava aquém do que se poderia esperar de Ipú. Realmente, possuidor como é o Ipú de um Cemitério tão elegantemente disposto o nosso pobre Templo, faz uma figura humilde e certamente de verdadeira anti esthetica. Dizem-nos que o Revdmo Vigario interessa se pela continuação das obras da Igreja Matriz parada em alicerces, bem como informaram-nos que o Dr. Abílio Martins nutre projecto sobre o deslocamento da cadeia. Desejariamos muito ver o progresso ás suas idéas para que, ai voltasse o visitante illustre, já não mais encontrasse razões para não achar inteiramente a nossa cidade digna da familia ipuense, tão inteligente e culta<sup>121</sup>.

O núcleo central da longa matéria citada acima é a ideia de que alguns prédios e logradouros da cidade contrastam com o grau de desenvolvimento que tem tomado a *urbs*, sendo necessária uma ação enérgica daqueles que lutam pelo progresso local, no sentido de remodelá-los. A estratégia usada é, em primeiro lugar, demonstrar que mesmo com poucos recursos e boa vontade isso é possível e, em segundo lugar, que é necessário mostrar para o viajante ou visitante “ilustre”, enfim, para os de fora, e não apenas para “nós mesmos”, que é possível construir uma “civilização no sertão”.

O mercado e o edifício que servia de cadeia e casa de câmara, ambos bem na área mais central da cidade, e a Igreja matriz, no quadro da Igrejinha ou na Praça São Sebastião, são os três prédios sempre apresentados como aquém do progresso local. Por isso, defende-se, para o primeiro, uma intervenção capaz de modernizá-lo e a construções de novos prédios para os outros dois. Os dois primeiros edifícios tiveram sua construção iniciada na seca de 1888. O mercado, segundo Francisco de Assis Martins, foi erguido em 1890. Esclarece que foi ele “construído dentro de uma arquitetura barroca, destacando-se a forma de suas portas e janelas, quase em ogivas”<sup>122</sup>. No mesmo ano, também era concluída a cadeia e casa de câmara. Quanto à Igrejinha, ainda de pé, sua edificação data da década de 1880<sup>123</sup>.

<sup>121</sup> Idem.

<sup>122</sup> MARTINS, Francisco de Assis. *Meu pé de Serra, o Ipu: poesias, crônicas e outros*. Fortaleza: INESP, 2008, p. 40-41.

<sup>123</sup> A historiografia tradicional sobre a história do Ipu, baseada em trabalhos de Eusébio de Sousa, defende que a Igrejinha foi construída em 1765 por missionários vindos da Vila Real de Viçosa, com o intuito de dar

O Cemitério foi outro monumento objeto de reclamação. No entanto, entre o final do século XIX e início do século XX, foi ele transferido de uma região que, com o crescimento da cidade, foi englobada como centro, para o atual alto da boa vista, então uma região distante. Em 1913 passou por uma reforma que o “modernizou”, segundo os discursos.



Figura 8: Cadeia Pública de Ipu. Foto de 1933. Solenidade de inauguração. Fonte: MARTINS, Francisco de Assis. *Meu pé de serra, o Ipu: poesias, crônicas e outros*. Fortaleza: INESP, 2008, p. 184.

Coincidentemente, é na década de 1920 que são retomadas as obras da nova Igreja Matriz e tem início a construção de uma nova Cadeia Pública, distante do centro, próximo ao cemitério e no caminho que levava ao atual Bairro da Boa Vista, região pouco habitada na época. A primeira foi iniciada em 1914 com a colocação da pedra fundamental. Em seguida, o templo foi projetado pelo Arquiteto Archimedes Memória<sup>124</sup>, em estilo grandioso, que estivesse de acordo com “o progresso local” e com o crescimento da população, já que o pequeno templo da Praça São Sebastião, segundo se defendia, estava em desacordo com o avanço da cidade, como vimos. A nova matriz seria inaugurada em 1940. Quanto à nova cadeia, esta seria inaugurada em 1933, na gestão do interventor Joaquim de Oliveira Lima, concluída após a retomada as obras<sup>125</sup>.

---

continuidade à catequese da “missionária” Joana Paula Vieira Mimosa. No entanto, não há documento algum que comprove isso. A chamada Igreja de Nossa Senhora do Desterro, de alvenaria, e ainda de pé, data da década de 1880, edificação iniciada pelo Padre Correia e levantada no lugar onde havia sido construída uma humilde capela de palha, provavelmente após 1733. Segundo Antonio Bezerra, a capela conservou-se até o ano de 1871, tinha a frente para o poente, ao contrário da Igreja atual, e servia para nela celebrar-se a missa de natal. BEZERRA, Antônio. *Notas de Viagem*. Op. cit., p. 204.

<sup>124</sup> Archimedes Memória. Ipuense, formado em arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes, do Rio de Janeiro, aluno de Morales de los Rios e de Heitor de Melo. Depois, como catedrático, substituiu a cadeira deste último (1920). Profundamente influenciado pelo “estilo eclético” então em voga, retornou ao Ipu (ainda enquanto estudante - 1913), projetou a atual Igreja Matriz e redesenhou a planta da área central da cidade, segundo Eusébio de Sousa. Parece ter sido com base no desenho de Archimedes Memória que algumas ruas, três, tomaram o nome simbólico de Boulevard (Boulevard São Carlos, Boulevard Dr. João Pessoa, hoje Avenida Auton Aragão, e Boulevard Pedro II, hoje Avenida Vereador Francisco das Chagas Farias).

<sup>125</sup> As obras para a construção de uma nova cadeia foram iniciadas ainda em 1925, no governo de José Raimundo de Aragão Filho, e retomadas pelo governo de Joaquim de Oliveira Lima (1930-1935). Este pretendia “retirar

No que se refere ao prédio do mercado, a sua remodelação deveria levar em conta, ainda, o fato de torná-lo mais higiênico, com o objetivo de prevenir “miasmas” causadores de doenças. As reclamações contra a insalubridade do prédio, considerado um edifício não tão ruim, bastando apenas sua remodelação, e que concentrava a maior parte dos açougues da cidade, é assunto discutido no *Correio do Norte*, como em uma de suas edições de abril de 1922. Inicialmente os redatores do periódico falam da sua estrutura:

O mercado do Ipú, se não é dos melhores do interior do Estado, também não é dos piores. Os quartos de que elle se compõe, são de bôa construcção, de conveniente altura.

O barracão do centro é um bom prédio, “sui generis”, pois não nos consta que haja outro que como elle contenha alpendre e quartos de negocios. Ha, porem, grande falta de asseio no nosso mercado.

Para em seguida, longamente, em quatro parágrafos, reclamar contra a falta de higiene reinante em seus estabelecimentos, vejamos, a título de exemplo, apenas dois pequenos trechos:

Os diversos talhos de carne nelle existem, são immundos. Esses tachos, collocados nos alpendres dos quartos de negocio, têm estaleiro onde, contra todos os preceitos de hygiene, são estendidos os restos de carnes, que não são vendidas, fressuras, ossos, etc, que ali ficam expostos dias e dias espalhando emanacões deleterias e insupportavelmente fétidas (...).

(...)

Tudo isso prejudica immensamente a salubridade publica e causa péssima impressão á quem vae ao nosso mercado, que é onde se concentra a maior parte das lojas de fazenda, de quinquilarias etc, dessa cidade<sup>126</sup>.

Diante dessa realidade, defende-se o saneamento do mercado: “O nosso illustre e digno Prefeito Municipal deve providenciar seriamente para sanear o nosso mercado, tornando o asseiado digno de ser visitado, evitando assim, que d’aquelle fóco de miasmas se originem febres e outras moléstias graves”<sup>127</sup>.

---

do centro da cidade o depósito anti-higiênico, mal impressionador” que “exalava ensuportável mau cheiro”. Ainda evocando o discurso do progresso, Joaquim Lima inaugurava a nova cadeia, hoje Casa de Cultura, dizendo que “A antiga penitenciaria de Ipu, construida no tempo do Imperio, està encravada no centro da cidade. Nela eram encarcerados os criminosos e também detidos os presos correcionaes, loucos, etc. Visinha ás principaes ruas da praça Abilio Martins, sem hygiene, anti-estetica, exalando ensuportavel mau cheiro, oferecendo um aspecto funesto, permanecia o velho pardieiro municipal”. *A administração Municipal em Ipu no Regime Revolucionário*. Documento publicado pelo ex-prefeito Joaquim de Oliveira Lima quando da sua saída da prefeitura na década de trinta. Produção independente. (O documento não é paginado). Pertence ao acervo de Francisco de Assis Martins.

<sup>126</sup> *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 6 abr. 1922.

<sup>127</sup> Idem.

Assim, a remodelação do mercado público, um prédio relativamente novo (1890), se de um lado, deveria melhorar a sua estética física, tornando-o elegante e moderno, de outro, deveria também levar em conta a sua higienização.

O que nos interessa, no entanto, é que da ideia da necessidade de transformar a cidade em um local moderno, gera-se práticas de intervenção em sua estrutura física, no sentido de remodelar ou aformosear seus principais prédios e praças, ainda que muitas das mudanças reclamadas não fossem realizadas. Defende-se que a cidade deveria ser bela aos olhos do visitante e agradável aos seus moradores.

Os redatores do *Correio*, ao defenderem a “remodelação” e “aformoseamento” dos espaços da cidade o fazem “em nome dos interesses da coletividade”. Vejamos o que diz parte de outro artigo publicado na edição seguinte, do mesmo periódico, e com o mesmo título da citação acima. Na transcrição abaixo, o autor começa se desculpando pela insistência em falar da necessidade de remodelar os espaços, justificado porque é de interesse “da coletividade”:

Bater na mesma técha será impertinencia, porem que se nos perdoe a insistencia, porque fallamos em nome dos interesses da coletividade, cujos direitos estão acima de qualquer outra coisa e que sendo geraes entretanto formam-se da somma dos direitos que tem cada cidadão.

Fazer uma Ipú irreprehensivamente bella e indiscutivelmente sadia, é não somente trabalhar pelo engradecimento de nossa cidade, mas principalmente valorizar o nosso proprio patrimônio e justificar a verdade dos que habitam neste jardim do nortecearense.

Para concluir defendendo a necessidade de higienização, remodelação e construção de novos prédios modernos, como marcos centrais de uma nova fase vivida pela cidade:

Transferir o caduco e desconchavado PROPRIO municipal onde estão a Cadeia e a Camara, erigir um tempo moderno e magestosos, concertar (sic) o velho mercado ipuense, applicando-lhe os processos de higyene consertaneos, são trez marcos que iniciarão a nova phase de prosperidade de nossa cidade, onde já existem bellos predios e bonitos largos<sup>128</sup>.

Sobre o mesmo título, “A nossa cidade”, outros artigos continuaram a ser publicados. Ao lado deles muitos outros foram editados, mais de uma vez, com os mesmos títulos “Idéa Feliz”, “Pro-Ipú”, “Avenida Ipuense”, “Avenidas”, “O Nosso Mercado”. Todos, no entanto, mantêm o mesmo discurso: a necessidade de remodelação da cidade, no sentido de torná-la moderna e elevá-la ao “grau de civilização de seu povo”. A novidade, no entanto, é que se

<sup>128</sup> A Nossa Cidade. *Correio do Norte*. Ipu, p. 1. 31 mar. 1921.

passa a reclamar dos signos do atraso presentes na área central, o que é contraditório, uma vez que se defende que o progresso já é uma realidade, e à defesa de um maior empenho do poder público e da população na luta pela mudança da “esthetica local”. Defende-se a destruição dos prédios que “afeiam” a *urbs* e de tudo que “depõe muito contra a esthetica d’esta cidade”:

Pedimos ao illustre Governador d’esta cidade que lance suas benéficas vistas para a Rua Senador Catunda (antiga Rua da Goela), lá perto do “bico”. Allí cahio uma casa e foi substituida, contra os dispositivos das Posturas Municipaes, por uma feia cerca. Apegada a esta monstruosidade existe um pardieiro, que nos consta fora comprado pela prefeitura para ser demolido, mas que até agora não foi. Está cahindo aos pedaços e servindo de latrina á racionaes e irracionaes. Tudo isso depõe muito contra a esthetica d’esta cidade, prejudicando lhe a hygiene e dá a impressão, a quem n’ella entra por aquella rua, de que isto aqui é um lugar “ubi troja fuit”<sup>129</sup>.

Embora se reclame contra o atraso do lugar, em relação a outras cidades do país, como sua capital “utramoderna”, defende-se ser possível a ela seguir os bons exemplos, mesmo não dispondo de recursos em abundância. É esse um tema de um longo artigo publicado na edição do *Correio*, de 2 de novembro de 1921. O redator do jornal inicia reclamando do atraso das localidades pequenas em contrastes com os “centros civilizados”:

Aquelle que passou a sua juventude nos grande centro civilizados, lembra se com saudade do calçamento de asfalto, liso e plano como uma meza de bilhar, que embeleza tudo e sobre o qual deslisa-se de noite e de dia com passo fácil e seguro. Que contraste com essas ruas esburacadas, invadidas pelas areias e cujas calçadas (trottoir) terminam “ex abrupto” a altura de vertigem e demais a mais semeadas a paos, pedras, tijollos e outros detritos orgânicos de que não convem fallar!

Mas, para ele, se engana quem pensa que uma cidade como Ipu é “logar pobre” ou é “terra de pobre”. Fazendo uma análise das finanças municipais, chega à conclusão de que apenas metade de suas receitas seria, quando aplicadas corretamente, suficiente para “fazer d’essa localidade uma “Paris em miniatura”:

Quer-nos parecer que se, systematica e seriamente se empregasse somente a metade d’esta verba na modernisação e acceio de uma pequena localidade, se obteria maravilhas. De facto, se poderia dispender 30 contos em 4 annos é 60 contos em 8 annos, e isso chegaria para fazer d’essa localidade uma Paris (em miniatura bem entendido). Emfim alguma cousa aprazível, higienica e moderna<sup>130</sup>.

<sup>129</sup> *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 13 out. 1921.

<sup>130</sup> Pro-Ipú. *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 2 nov. 1921.

Conclui afirmando ser “perfeitamente possível uma pequena localidade possuir todas as suas ruas e praças calçadas” e com as verbas aplicadas, transformá-la numa cidade moderna, uma “Paris em miniatura”. Para isso seria “preciso também a colaboração dos novos, dos que estudaram, viajaram e viram e que se sentem impulsionados pelo progresso”.

Um último exemplo, emblemático, pode ser analisado aqui. Penso no caso da construção do Teatro. Em 1919 teve início a obra, parada dois anos depois e, ao que tudo indica, reiniciada em seguida. Muitos eram os argumentos que o defendiam. Todos eles, no entanto, desembocavam para uma mesma afirmação: a de que era necessário a uma cidade moderna ou que procurava adiantar-se. Referindo-se à construção do prédio do “Theatro” dizem os redatores do *Correio*, em dezembro 1921: “o theatro é um dos principaes melhoramentos de qualquer localidade que procura se adeantar”<sup>131</sup>. Construído bem na área mais central da cidade, próximo ao mercado, devia compor um conjunto arquitetônico que se juntaria mais tarde ao *Palacete Iracema*, futura sede do *Grêmio Ipuense*, ao *Jardim de Iracema*, ambos inaugurados em 1927, a Nova Igreja, em construção, e aos casarões das famílias abastadas, todos em “estilo moderno”. A ideia era a de que, juntos, mudariam a “esthetica” da cidade.

Mas, quando nos distanciamos dos argumentos ligados à defesa das formas exteriores, presentes nas fachadas dos prédios, as justificativas são outras, mas respondem a um mesmo desejo ou representação da realidade. O palco do Teatro-monumento, espaço para a encenação de peças e dramas, era sempre entendido como de um lazer culto. Era perseguido como necessário a uma vida sofisticada, espaço de lazer voltado para pessoas esclarecidas, de sociabilidades ligadas aos povos “civilizados”. O teatro era visto também como importante para a formação moral de um povo e como recurso pedagógico necessário para fundar modelos de comportamento social: “os bons educandários possuem palcos onde são representados dramas e comédias, que trazem exemplos de moralidades e servem á preparar os [educandos] pra o [traquejo] social”<sup>132</sup>.

Neste sentido, a busca pela construção de um prédio próprio, projetado para os espetáculos e que servisse também como cinema, foi uma prática levada a cabo e objeto de imensos esforços. O início de sua construção teve lugar por iniciativa de Abílio Martins, segundo matéria publicada no *Correio do Norte* em 1921. A obra passou a ser subsidiada pelo orçamento da Câmara Municipal, que em 1920 reservou a quantia de 2:000\$000 (dois contos

<sup>131</sup> O nosso teatro. *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 22 dez. 1921.

<sup>132</sup> Idem.

de reis) como “Auxílio a construção do teatro nesta cidade”<sup>133</sup>. As obras teriam sido paradas em função da ida de seu idealizador para Fortaleza, onde foi assumir a função de Chefe de Polícia, no governo de Justiniano de Serpa (1920-1923). Com as paredes levantadas, e faltando, para sua conclusão, os acabamentos internos e externos, os redatores iniciam uma campanha entre as pessoas abastadas locais e o governo municipal, no sentido de terminar sua construção, sendo formada, para isso, uma comissão ou “concílio”. Não sabemos se o prédio foi concluído. A memória local não dá destaque e nem visibilidade à existência de nenhum teatro construído e inaugurado na década de 1920<sup>134</sup>.

Em sua edição de 15 de Março de 1923, o *Correio do Norte* edita uma poesia assinada por L. Quinctius, provavelmente um pseudônimo, falando do desgosto do teatro inacabado. Com o título “Theatro: o sonho desfeito do Dr. Abilio Martins”, vejamos apenas as duas primeiras estrofes:

N’esta terra não ha gente  
Que goste de ir pra frente,  
Só caminha p’ra traz  
Cae toda bôa medida,  
Como bem: nossa avenida  
Quazi esquecida ali jaz

O seu theatrinho, Abílio  
Que, com pequenino auxilio,  
Ficaria concluido  
Ali está todo rachado,  
Porque já foi despresado,  
Porque já foi esquecido<sup>135</sup>.

Uma das formas de chamar a atenção da sociedade e juntar apoio era atacar a “apatia da população” no caminho de lutar pelo “adeantamento” da cidade. Revela também uma contradição, discutida no último capítulo, entre a ideia de se defender o progresso da cidade e mostrar o quão ela parecia estar longe disso.

Se o teatro não foi concluído, aqueles homens da imprensa local poderiam se orgulhar, pelo menos, da “Avenida Ipuense”, outro “melhoramento” defendido como necessários para a transformação da cidade.

<sup>133</sup> Orçamento da Camara Municipal de Ipu. *Correio do Norte*, p. 4. Ipu, 8 jan. 1920.

<sup>134</sup> No entanto, em 1942 foi inaugurado o Cine Teatro Moderno, segundo anota Francisco de Assis Martins. Não sabemos se se trata do mesmo prédio. Vejamos o que diz o citado autor: “A finalidade do Cine era promover o Teatro, as Artes e o Cinema e um local para reuniões da sociedade, encontro das associações católicas (...). // O cine serviu inicialmente para encenação de peças Teatrais. No seu interior o piso era em declive para que a platéia tivesse uma visão perfeita das apresentações de palco”. MARTINS, Francisco de Assis. *Meu pé de serra, o Ipu*. Op. cit., p. 32-33.

<sup>135</sup> Theatro: o sonho desfeito do Dr. Abilio Matins. *Correio do Norte*. Ipu, p. 2, 15 mar. 1923.

Vamos passear pela *Avenida Ipuense* ou o *Jardim de Iracema*? Não é “qualquer um” que pode fazê-lo! Vejamos por quê?

### 2.3.2 A reverberação eurocêntrica da modernidade: civilização

Em prol da estética física moderna e da necessidade de espaços para as novas sociabilidades, tomou corpo na cidade a defesa da construção de amplas avenidas, largas e agradáveis. Como parte deste projeto, em 1919, também se defende a construção de uma praça central, que fosse ampla e arborizada e na qual fosse erigido, em seu centro, um coreto para a realização de retretas dominicais. Ao lado da construção de um teatro, já iniciada, da pavimentação das ruas centrais, da construção de estradas, da fundação de agremiações, os defensores da “avenida”, tinham como argumento central o fato de que se fazia necessária a sua construção pelos “nossos foros de povo civilizado”.

Agora que o terreno de nossa futura avenida acha-se preparado, por um *tour de force* da Prefeitura Municipal, não devemos esquecer que a iniciativa particular muito pode concorrer para o acabamento daquela obra tão necessaria aos nossos foros de povo civilizado<sup>136</sup>.

Os “agentes do progresso” e redatores do *Correio* dão amplo destaque ao movimento em defesa da tão sonhada “avenida”, como passa a ser chamada, e se engajam na empreitada. Defendem a sua construção como necessária a uma cidade moderna e progressista. Contribuiria para embelezar o espaço urbano e servir como um local para a diversão, para melhorar a sua estética e higiene. Contribuiria, ainda, para um “melhor apuro e mais fino gosto no trajar” e serviria como um novo espaço de sociabilidade. Daí recorrem aos comerciantes locais para levantar fundos em prol do melhoramento, já que coube à prefeitura a doação do terreno:

Para isso lembramos que o commercio de Ipu, magno factor do progresso local, abra uma subscrição que será secundada por donativos particulares (...). Alem do atractivo que terá aquelle logradouro será elle um factor do estreitamento das relações sociaes pela reunião constante, pelo passeio aos domingos, quando as bandas musicas de Ipu irão executar seos melhores trechos, enquanto familias e cavalheiros terão um divertimento certo, coisa tão rara em nossos sertões. Naturalmente virá melhor apuro e mais fino gosto no trajar e com isso terá de lucrar o commerciante ipuense, a importancia com que generosamente concorreo para a avenida ipuense.

<sup>136</sup> A Avenida de Ipu. *Correio do Norte*, Ipu, p. 1, 30 set. 1920.

Não será preciso analysar cada uma das vantagens nem lembrar o seu grande papel hygienizador”<sup>137</sup>.

Entre 1919 e 1924 o *Correio* noticiou todo o movimento dos comerciantes e do “escól social” para levantar fundos em prol da “avenida”. Mostrou o periódico que logo foi organizada uma comissão, em forma de cooperativa, responsável por angariar recursos junto aos comerciantes locais e às pessoas abastadas da cidade e organizar os trabalhos para o início da construção.

Reuniu-se a 13 do andante, em casa da residência do Dr. Apollonio de Barros, D. Juiz de Direito da comarca, a comissão inicial da futura cooperativa ipuense. O programma do qual ja demos conhecimento aos leitores, em nossa edição passada, foi assumpto da reunião, trocando-se ideias na ocasião e sendo verificada a plena viabilidade do objetivo collimado.

A comissão composta dos Drs. Apollonio de Barros, João Esberard Beltrão, Chagas Pinto, Cels. José Aragão, Prefeito Municipal, Thomaz Correia e Joaquim Lima, ficou logo incubida da confecção dos Estatutos.

(...)

Sobre a construcção da Avenida já podemos adiantar que está quase completa a sua arborização compostas de Mongubeiras, Mangueiras e Ficus Benjamin, para o que se tem disvelado o nosso querido companheiro Cel. Thomaz Correia. O illustre Ipuense, Cel. Auton Aragão, da firma Barbosa, Aragão & Cia. Prometteo um donativo de alto valor para o embelleamento da Avenida, constatando-no que será o Corêto central de cimento armado<sup>138</sup>.

Durante a segunda metade do ano de 1920 e de todo o ano de 1921, realizaram-se na cidade vários eventos, com destaque para duas palestras proferidas por Leonardo Mota. O convite para uma delas aparece na edição de 13 de janeiro de 1921 e traz uma fotografia do palestrante, na época, já conceituado nacionalmente por suas pesquisas ligadas ao “folclore”:

Terá lugar hoje uma palestra litteraria do Dr. Leonardo Motta, revertendo o producto em prol da nossa Avenida. Além do nobre fim que tem em mente o talentoso conferencista, recomenda se o festival pelo assumpto “Ao pé da viola”, do folklore nacional, em que já está consagrada pelas capitaes do Norte, a habilidade e o profundo conhecimento o illustre cearense<sup>139</sup>.

---

<sup>137</sup> Idem.

<sup>138</sup> Nossa Cidade. *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 21 abr. 1921.

<sup>139</sup> *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 13 Jan. 1921. Na edição seguinte do jornal, os seus redatores discorrem sobre as suas impressões em relação à palestra.

Também foram realizados saraus (vários) e “Kermesses” semanais (inúmeras), sempre aos domingos<sup>140</sup>, em prol da construção daquela avenida, defendida como necessária à nova estética moderna. Estiveram envolvidas nos eventos as agremiações analisadas no próximo capítulo (*Grêmio Ipuense* e *Gabinete de Leitura*), bem como o *Centro Artístico Ipuense* e a *Euterpe Ipuense*<sup>141</sup>, com destaque para a banda de música destas últimas, que passaram a animar as chamadas retretas.

Em edição de 2 de dezembro de 1920 o *Correio* anuncia o início das “Kermesses”:

Com bastante exito iniciou-se domingo a serie de retretas que fará a euterpe no local do nosso futuro passeio. O programma agradou bastante, sendo executado com maestria pela disciplinada Banda musical.

A concorrência foi elevada e uma grande parte do escól de Ipu, ali se achava.

Domingo será inaugurado o café ao ar livre devido a iniciativa da Firma Commercial Farias & Martins, de Ipu (...). Os nossos appllausos ao movimento civilizador.

Programma da retreta

De 5 de dezembro

1ª PARTE

Valsa dos que partem

Tango – Apanhando Jamelão

Dobrado=Ibiapaba

Valsa – Ipuense

Polka – Os campeões

2ª PARTE

Valsa – Bodas de Prata

Tango – quando entrei

Dobrado – Seriano

Valsa – Bandaina

Tango – Sambinha (a pedido)

Valsa – Fitando [o mal]<sup>142</sup>.

Na primeira página do mesmo jornal, edição de 24 de março de 1921, é publicado um longo artigo, já citado acima, defendendo o engajamento do ipuense na luta pela construção da Avenida:

<sup>140</sup> As quermesses ocorriam aos domingos, das 17 às 21 h. Cabia às senhoras e senhoritas do “escól social” a organização da “festa”. Eram animadas pelas bandas do *Centro Artístico* e da *Euterpe Ipuense*. O repertório reunia valsas, tangos, “polkas” e dobrados.

<sup>141</sup> A *Euterpe Ipuense* foi outra associação fundada na segunda década do século XX, com o objetivo de desenvolver em seus sócios o gosto pela “boa música” e para prestar “benefícios ao seu torrão natal”, segundo seus estatutos. Possuía uma banda de música sempre solicitada para tocar nos bailes das associações elitistas locais e nas comemorações oficiais do município. Sobre esta associação ver FARIAS FILHO, Antonio Vitorino. *O Discurso do progresso e o desejo por uma outra cidade*. Op. cit.

<sup>142</sup> Kermerse. *Correio do Norte*. Ipu, p.1, 9 dez. 1920.

É dever de consciência nosso, como de todos que sinceramente amam ao Ipu, batermo-nos pelo progresso local e sobretudo pela esthetica da cidade. Bem sabemos como lucha o poder municipal com a exiguidade de verba orçamentaria para acudir a todos os serviços a seo cargo entretanto, não podemos esquecer um instante que a boa esthetica de uma cidade influi demasiadamente para o progresso local (...)<sup>143</sup>.

De acordo com o artigo, é dever daqueles que amam a sua cidade lutar pela melhora estética de seu espaço, na impossibilidade de apenas o poder público tomar para si essa empreitada. O seu autor continua tentando convencer a população das vantagens da construção do logradouro:

A avenida, ora em construção, verdadeiro jardim posto bem aos olhos dos que vem de fora, quando estiver prompta não será somente encontro dos que aqui habitam; attrahirá, convidará ao viajante que passa e nelle fará um amigo de nossa cidade, um admirador de nossa civilização<sup>144</sup>.

Note-se que o discurso em defesa da construção da “Avenida” se dá pela necessidade de embelezamento dos espaços da cidade. Como analisamos acima, há a preocupação latente em demonstrar aos “forasteiros” o grau de “civilização” alcançado pela cidade, cuja estética dos prédios e logradouros contribuiriam para isso, e cujo argumento, sempre invocado, era usado como estratégia para angariar apoio. Aquele é, segundo as páginas do periódico, um “movimento civilizador”.

O mais importante é que a construção da “avenida” ou do “passeio” não era defendida apenas como importante para o “aformoseamento” e para higiene da cidade, mas também como uma necessidade de se fundar espaços “públicos” para uma sociabilidade restrita aos grupos abastados.

Aquele logradouro, que deveria tomar o nome do Engenheiro Sá Roriz, chefe das obras federais em andamento no Ipu, somente seria inaugurado em 1927, com o nome de *Jardim de Iracema*. A ideia de sua construção foi do farmacêutico Thomaz de Aquino Correia e serviria “para o embelezamento da cidade e que deveria ser o ponto preferido pelas famílias da terra, para seus entretenimentos domingueiros e dias de gala”<sup>145</sup>.

Foi ela projetada pelo arquiteto Francisco Quixadá. Havia em torno do jardim, envolta do Coreto, “um gradil”, para “não dar acesso àquele recinto a certos elementos que poderiam

<sup>143</sup> A Nossa Cidade. *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 24 mar. 1921.

<sup>144</sup> Idem.

<sup>145</sup> MELLO, Maria Valdemira Coelho. *Ipu em Três Épocas*. Fortaleza: Popular Editora, 1985, p. 49.

estragar a relva e retirar as flores”<sup>146</sup>. A sua inauguração se deu no dia 27 de setembro de 1927<sup>147</sup>.

O trânsito era vedado a quem não pertencesse a “sociedade” ou ao “escól social”. A memória dos mais velhos e dos familiares daqueles que viveram na década de 1920, enfatiza que a praça era um local de reunião da “alta sociedade” da época e que havia um funcionário que não permitia a entrada de “elementos estranhos à sociedade”. Só poderia subir ao Coreto as senhoras e senhoritas da “sociedade”, pessoas gradas e respeitadas.



Figura 9: *Jardim de Iracema*. Fotografia sem data, mostrando o coreto e o gradil em sua volta. Imagem do acervo de Francisco de Assis Martins.

A Sra. Maria do Carmo Dias Cajão, nascida em 1911 e residente no centro da cidade, em depoimento ao historiador Petrônio Lima, ressalta que o *Jardim de Iracema* era um local, ao contrário do que se dá hoje, em que existia “moral” e “respeito”. Mostra, em entrevista, que o “intransigente” Thomaz Correia, zelava para que as pessoas que não frequentassem a “sociedade” fossem “expulsas” dali:

Thomaz Corrêa, o avô do doutor Thomaz (pausa). Ele ficava dentro, vigiando, porque era muito intransigente, tá entendendo?! Aquelas mocinhas que não frequentava a sociedade... Pegava no Bracim e botava pra fora e fechava duma vez (pausa). Tinha quermesse dentro né! Tudo isso. A música tocava a gente também dançava... O que é que tinha? Não tinha nada de mais, era uma beleza! Tudo era bonito! Tá entendendo? E o rei butava as

---

<sup>146</sup> Idem.

<sup>147</sup> Idem, p. 49.

pobrezinha das pirão; chamava as “pirão (pausa) “as pirão fria” (...) pois seu Thomaz Corrêa ia atrais e bota pra fora...”<sup>148</sup>

O depoimento acima revela aspectos interessantes da sociedade ipuense da década de 1920. O *Jardim de Iracema* construído pelos “agentes do progresso” era um espaço reservado às “sociabilidades” de grupos restritos e fechado aos populares.

As retretas ocorriam aos domingos quando não havia as partidas ordinárias mensais e extraordinárias do *Grêmio* e de outras associações locais. A “sociedade” ali se reunia para ouvir a banda de música do *Centro Artístico* e da *Euterpe Ipuense*, que se revezavam semanalmente na promoção do evento, e também dançar. O espaço era franqueado àqueles que pertenciam à alta sociedade local. Todos aqueles que não fizessem parte desse círculo restrito eram “convidados” forçadamente a se retirar.

Era na praça do coreto onde os “agentes do progresso” local também transitavam e se reuniam para conversas sobre as últimas novidades, sobre poesias, literatura, política e sobre os últimos acontecimentos. Era lá que aos domingos havia retretas “com a banda de música do maestro Raimundo Vale”<sup>149</sup>. Ao som de valsas, Polkas, Tangos e Drobados, poderiam dançar. Ali as classes mais abastadas desfrutavam dos prazeres da tão sonhada “vida superior”.

Era em torno do *Jardim de Iracema* e na área central onde estavam os melhores prédios da cidade, os principais estabelecimentos comerciais e os “casarões” dos abastados, assim como seus espaços de sociabilidade, como as principais associações. O *Jardim de Iracema*, com o seu coreto, é a marca mais significativa dos “anos dourados do Ipu”, no dizer de um cronista<sup>150</sup>.

Quando nos prendemos à análise das fontes produzidas pelo grupo que é objeto de nosso estudo, na maioria das vezes, os conflitos em seu seio e fora dele são escamoteados.

<sup>148</sup> LIMA, Francisco Petrônio Peres. “*Iracema*”: Trilhas e Memórias de um mito. Da literatura ao Espaço Urbano de Ipu. 2005. 46 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, p. 34.

<sup>149</sup> Jardim de Iracema – ou Avenida do Ipu. Os anos de Ouro do Ipu. *Jornal dos Tabajaras*. Ipu, p. 3, dez. 1996.

<sup>150</sup> Idem, p. 3. Em 1961, na administração do prefeito Antônio Pereira de Farias (1960-1966), o *Jardim de Iracema* passou por uma ampla reforma, sendo o coreto destruído. Em seu lugar foi construído um lago e a escultura de um cisne. Em seguida, o cisne deu lugar a uma escultura da índia Iracema (1965), que até bem pouco podia ser vista. A estátua foi presente do prefeito de Fortaleza, Cel. Murilo Borges, uma réplica de outra erguida na Praia de Iracema, em homenagem ao centenário do romance *Iracema*, de José de Alencar. Esta também foi destruída quando a praça passou por uma nova reforma, no governo do Prefeito Francisco Eufrásio Mororó (1982-1988), no ano de 1985. Mais uma vez, houve nova reforma que destruiu totalmente a praça anterior. Finalmente, no governo municipal de Maria do Socorro Pereira Torres (2005-2008), a praça foi, novamente, destruída e em seu lugar foi erguida uma nova, a atual *Praça de Iracema*, com as estátuas de Iracema e do Guerreiro Branco, que não lembram em nada a singeleza do antigo Coreto e a imponente escultura da Avenida de Iracema.

Também, a imagem construída de si e de seus pares e a memória que se quer legar para a posteridade, é positiva, ressaltando sua moral intocável, sua bondade e empenho em defesa de uma cidade melhor, moderna e progressista.

O depoimento da Sra. Maria Cajão, citado acima, revela aspectos diferentes da sociedade. Aquela imagem construída sobre o “intocável” Cel. Thomaz Correia, como um homem bondoso, caridoso, sempre pronto a ajudar o próximo, um “benemerito ipuense a quem a sua terra deve os mais alevantados serviços, sempre na vanguarda dos seus mais legítimos interesses”<sup>151</sup>, cai por terra. Os conflitos são revelados, bem como a segregação da sociedade e dos espaços “públicos”.

O progresso defendido e o embelezamento da cidade era o desejo de um grupo e para um grupo. A tão sonhada cidade moderna excluía de seus espaços os “indesejados”. O *Grêmio*, o *Gabinete*, o *Palacete Iracema*, ainda, o *Jardim de Iracema*, eram locais que simbolizavam uma outra cidade: aquela que era objeto de desejo de um grupo. Representavam o que tinha de mais “moderno”, no discurso. Eram pontos de sociabilidade restritos, fechados ao ingresso de indivíduos de “baixa condição”.

Mesmo as ruas centrais deveriam ser locais por excelência reservados à “cidade moderna”. Prostitutas, jogos de azar, animais soltos e o lixo, deveriam ser banidos dali, como analisamos nos dois últimos capítulos. A cidade tinha de ser limpa e higienizada, arborizada, ter praças e prédios elegantes, ter outra estética.

Era, ainda, próximo ao *Jardim de Iracema* que ficava o *Palacete Iracema*, as agremiações “elitistas” e a Estação Ferroviária, símbolos todos do progresso defendido. Ali ficavam as ruas pavimentadas e vigiadas. Era esse o espaço objeto de controle e de trânsito daqueles desejosos por distinção.

Portanto, da perspectiva de que a localidade já possuía equipamentos modernos, próprios de uma cidade que caminha na senda do progresso, seria necessário ajustar os seus espaços urbanos aos novos ditames. Neste sentido, neste primeiro momento, demos visibilidade apenas às práticas que buscaram intervir nos espaços físicos da cidade, com o objetivo de transformar a sua fisionomia. O destaque é dado aos prédios públicos, às habitações e aos logradouros da cidade, sobretudo da região mais central.

## 2.4 Modernidade e cidade

---

<sup>151</sup> *Revista dos Municípios*. Op. cit., p. 7.

A relação que estabelecemos entre modernidade e cidade não é, absolutamente, uma novidade. Há uma extensa literatura sobre o assunto no Brasil. Por isso, achamos importante discutir essa literatura para demonstrar como a nossa proposta de estudo se relaciona com ela, iniciada neste capítulo e seguida ao longo dos demais.

A cidade é a grande novidade do século XIX<sup>152</sup>. O fenômeno urbano ou a grande *urbs*, na Europa, é resultado do espetacular crescimento econômico vivido a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII. Talvez por isso, a emergência da moderna reflexão sobre a cidade, como forma específica de organização social e de maneira mais sistemática<sup>153</sup>, tenha sido um fenômeno característico do século XIX. As inquietações do viver num espaço espetacularizado pelas multidões nas ruas, do movimento alucinado de pessoas e mercadorias indo e vindo e de um sem número de transformações e novidades, teriam levado os estudiosos a pensar essa nova realidade.

No entanto, antes que a cidade fosse pesquisada pela ciência e se fundasse uma teoria sobre o urbano, ela foi tematizada, primeiro, pela literatura e o homem culto na Europa, no século XIX e anos iniciais do século seguinte. Essa reflexão é resultado do advento de uma nova sensibilidade oriunda das percepções contraditórias no palco da metrópole, como analisa Maria Stella Bresciani, para os casos de Londres e Paris<sup>154</sup>.

A reflexão mais sistemática sobre o urbano no Brasil é, no entanto, mais recente. Somente na década de 1980 é que se estabelece uma área temática específica sobre *Cidades* nas linhas de pesquisa, em programas de pós-graduação, como esclarece ainda Maria Stella Bresciani<sup>155</sup>. Desde então, e mais especificamente entre as décadas de 1980 e 1990, amplos estudos foram desenvolvidos com base na relação entre modernidade e cidade. O recorte privilegiado é aquele compreendido entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Esses estudos têm a preocupação comum de pensar o espaço urbano como o palco de transformações diversas. No entanto, cada um deles dá maior ênfase a um ou outro aspecto, que entende como fundamental.

Maria Stella Bresciani, Nicolau Sevcenko e Francisco Foot Hardman - este último o único cuja análise não toma o espaço de uma cidade específica<sup>156</sup>, se interessaram em analisar

<sup>152</sup> PECHMAN, Robert Moses. Olhares sobre a cidade. In: PECHMAN, Robert Moses (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p. 3.

<sup>153</sup> BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

<sup>154</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 5. N. 8/9 set. 84/abr. 85, p. 35-68.

<sup>155</sup> BRESCIANI, Maria Stella. História e historiografia das cidades. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 251.

<sup>156</sup> HARDMAN, Francisco Foot. *A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

o espetáculo produzido pelos engenhos modernos, oriundos da revolução tecnológica, o aparecimento de novas percepções ou sensibilidades e que contribuíram para a formação de um novo padrão de comportamento. Todos partem da ideia benjaminiana de que a modernidade do período é marcada por contradições diversas. Bresciani parece ter sido, no Brasil e no âmbito da historiografia, uma das pioneiras a pensar as cidades modernas, aquelas transformadas pelos imperativos capitalistas, pós-revolução industrial, como palco dos espetáculos da multidão e espaço do surgimento de uma nova sensibilidade. Toma as cidades de Londres e Paris, do século XIX e em profundas transformações engendradas pelo capital, como objetos de sua produção.

Em artigo publicado entre 1984 e 1985<sup>157</sup>, e que retoma a discussão feita em livro de 1982, “Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza”<sup>158</sup>, Bresciani analisa como os homens cultos, em especial os literatos, que viviam em Paris e Londres, no século XIX, em plena transformação, se lançam na produção de textos influenciados por uma era de constantes mudanças, até então desconhecidas e assustadoras. Produz-se, então, uma nova sensibilidade, isto é, uma maneira singular de perceber a cidade, marcada pelo sentido de desenraizamento e da perda de identidade social. Produzem-se imagens de um mundo em crise, de um mundo novo que arranca o homem de sua íntima relação com a natureza e o coloca como vencedor, apontando a máquina como expressão simbólica e material da sua vitória e desprendimento das imposições naturais.

O fascínio e o medo, ante um mundo da máquina, do poder econômico, das multidões nas ruas e das cidades com dimensões gigantescas, passam a fazer parte das percepções humanas. Fascínio com o novo, com um ato inaugural de um mundo renovado, representado pelas forças econômicas, e o medo das perdas e imposições violentas, encontram-se frequentemente na literatura novecentista, nos textos médicos, filosóficos, enfim, do homem letrado. Este expressa, em seus escritos, sentimentos de perdas diversos e de viverem em situações paradoxais. Nasce, para a autora, uma nova forma de representar o tempo e o trabalho e de se relacionar com a natureza e o novo *habitat*: a cidade.

O meio urbano é esse lugar do fascínio e do medo. É visto e vivido como o espaço por excelência das transformações e do domínio do homem sobre a natureza. O grande espetáculo é a multidão nas ruas, em especial, os trabalhadores submetidos a um olhar avaliador e que busca estabelecer estratégias de controle e intervenção.

<sup>157</sup> BRESCIANI, Maria Stella. *Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)*. Op. cit.

<sup>158</sup> BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX. O espetáculo da pobreza*. São Paulo: editora brasiliense, 1994.

Os letrados do século XIX (Vitor Hugo, Carlyle, Edmund Burke, Henry Cole, Alexander Smith, Baudelaire, Charles Dickens, dentre outros) expressam as contradições de um mundo em profunda transformação e em que o novo, sempre identificado com os valores do capital e da indústria, destrói estruturas e valores tradicionais. Inúmeras imagens alegóricas ou metafóricas são evocadas para caracterizar este mundo em profunda mudança: monstro; máquina devoradora de homens, destruidoras da natureza; moinho satânico; colmeia humana.

Segundo Bresciani, o rápido crescimento das cidades e as perplexas concentrações humanas levam o operariado, na Inglaterra, a se organizar em sua luta contra a classe dominante, contribuindo para que os centros urbanos se tornassem referências para a representação da cidade. É a presença da pobreza, no espaço urbano, que leva às representações políticas de disciplinamento e informam projetos arquitetônicos, paisagístico e de saneamento, transformando, nas áreas mais centrais, ruas sinuosas, becos e cortiços em espaços abertos, largas avenidas e *boulevards*, que facilitavam o deslocamento de pessoas e mercadorias e permitiam um maior controle do espaço público.

Há pontos de contato entre a análise feita por Bresciani, para o caso de Londres e Paris no século XIX, e a proposta de Nicolau Sevcenko, sobre a cidade de São Paulo, em seu livro de 1992<sup>159</sup>. Este último, também toma a metrópole moderna como espaço espetacularizado. O seu objetivo, no entanto, é pensar a sociedade e a cultura, na cidade de São Paulo, nos anos 1920. Como Bresciani, se interessa pelo discurso letrado, em seu caso, a crônica jornalística diária, e a maneira como representa a cidade nos loucos anos 20.

Para Sevcenko, é nesse momento que a cidade, em vias de modernização, funda uma nova identidade ligada aos valores modernos, vindos de fora, e que quebra com os valores tradicionais, de outros tempos. É o próprio desenraizamento de uma cultura comunitária, herdada de um tempo e mudanças mais lentas.

O autor analisa as imagens construídas pela literatura e a poesia, em especial, pelas crônicas diárias, da cidade de São Paulo, nos anos 1920, momento em que o seu crescimento gerava processos de exacerbação e de tensões sociais e que a lançava no caminho para tornar-se uma metrópole moderna. A literatura daqueles anos passa a definir um padrão cultural de identidades, que caracterizam o período e a cidade, até então sem identidade delineada, cujo papel central é, de um lado, mediar os conflitos sociais que atingem o seu ápice naquele momento e, de outro lado, cumprir o papel de reorganizar os sistemas simbólicos e perceptivos da coletividade, em função das novas demandas e ritmos impostos pela vida na

---

<sup>159</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

metrópole moderna. A cidade, com a presença constante de máquinas e símbolos modernos, se configura como fonte e foco da criação cultural, tornando-se um tema constante para as artes. A São Paulo dos anos “frementes” ou frenéticos é representada, de um lado, como o local de um caos avassalador e, de outro, como “matriz de uma nova vitalidade emancipadora”<sup>160</sup>. Essa ambivalência é que caracteriza a representação construída sobre a cidade.

Nos anos 1920, para o autor, se institui, em São Paulo, uma nova identidade fragmentária e um novo estilo de vida, caracterizados por uma série de hábitos, físicos, sensoriais e mentais, ligados à ação e ao movimento, próprios de um mundo que anseia pelo moderno. A filosofia desse novo mundo é ser jovem, desportista, do vestir-se, saber dançar os ritmos da moda e ser “moderno”. A São Paulo/metrópole moderna seria esse novo mundo da ação, dos bailes públicos, dos cinemas, chás, dos esportes, da vitória do primado do físico sobre o espírito, do “aqui e do agora”, da ação sobre o pensamento. É essa nova mentalidade e identidade da pauliceia, quebrando com o mundo anterior ou com os valores comunitários herdados, com o mundo da ordem estabelecida no século anterior, com os pressupostos do individualismo racionalista de base iluminista, que a imprensa repercute na década de 1920. Em contraposição ao mundo do indivíduo e da razão, emerge um mundo das sensações fragmentárias e da ação teatralizada.

Mas esse novo mundo não se fez sem conflitos. Se a experiência da metropolização se funda na força da tecnologia moderna, ela se choca com as formas de consciência herdadas de um mundo tradicional e que, no final da década, levará a uma busca do espaço tradicional na arte. A cidade em crescimento, desde a sistemática da economia cafeeira, demolia sua arquitetura colonial, para dar lugar a um novo perfil ajustado à modernidade e de excluir das regiões centrais as populações flutuantes e miseráveis.

Os anos 1920 foram aqueles que transformaram o mundo e contribuíram para a quebra com os valores antigos, tendo a guerra o fator decisivo para engendrar mais rapidamente este mundo da ação e do movimento, uma vez que produziu tecnologias e valores que serviram aos homens.

Finalmente, o desenvolvimento de uma nova arte e sua difusão e influência sobre o mundo, com destaque para o modernismo paulista, é resultado da desestabilização social influenciada pela nova ordem econômico-tecnológica e o anseio vivido pela sociedade, por novas concepções de coligação orgânica, num mundo em dispersão permanente. Dito de outra

---

<sup>160</sup> Id. Ibidem, p. 29.

forma, o modernismo na arte, resultado do mundo em transformação, buscava uma linguagem fragmentária, em sua ânsia por destruir o universo ou os parâmetros do mundo anterior, do século XIX, destruir sobrevivências arcaicas e liberar o homem para novas possibilidades e formas de expressão.

Nas relações que se podem estabelecer entre modernidade e cidade, poderíamos apontar para, pelo menos, duas outras vertentes na historiografia brasileira<sup>161</sup>. A primeira, reúne aqueles que se preocupam mais com a expulsão dos pobres das áreas centrais, com a concentração de riqueza e marginalização das classes trabalhadoras ou miseráveis, que habitavam cortiços, estalagens e outras habitações “insalubres” das cidades que, na virada do século XIX para o XX, passavam por reformas urbanas. São os casos dos trabalhos de Jaime Benchimol<sup>162</sup>, Sérgio Pechman e Lílian Fritsch<sup>163</sup>, e, de certa forma, Sydney Chalhoub<sup>164</sup>.

A segunda vertente reúne aqueles que estão mais preocupados com a institucionalização e o disciplinamento das práticas sociais populares, levadas a cabo por uma elite identificada com o projeto burguês e higienista, na sua busca por sujeitar corpos, docilizar o trabalhador e na ânsia de torná-lo mais produtivo. São os casos de Margareth Rago<sup>165</sup>, Sebastião Rogério Ponte<sup>166</sup> e, de certa forma, Magali Engels<sup>167</sup>. Estes autores utilizam como referencial teórico, as conclusões e discussões feitas por Michel Foucault em *Vigiar e Punir*<sup>168</sup> e *Microfísica do poder*<sup>169</sup>.

<sup>161</sup> Devo a sugestão de pensar a historiografia da relação entre cidade e modernidade em três vertentes historiográficas a Fabio Gutemberg, em SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 46, 2003, p. 61-92.

<sup>162</sup> BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992 (Biblioteca Carioca).

<sup>163</sup> PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 5, nº 8/9, set 1984/abr. 1985, p. 139-195.

<sup>164</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, e CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque*. 2. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001. Neste último livro, Chalhoub se preocupa em estudar as práticas ou mecanismos de controle social da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro entre fins do século XIX e primórdios do século XX, momento em que passa por transformações profundas para se consolidar como sociedade capitalista. Privilegia, no entanto, a experiência ou prática de vida da classe trabalhadora e a leitura que faz desse momento. Neste sentido, a sua abordagem, no que se refere ao controle social da classe trabalhadora numa sociedade burguesa e capitalista em transformação, poderia também ser enquadrada na vertente interpretativa que se segue.

<sup>165</sup> RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>166</sup> PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: Reforma urbana e controle social (1860-1930)*. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

<sup>167</sup> ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

<sup>168</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 23. ed. Petrópolis: vozes, 2000.

<sup>169</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Para além de analisar as vertentes historiográficas sobre a relação entre modernidade e cidade, com base naquilo que os autores mais enfatizam, poderíamos ainda pensar numa vertente mais ampla, que reúne grande parte dos autores citados acima, e que tomam as reformas urbanas pelas quais passou algumas cidades, no *entre séculos*, como objeto central de suas análises, e que, não obstante, influenciaram toda uma geração de historiadores e, ainda hoje, produz resultados.

Neste sentido, também as décadas de 1980 e 1990 se caracterizam como o momento em que nas universidades e instituições de pesquisa, desenvolveram-se uma rica produção de monografias sobre a história social dos grandes centros urbanos, tendo como característica o seu caráter multidisciplinar. Nessa linha, produziram-se trabalhos sobre as cidades, centrados nas chamadas reformas urbanas e que elegeram, grosso modo, o período compreendido entre 1850-1930 ou entre 1870-1930.

Esse momento é aquele apresentado como correspondente à chamada “transição do escravismo para o capitalismo” e que é marcado, a partir de meados do século XIX e segundo Sérgio Buarque de Holanda, por uma “febre tão intensa” de reformas urbanas em um tão breve período<sup>170</sup>.

O grande mérito dessa historiografia foi, grosso modo, colocar às mostras, as tramas sociais e políticas envolvendo os grupos diretamente ligados às reformas urbanas e suas relações com o Estado (a municipalidade e o Estado brasileiro). Com poucas exceções, os estudos históricos sobre o urbano, produzidos anteriormente, deixavam à sombra o espaço social. A produção no campo do urbanismo e da geografia, como esclarece Jaime Benchimol<sup>171</sup>, de um modo geral, se detinha nas sucessivas configurações que o espaço urbano adquiria. A história só aparecia como pano de fundo, como contexto. Nesse processo, o tecido social, representado pelos grupos ou classes, ficava de fora.

As reformas urbanas, para essa historiografia, características dos grandes centros urbanos, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo, da segunda metade do século XIX, teriam produzido significativas transformações de ordem, principalmente, socioeconômica que colocaram em xeque muitas das estruturas herdadas do período colonial. O período é

---

<sup>170</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 74. A despeito da afirmação de Sergio Buarque de Holanda, e segundo Humberto Machado, enquanto o espaço urbano do Rio de Janeiro recebia uma série de melhorias a partir de meados do século XIX, nas demais cidades brasileiras a urbanização foi pequena e, na maioria das vezes, até inexistente. Cf. MACHADO, Humberto Fernandes e NEVES, L. M. B. P das. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

<sup>171</sup> BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro*, no início do século XX. Op. cit., p. 18.

apresentado como aquele do fim do tráfico negreiro (1850), da transição do trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado e da posterior abolição da escravatura (1888), bem como da instalação de uma infra-estrutura necessária às novas relações impostas pelo capital e à incipiente industrialização, representada pela instalação de ferrovias, reformas portuárias, desenvolvimento do crédito, etc. No campo político, o advento de uma nova forma de governo, teria trazido a expectativa de mudanças mais amplas no seio de setores sociais, que vinham se diversificando nos centros urbanos do período.

Todas essas transformações teriam contribuído para um certo desenvolvimento interno, ao trazer em seu bojo um processo de urbanização e a emergência de novos padrões de sensibilidade e sociabilidade. Muitas das cidades brasileiras estariam deixando para trás boa parte de seus aspectos coloniais e teriam sido alvos de reformas, que contribuíram para dotá-las de melhoramentos, seja em transportes, iluminação, abastecimento de água, pavimentação de ruas, aumento progressivo dos serviços públicos, dentre outros.

Um dos trabalhos pioneiros e que serviu de modelo para outras pesquisas, foi a citada dissertação de mestrado de Jaime Larry Benchimol, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1982, e publicada em livro, em 1990. O trabalho dedica-se à análise do processo de transformação urbana que viveu a cidade do Rio de Janeiro, desde meados do século XIX, e que teria culminado com a “haussmannização” da capital republicana, nos primeiros anos do século XX. Esse processo, segundo o autor, teria sido fruto da inserção do Brasil nos marcos do capitalismo e de suas exigências de circulação e acumulação de capitais, tendo como agentes a “burguesia” e o Estado brasileiro, que se uniram com o objetivo de dotar a capital de uma estrutura mais condizente com os ditames do “progresso”.

Esse era um dos pressupostos básicos da ampliação do mercado internacional e do avanço do “imperialismo”, que pressupunha a modernização das “economias periféricas”. A modernização, portanto, do Rio de Janeiro, respondia, segundo o autor, às necessidades dos novos fluxos de matérias-primas e produtos industrializados, requeridos pela acumulação do capital em escala mundial.

Grande destaque é dado à atuação dos médicos higienistas para o processo de urbanização da cidade. A medicina social, ao lado de outras forças transformadoras que emergiram a partir de meados do século XIX, teria sido importante para o planejamento dos espaços da cidade e se configurado como um braço importante do poder público em sua ação de intervenção no urbano, na medida em que se organizava como uma “polícia médica”, como “poder político”, e que identifica a doença, não no corpo do doente, mas no espaço que o cercava, o meio ambiente. Embora tenha fracassado em sua ação de higienizar a sociedade,

teria fundamentado propostas de remodelação da cidade, cujo objetivo era extirpar a visão negativa do espaço citadino como uma “*urbs pestilenta*”, assolada constantemente por epidemias, e vista como “incivilizada”.

Finalmente, a “operação de guerra”, empreendida na capital federal pelo Prefeito Pereira Passos e o presidente da República, Rodrigues Alves, responderia às necessidades de transformá-la “numa vitrine do progresso” e de extirpar a sua fama de “cidade pestilenta” e, assim, adequá-la às novas exigências do capitalismo. As reformas urbanísticas, levadas a cabo, teriam demolido cortiços da região central e portuária da cidade, prédios deteriorados e insalubres, cujo objetivo era transformá-la “numa cidade ‘moderna, higiênica e civilizada’ à altura das metrópoles europeias e norte-americana”<sup>172</sup>.

Nicolau Sevcenko chega a essas mesmas conclusões em sua tese de doutoramento, sendo, no entanto, ainda mais enfático. Para ele, assistia-se, no início do século XX, a transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade, na cidade do Rio de Janeiro. A reforma urbana, e as transformações na cidade, seguem, segundo ele, quatro princípios fundamentais:

a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense<sup>173</sup>.

A reforma urbana vivida pelo Rio de Janeiro serviria, segundo o autor, como modelo para outras cidades, o que caracterizaria naquele momento “*a inserção compulsória do Brasil na Belle Époque*”, título do primeiro capítulo de seu trabalho<sup>174</sup>.

O importante é que, desde então, produziram-se muitos trabalhos que analisaram as reformas urbanas vividas por outros centros urbanos, nem sempre capitais portuárias, tendo por base a perspectiva de sua inserção na ordem capitalista, que se impunham, e cujos agentes destacados deste processo teriam sido os grupos diretamente ligados ao capitalismo e os agentes do Estado.

<sup>172</sup> BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Op. cit., p. 138.

<sup>173</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 30.

<sup>174</sup> Id. *Ibidem*.

Guardadas as especificidades de cada estudo, as conclusões caminham sempre na mesma direção: as reformas urbanas teriam sido frutos da ação das elites econômicas e intelectuais e que colocariam em prática um projeto de modernidade e civilidade, cujo objetivo seria alinhar a cidade (geralmente centros urbanos – Fortaleza, Belém, Manaus, Natal, Vitória e outras) aos marcos do desenvolvimento capitalista do período (1870-1930), momento geralmente apresentado como aquele em que se forja um processo de disciplinamento das chamadas classes populares e que colocariam em risco o “projeto da classe dominante”.

A lista de pesquisas desenvolvidas, sobre a modernidade e a modernização de cidades fora do eixo Rio-São Paulo, influenciados pelos trabalhos pioneiros, neste ramo, é muito vasta<sup>175</sup>. Embora tais estudos enfatizem as especificidades de cada localidade, as conclusões finais parecem ser sempre as mesmas: toda cidade mais ou menos importante, isto é, com alguma expressão econômica, na virada do século XIX para o século XX, por menor que tenha sido, e capital de algum Estado brasileiro (mas, nem sempre), teria vivido os ares da *belle époque*. Tornou-se comum, nestes trabalhos, frases muito parecidas como esta: “assim como a capital republicana, a ‘nossa cidade’ entrou mesmo, entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, nesse processo de reformas urbanas, ligadas aos marcos do progresso, cujo objetivo era alinhá-la aos grandes centros europeus, sobretudo Paris, ‘capital do século XIX’, modelo de civilização”.

<sup>175</sup> Para o caso de Belém ver SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002. Para Fortaleza, o já citado trabalho de Sebastião Rogério da Ponte. Ver também PONTE, Sebastião Rogério. *A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle*. In: SOUZA, Simone de (Org.). *Uma Nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 162-191. Para Vitória do Espírito Santo, ver FRANCISCA PIRES, Maria da Conceição. Vitória no começo do século XX: modernidade e modernização na construção da capital capixaba. In: *Saeculum. Revista de História*. João Pessoa, jan./jun. 2006, p. 94-106. Disponível em: <[http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum14\\_dos06\\_pires.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum14_dos06_pires.pdf)>. Acesso em 10 jun. 2012. Para Manaus, ver SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro dos. Manaus da Belle Époque: um cotidiano em tensão. A utopia da Modernidade na Cidade Disciplinar, 1890-1920. In: *Revista Eletrônica Cadernos de História*. Ano II, n. 01, mar. 2007, p. 1-21. Disponível em: <[http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum14\\_dos06\\_pires.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum14_dos06_pires.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2012. Para as cidades do Oeste Paulista cafeeiro ver MELLO Doin, José Evaldo de. PERINELLI NETO, Humberto, PAZIANI, Rodrigo Ribeiro e PACANO, Fábio Augusto. *A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no mundo do café (1852-1930) – a proposta da Cemumc*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 53, 2007, p. 91-122. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n53/a05v5327.pdf>>. Acesso em: 11 de jun. 2012. Para Natal, ver SANTOS, Renato Marinho Brandão. A gestão da cidade: o papel da Intendência Municipal na construção de uma Natal Moderna (1890-1930). In: *Revista especialidades [on line]*. Vol. 2, n. 1, 2009, p. 1-21. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/espacialidades/v2n1/renato.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2012. Para a cidade de Sobral, ver GIRÃO, Glória Giovana S. Mont’alverne. *As Transformações Socioculturais em Sobral (1870-1920)*. 2001. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife., e DA COSTA, Elza Marinho Lustosa. *Sociabilidades e Cultura das Elites Sobralenses: 1880-1930*. Fortaleza: SECULT/CE, 2011. Para Campina Grande, ver SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)*. Op. cit.

O exemplo do Rio de Janeiro é constantemente citado como aquele que serviu de modelo para as demais cidades brasileiras, como bem enfatizou Nicolau Sevcenko, cujo estudo também serve como referência importante.

O que parece justificar um estudo sobre a modernidade, frequentemente denominada de *belle époque*, em cidades fora do eixo Rio-São Paulo, é o fato de terem elas passado no mesmo período por um processo de crescimento econômico, mesmo que necessariamente não tenham se industrializado ou apresentado um crescimento significativo de sua indústria. O incremento econômico da cidade parece servir de termômetro, mesmo justificar, um estudo da *belle époque*. A ideia parece ter por base a noção de que em qualquer cidade que tenha vivido um crescimento econômico significativo, os valores da modernidade lá aportaram e se fizeram valer em sua plenitude.

Ora, os ideais de progresso, modernidade e civilização, centrais a partir de meados do século XIX e significativos até os anos iniciais do século seguinte, penetraram em qualquer lugar onde foi possível uma ligação local com o global, com grande destaque para os meios de comunicação e, principalmente, para a ferrovia. Como o trem, artefato ligado às sociedades capitalistas, atinge regiões ricas em busca de lucro e matérias-primas, essenciais à indústria em pleno avanço, ao ligar regiões até então distantes do mundo a mercados mais amplos, favorece a dinamização das economias locais. Tem-se analisado essa dinamização econômica como a própria modernidade.

Como nas regiões “periféricas” a indústria apenas foi incipiente e quase não avançou, não surgiu uma “burguesia” significativa, se comparada às cidades industrializadas europeias, ou mesmo ao Rio de Janeiro até 1920 ou São Paulo, pouco antes e depois desta data, logo se analisou, como agentes, por excelência, da modernização das cidades brasileiras, os representantes do Estado em âmbito local, que tiveram na figura do intendente o seu idealizador. Munido de novos recursos, provenientes da maior arrecadação de impostos, fruto do crescimento econômico (caracterizado como um *boom* ou um *surto*), o Estado, pressionado pelos setores ligados, em algumas cidades, à nascente indústria, ao comércio de importação e exportação (grupos frequentemente denominados de *burguesia* ou *elite*), teriam imposto ao Estado o papel de alinhar a cidade às exigências do capital. Desta forma, teriam posto em prática uma série de intervenções no espaço urbano, que consistiram em modernizar o porto, alargar ruas e abrir outras, ordenar o espaço, expulsar da região central, lócus de convívio das classes abastadas e de circulação das mercadorias, os grupos indesejados, além de produzir um espaço mais harmonioso, aformoseado ou remodelado, tendo como referências estilos arquitetônicos ligados àquele momento, como o *Art Nouveau* e o *Ecletismo*.

Para a ordenação da cidade, apresentam-se como aliados da burguesia e do Estado na busca pela modernização, os intelectuais oriundos das academias, engenheiros e médicos, por exemplo. Grande papel nesse processo é dado ao discurso médico-higienista, que propõe uma ação mais enérgica do Estado para dissipar as epidemias, sempre apresentadas em constante crescimento, fruto do aumento populacional gerado pelo incremento econômico e pelos “costumes” tradicionais das classes “subalternas” ou “classes perigosas”, sempre, também, vistas como arredias aos preceitos de higiene. O medo gerado pelas epidemias e que assombra as classes “dominantes”, a “elite”, teria levado o Estado, representante de seus interesses, a intervir nos costumes e expulsar da área central, usando na maioria das vezes o poder repressor. Há aí uma ação de higienização (desodorização) dos espaços da cidade, diagnosticado pela medicina social, como o local da proliferação das doenças. Empreende-se, pois, um “esquadrinhamento” dos espaços, sua ordenação e controle dos seus habitantes, por meio de leis e posturas municipais.

A conclusão final é, reafirmamos, quase sempre a mesma: o governo, com o apoio da “burguesia” e suas exigências, trabalhou para modernizar a cidade e alinhá-la aos parâmetros de uma nova ordem econômica, social e política e aos valores civilizatórios, que sopravam da velha e “civilizada” Europa, sobretudo de Paris. Esse modelo teórico serviu a muitos pesquisadores, que buscavam nas fontes, abundantes em quase todas as cidades de certa expressão na época, a sua correspondência. “Essa armadilha teórica”, de tomar conclusões a que chegaram outros pesquisadores de outras realidades, já era uma preocupação denunciada por Ronald Ramineli, ao se referir aos estudos sobre modernidade e as reformas urbanas no Brasil e que tomavam como parâmetros os estudos desenvolvidos para as realidades das cidades europeias e norte-americanas<sup>176</sup>.

Ora, as ideias de progresso e modernidade, embora com acepções diversas e mesmo divergentes, são aquelas dominantes na época em todo lugar que, de alguma forma, esteve ligado ao mundo. São noções que seduzem amplos grupos e que a tomam como discursos, porque capazes de gerar positividade. Elas carregam uma ideologia que as associa aos valores “positivos”, identificados com as sociedades europeias (civilização), em detrimento dos valores “negativos” das sociedades tradicionais (barbárie), que só aparecem adjetivadas assim, nesse momento, porque contrastadas.

A grande questão, passível de discussão, é que, para boa parte dos estudos, citados acima, sobre a modernidade das cidades brasileiras, acredita-se que ela teria sido ou foi uma

---

<sup>176</sup> RAMINELI, Ronald. História Urbana. Op. cit., p. 202.

realidade, isto é, que ao final e ao cabo, se viveu a modernidade, na esteira da modernização, como a Europa a teria vivido, e que ela foi implantada pelos grupos dominantes, em consonância com o Estado, portanto, como um projeto imposto de cima para baixo. Desta forma, a *belle époque* (há exceções) teria sido uma realidade de algumas cidades brasileiras. Os grupos populares aparecem como aqueles que foram objetos de controle. Embora alguns estudos tenham trazido para a discussão as tramas e lutas envolvendo os atores sociais, outros deixam transparecer, no final, que o projeto dominante foi o vencedor.

É indiscutível que as ideias de progresso e modernidade, e todo um corolário de valores trazidos por elas, difíceis de serem devidamente conceituadas, porque conceitos muito abstratos e porque sofrem releituras diversas, por grupos e indivíduos, tempos determinados e lugares singulares, eram as grandes questões que perpassavam a sociedade ocidental, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Poucos são os lugares onde não aportaram. Em qualquer cidadezinha do “sertão”, cortada por uma ferrovia e que deixou algum documento para a posteridade, estes conceitos aparecem inicialmente como meras expressões. E isso se dar por várias razões. Primeiro, porque valores exteriores a uma comunidade até então “distante” do mundo, passaram a aportar lá, trazidos por meio das “máquinas maravilhosas” da Revolução Industrial. Ainda que poucos tivessem acesso aos produtos trazidos por elas, de alguma maneira alteravam as formas de relacionamento do homem com o seu meio e a forma de conceber o tempo; segundo, porque o desejo de viver de um modo diferente, que seduz apenas alguns grupos, daquele como sempre se viveu desde o nascimento, fascina. Terceiro, porque estes valores vinham acompanhados de uma “ideologia”, que os identificavam como algo superior. Eram valores de sociedades “avançadas”, identificadas, no discurso, como detentoras do conhecimento, da técnica, da riqueza, da ciência, de uma “cultura superior”. Tais valores entram em contraste com outros, sempre tidos como a “barbárie”, daqueles que não possuíam o conhecimento, a técnica, a riqueza, a civilidade.

É a ligação do local com o global, num momento de avanço do capitalismo, que valores de culturas diferentes entram em choque. Ideias como de progresso e modernidade, que a primeira vista possam parecer dispersas em documentos, se apresentam fazendo parte de algo mais que isso. Quando se tornam recorrentes, por um conjunto de documentos expressivo, deixam de ser meras expressões. Elas passam a revelar desejos, significados. Com base em tais expressões podem-se analisar, para os grandes centros urbanos, as transformações levadas a cabo no urbano e que respondiam as novas exigências impostas pelo “progresso”, isto é, pelas novas exigências capitalistas, cujos grupos principais, seus agentes,

são formados por aqueles ligados ao comércio, indústria e ao mercado financeiro, que se associam aos agentes do Estado e que funcionam como defensor de seus interesses.

Ora, para os grandes centros do período, como Rio de Janeiro e São Paulo, mas também para inúmeras outras cidades do mesmo período, os documentos desta ordem abundam, sobretudo na imprensa. Analisar o processo, tendo em vista tais perspectivas, foi a via por excelência escolhida por inúmeros pesquisadores. O conjunto destas pesquisas forma hoje uma historiografia urbana dominante no Brasil, pelo menos nas décadas de 1980 e 1990, como analisamos acima.

Mas há outras formas de analisar aquele período que se convencionou chamar de *belle époque*, por sugerir que o Brasil ou pelo menos alguns centros urbanos tenham vivido, como Paris e Viena, uma bela época. Uma delas é examinar as representações e os embates entre os defensores do “modernismo” e do “tradicionalismo”, como fez Antonio Paulo Rezende, para a cidade do Recife da década de 1920<sup>177</sup>. Outra, é estudá-la com base nas visões ou representações produzidas pelos diversos atores sociais, que viveram na cidade naqueles anos de reformas.

Um exemplo significativo é o caso de Sandra Jatahy Pesavento<sup>178</sup>. Esta autora não está preocupada em discutir a materialidade da cidade moderna, sua forma arquitetônica, por exemplo, ou propor soluções para os problemas da metrópole do século XIX, na Europa e no Brasil<sup>179</sup>, mas tem a pretensão de entender como as cidades são construídas, imaginadas, representadas na literatura. Os conceitos de imaginário e representação têm, na sua

---

<sup>177</sup> REZENDE, Antônio Paulo. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: FUNDARPE, 1997.

<sup>178</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

<sup>179</sup> Como enfatizamos anteriormente, o século XIX é aquele em que emerge uma reflexão sobre o viver em cidades, porque, e ao que parece, é precisamente neste momento que boa parte da população passa a viver em grandes centros urbanos, quebrando com uma tradição de séculos em que grande parcela da humanidade vivia no meio rural e se dedicava às atividades agrícolas. Como mostrou José D’Assunção Barros, obra já citada, os pensadores do século XIX, que hoje poderíamos chamar de historiadores, sociólogos e antropólogos, se preocuparam em entender a forma específica de viver no meio urbano. Tal preocupação se intensificaria no século XX. Fustel de Coulanges, Marx Weber, George Simmel são autores sempre citados como pioneiros no ramo. Ver RAMINELLI, Ronald. História urbana. Op. cit. Os problemas gerados pela vida nas grandes metrópoles ou grandes cidades também contribuíram, no século XX, para uma reflexão que propunha mudanças para as cidades futuras. Tal é a reflexão feita por Lewis Mumford no Clássico *A cidade na história*, e que tem servido de referência para os estudos históricos do urbano no Brasil. Mumford dedica-se à análise do processo de urbanização desde o surgimento da cidade na história até os dias em que escrevia. Influenciado pela escola sociológica de Chicago, propunha uma reformulação urbanística capaz de dar conta do caos a qual chegara à grande cidade, fruto do desenvolvimento acelerado do capitalismo. MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Para uma discussão introdutória sobre a Escola de Chicago ver: BARROS, José D’Assunção. *Cidade e História*. Op. cit., e RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. A cidade como objeto da historiografia. In: *Saeculum. Revista de História*. João Pessoa, jul./ dez. 2009, p. 111-122. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11475/6587>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

perspectiva, praticamente o mesmo sentido. Pesavento entende o imaginário como um sistema de ideias e que remete à compreensão de que ele constitui um conjunto dotado de relativa coerência e articulação. O imaginário, enquanto sistema, que remete a representações coletivas, tanto dá a ideia de que se trata da construção de um mundo paralelo de sinais, que se constrói sobre a realidade, como aponta para o fato de que essa construção é social e histórica. É Bronislaw Baczko que assim o define, atribuindo a esse conceito características de historicidade e abrangência. Considera que ele é histórico e datado, ou seja, que em cada época os homens constroem rerepresentações para conferir sentido ao real. Essa construção de sentido é ampla, uma vez que se expressa por palavras/discursos/sons, por imagens, valores, é construtora de identidades e exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças no social. Ele é um saber fazer (*savoir-faire*) que organiza o mundo, produzindo coesão e conflito<sup>180</sup>. A autora considera que a representação do mundo é ela mesma parte da realidade e que pode assumir uma força maior para a existência que o “real concreto”.

Tanto Pesavento quanto Antonio Paulo Rezende desenvolveram suas pesquisas com base na noção da existência de uma pluralidade de cidades. Ambos os autores se apoiam em Ítalo Calvino, que colocou em xeque a ideia de que haja uma homogeneidade na cultura urbana, enfatizando a complexidade das muitas cidades, como representada por seus diversos habitantes ou pelos viajantes e estrangeiros<sup>181</sup>. Há uma tentativa de Sandra Jatahy Pesavento e Antonio Paulo Rezende, de aproximar a história da literatura, na maneira de narrar. Não estão preocupados em reconstituir o passado. Ambos se apoiam nas discussões feitas por Paul Ricoeur em *Tempo e narrativa*<sup>182</sup>, que aproxima a história da literatura, mas que confere apenas a esta última o seu caráter referencial de representância do passado.

Desta forma, pode-se falar do passado como uma representação construída pelos indivíduos e grupos, sem a preocupação com a objetividade do conhecimento, como pensada pelas ciências naturais, mas sem reduzi-la à mera ficção, isto é, sem qualquer pretensão de verdade. Essa noção quebra com a dicotomia entre o que é real e não real, como enfatizou Roger Chartier<sup>183</sup>.

Neste caminho, a cidade de Recife, como palco da modernidade, tem sido objeto de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores ligados ao programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de Pernambuco, em sua maioria, sob a orientação do, acima citado,

<sup>180</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. (Antrophos/homem, v. 5), p. 291-332.

<sup>181</sup> CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>182</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 (3 vol.)

<sup>183</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: Difel. 2002.

professor Antonio Paulo Rezende<sup>184</sup>. Em resumo, e visualizadas como um bloco, apesar das singularidades<sup>185</sup>, tais pesquisas colocam em xeque, de um lado, a noção de que a modernidade em Recife seja resultado de um processo natural, mera decorrência de um processo com dimensões amplas, resultado de forças inexoráveis, externas e alheias a vontade da sociedade, impondo-se sem resistência significativa, que teria atingido outras cidades do mesmo período, seguindo um mesmo padrão<sup>186</sup>, e, de outro, a noção de que a modernidade teria sido o desenrolar inevitável de uma modernização levada a cabo por setores ligados ao capitalismo internacional e regional, portanto, respondendo aos seus interesses, resultado igualmente inevitável da inserção do Brasil na nova ordem econômica e política que se impunha.

Um exemplo significativo da mudança de perspectiva é a dissertação de mestrado de Flávio Weinstein Teixeira, defendida ainda em 1994, que, não negando a importância das elites econômicas na modernização do Recife e nem seu papel como agentes da modernidade, considera os aspectos simbólicos e sedutores dos valores da modernidade como fundamentais para a construção das imagens de cidade moderna, levadas a cabo por estas mesmas elites. Desta forma, se não se pode negar o papel dos interesses materiais na modernização de Recife, os ideais ligados a modernidade, seus valores simbólicos, teriam, no entanto, jogado papel decisivo na busca por construir imagens de cidade e homens modernos<sup>187</sup>.

Retornemos aos estudos sobre a *belle époque*. Não está claro se o processo de “modernização” tenha gerado grupos de indesejados. Será que essa “modernidade”, ao mesmo tempo em que teria trazido o “progresso” e beneficiado os grupos ligados às novas relações capitalistas, teria gerado, de outro lado, o alcoolismo, a mendicância, a prostituição e a

<sup>184</sup> O livro *Os anos 1920* reúne artigos que são resultado de algumas dessas pesquisas e podem ser, inicialmente, consultados pelos interessados, dada a dificuldade de acesso às dissertações e teses. Ver BARROS, Natália; REZENDE, Antonio Paulo; SILVA, Jailson Pereira (Org.). *Os anos 1920: histórias de tempo*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

<sup>185</sup> Optamos, pelas limitações deste capítulo, não discutir com mais vagar tais pesquisas. Para um aprofundamento, ver, por exemplo, LOPES, Gustavo Acioli. *A cruzada modernizante e os infiéis no Recife: higienismo, vadiagem e repressão policial*. 2003. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife; TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *As cidades enquanto palco da modernidade*. O Recife de Princípios do Século. 1994. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife; VIEIRA, Daniel de Souza Leão. *Paisagens da cidade: os olhares sobre o Recife dos anos 1920*. 2003. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife; e COUCEIRO, Sylvia Costa. *Artes de viver a cidade: conflitos nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920*. 2003. 334 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

<sup>186</sup> TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *Civilizar, embelezar: a construção de uma cidade moderna*. Recife de princípios do século XX. In: BARROS, Natália; REZENDE, Antonio Paulo; SILVA, Jailson Pereira (Org.). Op. cit. p. 143-180, p. 165.

<sup>187</sup> TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *As cidades enquanto palco da modernidade*. Op. cit.

delinquência? Pode-se pesquisar o período tendo por base esta perspectiva. Creio, por outro lado, que mesmo antes dessa pretensa onda modernizadora esses grupos já existiam, mas não eram assim caracterizados, eles faziam parte da paisagem urbana de muitas cidades. Pode até ser que, com o crescimento econômico e populacional de uma determinada localidade, estes grupos tenham aumentado, uma vez que os atraíam de outras regiões. Mas é o desejo pelo novo, em contraposição ao que se tem, só agora identificado com o velho, que o trazem à baila. É só por um conjunto de referenciais culturais ou simbólicos, em nosso caso, ligados a valores exteriores, que os “grupos dos indesejados” se tornam visíveis.

Dito mais claramente, é só no momento dessa onda progressista, ou melhor, desse desejo pelo progresso e os valores da modernidade, que a prostituta, a mendicância, os costumes “tradicionais” aparecem como problema a serem resolvidos<sup>188</sup>. Só é a partir daí que eles se tornam visíveis, pois antes, como invisíveis, eram “naturais”. Em última análise, se estes grupos incomodavam o poder ou algum grupo de pessoas, não havia uma tentativa ferrenha por seu controle. O que parece ter acontecido, foi que num determinado momento a prostituta, o mendigo, o delinquente, juntos, passaram a incomodar e serem vistos agora como o lado oposto do que se queria.

Pode até ser que em outros momentos, em algum lugar, eles incomodassem e fossem alvos das ações do poder, os discursos que justificavam o controle eram ou deveriam ter sido, no entanto, outros, e a maneira como eram adjetivados, também. Eles passam a representar, agora, uma mancha nos projetos que se defende. Ora, como defender que a “nossa cidade” está se civilizando se os exemplos da “barbárie”, como passam a ser adjetivados, são gritantes?

Os grupos de “indesejados” só representam um problema apenas com base em um conjunto de referenciais culturais que os tornam visíveis. Esses referenciais são os do progresso e da modernidade. É o desejo de viver o novo, isto é, o diferente do que se tem, que leva à busca por resolver os problemas que o emperram. O “velho” que antes era apenas o “normal”, porque “natural”, isto é, como algo que sempre foi assim, agora passa a ser entendido como o “anormal”, o outro lado daquilo que é buscado como positivo. Daí é que

---

<sup>188</sup> O que não significa dizer que em outras épocas não existe a ideia de moderno, que sempre se contrapõe com os valores da antiguidade, com seu sentido negativo, não ligado a um período histórico, como bem mostrou Jacques Le Goff. Ver LE GOFF, Jacques. Antigo/moderno. In: \_\_\_\_\_. *História e memória*. 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003, p. 173-233.

passa a ser objeto de controle, repressão, disciplinamento, seja lá qual for a palavra ou conceito que usemos. Escolher e se agarrar a um conceito é de somenos importância.

É nesse momento que os conflitos, próprios das relações humanas, são redimensionados a um patamar superior. O cotidiano das classes populares, na cidade, só passou a ser revelado nas fontes escritas por aqueles que tinham o poder de dizer e fazer crer sobre a realidade, como o outro lado daquilo que se defende. Defender que o controle foi uma realidade no sentido de que obteve êxito, o que é bom que se diga, não é o caso de todos os estudos sobre a *belle époque*, é dizer que o projeto vencedor foi o das classes abastadas, autoritário, portanto, que tem no “Estado regulador”, como diria Boaventura de Sousa Santos, seu grande agente.

Para o nosso caso, após o período de nosso estudo, o que parece ter ocorrido foi que o tão propalado progresso, como se defendia, não chegou. Aliás, em nenhum lugar o progresso, como se defendia foi uma realidade pelo simples fato de ser um ideal, uma utopia, um sonho, que se expressa na consciência, mas que não deixa de ser gerador de práticas sociais ou culturais. Desde então, os grupos populares não são vistos mais como problema, pois os referenciais são outros. Os adeptos do progresso, como defendido naquele tempo, para o caso de nosso estudo, não fez adeptos e se fez, um novo contexto histórico o enterrou.

No entanto, há algo mais. O discurso do progresso e da civilização, sedutores, eram sempre invocados porque, em primeiro lugar, carregavam um conjunto de significados que permitia positivar uma maneira de ser, estar e ver o mundo, em segundo lugar, porque permitia justificar ações, angariar apoio. E esse apoio era essencial para justificar projetos pessoais e coletivos e, assim, consolidar interesses diversos (econômicos, sociais, políticos). No que se refere à intervenção no meio urbano de uma dada cidade, o discurso justificava a pavimentação de ruas, reforma de necrotério e cemitério, normatização das construções, suas fachadas e ruas, abertura e alargamento de vias, construção de *boulevards*, ainda que apenas na terminologia, por exemplo. Este fato, como vimos, tem sido analisado como a busca por parte de uma “elite”, em seu desejo de fundar uma cidade moderna tendo como modelos as capitais de países europeus. Alguns estudos concordam até que pelas reformas urbanas, de fato, as cidades se modernizaram e viveram a modernidade tal qual Paris<sup>189</sup>.

No entanto, o que queremos argumentar é que os discursos do progresso e da modernidade sempre eram invocados para colocar em prática projetos pessoais e coletivos.

---

<sup>189</sup> Ver como casos singulares os estudos de SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque*. Op. cit., PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque*. Op. cit., e GIRÃO, Glória Giovana S. Mont'alverne. *As Transformações Socioculturais em Sobral (1870-1920)*. Op. cit.

Eles seduziam amplos grupos e permitiam angariar apoio. As reformas urbanas levadas a cabo em seu nome, antes de buscar adequar as cidades às exigências do capitalismo, era uma forma de colocar em prática amplos interesses.

A “cidade moderna” não passa de uma representação que seduziu apenas uma minoria e deixou de fora a maior parte da população. Tal é a nossa perspectiva, adotada ao longo da pesquisa. As imagens ligadas a ela eram sempre invocadas para dar vazão aos anseios, interesses de grupos restritos. Daí a preocupação de não tomar o discurso como o próprio real.

## CAPÍTULO 3

### A SEDUÇÃO DA MODERNIDADE: CULTURA E SOCIABILIDADES NOVAS

Este capítulo divide-se em duas partes. A primeira analisa os espaços de sociabilidade<sup>190</sup> e de uma cultura letrada (*Grêmio Ipuense* e *Gabinete de Leitura*) erguidos nas primeiras décadas do século, importantes porque funcionaram como espaços que permitiram cimentar uma visão de mundo comum, ligada aos valores do progresso e da modernidade, e unir pessoas no caminho de dotar a cidade de ares civilizados, além de permitir-nos entender melhor o grupo que examinamos. A segunda parte, pretende apresentar um perfil do grupo de pessoas que construiu o discurso que estamos analisando e demonstrar que, não obstante a origem social diversa de seus membros, estes estavam unidos em torno do poder.

Começemos pelos clubes.

#### 3.1 O Espaço do Clube

A ideia aqui é “entrar” nos “clubes” fundados no início do século XX por aqueles homens que defendiam o progresso. Esta traz inúmeras pistas que nos permitem entender a sua complexidade e dinâmica. Mas, buscamos entender qual foi o seu impulso gerador. O que levou aqueles homens do início do século XX a erguer, no meio dos “sertões”, associações fechadas ao ingresso de muitos e que se organizavam segundo uma dinâmica própria, mas que se espelhava em outras associações alienígenas e que não tinham paralelo em âmbito local?

Das inúmeras possibilidades de interrogá-las, optamos por desvendar sobre os porquês de se lutar por sua instituição e organização em moldes de sociedades restritas, com regras de funcionamento, estatutos que legitimam o acesso limitado aos seus salões, que criam uma etiqueta a ser seguida por seus membros, que, enfim, estabelecem um conjunto de referenciais tidos como superiores e que denominamos de civilidade<sup>191</sup>, amplamente visualizados nas fontes que analisamos.

Desvendar e entrar nos espaços sociais fundados por eles, sobretudo aqueles destinados ao seu convívio, pode ser uma boa estratégia capaz de ajudar-nos a compreender

---

<sup>190</sup> Entendemos os espaços de sociabilidades como aqueles em que um grupo de pessoas, com afinidades diversas, se reúne e estabelecem redes ou ligações, que fazem circular informações, ideias, valores e que expressam seus interesses, gostos, paixões e opiniões, como faz Jean Baechler. BAECHLER, Jean. Grupos e Sociabilidades. In: BOUDON, Raymond (Dir.). *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995, p. 65-106.

<sup>191</sup> Entendemos o conceito de civilidade, ainda, como a define Jean Baechler, isto é, como uma maneira distinta de estar no mundo e em dado círculo social (distinta porque tida como superior). Que garantia uma identidade aos membros de um mesmo grupo. Id. *Ibidem*.

melhor o grupo que analisamos. Entender sobre os seus locais de trânsito e os espaços da festa (os *assaltos*, *saraus* e *soirées*), da reunião, pode ainda ajudar-nos a entender melhor os anseios daqueles homens, seu universo simbólico, o seu poder de mobilização e de luta pelo que queriam e acreditavam ser melhor para eles e para a cidade.

Tal procedimento nos dará subsídios, ainda, para desvendar quais as atribuições do clube, a sua importância para unir grupos e indivíduos em torno de um mesmo anseio ou projeto(s).

No caminho trilhado por aqueles homens, que consistia em dotar a cidade de signos da modernidade, a fundação de novos espaços de sociabilidade, que seguia uma pragmática própria, foi uma prática levada a cabo. Se, de um lado, buscava-se lutar contra os costumes “arcaicos”, de outro, efetivamente se procurou fundar outro tipo de sociabilidade, aberta aos segmentos mais abastados da cidade, alinhada com os ideais de civilidade.

Assim, ao mesmo tempo em que tais espaços eram entendidos como fundamentais a um grupo de pessoas, sedentas por distinção, também eram buscados como necessários a um povo em via de “civilizar-se”. A sua instituição era informada pela necessidade de instituir um padrão de comportamento mais condizente com o espírito dos valores defendidos. Foi dentro desse receituário que surgiram o *Grêmio Ipuense* (1912) mais tarde *Grêmio Ipuense Sociedade Recreativa Dançante* (1924), o *Gabinete de Leitura Ipuense* (1919), o *Centro Artístico Ipuense* (1918) e a *Euterpe Ipuense*<sup>192</sup>.

Fazer parte de tais associações denotava distinção e marcava posições. Elas exerciam um fascínio sobre aqueles desejosos por se parecer superiores. As representações construídas em torno de seus membros caminhavam no sentido de mostrar que eram modernos e civilizados em oposição à grande maioria da população, sempre visualizada nos periódicos como portadoras de costumes “arcaicos”, “atrasados”, “bárbaros”.

O grupo de pessoas que fazia parte de seus quadros buscou se apegar aos valores da modernidade como forma de produção de positividade, para qualificar a si mesmo (uma classe ou grupo social) como superior e desqualificar o que considerava arcaico, inferior. Na verdade, os símbolos e signos ligados à modernidade eram procurados por aqueles que transitavam pelos salões *chics*. Seus valores estéticos eram cobiçados como forma de distinção. Assim, constituiu-se numa espécie de “poder simbólico”, isto é, como um poder capaz de “construir a realidade” e produzir sentido (imediato) para o mundo, além de integrar

---

<sup>192</sup> Pelas limitações deste capítulo, optamos por não analisar estas duas últimas associações. Embora apresentem algumas particularidades em relação ao *Grêmio* e ao *Gabinete*, um estudo sobre elas confirmam a interpretação que fazemos dos demais salões.

indivíduos em torno de valores comuns. Os símbolos, como defende Bourdieu, são instrumentos, por excelência, da integração social. Na medida em que se traduzem como instrumentos de conhecimento e de comunicação, tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui essencialmente para a reprodução social<sup>193</sup>.

### 3.1.1 Do “Formoso Bando” ao Grêmio Ipuense: “entraí, conheceí”<sup>194</sup>

Nos anos iniciais do século XX não identificamos em Ipu nenhuma instituição com sede própria, organizada para promover as diversões em salões restritos a pequenos grupos. Ela só aparece na segunda década desta centúria, primeiramente com o *Grêmio Ipuense*. Este, no entanto, não é uma novidade. Já no último quartel do século XIX, encontramos a sociedade “letrada ipuense” organizando associações “elitistas” para a diversão e cultivo das letras. Quem nos informa é Eusébio de Sousa. Preocupado em convencer que a vida intelectual local só teria nascido naquele momento, ele passa a enumerar as ações dos “intelectuais ipuenses”, neste caminho. Anota que a primeira delas foi a *Agremiação Dramática Ipuense* e que teve como fundadores Thomaz de Aquino Correia e Sá, Felix Candido de Sousa Carvalho e Mello Andrade. Como esta primeira associação, outras foram fundadas, como, por exemplo, o *Gabinete Ipuense de Leitura* (1886), *Cassino Ipuense*, *Club das Carmelitas*, *Recreio Ipuense* e *Recreio Dramático*. Todas, no entanto, não se mantiveram de pé no século que se anunciava, “deram um sinal de vida para morrerem no próprio nascedouro”<sup>195</sup>.

O surgimento dos salões ipuenses não é algo isolado no período, mas parece seguir uma tendência. O final do século XIX e os anos iniciais do século XX são os momentos por excelência de sua proliferação na capital republicana, como demonstra Brito Broca em sua análise sobre a vida literária no Brasil<sup>196</sup>. Os salões e os clubes, no Rio de Janeiro, em fins de século, não eram também uma novidade, uma vez que estes espaços surgiram ainda muito cedo, após a chegada de D. João VI em 1808 e se desenvolveram durante o período Imperial, como bem demonstra Wanderlei Pinho em seu estudo sobre os *Salões e Damas do Segundo*

<sup>193</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

<sup>194</sup> “Entraí, conheceí”. Trecho de uma poesia, escrita por Maria Cleide Melo Lima sobre os bailes no Grêmio, citada adiante.

<sup>195</sup> SOUSA, Eusébio. Um pouco de historia (Chronica do Ipú). In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XXX, Ano XXX, 1916, p. 249-278, p. 223-225.

<sup>196</sup> BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004.

*Reinado*<sup>197</sup>. Para ele, a manutenção de salões para sociabilidades diversas era uma característica da alta sociedade da época, da assim chamada “melhor sociedade”.

Buscando imitar os salões e a sociedade, sobretudo de Paris, referência sempre buscada, esses locais possuíam características novas na virada do século, uma delas é a relação muita estreita desenvolvida entre o mundanismo, literatura e imprensa. Para Brito Broca, nesses espaços requintados, de *dândis* e *raffinés*, a literatura passa a ser cultivada como um luxo igualável aos objetos de consumo e à moda.

Mas, para além das mudanças, há indiscutíveis pontos comuns, pelo menos é o que demonstra Jeffrey Needell em sua análise sobre a elite carioca da “belle époque”<sup>198</sup>. Demonstra que em ambos os momentos, o salão era, em primeiro lugar, um aspecto importante e informal do sistema de poder na estrutura socioeconômica e, em segundo lugar, definido e expresso em características culturais idênticas. O salão dessa elite possuía uma função simbólica e instrumental: servia, de um lado, para mostrar prestígio associado com a cultura, e de outro, como cenário propício a contatos discretos e conversas importantes. O que é comum nas trajetórias dos membros dessa elite é que ela se baseava, fundamentalmente, como forma de distinção, em modelos culturais estrangeiros.

Uma boa descrição desses espaços é dada por Afrânio Peixoto em *A Esfinge*<sup>199</sup>, e uma crítica deles, é feita por Elysio de Carvalho em *Five o'clock*<sup>200</sup>. No primeiro caso, quase todo o romance é ambientado nos salões mundanos, cuja descrição é feita em detalhes, “documento” histórico destes ambientes, locais de intrigas pessoais, espaços de discussões políticas, questões econômicas, literárias e artísticas, de construção de alianças e de, principalmente, flertes. No segundo romance, os salões são entendidos como locais de teatralização, do parasitismo frívolo que estimula notáveis, a elite letrada e seus *dandys*, a *mise-en-scéna*, na então capital.

O aparecimento dos salões e grêmios na cidade de Ipu, nos anos iniciais do século XX, é parte dessa tradição, mas tem suas especificidades próprias. É resultado, principalmente, de uma ânsia ou vontade de um grupo de pessoas para viver a modernidade e, por meio deles, marcar posições, buscar distinções, como veremos adiante.

O *Grêmio Ipuense* - apenas o exemplo mais importante entre nós - foi organizado como uma associação pelos homens e mulheres abastados de Ipu. As *soirées*, *saraus* e os

<sup>197</sup> PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. 3. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959.

<sup>198</sup> NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>199</sup> PEIXOTO, Afrânio. *A esfinge*. 12. ed. São Paulo: Clube do Livro, 1978.

<sup>200</sup> CARVALHO, Elysio. *Five o'clock*. Rio de Janeiro: Editora Antiqua, 2006.

chamados *assaltos* foram transferidos dos salões dos chamados *palacetes*, amplos casarões erguidos pelos homens enriquecidos ou remediados de Ipu, na virada do século, para os salões do *Grêmio*, que possuía sede própria, uma organização invejável e, mais tarde, estatutos. Para Eusébio de Sousa, estes salões estavam importando os costumes “dos centros mais civilizados onde a intolerância pelos costumes campeia”, modificando a tradição. A estes costumes modificados e que desapareciam, o autor se refere às tradições populares. Após analisar a perda de energia dos hábitos como “o *Boi*, no tempo dos *Reis*”, o *entrudo* e outros, o juiz de Ipu, num tom melancólico, anota:

Enquanto na baixa camada vae arrefecendo esse entusiasmo pelo seu passado, desaparecendo o seu character nativo, a civilização, importada dos centros mais viciados onde a intolerância pelos costumes campeia desassombradamente, vae, por sua vez, modificando, em esphera mais elevada, a sua parte recreativa<sup>201</sup>.

A falta de espaços de reunião e de diversão capazes de unir em um mesmo lugar aqueles com desejos por distinção, parece ter levado um grupo de pessoas, antes do surgimento do *Grêmio*, à realização de “bailes” em seus “elegantes” e espaçosos “palacetes” ou “casarões”. Seus salões eram franqueados somente àqueles que reconhecidamente faziam parte do “escól social” ou da “melhor sociedade”, como se dizia na época.

Um exemplo desses “bailes” são os chamados *assaltos* que, ao que parece, uma das reuniões festivas que dariam origem ao *Grêmio*. Nos anos iniciais do século XX eles se tornaram muito frequentes e concorridos entre as moças e rapazes da “elite” ipuense. O Juiz da comarca esclarece sobre o que eram esses assaltos, em 1916.

Estão em voga, actualmente, na sociedade ipuense, os *assaltos*. Constitue esse divertimento a nota sensacional dos salões da elite, e, raro é o dia do mez em que se não registre um ou dois desses *ataques* em determinada casa de familia da terra, que se vê forçada a abrir suas portas e consentir na invasão do grupo assaltante – radioso conjuncto de rapazes e senhoritas de escól dispostos a rir, brincar e dançar.

O *assalto* não é natural do meio rústico. Elle veio importado de outras plagas e tem qualquer coisa de civilização. A sua introdução no Ipú data de pouco tempo. Vae, porém, generalizando-se, desfructando, a meúde, de maneira que os seus exploradores não satisfeitos com as partidas mensais do *Gremio*, que lhe dá ensejo para diversões durante algumas horas em escolhida noite do mez, na mais captivante e animadora reunião familiar, por seu intermédio encontram meios para expansão de seus gênios alegres e folgadas<sup>202</sup>.

<sup>201</sup> SOUSA, Eusébio. Um pouco de Historia (continuação), 1916. Op. cit., p. 263-264.

<sup>202</sup> Id. Ibidem, p. 264.

Criado para as diversões, sobretudo dos mais jovens saídos do *escól social*, realizados pelo menos uma vez por mês num casarão de uma família abastada escolhida por seus organizadores, os *assaltos*, esclarece ainda o magistrado, eram de dois tipos: um deles é aquele organizado com antecedência. Neste caso, o salão era ornamentado e a reunião revestia-se de um ar “festivo encantador”. Servia-se *aluá*, “a tradicional bebida dos sertões cearenses”<sup>203</sup>. Mas também havia aqueles, embora raros, improvisados “no calor da hora”.

Havia, no entanto, uma singularidade nessas reuniões festivas. Eram organizadas pelas moças das famílias abastadas locais, com o apoio de seus pais, que as incentivavam.

No Ipú, há uma singularidade nos *assaltos*: contitue esta nesse gracioso grupo das *violetas*, formado de senhoritas de elite social, o qual, combinando, sempre se encontra de atalaia, prompto ao primeiro grito de alerta, emprestando às festas o encanto que é de esperar, dada a sua graciosidade nesse harmonioso conjunto<sup>204</sup>.

Dando crédito às informações de Eusébio de Sousa, os *assaltos*, então, em 1916, eram recentes. Não conseguimos datar com precisão o seu surgimento e isso nem tem grande importância. O fato é que eles já existiam em 1913. A primeira referência a eles é feita na *Gazeta do Sertão*, em sua edição do dia 4 de julho de 1913. Este jornal, em sua seção *Revista Social*, dá amplo destaque para as reuniões festivas do que chama “a elite ipuense”<sup>205</sup>. Na edição seguinte, noticia sobre a fundação do “Grupo das Violetas”, uma associação só de senhoritas e que, segundo o nosso “informante”, foi responsável por organizar os *assaltos* até, pelo menos, 1916:

Muitas senhoritas ipuenses reuniram-se em sociedade sob o nome “Grupo das Violetas”, no intuito de promoverem festivaes, que disfarcem num tanto a aridez da vida monótona da nossa Cidade. No gracioso “Grupo” estão representantes das principaes familias de Ipù, o que nos faz augurar os reais trimphos da distincta associação.

A festa de estrêa do formoso bando será dedicada aos rapazes ipuenses e se há de realizar em a residência do Sr. Coronel Mont’avelne Filho, no próximo dia 19 (...) <sup>206</sup>.

---

<sup>203</sup> Id. Ibidem, p. 264.

<sup>204</sup> Id. Ibidem, p. 265.

<sup>205</sup> “Á noite do ultimo domingo selecto grupo de senhoritas e moços de nossa sociedade “assaltou” a residência do coronel José Lourenço de Araujo. Os vastos salões ficaram repletos e dansas foram realizadas até mais de meia noite em meio a muita animação”. *Gazeta do Sertão*. Ipu, p. 4, jul. 1913.

<sup>206</sup> *Gazeta do Sertão*. Ipu, p. 4, 11 jul. 1913.

Não sabemos se foram os *assaltos* que deram origem ao *Grêmio Ipuense*, ou vice-versa. Ambos já existiam em 1913. A questão é que após 1916 não encontramos nenhuma fonte que dê visibilidade aos *assaltos*. O *Correio* não faz sequer uma única menção a eles. É muito provável que tenham se deslocado para os “amplos salões do Gremio” e passado a ser manifestados com um ar mais aristocrático, no sentido de se revestir, desde então, de formalidades. Embora não dispondo de subsídios para afirmar que as mulheres tenham tido participação significativa nas reuniões organizadas pelo *Grêmio*, é muito provável que assim tenham procedido, dado o seu trato, neste quesito, com as questões festivas.

Muitos casamentos entre jovens de famílias “distintas” locais começaram com os *flirts* nos *assaltos* realizados pelo “bando formoso”. Foi esse o caso de Leonardo Mota e a filha do Cel. José Lourenço de Araújo. O amplo “palacete” deste último frequentemente abria suas portas para as reuniões organizadas pelo “Grupo das Violetas”. No entanto, os *flirts* se transferiam das alcovas dos palacetes para os salões do *Grêmio* e passaram a se revestir de uma formalidade que nas diversões dos *assaltos* pareciam não possuir. Se neste último o tom era de festividade, do riso, da brincadeira e da dança, nos bailes do *Grêmio* o tom passou a ser outro. Os mesmos homens e mulheres que abriam os salões de seus “palacetes” no início do século XX para a realização dos *saraus*, *soirées* e *assaltos* foram aqueles que fundaram o *Grêmio Ipuense*. Os bailes do *escól* deixaram de ser realizados unicamente em residências particulares e se deslocaram para os espaços daquela associação.

Quando foi fundado? Aqui há uma confusão. Historiadores e memorialistas locais, baseando-se na *Revista dos Municípios* de 1929, aludem que aquela associação foi erguida em 1924. Citam como prova a passagem escrita naquele periódico ao dizer que ela “foi fundada em 1924, instalando-se no dia 12 de outubro desse anno, quando também realizou a partida inaugural e empossou a primeira diretoria”<sup>207</sup>.

Mas o Jornal *Gazeta do Sertão* amplamente noticia sobre as partidas realizadas pelo *Grêmio Ipuense* em suas páginas, quase que semanalmente. Em uma de suas edições, ao noticiar sobre um de seus bailes diz que a associação existe há pouco tempo<sup>208</sup>. A questão é que em 1924 ela aparece com a denominação de *Grêmio Ipuense Sociedade Recreativa Dançante*. Trata-se de fato da mesma associação, pois seus frequentadores são os mesmos.

<sup>207</sup> Cf. *Revistas dos Municípios*. Op. cit., p. 44.

<sup>208</sup> Assim inicia o artigo ao dar ampla divulgação do sarau realizado em seus salões, por ocasião da passagem do dia 7 de setembro. “As justas glorias do que já se ufana o ‘Gremio Ipuense’ em seu curto período existencial [veio] juntar-se a da elegante e linda recepção dada aos seus associados em a noite do 7 de setembro”. *Gazeta do Sertão*. Ipu, p. 4, 12 Set. 1913.

Segundo o *Correio do Norte*, o *Grêmio Ipuense* foi fundado em 1912<sup>209</sup>. Ao se desfazer, deu origem, em seguida, ao *Grêmio Recreativo 7 de Setembro*. Este último se transformaria no *Grêmio Ipuense Sociedade Recreativa Dançante*. Mas, algumas mudanças foram operadas, o que muito provavelmente justifica as trocas de nomes.

Embora muito bem organizado, pelo menos é o que sugerem as constantes referências impressas na *Gazeta*, o *Grêmio Ipuense* parece ainda não dispor de estatutos que disciplinem sobre a aceitação de seus membros, a cobrança de mensalidades, sobre o regime de administração e a eleição para a diretoria, por exemplo. Embora possua uma sede própria no Quadro da Igrejinha ou Praça São Sebastião, com seus “amplos salões”, ainda não se organizava como instituição jurídica. Em nossa pesquisa não tivemos notícia da existência de qualquer estatuto para aquela associação antes de 1924.

Pelas constantes referências feitas ao *Grêmio Ipuense* pelo jornal *Gazeta do Sertão*, é possível saber em detalhes como se organizava essa associação, qual a sua finalidade e quem eram os seus frequentadores. Em primeiro lugar, realizava mensalmente um *sarau*, também chamado de *soirée* ou *partida*, quase sempre no sábado ou domingo. Tinha pelo menos um presidente, ao que parece eleito anualmente, um secretário e cinco diretores eleitos mensalmente. A organização das partidas mensais era levada a cabo pelos diretores do mês, encarregados de formar as comissões, assim discriminadas: comissão de recepção, de Buffet, diretores dos salões ou “director de orquestra”, direção de música e direção geral.

As festividades ocorriam à noite e a sede do *Grêmio* era iluminada a carbureto. A solenidade revestia-se de certa formalidade. Os convidados (espécie de sócios) eram recebidos pela comissão de recepção, geralmente oito pessoas, e os conduziam ao salão de recepção, onde outra comissão, formada pelos diretores de salão, os recebia e os acomodava. Quando todos os convidados já estavam apostos, iniciava-se o que se chamava de “partida literária”. Era uma espécie de *sarau* literário. Ao que parece, fazia-se um discurso retórico, lia-se poesias e abria-se o espaço para discussões entre os intelectuais. Servia-se, aos presentes, come-se e bebe-se, de responsabilidade da comissão de Buffet, sob a direção de pelo menos quatro pessoas. Finalmente, uma banda contratada tocava quando o salão de festa se abria para as danças. Neste momento, o espaço era da *soirée* e entrava, muitas vezes, pela madrugada.

---

<sup>209</sup> Grêmio Recreativo 7 de Setembro. *Correio do Norte*. Ipu, p. 2, 2 mar. 1924.

Desta forma, embora a atividade principal da associação fosse o baile, também desenvolvia torneios e palestras literárias, brincadeiras e outras atividades cujo tom era de diversão e aprendizagem.

A *Gazeta do Sertão* fazia a propaganda do *Grêmio* e exercia o papel de convidar aos “sócios” para os bailes e de noticiar sobre o que tinha ocorrido na última *partida*. Neste caso, ao anunciar as festas, os casamentos e aniversários, buscava criar uma rede de leitores diversos. Em toda a existência do jornal, este fez 21 referências aos bailes do *Grêmio*<sup>210</sup>.

As comissões de organização dos eventos eram concorridas e nenhuma mulher fazia parte, oficialmente, delas, o que não quer dizer que não ajudasse na sua organização. Afinal, os salões do *Grêmio*, como mostram as referências na página impressa, eram ornamentados e isso, ao que parece, cabia às mulheres, esposas e filhas daqueles que compunham as comissões.

A organização dos *saraus* não era, para os membros da agremiação, algo fortuito, mas se revestia de alguma coisa de importância. A reputação das comissões do mês, sobretudo do diretor mensal, o grande responsável pela festa, dependia do bom andamento das solenidades. Embora a *Gazeta* não critique diretamente os responsáveis pelos eventos, quando estes não transcorriam como se esperava, deixa pistas interessantes quanto a isso. Vejamos, por exemplo, três referências aos bailes realizados: a primeira é de elogio e toma o espaço de pouco mais de um quarto de página, as duas seguintes, lacônicas, quando comparadas:

O “Gremio Ipuense”, em noite do ultimo domingo, reuniu nos seus salões elegantes do palacete de sua sede os seus associados e famílias. O seu sarau esteve na altura dos dois ultimos, já pelo bom gosto que presidiu à ornamentação geral do edificio, como pelo excelente serviço de “buffet”, pela boa concorrência e pela alegria que foi a alma de todo o festival.

Damos parabens ao illustre director mensal nosso companheiro Dr. Abilio Martins<sup>211</sup>.

Vejamos as duas outras citações, um tanto “sem graça” em relação à anterior: “a partida mensal, realizada ante-hontem, a cargo do distinto moço Sr. Caramurú Soares teve o timbre de cordialidade das sympathicas recepções do Gremio Ipuense”<sup>212</sup> e “realizou-se, domingo passado, a partida mensal do ‘Gremio Ipuense’”<sup>213</sup>.

<sup>210</sup> Algumas delas são apenas pequenas notas, mas outras perfazem quase um quarto de página. Neste último caso as pistas evidenciam como funcionava a organização daquela sociedade.

<sup>211</sup> *Gazeta do Sertão*. Ipu, p. 2, 28 mar. 1913.

<sup>212</sup> *Gazeta do Sertão*. Ipu, p. 4, 20 jul. 1913.

<sup>213</sup> *Gazeta do Sertão*. Ipu, p. 4, 28 set. 1913.

A primeira citação sugere que os bailes do *Grêmio* eram concorridos. Na ocasião, os “repórteres” do jornal, dentre os frequentadores daquela noite, anotam a presença de pelo menos 30 mulheres entre senhoras e senhoritas, e 35 homens, entre os solteiros e casados, portanto, 65 pessoas. Uma análise mais demorada destes nomes revelou que boa parte deles eram donos de estabelecimentos comerciais, políticos destacados em âmbito local e estadual, alguns professores, funcionários municipais, estaduais e até federais. Todos compunham um grupo de pessoas abastadas ou remediadas para os padrões locais.

Os casados compareciam à solenidade acompanhados de suas esposas e filhos, em idade adequada para a ocasião. A maioria daqueles descritos pelo jornal e que compareceu ao *sarau* é composta de rapazes (em torno de 25) e moças (20). Alguns deles contraíram matrimônio logo após. Sabemos porque a mesma seção daquele jornal intitulada *Revista Social* traz não apenas a notícia dos casamentos, na maioria das vezes descreve a festa após a cerimônia religiosa. São os casos de Francisco Quixadá, que aparece como sócio do *Grêmio*, e de Sephira Natalia de Carvalho<sup>214</sup>, que se casaram em 20 de maio, de Omar Coelho e Marietta Alverne, irmã do Cel. Mont’Alverne Filho, e de Cursino de Mello e Francisca de Mello, cuja notícia dos casamentos é dada na edição de 8 de junho de 1913 do jornal *Gazeta do Sertão*<sup>215</sup>. O Cel. José Lourenço de Araújo teve quatro de seus filhos (três mulheres e um homem) casados nas duas primeiras décadas do século XX e que conheceram seus parceiros nos salões<sup>216</sup>.

Os bailes do *Grêmio*, assim como os saraus realizados nos palacetes pertencentes aos homens abastados, e os *assaltos*, restritos ao convívio das famílias “distintas” locais, funcionavam como espaços que favoreciam as uniões matrimoniais dentro de um mesmo grupo. Os casamentos entre os rapazes e as moças que frequentavam os “salões elegantes” eram favorecidos também porque eram eles educados para “saberem escolher” o seu par. A mulher “de família” era educada para exercer as suas funções, aquelas que a sociedade lhes impunha que consistia, grosso modo, em ser mãe, esposa e dona de casa, como discutimos no quinto capítulo.

Além do baile ordinário, sempre uma vez por mês, o *Grêmio* realizava os saraus extraordinários, promovendo em seus salões, por exemplo, bailes em comemoração às datas festivas e cívicas, como o 7 de setembro, o 20 de janeiro, dia de São Sebastião e padroeiro da cidade, o 11 de julho, aniversário da batalha de Riachuelo. Quase sempre a solenidade chama-

<sup>214</sup> *Gazeta do Sertão*. Ipu, p. 3, 23 maio, 1913.

<sup>215</sup> *Gazeta do Sertão*. Ipu, p. 4, 8 jun. 1913.

<sup>216</sup> Ver. ARAÚJO, Oswaldo. Descendência do casal José Lourenço de Araújo-Maria do Carmo de Araújo. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza. Tomo LXXXI, Ano LXXXI, 1967, p. 207-232.

se “festival” e promovia um evento “litero-dansante”<sup>217</sup>. Os Salões e grêmios, durante o Segundo Império, como demonstra Wanderley Pinho<sup>218</sup>, e mais ainda aqueles do final do século XIX, na capital federal, como esclarece Brito Broca<sup>219</sup>, associavam de forma bastante estreita a *soirée*, baile dançante, com o *sarau* literário ou a *partida* literária. Literatura e mudanismo andavam juntos. Essa característica aparece de forma nítida nas atividades do *Grêmio* e parece ser um diferencial em relação, por exemplo, aos clubes sobralenses, que surgiram muito mais como clubes políticos, associados aos partidos, com demonstra o estudo de Elza Marinho Lustosa da Costa<sup>220</sup>. Além disso, o *Grêmio Ipuense* abria seus espaços para palestras, apresentação de peças teatrais e exibição de cinematógrafo.

Em 1924, quando o *Grêmio* muda de nome, como vimos, operam-se algumas mudanças. Uma delas diz respeito a sua organização. Segundo seus estatutos, que entraram em vigor no mesmo ano, a sua função principal era servir para o lazer de seus sócios e para as *soirées* do “escól social”. É o que diz os seus estatutos no Art. 1º, § 1º: “Congregar as famílias de seus sócios num meio de sociabilidade, promover bailes, ‘soirées’ dansantes, festas literárias, comemorações cívicas, reuniões e outros divertimentos congeneres”<sup>221</sup>. O *Grêmio* realizava “seis partidas obrigatoriamente, por anno, além das que são promovidas extraordinariamente por ocasião do carnaval, festas nacionaes, etc”<sup>222</sup>.

A *Revista dos Municípios*, de 1929, reservou uma de suas páginas para falar dele: diz sobre os bailes realizados em seus salões: “Os bailes do GREMIO IPUENSE obedecem á pragmatica moderna e são frequentadissimos pelo escól social não só da cidade, como das localidades vizinhas”<sup>223</sup>.

Os bailes realizados nos seus salões são objetos de uma memória quase mítica, construída pelos parentes mais velhos daqueles que foram sócios da instituição. Essa memória teima em reafirmar que somente podiam ser seus sócios, as pessoas “rogadas”, “respeitosas” e “respeitadas” do lugar. Pessoas de “estima” e de uma “moral invejável”.

A elegância com que seus frequentadores se revestiam e o orgulho com que se portavam, os bons modos e uma moral “intocável”, “civilizada”, completam as imagens

<sup>217</sup> *Gazeta do Sertão*. Ipu, p. 3, 16 maio, 1913.

<sup>218</sup> PINHO, Vanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. Op. cit.

<sup>219</sup> BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Op. cit.

<sup>220</sup> DA COSTA, Elza Marinho Lustosa. *Sociabilidades e Cultura das Elites Sobralense: 1880-1930*. Fortaleza: SECULT/CE, 2011.

<sup>221</sup> *Estatutos do Grêmio Ipuense*. Ipu, 1955, p. 1. O estatuto de 1955 é uma cópia com a grafia atualizada do primeiro estatuto daquela associação, aprovado em 1924. Um dos exemplares pertence ao memorialista e historiador Francisco de Assim Martins que, no entanto, cedeu-nos para consulta o exemplar que citamos aqui.

<sup>222</sup> *Revista dos Municípios*. Op. cit., p. 44.

<sup>223</sup> *Idem*, p. 44.

construídas sobre os seus frequentadores. Essa memória foi cantada em verso por Maria Cleide Melo Lima, descendente dos Lima, família abastada e frequentadora do *Grêmio*. Vejamos alguns trechos de uma poesia sua: *O último Baile*, embora longo, importante:

(...) O clube muito decente  
 Pela elite era formado  
 O Grêmio muito atraente  
 Pela sociedade visitado!  
 Havia lá o clube da leitura  
 Dos Tempos passados, não alcancei  
 De elegante arquitetura  
 Entrai, conhecei!  
 Lustres luminosos pendurados  
 Janelões verdes, balustres edificadas  
 O piso assoalhado  
 De madressilvas, o caramachão  
 Muito bem cuidado  
 O quadro social, uma perfeição  
 Completando a decoração  
 (...)
 Lá só penetrava em seu recinto, quem fosse Da primeira...  
 No poder aquisitivo?  
 Era um distintivo  
 No procedimento?  
 Um complemento  
 Ainda bem...  
 Da família, sangue nobre?  
 Que no Brasil é muito pobre também  
 (...)
 Bailes selecionados  
 Sócios escolhidos  
 (...)
 Festa no Grêmio, tudo engalantado  
 Muito concorrido, freqüentado  
 (...) <sup>224</sup>.

A autora do poema termina lamentando o fim daqueles bailes antigos vividos pelos seus familiares e a venda do *Palacete Iracema*, onde eles passaram a ser realizados a partir de 1927. A descrição é de que apenas a “elite” local, famílias de “sangue nobre”, compunham o seu quadro social. Maria Cleide de Melo Lima descreve ainda em detalhes o ambiente que servia de cenário ao “clube” e seus bailes. Ele é apresentado de forma a ressaltar a elegância da arquitetura, a riqueza da decoração e o zelo com o espaço. Era um ambiente propício a uma sociabilidade restrita, próprio para a exteriorização de riquezas e da última moda. Mas, o que mais chama a atenção da poetisa é a moral intocável e recatada de seus associados.

<sup>224</sup> MELO LIMA, Maria Cleide. *O último baile*. Cópia do original da poesia cedida pela autora.

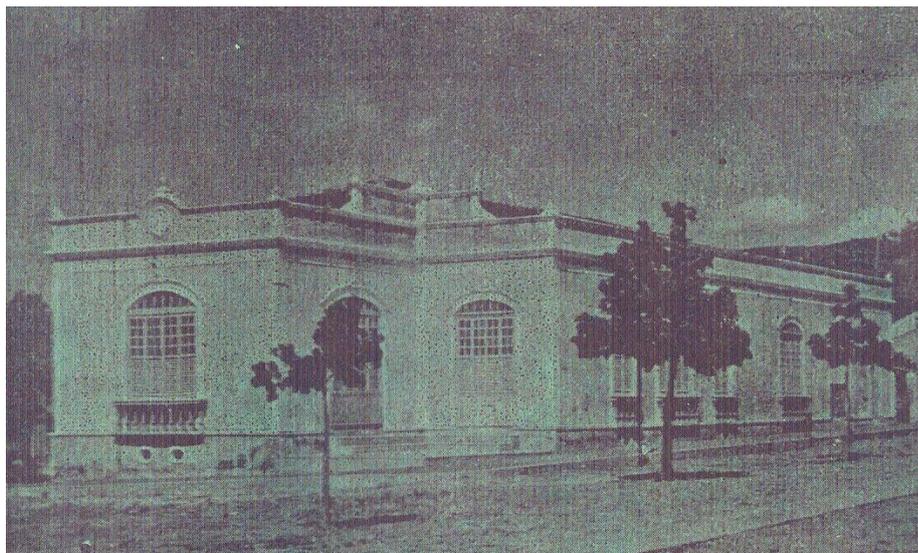


Figura 10: Palacete Iracema. Fotografia que consta no Álbum Comemorativo do Centenário de Emancipação Política da cidade, de 1940, já citado. Cópia digitalizada pertencente ao acervo do autor. O documento original é do acervo de Francisco de Assis Martins.

Também a professora Valdemira Coelho, que escreveu o livro *Ipu em três épocas*, lamenta o fim dos seus bailes, anotando que a “sociedade era selecionada e as festas eram realizadas com certa fidalguia e cavalheirismo (...)”:

Hoje, o Grêmio tem uma sede própria, continua realizando suas festas, não como a mesma euforia de energias (...) no embalo de um FOX; no sonho de uma valsa, no ritmo de um tango, mas por uma juventude agitada, desacompanhada dos pais, curtindo um ROCK, uma DISCOTECA, um FORRÓ, ou BREAK (...)”<sup>225</sup>.

Para fazer parte da diretoria daquela agremiação e ser aceito como sócio era necessário pertencer a “alta sociedade” da época, “ter bons modos”, uma “moral civilizada” e comungar com os ideais modernos e progressistas de seus fundadores, ser indicado por um ou mais sócios efetivos e aceito em votação pela maioria da diretoria em um de suas sessões ordinárias. É o que diz o capítulo II de seus estatutos, § 4º:

Para ser sócio do Grêmio é preciso ter pelo menos 18 anos, bôa conduta, frequentar a sociedade local, ser proposto por um ou mais sócios efetivos no caso de seus direitos sociais, em ofício a Diretoria, ou, verbalmente, por um membro da mesma e aceito por maioria em suas sessões ordinárias<sup>226</sup>.

<sup>225</sup> MELLO, Maria Valdemira Coelho. *Ipu em três épocas*. Fortaleza: Popular Editora, 1985, p. 48.

<sup>226</sup> *Estatutos do Grêmio Ipuense*. Op. cit., p. 2.

Como pertencer ao quadro social do *Grêmio* denotava distinção, ele exerceu sobre grande parte da população local certa atração. Todos desejosos de ares de superioridade queriam ser seus sócios. Mesmo aqueles que por ventura não gostasse de sê-lo e nem de ir a seus bailes, era aconselhável que o fizesse, por ser o *Grêmio* uma instituição prestigiada.

As *soirées* realizadas em seus salões eram aguardadas com entusiasmo por seus associados. Numa cidade pacata, uma simples festa se revestia de um acontecimento monumental. Era motivo para as conversas, para a compra de uma nova roupa, para se usar a última moda. O baile do *Grêmio* era o momento para a exibição da elegância. O trajar era o mais forte indício da exibição da riqueza e dos dotes “modernos”. Se para os chefes de família era o momento para uma reunião e conversa descontraída sobre política, para os jovens era a oportunidade para a “paquera” e, para ambos, sobretudo dançar.

As poucas fotografias de alguns dos membros do *Grêmio*, sobretudo de sua diretoria, que conseguimos reunir permitem-nos afirmar que existia uma busca pelo bem trajar. Parecia haver uma preocupação no sentido de exteriorizar, conscientemente, um jeito aristocrático de ser, um refinamento nos modos, cujo paradigma estaria associado ao modelo aristocrático franco-inglês, buscado pela elite carioca no entre séculos, bem conhecido de grande parte dos membros do Grêmio, seja *in loco* ou por meio de imagens impressas nos periódicos cariocas.

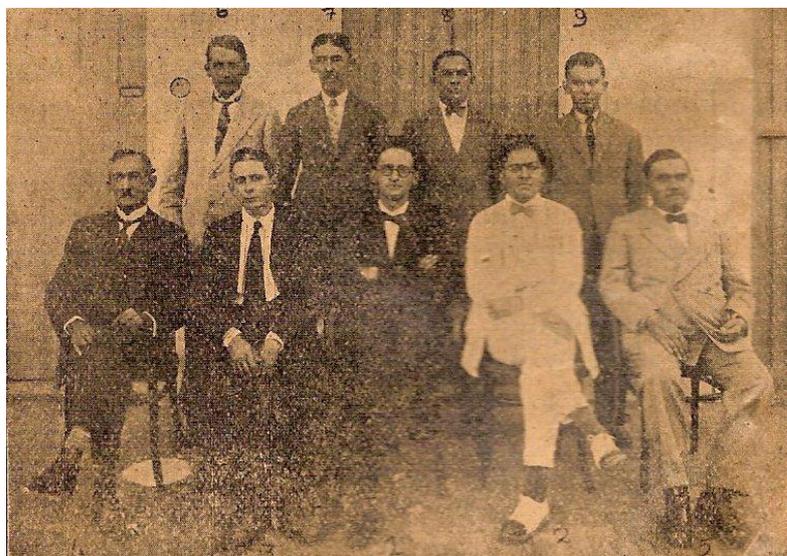


Figura 11: Diretoria da Associação Comercial de Ipu em 1928. A sede funcionava no Palacete Iracema. Todos eram sócios do Grêmio<sup>227</sup>. Cópia digitalizada pertencente ao acervo do autor. O documento original é do acervo de Francisco de Assis Martins.

<sup>227</sup> Na fotografia aparece o seu diretor, Joaquim de Oliveira Lima, sentado e de branco, Thomaz de Aquino Correia (vice-presidente), sentado e na ponta direita. Os demais são, José Oswaldo de Araújo, sentado ao centro (de óculos), ao seu lado direito, também sentado, está Francisco das Chagas Paz. Na ponta esquerda, sentado, está o Cel. José Raimundo de Aragão Filho. De pé, da esquerda para a direita, estão o Cel. Gonçalo

O mais importante para a nossa análise é que a fundação do *Grêmio*, e de outras associações, responde ao desejo de viver os valores do progresso e da modernidade, de buscar distinção e reconhecimento como *ser civilizado*, marcando posição em relação à população menos abastada, espelhando-se em modelos alienígenas.

Imagens textuais, mais abundantes do que as fotográficas, deixadas pelos membros do *Grêmio*, tentam criar uma representação deste espaço como “civilizado”. Têm a intenção de querer provar e convencer-nos de que aqueles que transitavam por seus salões tinham “modos civilizados”, apresentavam-se bem vestidos, de atitudes comedidas, de moral intocável e de uma aura superior. Era esse o desejo. Ainda que não fosse assim, como na descrição, esta deveria mostrar que teria sido assim. Isso não anula a crença de que aqueles seus membros pensassem ser civilizados e vivessem o progresso.

Enfim, surgiam como resultado da prática social dos agentes do progresso, os salões e uma nova forma de sociabilidade para os grupos abastados. Frequentar as *soirées* do *Grêmio* se revestia de uma desejada distinção social. Ir aos seus bailes revestia-se de um simbolismo impar. Era sinal distintivo de poder, de uma aura superior. Lá se ia para ouvir música, dançar, para uma “partida literária” e para o convívio de relações familiares. Os salões daquela agremiação funcionaram como importante para a vida social e para os relacionamentos afetivos de seus associados.

Outra associação fundada na mesma época, pelos mesmos homens, e que respondia à vontade de distinção, espelhando-se nos valores do progresso e da modernidade, foi o *Gabinete de Leitura*, para onde voltamos agora nossas vistas.

### 3.1.2 “Centro Literário” ou o *Gabinete de Leitura Ipuense*

Uma das formas de se atingir a “civilização dos costumes” era o cultivo das letras e a difusão da prática de leitura. Ter agremiações literárias era sinal distintivo do progresso. No caminho de construir essa imagem da cidade é que se luta pela fundação de um “centro literário”. O esforço coube aos membros do *Grêmio Ipuense*.

Embora o *Gabinete de Leitura Ipuense* tenha sido oficialmente fundado em 1918, quando data a sua organização enquanto instituição, com personalidade jurídica, ele remonta ainda ao final do século XIX. Com outra denominação *Gabinete Ipuense de Leitura*, Thomaz

de Aquino Correia, Felix Candido, o padre João José de Castro (seu primeiro presidente), major Francisco de Paula Quixadá, Francisco Ximenes de Aragão e José Candido de Souza Carvalho erguiam, em 1886, o primeiro “centro literário” que, não obstante, durou apenas três anos, como esclarece Eusébio de Sousa: “Este núcleo, melhor aparelhado, floresceu, teve uma vida mais demorada e no período de três annos, sem a menor solução de continuidade, constituiu o ponto para onde convergia o escól litterario daquelle época”<sup>228</sup>. Chegou a ter 114 sócios e manteve uma “regular biblioteca, chegando a catalogar para mais de 700 volumes dos escritores em voga e mais procurados naquellas éras”<sup>229</sup>.

No entanto, segundo nos informa ainda Eusébio de Sousa, o *Gabinete* morreu logo depois, quando os seus sócios o transformaram de local literário para dançante, ficando sua biblioteca abandonada:

Por motivo de ordem social, sob proposta de um consocio de gênio mais alegre e folgasão, o *Gabinete* mudava de categoria, isto é, passaria a explorar terreno diametralmente opposto ao primitivo de sua congregação. Dos domínios das massudas palestras litterarias em que somente predominava o exquesito gosto pela leitura dos clássicos, muito em vóga naquella época e aliás productivos, em todos os tempos, passaria para os Terpsychore, em demasia improductivos.

Desfructando este campo antagônico, impróprio; deixando o *Gabinete* de ser litterario para tornar-se dançante, foi o bastante para em breve desaparecer, abandonando de vez a sua bibliotheca, já reputada como uma das melhores dos sertões cearense<sup>230</sup>.

O *Correio do Norte*, em sua edição de 20 de outubro de 1921, dá uma versão diferente para o fim do Gabinete:

(...) Em 1886 fundou-se aqui um Gabinete de Leitura, que chegou a possuir cerce de mil volumes de bons livros e manter uma aula nocturna, cuja matricula attingio a cento e tantos alumnos.

Alguem, perversamente, lembrou de introduzir a maldita politica n’essa associação e com isto fel-a extinguir-se. Outras instituições boas tiveram o mesmo resultado<sup>231</sup>.

Deixando de existir, as portas da sede do *Gabinete* foram fechadas. Os autores das linhas acima não esclarecem sobre o destino que tomaram os 700 ou mil volumes de seu acervo. Parte deles pode ter sido incorporada ao acervo do novo *Gabinete*, fundado em 1918 e

<sup>228</sup> SOUSA, Eusébio. Um pouco de historia. Op. cit., p. 223.

<sup>229</sup> Id. Ibidem, p. 223.

<sup>230</sup> Id. Ibidem, p. 224.

<sup>231</sup> A NOSSA CIDADE. *Correio do Norte*, Ipu, 20 out. 1921, p. 1.

instalado no dia 1º de janeiro do ano seguinte. Um dos idealizadores deste último foi Thomaz de Aquino Correia.

Em 1913 já há uma mobilização de parte dos intelectuais ipuenses para se fundar um outro “Centro de leituras”. A notícia é dada na edição de 25 de junho do jornal *Gazeta do Sertão*:

Os senhores Padre Dr. Aureliano Motta, Padre Macario Bezerra, Doutores Euzebio de Souza, Souto Maior, Joaquim Olympio, Abilio Martins e Leonardo Motta tencionam grupar-se em sociedade Litteraria e fundar um centro de leituras, nesta cidade<sup>232</sup>.

Nas edições seguintes do periódico não se esclarece se o referido Centro de Leituras foi de fato fundado. Apenas em outubro de 1918, numa reunião do *Grêmio Recreativo 7 de setembro*, os seus dirigentes resolveram fundar o *Gabinete de Leitura Ipuense*. Na primeira reunião da diretoria daquela associação ficou decidido que cada associado deveria contribuir com certa quantia, mensalmente, a fim de fazer face às despesas com a aquisição de livros. Cada sócio tinha de pagar uma contribuição mensal de 3\$000 (três mil reis), sendo-lhe facultada a retirada de livros para a leitura fora da sede social, mediante caução de 20\$000<sup>233</sup>.

Mais tarde passou a receber subvenções anuais da Câmara Municipal de Ipu, por proposta de seu presidente, Cel. João Bessa Guimarães, e do Governo do Estado, por intermédio de Abílio Martins<sup>234</sup>.

A ideia de sua fundação foi sugerida pelo médico e Delegado de Higiene do município, Francisco das Chagas Pinto, “na sessão ordinária de Assembléia Geral do ‘Grêmio recreativo 7 de Setembro’, realizada em 27 de Outubro de 1918”<sup>235</sup>. Mas coube a Abílio Martins realizar o feito. Francisco das Chagas Pinto foi eleito para a primeira diretoria, Manoel Bessa Guimarães, para o secretariado, Joaquim Lima, para a tesouraria, Edgard Correia, como bibliotecário e Abílio Martins, como orador oficial<sup>236</sup>.

O *Gabinete* é fruto da existência em Ipu de um “grupo de jovens” “intelectuais”, no dizer do Tipógrafo João Mozart da Silva, que conviveu com os seus fundadores. Segundo ele, Leonardo Mota (Leota), ao chegar à cidade e fundar uma escola, se juntou a um grupo de “ilustres ipuenses ávidos de saber e presos as delícias do mundo literário”:

<sup>232</sup> *Gazeta do Sertão*. Ipu, p. 4, 25 jun. 1913.

<sup>233</sup> *Revista dos Municípios*. Op. cit., p. 41.

<sup>234</sup> Isso se deu a partir de 1920, quando passou a receber, anualmente, da Câmara, a quantia de 240\$000 (duzentos e quarenta mil reis), e do governo do Estado, o valor de 1:200\$000. *Correio do Norte*. Ipu, 8 Jan. 1920.

<sup>235</sup> *Revista dos Municípios*. Op. cit., p. 41.

<sup>236</sup> *Idem*, p. 41.

Já rapaz, ao deixar o Seminário, o saudoso “Leota” principia uma vida de intensa atividade intelectual, fundando um pequeno mas movimentado colégio na cidade de Ipu, e cujo nome de batismo foi José de Alencar. Ensinando francês o jovem Leonardo Mota de logo conquistou as simpatias de uma geração de ilustres ipuenses, ávidos de saber e presos às delícias do mundo literário<sup>237</sup>.

Ainda segundo Mozart, formou-se em Ipu, ao lado de Leota, um grupo de jovens intelectuais. Fizeram assinaturas de jornais e revistas vindos do Rio de Janeiro, que eram lidos e comentados até a “alta madrugada”. Fazia parte dele, entre outros, Abílio Martins, Thomaz Correia e Eusébio de Sousa. Logo fundaram um jornal, a *Gazeta do Sertão*, “e através das suas páginas fez a campanha de João Thomé de Sabóia e Silva, eleito Presidente do Estado, que trouxe o diretor da ‘Gazeta’ para as funções de secretário de seu governo”<sup>238</sup>.

O passo seguinte que marca essa “fase intelectual” foi à fundação de grêmios e gabinetes de leitura. O *Gabinete* foi instalado em um dos salões do prédio que era ocupado pela redação do *Correio do Norte*. Depois coube ao ex-pároco local, Francisco Maximo Feitosa e Castro<sup>239</sup>, a doação “gratuitamente de um confortável e vasto salão á Praça S. Sebastião, onde por largo espaço de tempo teve ella installada a sua sede”<sup>240</sup>.

A fundação de dois Gabinetes de Leitura na cidade de Ipu, um no último quartel do século XIX e outro no início do século XX, não é algo singular. Estas instituições proliferaram no Brasil no século XIX. No entanto, os gabinetes de leitura surgiram ainda no século XVII na Europa e proliferaram de modo particular durante o século XVIII, não apenas na França, sobretudo nos anos que antecedem a Revolução Francesa, e contribuíram significativamente para a chamada revolução da leitura naquele momento<sup>241</sup>.

Os gabinetes de leitura receberam diferentes denominações na Europa: na Alemanha foram chamados *Leihbibliotheken*; *Circulating Library*, na Inglaterra e nos Estados Unidos, *Cabinet de Lecture*, na França, e *Gabinete de Leitura*, em Portugal e no Brasil. Embora Maria Angélica Lau Pereira Soares, em seu trabalho sobre a presença britânica no *Gabinete de Leitura*, periódico publicado no Rio de Janeiro no final da década de 1830, encontre

<sup>237</sup> SILVA, João Mozart. *Ipu do Meu Xodó*. Op. cit., p. 29.

<sup>238</sup> Idem, p. 29.

<sup>239</sup> Padre Feitosa foi vigário de Ipu entre 1894 e 1911. Ver. MARTINS, Francisco de Assis. *Monografia de Ipu*. Produção independente. Ipu, 2001, p. 7.

<sup>240</sup> Idem, p. 41.

<sup>241</sup> Ver sobre isso CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004; DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, especialmente a terceira parte do livro; e WITTMANN, Reinhard. ¿Hubo una revolución en la lecture a finales del siglo XVIII? In: CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger. (Org.). *Historia de La lecture em el mundo occidental*. 2. ed. Madri: Taurus, 2004, p. 495-537.

semelhanças, para além das diferenças, entre estas instituições na Europa, afirmando que “o seu traço comum era o de serem estabelecimentos de carácter ao mesmo tempo comercial e cultural que possibilitaram aos seus subscritores a leitura e/ou a locação de livros e periódicos”<sup>242</sup>, sua forma de organização variou segundo o lugar onde foi fundado e o momento em que foi erguido.

Na França, os gabinetes de leitura tiveram um papel destacado na difusão do livro e da leitura, sobretudo no período da Restauração (1815-1830), como demonstra François Parent-Lardeur, momento de seu apogeu, existindo apenas em Paris pouco mais de 500 dessas instituições<sup>243</sup>. Examinando os seus catálogos, o autor conclui que a maioria desses gabinetes estava ligada a um livreiro que se faz às vezes de editor, impressor ou encadernador e que ergue uma sala de leitura para rentabilizar seus estoques. O lugar dos gabinetes de leitura era determinado pelo papel próprio de difusão/consumo, inseparável, por sua vez, do processo de produção/difusão próprio ao sistema econômico da edição.

Na França ainda, como demonstra Roger Chartier ao discutir a importância das instituições que possibilitavam o acesso ao livro para além da sua compra e posse particular, a denominação única de Gabinete de Leitura cobre uma variedade de formas. A primeira liga esta instituição à livraria, aberta por um livreiro, e que busca expandir o seu negócio ao colocar à disposição de seus subscritores livros e periódicos variados<sup>244</sup>. Neste sentido, como mostra Robert Darnton, grande parte dos “gabinetes de leitura” durante o século XVIII na França teriam surgidos da iniciativa de livreiros que frequentemente transformavam suas livrarias em “bibliotecas” e cobravam uma taxa pelo direito de frequentá-las<sup>245</sup>. A segunda, é resultado não da iniciativa comercial de um livreiro, mas de um grupo de pessoas. Neste caso, é chamado de câmara de leitura. Tais instituições possuíam regulamentos e instituíam uma sociedade, cujos frequentadores deviam pagar mensalidades (como direito de entrada, isto é, para terem acesso à sociedade) e uma assinatura anual para a leitura de livros.

Para os associados, as vantagens de semelhantes instituições são múltiplas: por um lado, diferentemente das bibliotecas raramente abertas, mas aquecidas e mal iluminadas, a câmara de leitura é um lugar confortável

<sup>242</sup> SOARES, Maria Angélica Lau Pereira. *Visões da modernidade: a presença britânica no Gabinete de Leitura (1837-1838)*. 2006. 209 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 13.

<sup>243</sup> PARENT-LARDEUR, Françoise. *Les cabinets de lecture: La lecture publique a Paris sous La Restauration*. Paris: Payot, 1982.

<sup>244</sup> CHARTIER, Roger. As práticas urbanas do impresso. In: *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Op. cit., p. 173-234.

<sup>245</sup> DARNTON, Robert. Os intermediários esquecidos da leitura. In: *O beijo de Lamourette*. Op. cit., p. 164.

(...) aberto todos os dias (...). Aí se pode, portanto, ler à vontade, com um acesso direto às estantes, os livros caros demais para serem comprados<sup>246</sup>.

A terceira modalidade era formada por sociedades literárias e que se dotam de bibliotecas, compram livros novos e jornais franceses e estrangeiros e que os colocam à disposição de seus associados, pouco se diferenciado das câmaras de leitura.

Logo estes *Cabinets Littéraires* se transformaram, segundo Roger Chartier e Robert Darnton, em locais de sociabilidades, onde a classe letrada se reunia para discutir leituras e autores, jornais e revistas e, em alguns casos, promover reuniões, jogar cartas ou bilhar e tomar gelados. Atentos ao movimento, os proprietários destas instituições incrementavam não apenas os acervos, mas o próprio espaço do *Cabinet*, com o objetivo de transformá-lo num ambiente agradável, com cadeiras confortáveis, boa iluminação, quadros nas paredes.

O mesmo teria ocorrido na Alemanha. Neste país, no final do século XVIII, duas instituições teriam contribuído para a difusão da palavra impressa, segundo Reinhard Wittman: as bibliotecas de “préstamos” comerciais e as sociedades literárias sem fins lucrativos. O Gabinete de Leitura Ipuense se aproxima mais do segundo caso. Para o autor, tanto na França, Inglaterra quanto na Alemanha estas instituições contribuíram para a revolução leitora. Para aqueles que não podiam se dar ao luxo de comprar livros, as bibliotecas de “préstamo” eram uma opção, e correspondem aos *Gabinets Littéraires* franceses, colocando à disposição dos leitores livros e jornais diversos. Para uma elite letrada, as associações literárias colocavam à disposição uma variada gama de livros e gêneros aos seus associados, aqueles que podiam pagar por uma mensalidade e ser aceitos por parte destas instituições. Estas últimas teriam surgido por volta de 1870 e proliferado desde então na Alemanha, mas logo, segundo autor, a exemplo do que teria ocorrido na França, a leitura passaria a segundo plano, ocupando os seus salões para reuniões, de onde conversar, fumar e jogar eram atividades comuns<sup>247</sup>.

Desta forma, podemos perceber, com base nos estudos de Roger Chartier, Robert Darnton, François Parent-Lardeur e Reinhard Wittmann, que entre fins do século XVIII e inícios do século XIX os gabinetes de leitura, na Europa, sejam eles ligados a um livreiro ou a uma sociedade literária, associaram o espaço inicialmente legado à leitura com o entretenimento.

Os gabinetes de leitura que surgiram no Brasil durante o século XIX se aproximam mais dos grêmios e das associações literárias, com personalidade jurídica, formalmente

<sup>246</sup> CHARTIER, Roger. As práticas urbanas do impresso. Op. cit., p. 206.

<sup>247</sup> WITTMANN, Reinhard. Op. cit.

constituídas, voltadas para a oferta de leitura para pequenos grupos de letrados e que adotam formas de sociabilidades mais sisudas<sup>248</sup>, realizando em suas sedes sessões e assembleias entre seus frequentadores, seja para discutir temas literários, a própria organização da instituição ou outros assuntos diversos, características dos gabinetes europeus a partir do início do século XIX, quando sofrem alterações, como mostra Wittmann. Não raro, os gabinetes promoviam ainda confraternizações, bailes e *soirées* dançantes entre seus associados. São essas algumas das características apontadas por Nelson Schapochnik para os Gabinetes de Leitura no Brasil do século XIX. Para ele, estas instituições e associações similares caracterizavam-se ainda por seu caráter privado, implicando ao associado o pagamento de joia, mensalidade ou a compra de ações. Alguns deles possuíam bilhares e bares e, não raro, se converteram em espaços de convivialidade, local privilegiado de convivência social, “convertendo-se num bastão de recolhimento individual, numa instância de autopromoção, cujo elo de pertença conferia ao associado uma aura honorífica” ou em um local de afirmação da identidade de comunidades<sup>249</sup>.

Os gabinetes de leitura constituem tema raro na historiografia. Como demonstra Jorge Luiz Ferreira Lima<sup>250</sup>, mesmo entre os franceses poucos são os trabalhos dedicados exclusivamente ao estudo dos gabinetes de leitura, destacando como exceção o citado livro de Françoise Parent-Lardeur. No Brasil a realidade parece ser a mesma. No levantamento que empreendemos para esta pesquisa, poucos são os trabalhos dedicados exclusivamente a estes “centros literários” e constituem-se de dissertações e teses pouco acessíveis mesmo para o especialista. Para o caso específico do Ceará, com exceção da citada dissertação de Jorge Luiz, não há ou não conhecemos estudos consistentes sobre os gabinetes.

Mesmo neste caso, o autor está mais preocupado em discutir a constituição de uma rede de comunicação, que teria se estabelecido na região norte do Ceará, em torno da circulação de livros, mapeando os locais de produção e publicação, sua passagem pelas

---

<sup>248</sup> Exceções poderiam ter se constituído os gabinetes erguidos durante o período imperial na Província de São Paulo, a julgar pela análise de Ana Luiza Martins. Para ela, estes gabinetes nada mais foram do que as primeiras bibliotecas populares e públicas do país e que, numa postura filantrópica e num ensaio democrático, teriam facultado a entrada daqueles desprovidos de posses, independentemente de sua filiação como sócio, o que me parece ser pouco provável, criando cursos de educação primária para formar um público leitor. Ver. MARTINS, Ana Luiza. Gabinetes de Leitura do Império: casas esquecidas da censura? In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas-SP: Mercado das Letras, 1999. (Coleção Histórias de Leitura), p. 395-410.

<sup>249</sup> SCHAPOCHNIK, Nelson. A leitura no espaço e o espaço da leitura. In: ABREU, Márcia e SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2005 (Coleção Histórias da Leitura), p. 229-243, p. 238

<sup>250</sup> FERREIRA LIMA, Jorge Luiz. *Entre caminho e lugares do livro: gabinetes de leitura na região norte do Ceará (1877-1919)*. 2011. 210 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

livrarias localizadas nos principais centros distribuidores do comércio livreiro nacional até chegar aos leitores e aos acervos dos gabinetes de leitura. Neste sentido, segue a sugestão de Robert Darnton, que em seu artigo “O que é a história do livro?”<sup>251</sup> busca mapear o circuito percorrido por livros “proibidos” na França, desde sua impressão, fora de suas fronteiras, até chegar a seus leitores finais, tendo como preocupação central identificar os principais sujeitos envolvidos na produção, transporte, comércio e distribuição dos livros, para visualizar a existência de uma rede de comunicação. Desta forma, pela opção metodológica do autor, a discussão dos gabinetes, em sua organização cotidiana, na região norte do Ceará, entre fins do século XIX e inícios do XX, fica, a meu ver, comprometida.

No Ceará, portanto, os estudos que tecem referências aos gabinetes, o fazem de forma sempre passageira, cuja discussão central é o universo letrado ou intelectual na cidade de Fortaleza, na segunda metade do século XIX, o que impossibilita conhecer melhor essas instituições. No entanto, estudos demonstram que as agremiações letradas na capital cearense surgiram como resultado da nova realidade socioeconômica da segunda metade do século XIX, quando Fortaleza se torna o principal porto exportador de algodão no Brasil, inserindo-se na ordem capitalista mundial. Só a partir de então teria se desenvolvido um universo letrado, caracterizado pelas associações literárias, com destaque para a Fênix Estudantil (1870), Academia Francesa (1872), formulando uma leitura cientificista da sociedade, influenciada pelo evolucionismo<sup>252</sup>, Club Literário (1886), com um discurso que incorporou as concepções de evolução, ciência, progresso e civilização<sup>253</sup>, o Centro Literário (1894), a Academia Cearense (1894), o Instituto do Ceará (1887), o Gabinete Cearense de Leitura (1875) e, finalmente, a Padaria Espiritual que, ao contrário dos demais grêmios, teria apresentado uma reação crítica ao discurso civilizatório e progressista, influenciado pelo evolucionismo e cientificismo, de caráter liberal-burguês, que teria tomado lugar na capital cearense.

Sobre o Gabinete Cearense de Leitura, tais estudos pouco esclarecem sobre suas funções. Almir Leal, em sua tese de doutoramento, anota apenas que ele foi fundado em 1875 por alguns intelectuais que faziam parte da Academia Francesa, fechada no mesmo ano, com a finalidade de manter uma biblioteca e difundir leituras modernas, científicas e positivas, na

<sup>251</sup> DARNTON, Robert. O que é a história do livro? In: *O beijo de Lamourette*. Op. cit.

<sup>252</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. Universo letrado em Fortaleza na década de 1870. In: SOUSA, Simone, et al. (Org.). *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 15-40.

<sup>253</sup> OLIVEIRA, Cláudia Freitas. As idéias científicas do século XIX no discurso do Club Literário. In: SOUSA, Simone, et al. (Org.). Op. cit.. p. 73-96.

província<sup>254</sup>. Gleudson Passos, em seus estudos sobre a Padaria Espiritual e sobre a cultura letrada em Fortaleza, e Claudia Freitas de Oliveira, em seu estudo sobre o Club Literário, nada falam sobre ele.

Os estudos sobre a intelectualidade em Fortaleza da segunda metade do século XIX demonstram, pelo menos, que o Gabinete Cearense, como os demais grêmios, é resultado de uma cultura letrada que teria se instalado naquele momento. O *Gabinete de Leitura Ipuense* é resultado disso, só em parte. Ele é muito mais fruto do desejo de um grupo de pessoas por instituir espaços representativos de um mundo novo buscado, o que explica o fato de ter tido a função, também, de instituir sociabilidades festivas, como veremos. Neste último caso, se aproxima bastante das instituições similares erguidas em outros locais, como os citados estudos demonstram.

O “centro literário” ipuense funcionava todas as noites das 18 h às 21 h e nos domingos e feriados era aberto das 11 h às 14 h<sup>255</sup>. Existia um funcionário responsável por abrir e fechá-lo, varrer, espanar e servir café aos associados, segundo nos informar João Mozart da Silva: “Servia de continuo o insuportável garoto Xavier Timbó, encarregado de abrir, varrer, espanar, apanhar café para os presentes e, às nove horas da noite, fechar tudo”<sup>256</sup>.

Esse novo “centro literário” tinha o objetivo declarado de servir para a instrução de seus sócios e contribuir, para não dizer lutar, para elevar a moral dos filhos ipuenses, diga-se, lutar contra os “velhos costumes”. É o que defende em discurso o sócio fundador, Thomaz de Aquino Correia, na solenidade de passagem do seu primeiro aniversário:

[Thomaz Correia] (...) Profligou umas tantas mazelas que formam o fundo moral de nossos costumes e apelou, como fez o orador precedente [Joaquim Lima] para os jovens afim de que freqüentassem o Gabinete e a todos, em geral que os prestigiem<sup>257</sup>.

Devia ele ser para os jovens da localidade uma alternativa às “jogatinas”, tão atacadas pelo *Correio* como destruidora da “moral civilizada” de sua “sociedade”, discutidas no sexto capítulo, e aos passeios ao “Curral do Açougue” (“cabaré”), discutidos no quinto capítulo<sup>258</sup>:

<sup>254</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico – Memória, representações e pensamento social (1887-1914)*. 2001. 280 f. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

<sup>255</sup> *Correio do Norte*. Ipu, p. 2, 1º de jan. 1921.

<sup>256</sup> SILVA, João Mozart. *Ipu do Meu Xodó*. Op. cit., p. 83.

<sup>257</sup> *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 8 Jan. 1920.

<sup>258</sup> O “curral do açougue” refere-se ao matadouro, que estava localizado bem ao lado do meretrício e surgia naquele tempo.

A nossa mocidade, sobre tudo, que tanto precisa de aprender e educar o espírito devia todas as noites e aos domingos, em vez de se distrair nas jogatinas, nos passeios pelo bairro do curral do açougue, ir ao ‘Gabinete ler um pouco, e concentrar-se ao menos pelo espaço de uma hora em intimidade com os livros, revistas e jornaes que ali existe<sup>259</sup>.

Reclamam os redatores do *Correio*, em artigo, por ocasião da solenidade de posse da nova diretoria do *Gabinete*, no início de 1922.

A associação literária, que congregava assim como o *Grêmio*, os agentes do progresso, devia contribuir para elevar a moral e o espírito da população, ser usada como veículo capaz de banir os “velhos costumes” e introduzir novos valores. Os seus fundadores e sócios estavam preocupados ainda em levar para os menos abastados a instrução, daí ser recorrente nas páginas do *Correio* o chamamento de novos frequentadores aos seus salões, sobretudo dos mais jovens, o que não significa dizer que suas portas estivessem abertas para todos que quisessem se tornar sócios da instituição. O *Gabinete* também foi um espaço fechado ao ingresso de pessoas fora de seus círculos ou de “baixa condição”.

Era ele visto, por aqueles que o fundaram, como uma instituição redentora, capaz de introduzir, por meio da instrução, novos costumes ligados aos valores do progresso.

Seu presidente, Francisco das Chagas Pinto, em 1920, se mostra preocupado com a educação dos menos abastados. Diz ele em seu discurso, transcrito nas páginas do *Correio*:

Ao lado do Gabinete de Leitura pretendemos abrir o ensino aos que não poderem freqüentar as aulas officiaes. Não só isso, nossas vistas são mais largas. A instalação em prédio próprio, com salões hygiênicos independentes, para o funcionamento das aulas e do Gabinete propriamente dito, constitue o pivot de nosso programma<sup>260</sup>.

A preocupação em educar os mais pobres e levar até eles a instrução, se traduz numa vontade em banir os “velhos costumes” e ditar a moral e os novos preceitos. Aquelles homens detentores do conhecimento e do poder queriam instruir, não levados por uma preocupação filantrópica, mas visando controlar e moldar a moral e os costumes do “povo”, de acordo com os seus referenciais.

Visto por outro ângulo, no início do século XX, virara moda à retórica francesa segundo a qual a educação e a instrução tinham um papel fundamental, seja dando ênfase a uma “dívida” da sociedade para com os grupos populares, seja defendendo a “necessidade” de

<sup>259</sup> Gabinete de Leitura Ipuense. *Correio do Norte*. Ipu, p. 4, 13 Jan. 1922.

<sup>260</sup> *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 8 jan. 1920.

se fundar outra sociedade na qual as hierarquias estamentais fossem banidas. “Era comum entre a opinião pública a apologia à instrução, inclusive para as classes populares”<sup>261</sup>.

O “Centro Literário” deveria colocar à disposição de seus sócios e da população uma gama de livros imprescindíveis à instrução, condição indispensável para um povo que pretendia atingir o progresso espiritual, ao lado do material. Os livros, ao lado dos jornais, funcionavam como veículos indispensáveis a um povo que pretendia “civilizar-se”.

A instituição recebia regularmente por meio de assinaturas e doações, diversos jornais de inúmeras localidades do Brasil. Em 1920, era assinante do *Jornal do Commercio*, *Correio da Manhã*, *O Estado de São Paulo*, *Eu sei tudo* e a revista *Fon Fon*. Recebia ainda “com regularidade quase todos os jornais de Fortaleza e alguns da zona gentilmente remetidos pelas respectivas redacções”<sup>262</sup>.

Para muitos letrados da época, como são os casos de Eusébio de Sousa e Thomaz Correia, muitas vezes, o progresso do espírito humano se confundia com o progresso das ciências e das letras. O cultivo destas “artes” poderia produzir mudanças psicológicas, aguçar as faculdades humanas e moldar o espírito.

A crença era de que o *Gabinete* deveria ter essa função, qual seja moldar o espírito humano, aperfeiçoar o homem, servir como uma arma contra a “barbárie”. Ele é revestido de uma herança do século das luzes. Este acreditou na evolução da humanidade com base em um passado bárbaro em direção a um futuro de perfeição científica<sup>263</sup>. O livro, as letras e a ciência são revestidos de uma aura identificada com as luzes em contraposição às trevas.

Sobre os homens que todas as noites frequentavam e tinham cadeiras cativas no *Gabinete*, quem nos informa é ainda João Mozart da Silva. Ele revela aspectos interessantes do seu cotidiano:

Aquele era o ponto onde, todas as noites, reuniam-se as pessoas de destaque da cidade para uma boa leitura de jornais, livros e revistas. Vez por outra as notícias estampadas nos periódicos eram analisadas detidamente pelos presentes. Existia um livro grande e volumoso, para a coleta de assinaturas dos associados que freqüentavam a casa com assiduidade, bem como dos visitantes, que deixavam ali, além de suas rubricas, as impressões sobre aquele centro literário<sup>264</sup>.

<sup>261</sup> PIMENTEL FILHO, José Ernesto. *Urbanidade e cultura política: a cidade de Fortaleza e o liberalismo cearense no século XIX*. Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar, 1998, p. 71.

<sup>262</sup> *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 8 jan. 1920.

<sup>263</sup> O.H. Prior. Introduction. In: CONDORCET, Marquis de Jean-Antoine-Nicolas de Caritat. *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*. Classiques des sciences sociales., p. 33. Disponível em: <[http://www.uqac/Classiques\\_des\\_sciences\\_sociales](http://www.uqac/Classiques_des_sciences_sociales)>. Acesso em: 15 fev. 2007.

<sup>264</sup> SILVA, João Mozart. *Ipu do Meu Xodó*. Op. cit., p. 83.

Quem foi João Mozart da Silva, o autor das linhas acima? Qual o valor de seu “depoimento”?

Nasceu em Ipu em agosto de 1901 e ali viveu grande parte de sua vida. Foi tipógrafo, aprendendo essa arte nas oficinas gráficas do Jornal *Correio do Norte*. Recentemente foi publicado o livro *Ipu do Meu Xodó* que reúne suas memórias póstumas. A obra é dividida em quatro partes, mantendo a forma original de seus escritos, como afirma Luciano de Paiva na apresentação. Foi ainda, na década de 1920, auxiliar dos serviços postais em Ipu, membro do *Centro Artístico Ipuense* e fundou, em 1926, sua própria tipografia. Conviveu e se relacionou com as pessoas de “destaque da época”. Ele mesmo foi bastante influenciado pela ideia de progresso. Para Mozart, como para aqueles homens do início do século XX, com quem conviveu, progresso se traduzia em obras para a cidade, em novos prédios, em agremiações elitistas, na existência de jornais na cidade, em instituições literárias e de crédito, por exemplo. Em sua “cronologia do progresso”, aparece a construção de açudes, de prédios como o Palacete Iracema (1927), a fundação do jornal *Correio do Norte*, do *Centro Artístico Ipuense* (1918), do *Gabinete de Leitura Ipuense*, da *Casa Bancária S/A* (1921), do *Grêmio*, do *Banco Rural de Ipu* (1929), da instalação da Luz Elétrica (1931).

Segundo suas informações, os salões do *Gabinete* eram usados todas as noites para leituras, discussões e análise das notícias estampadas nos jornais da época. Isso nos permite afirmar que existia a busca por um espaço de sociabilidade próprio de uma cultura letrada. Embora a frequência do “salão literário” tenha sido baixa e o número de seus sócios bastante reduzido, existia, por outro lado, um “grupo restrito”, “selecionado” que, assiduamente se reunia no Gabinete. Quem eram eles?

Deixemos, ainda, que nosso informante nos diga:

Era acolá, nas suas cadeiras cativas, que Thomaz Correa, Abílio Martins, Manoel Dias, Chagas Pinto, Bessa Guimarães, Manoel Bessa, Joaquim Lima, Souto Maior, Euzébio de Souza, Léo Martins e tantos outros desabrocharam seus instintos de cortar e picar miúdos a vida dos semelhantes. Em certas ocasiões, nem o vigário da freguesia escapava. Abílio, o mais astucioso, de corpo presente cortava a vida amorosa de Thomaz Correa, deixando-o praticamente no chão. Seu Thomaz, num balanceio de cabeça, nunca se defendia das ofensas. Mas, vez por outra, dizia baixinho e à queima-roupa: “Quando é que tu vais criar vergonha, Abílio?”<sup>265</sup>.

---

<sup>265</sup> Idem, p. 84.

Mozart enumera aqueles que tinham suas cadeiras cativas no *Gabinete*. Eram esses homens que não se cansavam de reclamar por que os jovens e os ipuenses não se interessam pelas letras. Todas as noites estavam eles ali nos salões do “Centro Literário”.

O ambiente descrito é de descontração. A associação também era o espaço para se conversar da “vida alheia”, para “ridicularizar”, satiricamente, o “comportamento” ou a vida amorosa de um companheiro. Era ainda o espaço da diversão, da brincadeira.

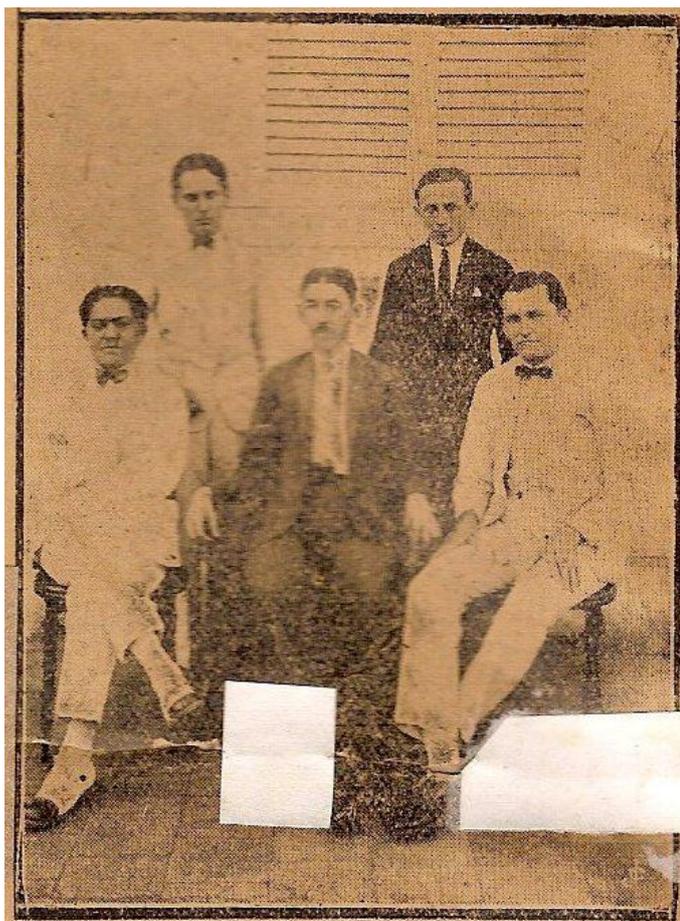


Figura 12: Diretoria do Gabinete de Leitura em 1928<sup>266</sup>. Cópia digitalizada pertencente ao acervo do autor. O documento original pertence ao acervo de Francisco de Assis Martins.

De seus membros, aquele que mais “brincava com as palavras”, não poupando as galhardias jocosas com seus pares e usando de sua verve poética e satírica, foi, sem dúvida, Abílio Martins. Este nos deixou uma pequena coleção de suas poesias e uma memória de moço brincalhão. É também o que revela o Sr. Francisco Lisboa Lima, filho de Joaquim Lima, em depoimento ao historiador Jorge Luiz:

<sup>266</sup> Da esquerda para a direita, sentados, Joaquim de Oliveira Lima, Dr. Chagas Pinto (presidente) e Abdoral Timbó. De pé, Antonio Marrocos e Dário Catunda. Fonte: *Revista dos Municípios*. Op. cit., p. 44.

Conta-nos o Sr. Francisco Lisboa Lima (seu Chico Lima) que os sócios do Gabinete de Leitura Ipuense tinham suas cadeiras cativas, as quais eram ocupadas durante as sessões que aquela sociedade realizava. Era do gosto de Abílio escrever versos satíricos e deixá-los na cadeira do destinatário. Quando os sócios chegavam e tratavam de ocupar suas cadeiras, era comum alguém encontrar um papel contendo alguns versos engraçados. Não havia dúvida quanto ao autor da brincadeira: era sempre Abílio Martins<sup>267</sup>.

Se o *Gabinete de Leitura* foi uma instituição fundada para a instrução de seus sócios e com o objetivo de difundir uma cultura letrada e fundar uma cultura pautada por valores identificada como progressista e civilizada, foi também pensado como um meio de fundar novas sociabilidades, para além do uso do livro. Ele reunia, usando as palavras de Eusébio de Sousa, o “escól social” local. Para ele, convergiam os letrados portadores de diploma superior, comerciantes abastados, políticos destacados. Muitas vezes se encontravam em seus salões a pretexto de ler um bom livro e folhear um jornal carioca, para se discutir sobre determinados assuntos. O *Gabinete* servia como espaço para a fundação de uma sociabilidade característica de uma cultura letrada. Os livros muitas vezes estavam revestidos de uma forte carga simbólica.

Nos primeiros anos de sua fundação as solenidades realizadas ali, e mesmo depois, eram das mais concorridas. Seus salões foram usados muitas vezes para a realização de “saraus” e *soirées*, onde os mais abastados compareciam usando a última moda.

Ser sócio do *Gabinete* não significava absolutamente que se usava aquele espaço para a leitura. Ele estava carregado de um simbolismo. Ser sócio dele significava pertencer à alta sociedade local, assim como no caso do *Grêmio*. Frequentá-lo, assim como aos salões deste, denotava distinção e “foros” de que era “civilizado”, “culto”, “honrado”, “educado”, de “bons modos”, de “costumes refinados”.

Ao contrário dos salões do *Grêmio*, buscado por muitos, aquele foi menos frequentado. No início de sua fundação contou com um grande número de sócios. Com o passar do tempo, no entanto, foi definhando, pelo menos é o que sugere o *Correio do Norte*.

A última grande solenidade de posse da diretoria se deu em 1920, quando da passagem de seu primeiro aniversário. Depois disso, o que se vê nas páginas do *Correio* são reclamações, a cada ano, contra a pouca assiduidade dos seus sócios e o diminuto número de jovens frequentadores. A edição de 8 de janeiro de 1920, do citado periódico, reservou toda a primeira página para noticiar a solenidade de posse da nova diretoria do *Gabinete* e a festa em

---

<sup>267</sup> FERREIRA LIMA, Jorge Luiz. *Livros, homens, uma cidade: uma discussão sobre o Gabinete de Leitura Ipuense (1886-1919)*. 2007. 114 f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, p. 85.

comemoração à seu primeiro ano de existência. Exalta-se a grande quantidade de seus sócios, tendo comparecido à solenidade 47 deles, e a sua saúde financeira, que contava com saldo em caixa<sup>268</sup>.

Nos anos seguintes, sucessivamente na posse da nova diretoria, que coincide com o aniversário da instituição, o *Correio* já não dá tanto destaque à solenidade, reservando-lhe apenas, na maioria das vezes, uma notinha. O tom é de desânimo e a ênfase se dá na sua baixa frequência, como em janeiro de 1921: “A solemnidade de posse, devido a circunstancias especiaes, não teve o brilho de annos anteriores (..)”<sup>269</sup> ou em janeiro de 1922: “por informações colhidas soubemos que apenas são 18 as pessoas que lhe prestam concurso”<sup>270</sup>.

Segundo seus membros, a baixa frequência se dava pelo avanço da “jogatina” e as investidas dos jovens ao “curral do matadouro” (cabaré), porque a moral e os bons preceitos estavam definhando. Poucos eram aqueles, segundo os redatores, que realmente cuidavam em cultivar o “espírito”.

Mas, quais seriam as reais razões para a baixa frequência daquela “instituição literária”?

Primeiro, o *Gabinete* não era uma instituição unicamente literária, embora o seu objetivo declarado fosse pôr a disposição da população um grande acervo de livros e periódicos. Era uma sociedade fechada ao ingresso dos menos “favorecidos” e um espaço de sociabilidade dos mais abastados. Para ser sócio era preciso pagar uma quantia mensal no valor de 3\$000 e uma caução no valor de 20\$000 para a retirada de livros. Isso em meio a uma população marcada pela precariedade. Poucos podiam se dar ao luxo de ser sócio da instituição.

Ter um “Centro Literário” se justificava, também, pela necessidade de ter instituições progressistas. O livro era depositário de uma carga simbólica. O simples fato de possuí-lo era sinal de elevação do espírito. Tê-lo e foliá-lo era sinal distintivo de um povo “civilizado”, “progressista” ou que caminha em seus trilhos. Foi pensado e usado como um novo espaço de sociabilidades para os agentes do progresso. Seus salões foram amplamente usados para reuniões políticas, “bate-papos”, sessões festivas, *soirées* e confraternizações. Ali se buscava respirar “civilização”. Sua fundação é, portanto, fruto de uma busca por novos hábitos distintivos, de uma nova sociabilidade ligada a homens dedicados às letras. Não à toa que no mesmo ano de sua idealização, seus fundadores fizeram circular o *Correio do Norte*, em cujas

<sup>268</sup> *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 8 Jan. 1920.

<sup>269</sup> Gabinete de Leitura Ipuense. *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 6 Jan. 1921.

<sup>270</sup> Gabinete de Leitura Ipuense. *Correio do Norte*. Ipu, p. 4, 13 Jan. 1922.

páginas deixaram marcadas as tintas em cores vivas de suas exaltadas e ávidas penas, sempre prontas à defesa de seus ideais.

Por outro lado, não se deve desprezar o papel que poderia ter uma instituição literária ao colocar à disposição de “muitos” um acervo de livros, jornais e revistas para a leitura. Muitos efetivamente usaram o espaço, também, para essa atividade, como parece ser o caso de Thomaz Correia, ainda que quisesse criar em seus pares uma imagem de que era um leitor “compulsivo”, amante das letras, tido como um autodidata, detentor de um conhecimento invejável.

O acesso restrito aos seus salões e o controle dos cargos de direção não mãos dos mais abastados e detentores de um diploma de curso superior, pode ter levado um grupo de “rapazes pobres” da localidade a fundarem um *Salão de Leitura*. A notícia é dada pelo *Correio* em sua edição de 23 de dezembro de 1920, no auge do *Gabinete*:

Fundou-se a 13 do andante nesta cidade uma nova associação sob os melhores auspícios, com o fim de proporcionar aos seus consócios a leitura de livros e jornais e diversões semelhantes.

O novo salão de leitura é fructo dos esforços collectivos de intelligentes rapazes pobres de nosso meio, sendo semelhante ideia, digna portanto dos maiores encommios e mais sinceros incentivos<sup>271</sup>.

Em outra edição do *Correio*, ficamos sabendo que este *Salão* tomou o nome de Abílio Martins. A sua fundação e a escolha do nome de Abílio para batizá-lo, ele um dos políticos mais destacados da localidade e a quem seus pares delegaram o adjetivo de “aquele que mais tem trabalhado pelo progresso da cidade”, sugere algumas indagações: a) por que erguer um salão de leitura se já existia um, o *Gabinete*? b) por que a escolha do nome de Abílio Martins como o homenageado? c) Qual a sua função?

A fundação de um salão de leitura levado a cabo por “rapazes pobres” e para “rapazes pobres” da cidade é um forte indício de que, ou as portas do *Gabinete* estiveram fechadas a eles, por serem “pobres”, ou porque as mensalidades e encargos não permitiam que fossem sócios. Além do mais, se eles buscassem ser sócios daquela agremiação em busca de *status* ou distinção, nunca, talvez, pudessem fazer parte da diretoria, que acumulava ganhos simbólicos e decidia o futuro da instituição.

Indicar o nome de Abílio Martins pode ter sido uma estratégia levada a cabo por aqueles “rapazes pobres”. Ora, dois terços do acervo do *Gabinete* foram barganhados por

---

<sup>271</sup> Salão de Leitura. *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 23 dez. 1920.

Abílio entre seus amigos de Fortaleza, e muito provavelmente adotaria para com a nova instituição, que levava o seu nome, esse tipo de generosidade.

Por último, obter o apoio de Abílio e seus pares poderia significar o acesso à redação do *Correio do Norte*, que noticiou a fundação do *Salão*, e as associações “nobiliárquicas”, como o *Grêmio* e o *Gabinete*, e mesmo a cargos políticos no âmbito local.

Mas resta uma pergunta sem resposta: qual a função do *Salão*? Talvez seus fundadores buscassem viver ou imitar os homens abastados do lugar, talvez também buscassem distinção pelas letras, ascensão política e intelectual ou mesmo apenas um lugar para a leitura. Difícil seria concluir seguramente. Mas, ao contrário do *Gabinete*, não restou do *Salão* nenhuma memória. Nenhum livro faz menção a ele, não sobrou ou não conhecemos parte do seu possível acervo, nem conhecemos seus membros. As únicas referências feitas a ele foi por meio do próprio *Correio*, apenas três desde a fundação da instituição. Seu esquecimento pela memória local é indício de que a única memória passível de ser legada para a posteridade era a dominante, construída pelos “agentes do progresso”, “homens de poder” e “estima”.

### 3.2 Os agentes do progresso

Nesse emaranhado de nomes apresentados até aqui, quem eram, de fato, aqueles que chamamos de “os agentes do progresso”? O que os uniam, para além de suas divergências e conflitos, em torno de um pensamento semelhante e um mesmo projeto? É hora, pois, de se traçar o seu perfil. Voltaremos nossos olhos para o período entre 1918 e 1924, quando aqueles que analisamos estavam estabelecidos, seja na política, no comércio, seja tendo concluído seus estudos secundários ou cursos superiores.

Esses agentes foram os mesmos que fundaram e escreveram nas páginas dos jornais, que frequentaram os clubes, os salões e as alcovas dos palacetes das famílias abastadas, que circularam por espaços fundados por e reservados a eles, que buscavam decidir, como detentores do poder político em instância local, os rumos da cidade.

Não é tarefa fácil proceder a um perfil daqueles homens que viveram no início do século XX, não por que para muitos deles faltam informações e fontes seguras, mas porque estamos preocupados em entender sobre o que eles tinham em comum. O que os uniam? Neste quesito optamos deliberadamente por negligenciar os conflitos no seio do grupo que analisamos, deixando este *mister* para um estudo posterior.

Neste caminho, buscamos reunir uma grande quantidade de informações sobre aqueles que são objeto de nossa análise. Em um primeiro cruzamento dos dados ficou bastante claro

que estávamos lidando com uma extensa quantidade de pessoas, em seu todo, mais ou menos heterogênea, se levamos em consideração sua origem social. Dentre eles havia aqueles mais destacados e que detinham uma soma maior de poder: eram os chefes políticos influentes em âmbito local e que obtiveram êxito na política estadual. Muitos deles, mais tarde, foram residir na capital do Estado, mas não perderam, em momento algum, os vínculos com a cidade.

Foram aqueles que tomaram para si o controle das principais associações fundadas por eles mesmos, de onde sobressaem o *Grêmio Ipuense* e o *Gabinete de Leitura*. Foram eles que levantaram fundos e compraram o maquinário, em Sobral, que deu origem a *Typographia d'O Campo* e fizeram circular por quase 7 anos consecutivos as 310 edições do *Correio do Norte*. Foram eles que lutaram mais de perto pela “remodelação” da cidade e por obras federais para o município e que, em suma, defenderam o “progresso” local e adotaram, mais enfaticamente na década de vinte, o discurso que estamos analisando.

De um levantamento inicial dos perfis de 44 nomes, selecionamos para análise apenas 24 deles<sup>272</sup>, os mais destacados na defesa da ideia do progresso local e cujas informações são mais consistentes. Nenhum deles exerceu apenas uma atividade. Muitos são ao mesmo tempo funcionários públicos e empresários. E todos são líderes políticos no âmbito local. Muitos chegaram mesmo a acumular mais de um cargo público. Diante disso, optamos por analisar separadamente cada uma das variantes.

A primeira conclusão que chegamos foi de que mais da metade deste grupo é composto por indivíduos portadores de diploma de curso superior (58,33%)<sup>273</sup>, como mostra a tabela 2, abaixo. Em sua maioria, bacharéis em direito (cerca de 71% destes): três foram juízes de direito (Eusébio Neri de Sousa, Ubaldino Maciel Souto Maior e Apolônio de Perga Bandeira de Barros)<sup>274</sup>; três exerceram a advocacia (Augusto Passos, Herculano José Rodrigues e Leonardo Mota, este foi ainda Promotor Público da Comarca), um foi suplente de juiz de direito (Leocádio Ximenes), um, promotor de justiça adjunto (Abdoral Timbó); dois

<sup>272</sup> São eles, Abílio Martins, Eusébio Neri de Sousa, Thomaz de Aquino Correia, Leonardo Mota, Francisco das Chagas Pinto da Silveira, José Oswaldo de Araújo, Joaquim de Oliveira Lima, Abdoral Timbó, Cel. João Bessa Guimarães, Manuel Bessa Guimarães, Edgard Correia, Ubaldino Maciel Souto Maior, Apolônio de Barros, Auton Aragão, Francisco Lourenço de Araújo, Cel. José Lourenço de Araújo, Odulpho Carvalho, José Raimundo de Aragão Filho, José Alves de Farias, Osório Martins, Leocádio Ximenes, Leonard Martin, Augusto Passos e Herculano José Rodrigues.

<sup>273</sup> Dos outros membros, embora os indícios mostrem que eram portadores de diploma de curso superior não obtivemos ainda a confirmação. São os casos, por exemplo, de Manuel Bessa Guimarães, Edgard Correia, e Auton Aragão.

<sup>274</sup> Foi juiz de direito de Ipu entre 1920 e 1922. Neste ano faleceu vítima de uma infecção intestinal.

parecem não ter abraçado a profissão que lhes deu o diploma (Abílio Martins e Oswaldo Araújo).

**TABELA 2**  
**Nível educacional dos agentes mais destacados (Curso Superior)**

	Nominal	%
Com educação superior	14	58,33
Sem Educação superior	5	20,83
Sem comprovação	5	20,83
Total	24	99,99

Fonte: tabela desenvolvida pelo autor com base na documentação.

Se levarmos em conta aqueles que eram donos de estabelecimentos comerciais, veremos que dos 24 nomes analisados, pelo menos 13 estavam nesta situação, ou 54%, não levamos em conta os nomes de Ubaldino Maciel Souto Maior, membro da *Associação Comercial de Ipu*, por não comprovarmos se realmente era possuidor de estabelecimento comercial, embora as evidências apontarem para isso, nem de Manuel Bessa, “guarda Livros” da firma pertencente aos sócios Auton Aragão e Emygdio Barbosa. Números, portanto, que se elevariam se incluíssemos aqueles que não eram donos de estabelecimentos, mas que comprovadamente exerceram alguma atividade comercial: quase todos.

Em outro perfil, observamos que todos os nomes aqui analisados tinham relações muito estreitas com o poder político local e, se nem todos chegaram a exercer cargos públicos, mantiveram uma relação de compadrio com os chefes locais. De todos, pelo menos 12, comprovadamente, exerceram o serviço público ligado ao poder.

**TABELA 3**  
**Atividade comercial e pública dos “agentes do progresso” local**

	Nominal	%	Total
Donos de estabelecimento Comercial	13	54	24
Exerceram diretamente cargo público	12	50	24
Exerceram mais de uma atividade	24	100	24

Fonte: tabela desenvolvida pelo autor com base na documentação

Se nessa lista incluíssemos os outros 20 nomes iniciais, pouca coisa mudaria. Talvez ocorresse alguma diferença para baixo no que se refere àqueles detentores de diploma de curso superior. Mas eles confirmariam, com poucas alterações, os outros números apresentados acima.

O grande líder político local, na década de 1920, detentor da máquina pública, foi o bacharel Abílio Martins, que herdou o poder local de sua família. Os Martins de Ipu são os herdeiros dos conservadores que controlaram o poder político no município, ao lado do Padre Correia, no século XIX, embora este tivesse adotado a prática de mudar das fileiras do Partido Conservador para os Liberais e vice-versa ao sabor das próprias mudanças políticas.

O líder mais destacado dos Martins, nos primeiros anos do século XX, foi o Cel. Felix Martins de Sousa, tio de Abílio, que com sua extensa família dominou a cena local, apoiando, no âmbito estadual, a oligarquia aciolina e obtendo, em troca, carta branca para os mandos e “desmandos” na cidade. Mesmo com a queda do Comendador Accioly e a ascensão do salvacionista Franco Rabelo, os Martins mantiveram o poder local numa manobra bem orquestrada, apoiando as forças dissidentes, ao lado de Paula Rodrigues<sup>275</sup> - a quem conheciam muito bem e mantinham relações amistosas - que deram suporte a candidatura de Franco Rabelo à presidência do Estado, em 1912. Em troca do apoio a Franco Rabelo, mantiveram o poder em Ipu, o que lhes valeram o apelido de “Vira-cassaca” dos seus opositores locais, os Aragão, sedentos pelo poder.

Abílio Martins foi o grande maestro de uma orquestra que tocava afinada. Foi capaz de criar uma estratégia que permitiu aos dois grupos, tradicionalmente opositores na cena local, dominar a política. A década de 1920, em Ipu, foi sem dúvida um período de paz duradoura como nunca visto antes, em contraste com as lutas dos potentados locais de outrora. Martins e Aragão estiveram do mesmo lado e adotaram o mesmo discurso: o de que juntos levariam a cidade ao progresso e a modernidade.

---

<sup>275</sup> Assim como o aciolismo, o poder dos Paula Rodrigues se localizava no Império. No século XIX, o senador Paula Pessoa possuía grande riqueza comercial na cidade de Sobral e, mais tarde, se notabilizou como grande criador de gado na região norte do estado. Transferiu a liderança de sua facção, no Partido Liberal, para seu genro, Rodrigues Junior. Este, por sua vez, delegou sua influência e poder a um de seus sobrinhos e o filho e médico, Francisco de Paula Rodrigues. Os jornalistas João Brígido e Agapito dos Santos, ambos haviam assumido várias legislaturas como deputados estaduais, faziam oposição ao aciolismo por meio dos jornais *Unitário e Jornal do Ceará*. Ambos romperam com o grupo aciolino. Ver: SILVA, M. V. da. Aspectos da Crise Política de 1912 no Ceará. In: SOUSA, Simone (Coord.). *História do Ceará*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Fundação Demócrito Rocha/Stylus Comunicações, 1989, p. 233 e 235.



Figura 13: Abílio Martins. Fotografia sem data. Do acervo de Francisco de Assis Martins.

O líder ipuense e seus correligionários foram aqueles que lutaram e fundaram agremiações, ergueram uma tipografia e fizeram circular jornais e revistas. Foi aquele que defendeu e começou a construção de um teatro, angariou recursos federais para obras públicas, lutou como deputado estadual por outras obras indispensáveis a uma cidade “moderna”, dentro da visão de seu grupo.

Era em torno dele que os homens importantes da cidade giravam. Foi ele a figura mais influente de seu tempo. Foi deputado estadual, por longos anos, filho de um dos maiores comerciantes e sócio de um dos mais destacados exportadores de algodão da Zona Norte do Estado, o Cel. José Lourenço de Araújo<sup>276</sup>, também deputado estadual.

Foi em torno desses dois deputados e de um “grupo de jovens intelectuais”<sup>277</sup> que surgiu o apoio à candidatura de João Thomé de Sabóia e Silva (1916-1920)<sup>278</sup> para presidência do Ceará e o que garantiu o fortalecimento de Abílio em Ipu, além da liberação de verbas estaduais e federais para o município. Depois apoiaram a candidatura do situacionista Justiniano de Serpa (1920-1923), que, em troca, nomeou Abílio para o cargo de Chefe de Polícia do Estado e distribuiu cargos para o grupo deste.

<sup>276</sup> José Lourenço de Araújo, Antonio Manuel Martins, pai de Abílio Martins, e José Liberato de Carvalho, sogro de Abílio, foram sócios da firma *Lourenço Martins & Cia*. Comprava gado do Ceará e vendia madeira do Pará. Foi o cel. José Lourenço de Araújo, segundo Francisco Magalhães Martins, o maior comerciante do Ipu e deputado estadual de largo prestígio. Ver, MARTINS, Francisco Magalhães. *Ídolos, Heróis e Amigos*. Ensaios Críticos. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1982, p. 58. O cel. José Lourenço de Araújo era natural da Ribeira do Acaraú, da velha cidade de Santana. Veio para o Ipu no início do século XX. Como comerciante abriu na cidade várias firmas e adquiriu muitas propriedades. Cf. MELLO, Maria Valdemira Coêlho. *A Saga de uma Família*. Produção independente, 1997.

<sup>277</sup> SILVA, João Mozart da. *Ipu do Meu Xodó*. Op. cit., p. 29.

<sup>278</sup> Na segunda década do século XX morou na cidade de Ipu.

Portanto, não à toa que os agentes do progresso em Ipu estiveram, em sua maioria, ligados à política e que controlavam os cargos locais, senão vejamos:

Eusébio de Sousa, também Bacharel, veio para o Ipu em 1913 exercer o cargo de Juiz de Direito da Comarca. O ocupante do cargo era apontado pelo chefe político local. O Magistrado, ao lado de Abílio e Leonardo Mota, orquestraram a fundação de associações locais, fundaram o jornal *Gazeta do Sertão*, em cujas páginas usaram para apoiar a situação estadual<sup>279</sup>. Em 1917, Eusébio, Abílio e Thomaz Correia, fundaram o jornal ipuense de mais longa duração, o *Correio do Norte*, herdeiro da *Gazeta*. Nesta data, Leonardo Mota, casado com uma das filhas do Cel. José Lourenço, o que lhe deu uma confortável vida e tempo para suas “conversas fiadas” a “beira do balcão” e “bancas de feiras” e para ouvir as “cantigas e violas dos sertanejos”, já estava partido para a capital para assumir o cargo de secretário do governo de João Thomé. No entanto, sempre retornava à cidade. Só mais tarde fixaria residência na capital.

José Oswaldo Lourenço de Araújo, bacharel em direito e filho do Cel. José Lourenço, além de herdar do pai a vocação para os negócios, herdou também a carreira política. Foi eleito vereador para o período de 1924-1928, na qual se tornou o presidente da Câmara<sup>280</sup>.

O médico Francisco das Chagas Pinto da Silveira, além de possuir consultório médico e ser dono de estabelecimento comercial (*Pharmacia Silveira*), foi delegado de Higiene do Município durante o governo de José Raimundo de Aragão Filho (1914-1925)<sup>281</sup>, influente nas decisões. Mais tarde se tornaria prefeito de Ipu.

Joaquim de Oliveira Lima foi outro que se envolveu profundamente com a política local. Concluiu seus estudos em Fortaleza, recebendo o título de “contabilista” da Fênix Caixeiral<sup>282</sup>. Retornou ao Ipu em 1917 e exerceu a profissão no estabelecimento de seu tio, Gonçalo de Oliveira Lima. Depois fundou o seu próprio comércio, o maior no ramo de ferragens e miudezas em Ipu nas primeiras décadas do século XX (*J. Lima & Cia*). Em 1930 foi nomeado Interventor Municipal, governando a cidade até 1935, quando buscou colocar em prática um projeto arrojado de intervenção no espaço urbano de Ipu. Melhoramentos no abastecimento de água da cidade, apreensão de animais que transitavam soltos pelas ruas, construção de estradas e de uma nova cadeia afastada do centro, pavimentação de ruas, reformas de praças, construção do necrotério do cemitério, de um novo matadouro público e

<sup>279</sup> SILVA, João Mozart. *Ipu do Meu Xodó*. Op. cit., p. 29.

<sup>280</sup> ARAÚJO, Oswaldo. Descendência do casal José Lourenço de Araújo-Maria do Carmo de Araújo. Op. cit., p. 219.

<sup>281</sup> Informações colhidas no jornal *Correio do Norte* (1920-1924).

<sup>282</sup> Biografia gentilmente cedida pelo memorialista Francisco de Assis Martins.

outros melhoramentos, foram as linhas centrais de seu projeto. Este visava, principalmente, segundo o discurso construído, “civilizar hábitos”, “modernizar” a região central e expulsar de suas cercanias alguns grupos indesejados. Foi em seu governo que se deu a inauguração da energia elétrica da cidade (1931), projeto perseguido desde 1913. O discurso do progresso continuou sendo pronunciado e em documento escrito, Joaquim Lima buscou convencer a todos de que teria sido o seu governo aquele que mais fez pelo progresso material da cidade<sup>283</sup>.



Figura 14: J. Lima & Cia. Comércio de Joaquim Lima. Fotografia sem data. Do acervo de Francisco de Assis Martins.

Apolônio de Barros, Ubaldino Maciel Souto Maior, sucessivamente juízes de direito da Comarca após Eusébio de Sousa, estiveram envolvidos na política local e devem seus cargos a ela.

Leocádio Ximenes, grande comerciante local e 1º suplente de Juiz Municipal, Manuel Bessa, filho do Cel. João Bessa e chefe político local, coletor federal, “guarda livros”, inspetor Regional de Ensino, e Abdoral Timbó, comerciante da firma (gerente) *Timbó & Cia* e depois proprietário de estabelecimento, sobrinho de Antonio Manoel Martins, pai de Abílio, além de guarda livros da casa *Bezerra, Aragão & Cia.*, e adjunto do promotor de justiça da Comarca de Ipu na década de 1920<sup>284</sup>, também estiveram envolvidos no jogo político, o que explica o acúmulo de cargos.

<sup>283</sup> *A administração Municipal em Ipu no Regime Revolucionário*. Op. cit.

<sup>284</sup> *Correio do Norte*. Ipu, p. 4, 4 abr. 1922.

O Cel. José Alves de Farias foi um dos chefes do Partido Democrata de Ipu, ao lado de Abílio. Foi eleito vereador pelo pleito de 1920, como o segundo mais votado, o que lhe valeu a vice-presidência da Câmara Municipal. Exerceu nessa época o cargo de coletor federal e de delegado de polícia. Teve um grande poder de decisão quanto às escolhas dos cargos públicos locais. Foi ainda proprietário de estabelecimento comercial, sendo sócio de um Bilhar e Merceria com o nome de *Farias & Martins*, no Mercado Público, onde se reuniam os chefes políticos e o “escól social”<sup>285</sup>.

Osório Martins, membro do “clã dos Martins”, foi vereador e secretário da Câmara Municipal, escrivão da coletoria das rendas federais<sup>286</sup> e comerciante.

Cel. Thomaz de Aquino Correia não chegou a exercer diretamente cargo político de grande monta, mas aparece nas páginas do *Correio* como influente nas decisões políticas, barganhando cargos importantes para si, como o de Inspetor Escolar, função apontada pelo prefeito, e para seus parentes, como foi o caso de seu filho, Francisco Correia, que por longos anos exerceu o ofício de delegado de polícia. Era Farmacêutico prático, grande proprietário rural e de estabelecimento comercial (*Pharmarcia Th. Correia & Filho*). Fez parte da *Comissão de Construção do Açude Bonito*, tendo seu estabelecimento cadastrado para fornecer medicamentos aos operários da construção do *Açude Bonito* e da *Estrada Ipu-São Benedito*, em fins de 1919.

Augusto Passos, filho do líder político na época do império, o capitão Joaquim Porfírio dos Passos e aliado dos Martins, foi promotor de justiça na comarca de Ipu.

Leonard Martin, francês, formado em Ciências Físicas e Naturais, trabalhou como agrimensor para a prefeitura, foi professor de francês em estabelecimentos educacionais e redator do *Correio do Norte*.

Sobre Herculano José Rodrigues não temos quase nenhuma informação, apenas que advogou na cidade.

Falta dizermos algo sobre o Cel. João Bessa Guimarães, o Cel. José Raimundo de Aragão Filho e de Odupho Carvalho. Na cena política foram opositores aos Martins até 1914. A partir deste momento tem início a costura de uma aliança duradora entre os dois grupos.

Começamos por João Bessa Guimarães. Engenheiro e sobralense, veio para o Ipu quando da chegada da ferrovia, da qual era agente<sup>287</sup>. Foi chefe do partido conservador e

<sup>285</sup> Informações colhidas no Jornal *Correio do Norte* (1920-1924).

<sup>286</sup> *Correio do Norte*. Ipu, p. 4, 4 jul. 1922.

<sup>287</sup> LIRA, Francisco de Assis. *Intendentes e Prefeitos*. Trabalho inédito.

exerceu em Ipu o cargo de intendente<sup>288</sup>. Na segunda metade da década de 1910 já aparece como aliado dos Martins, embora não mude de Partido. Foi eleito vereador em 1920. Como o mais votado, tornou-se o presidente da Câmara Municipal. Em sua gestão, foram liberados subsídios para as associações locais, fundadas por ele e seus pares. Exerceu o cargo de Coletor Federal e pelo apoio dado à candidatura de Justiniano de Serpa, em 1920, foi para a capital trabalhar no jornal *Correio do Ceará*, órgão oficial do governo. Neste, foi o correspondente do *Correio do Norte* em Fortaleza<sup>289</sup>.

De Odupho Carvalho, sabemos muito pouco, apenas que foi chefe Belisarista<sup>290</sup> de Ipu, mas que depois se juntou ao grupo que detinha o poder local, o que explica o fato de aparecer como membro destacado das associações locais e de seu estabelecimento ser um dos cadastrados para vender seus produtos aos operários da construção do *Açude Bonito* e da *Estrada de Rodagem Ipú-São Benedicto* - cerca de 3.600 trabalhadores de acordo com o *Correio*.

O caso do Cel. José Raimundo de Aragão Filho é emblemático. Ele e sua família foram adversários ferrenhos dos Martins em Ipu. Os dois grupos por várias vezes chegaram a vias de lutarem com armas nas mãos em campos opostos. Era irmão do Cel. Pedro Aragão. Ambos herdaram a liderança política de seu pai, o Cel José Raimundo de Aragão, que por sua vez, herdou o poder do seu patriarca, o Cel. Porfírio José de Sousa.

A união com os Martins valeu-lhe a administração da cidade de Ipu em paz duradoura de 1914 a 1925. Neste último ano houve eleições municipais e não por coincidência, foi eleito para governar a cidade, o Cel. Felix Martins de Sousa. A explicação para essa sólida aliança diz respeito à busca pelo controle político local. Antes, Martins e Aragão viveram e se relacionaram em dois fechados grupos políticos distintos e inimigos.

Finalmente, apenas Francisco Lourenço de Araújo, filho do Cel. José Lourenço de Araújo, que retornou de seus estudos na Escola de Medicina do Rio de Janeiro, em 1929, não exerceu nenhum cargo político local ou se beneficiou da “máquina pública” no período de nosso estudo, pelo simples fato, talvez, de ter voltado “tarde demais”. A conjuntura já estava se transformando. No entanto, em 1932 é contratado pelo interventor Joaquim de Oliveira Lima para exercer o cargo de médico do Campo de Concentração. Foi Joaquim Lima o administrador do “Curral dos bárbaros”.

---

<sup>288</sup> Idem.

<sup>289</sup> *Correio do Norte*. Ipu, 16 Set. 1920.

<sup>290</sup> *Correio do Norte*. Ipu, p. 2, 12 Ago. 1920.

Portanto, se levarmos em consideração as relações políticas entre os principais membros do grupo que analisamos, chegaremos a considerações interessantes. Primeiro, é o poder que os unem em torno de um projeto; segundo, fazer parte do grupo significava ter influência nas decisões políticas locais; e, terceiro, significava também acumular ganhos político (poder), econômico e simbólico.

Poderíamos concluir dizendo que a maioria dos membros do grupo exercia ao mesmo tempo várias funções. Em grande parte, eram comerciantes que desempenhavam cargos públicos e usavam do poder para beneficiar seus estabelecimentos comerciais. Das 24 pessoas analisadas, pudemos comprovar que pelo menos 12 exerciam ao mesmo tempo cargos públicos e atividades comerciais ou 50%, como mostramos na tabela 3.

Resta ainda uma questão. Os membros do “Grupo Progressista” ipuense fundaram e foram sócios, em sua maioria, das associações locais. Os mais destacados controlaram suas principais funções. Somente os mais poderosos ou que detinham uma parcela significativa de poder e influência eram escolhidos para a diretoria. Foi essa uma prática social levada a cabo por seus membros, informada pela ideia de progresso. As sociabilidades nestes espaços acabaram fortalecendo o grupo e os projetos que tinham para a cidade.

Foram o *Grêmio Ipuense* e o *Gabinete de Leitura* as associações mais destacadas. Fazer parte da diretoria de uma delas, demarcava não apenas posição social, mas poder de decisão. Aos outros sedentos por distinção ou de espaços de sociabilidade, restavam se associar e pagar os dividendos. Como mostramos acima, essas associações estiveram fechadas ao ingresso de muitas pessoas.

Dos 24 membros analisados acima todos eles foram, em algum momento, sócios de uma ou mais associações citadas acima e fizeram parte de seus quadros dirigentes. Quando o *Grêmio Ipuense* mudou de nome, em 1924, Eusébio de Sousa já morava na capital do Estado, embora continuasse mantendo relações estreitas com seus antigos companheiros. Também, Leonardo Mota já não morava em Ipu. O Cel. José Lourenço de Araújo, Abílio Martins e Apolônio de Barros já haviam falecidos. Se tomarmos os 19 nomes restantes veremos que 12 eram acionistas e membros fundadores do *Palacete Iracema*, sociedade fundada para angariar fundos para a construção do prédio, inaugurado em 1927, para ser sede do *Grêmio*, 9 faziam parte ao mesmo tempo daquelas três associações, 11 eram sócios ao mesmo tempo do *Grêmio* e do *Gabinete*, apenas 2 não comprovamos se, de fato, eram sócios do *Grêmio*, incluindo o médico Francisco Araújo, mas que circulava por seus salões. Apenas não comprovamos que 4 deles foram sócios do *Gabinete*. A maioria foi ainda sócio fundador da *Associação Comercial*. Comprovadamente 10.

**TABELA 4**  
**Sócios das agremiações na década de 1920**

	<b>Sócios</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
Palacete Iracema	12	63	19
Grêmio Ipuense	17	89,5	19
Gabinete de Leitura	15	79	19
Grêmio e Gabinete	11	57,9	19
Associação Comercial	10	52,5	19
Grêmio, Gabinete e Palacete Iracema	9	47	19

Fonte: tabela desenvolvida pelo autor com base na documentação

Finalmente, todos eles, mesmo não sendo sócios de uma das citadas agremiações, tinham, no entanto, sua circulação e permanência franqueadas nos salões de qualquer uma delas, uma vez que todas foram acionistas da *Sociedade Anônima Palacete Iracema*, fundada logo ainda em 1924, com o objetivo de reuni-las em um mesmo “Palácio”. A *Associação Comercial*, o *Gabinete* e o *Grêmio* possuíram, cada uma, 10 ações<sup>291</sup>.

<sup>291</sup> *Revista dos Municípios*. Op. cit., p. 45.

## CAPÍTULO 4

### IMPrensa E CIDADE

A imprensa surge na cidade de Ipu em fins do século XIX. Inicialmente se resumia a pequenas folhas manuscritas e com um forte viés literário. Somente nos últimos anos do século XIX, e mais ainda nos primeiros anos do século seguinte, é que surgiram jornais e revistas em “letras de forma”, isto é, impressos. É essa imprensa que nos permite, em grande medida e por sua abundância, visualizar a cidade daquela época, os conflitos que se desenrolaram em seu palco, os desejos buscados e, mais importante ainda, as representações construídas sobre o espaço urbano.

A principal fonte que permitiu o desenvolvimento dessa pesquisa diz respeito à imprensa, de onde se destacam os jornais, e, em especial, o *Correio do Norte* (1918-1924). Mas não é só isso que justifica este capítulo. A imprensa foi o espaço privilegiado para a construção de uma dada representação da realidade local, da cidade mesmo. E é esse discurso que analisamos ao longo da pesquisa. Desta forma, buscamos demonstrar, não apenas aqui, mas ao longo dos capítulos, a relação bastante estreita entre periodismo e cidade, entre folha impressa e o cotidiano urbano. Também, pretendemos demonstrar que a existência de uma imprensa em uma pequena cidade do interior do Ceará, no entre séculos, é resultado não apenas das condições materiais mais favoráveis daquele momento, mas da vontade de homens em sua ânsia de viver a modernidade, uma vez que entendiam que a imprensa era a manifestação mais acabada do “ser civilizado”, “moderno”, “progressista”, do próprio “espírito humano”.

Este capítulo divide-se em duas partes. Na primeira, empreendemos um estudo sobre a imprensa ipuense, surgida no período de nosso estudo, o que joga luz sobre a sua importância para esta pesquisa, para chegar à conclusão da estreita relação existente entre periodismo e cidade. Esclarecemos que tais conclusões nos dispensa de fazer, aqui, amplas citações dos jornais, uma vez que, nos demais capítulos, já fizemos isso, evitando, portanto, repetições desnecessárias. Na segunda parte, levantamos a discussão, muito preliminar, da relação entre história e imprensa na historiografia brasileira, cujo objetivo central é demarcar a nossa posição.

#### 4.1 Imprensa e cidade

O surgimento de jornais, em Ipu, é também resultado da expressão de agentes sociais com desejos pelo novo e em busca de cimentar projetos diversos. A própria imprensa, como novidade, era entendida como atributo de um povo letrado e, portanto, progressista, moderno.

É importante também discuti-la porque foi a palavra impressa que mostrou não apenas a cidade, com seu palco de complexidades, no limiar do século, mas que deu visibilidade às associações locais no seu caminho por fundar novas sociabilidades e que fez a sua propaganda, construindo a imagem de que aqueles que faziam parte dos salões *chics* possuíam uma cultura superior.

No dizer de Eusébio de Sousa, juiz da Comarca de Ipu entre 1913 e 1918, a imprensa é “a bella manifestação do progresso de um povo”<sup>292</sup>. Devia ter ela um papel fundamental para o desenvolvimento do caráter de uma população, na medida em que uma de suas funções era instruir. Devia ter também, uma feição intelectual e cunho artístico, algo que faltava, por exemplo, segundo ele, ao jornalismo desenvolvido pela capital do Ceará até 1918, momento em que escrevia, representado pelos jornais *Folha do Povo*, *Diário do Estado*, *Correio do Ceará*, *Jornal Pequeno* e o *Imparcial*<sup>293</sup>.

A imprensa, para o magistrado, devia ter uma função pedagógica, jogar um papel importante para a formação moral e do “caráter” de um povo. Devia esclarecer, no sentido de instruir, ensinar, de mostrar o melhor caminho a ser perseguido pela sociedade e atacar o que considerava errado, do ponto de vista de “nossa” (sua) formação ética e moral. Devia ela, em última instância, moldar os indivíduos, ser “a escola que modifica o nosso character e nos habilita a acompanhar questões de alta importância”, ter uma ação moralizadora e combativa das paixões partidárias, um mal a ser extirpado da folha impressa, mas que a assolava. A imprensa, em Fortaleza, naquele momento, “ao que parece não tem querido ella comprehender o verdadeiro papel que lhe assiste, desvirtuando quase sempre sua acção moralizadora para o terreno das paixões partidárias”<sup>294</sup>.

O jornalismo, pensado desta forma, teria um papel importante no caminho de “apontar os nossos defeitos, combater o erro, defender o que necessitava de auxilio, enfim propugnar pelo bem, abandonando de vez as paixões, os falsos expedientes até então postos em pratica”<sup>295</sup>.

<sup>292</sup> SOUSA, Eusébio. Um pouco de Historia. Op. cit., p. 226.

<sup>293</sup> SOUSA, Eusébio. A Imprensa do Ceará em 1918. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza. Tomo. XXXIII, Ano XXXIII, 1919, p. 22-107, p. 25. O autor negligencia os pequenos jornais, com características de pasquim.

<sup>294</sup> Id. Ibidem, p. 28.

<sup>295</sup> Id. Ibidem, p. 29.

Esses vieses, de fato, aparecem na folha impressa em Ipu nas primeiras décadas do século XX, sobretudo em seus órgãos mais bem elaborados e importantes naquele momento: o *Jornal Gazeta do Sertão* (1913) e o *Correio do Norte* (1918-1924). Ambos conheceram a pena ávida de Eusébio de Sousa e onde escreviam os intelectuais do círculo de sua amizade. Do segundo periódico, o juiz imprimiu diretamente as suas diretrizes ao fundá-lo e ser o seu primeiro diretor.

#### 4.1.1 O “Jornalismo Matuto”<sup>296</sup>

Esta arte só teria começado a se desenvolver na *Terra de Iracema*, segundo o mesmo autor, quando tivera início a “formação mental dos ipuenses”. Ele se refere às últimas décadas do século XIX, quando, por influência do Padre Francisco Correia de Carvalho e Silva, a Vila Nova do Ipu Grande, elevada a condição de cidade em 1885, se viu livre da sanha sanguinária dos destemidos Mourões - família influente na freguesia da Serra dos Cocos, da qual a Vila Nova do Ipu Grande fazia parte, e com o uso da força e das armas aterrorizou a região - e do pronto estabelecimento da lei<sup>297</sup>.

Se se der crédito à análise feita pelo magistrado nos primórdios do século XX, teria sido, portanto, nos últimos anos do século XIX que a “vida intelectual do Ipú começou a movimentar-se”<sup>298</sup>. Uma de suas manifestações teria sido o desenvolvimento da imprensa local.

De fato, as primeiras folhas vieram a lume naquele momento. No início, eram pequenos jornais, todos manuscritos, em função de não haver ainda um prelo na cidade. As precárias comunicações com outras localidades, sempre relativamente muito distantes, pela falta de meios de transportes seguros, rápidos e regulares, não favorecia o uso do prelo, existente em algumas cidades, como é o caso de Sobral. Somente após a chegada da ferrovia e o surgimento das facilidades das comunicações, sua maior velocidade e barateamento dos transportes, foi possível se contratar serviços gráficos e tipográficos de estabelecimentos para esse fim, existentes em outras cidades.

No entanto, os primeiros jornais manuscritos, todos de “orientação literária, social e humorística” saíam ainda no último quartel do século XIX. A primazia coube ao ensaio *A Lyra*, já em 1886. Depois deles vieram outros, como *O Povir*, *O Sol*, *A Brisa*, *O Espelho*,

<sup>296</sup> Id. Ibidem. É assim que Eusébio de Sousa se refere à imprensa do interior do Ceará no início do século XX.

<sup>297</sup> Sobre os Mourões ver: MACÊDO, Nertan. *O bacamarte dos mourões*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966.

<sup>298</sup> SOUSA, Eusébio. Um pouco de Historia. Op. cit., p. 222.

*Beija-Flor* e *O Paladino*, todos redatoriados, principalmente, por Júlio Cícero Monteiro, literato e jornalista, Thomaz de Aquino Correia e Sá, farmacêutico e estudioso das letras, e Francisco Ximenes de Aragão, “então acadêmico”<sup>299</sup>.

Segundo José Oswaldo de Araújo, “a cidade do Ipu não madrugou na publicação de jornais em relação ao interior do Ceará” e foi a 12ª localidade a editar um periódico impresso. Trata-se do jornal *O Ipuense*, um semanário fundado e dirigido por Júlio Cícero Monteiro<sup>300</sup>, cujo número de estreia data do dia 24 de outubro de 1890 e teve 20 edições consecutivas. Foi “este, o primeiro jornal em letra de fôrma da terra de Iracema”<sup>301</sup>. Este *hebdomandário* era impresso na tipografia do jornal *A Ordem*, de Sobral.

Em seguida, os irmãos Teles e Jovelino de Sousa, diretores do educandário José de Alencar, o mais importante colégio particular local até aquela data, editaram e fizeram circular o jornalzinho *Cidade de Ipu*, “jornal bem feito, com excelente parte editorial e literária”. O seu primeiro número data de 18 de fevereiro de 1904. Teve vinte edições e encerrou suas atividades em 15 de outubro do mesmo ano. Marcaram suas páginas os escritos do Dr. Félix Cândido de Sousa Carvalho, juiz de direito da Comarca naquele momento e futuro Desembargador do Tribunal da Relação do Estado<sup>302</sup>, do poeta Liberato Filho, Manoel Ribeiro de Miranda, Alba Valdez, Júlio Cícero Monteiro, Dr. José Mendes de Vasconcelos, Luis Porfírio e do professor João da Mata Cavalcante, dentre outros<sup>303</sup>.

Entre 1904 e 1913 deu-se um interregno na imprensa ipuense e nenhum jornal foi impresso. Somente em março de 1913 surgia um novo semanário com características novas. Trata-se da *Gazeta do Sertão*, fundado e dirigido pelo, então, estudante de direito, Leonardo Mota, que veio para o Ipu por intermédio de seu irmão, Aureliano Mota, pároco local, para dirigir o Instituto José de Alencar. Colaboraram em suas páginas Abílio Martins, líder político e bacharel em direito, com sua verve poética, sob o pseudônimo *Kiamil*, o padre Aureliano

<sup>299</sup> ARAÚJO, Oswaldo. Imprensa de Ipu. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza. Tomo LXXX, Ano LXXX, 1966, p. 162-165, p. 162. Segundo Eusébio de Sousa, a imprensa teve início com o jornal *O Sol*, que tinha como redatores Tomaz Correia e Felix Candido. Segue-se com *O Ipuense*, “de Thomaz Correia, Felix Candido e Manoel Marinho, seguindo-se-lhe *A Brisa*, ainda da responsabilidade de Thomaz Correia, Felix Candido e José Candido; *O Espelho*, de Eduardo Saboya, actualmente deputado ao Congresso Federal, jornalzinho que durou mais de um anno; e o *Paladino*, órgão da sociedade litteraria PALANDINOS DO PROGRESSO, de Julio Cicero Monteiro, Felix Porfirio de Souza, Herculano José Rodrigues e Manoel Coêlho”. SOUSA, Eusébio. Para a Historia. Op. cit., p. 227.

<sup>300</sup> Júlio Cícero Monteiro se mudaria para a cidade de Camocim, mantendo, no entanto, intenso diálogo com os intelectuais ipuenses daquele período, inclusive escrevendo periodicamente para o *Correio do Norte*. Nunca deixou de retornar à cidade de Ipu. Em Camocim, fundou o *Grêmio Literário* e foi diretor-prrrietário do Jornal *A Razão* (1928-1931), um semanário. Reconhecido como um intelectual brilhante, escrevia para diversos jornais que circularam na região norte.

<sup>301</sup> ARAÚJO, Oswaldo. Imprensa de Ipu. Op. cit., p. 162.

<sup>302</sup> SOUSA, Eusébio. Um pouco de Historia. Op. cit., p. 229.

<sup>303</sup> ARAÚJO, Oswaldo. Imprensa de Ipu. Op. cit., p. 162-163.

Mota, Dr. Ubaldino Maciel Souto Maior, futuro juiz de direito da Comarca, Eusébio Neri de Sousa, então juiz de direito, o francês, professor e agrimensor, Leonard Martin, Thomaz de Aquino Correia e José Oswaldo de Araújo, este advogado e filho do Cel. José Lourenço de Araújo. Segundo Oswaldo Araújo, a “*Gazeta do Sertão* marcou uma brilhante fase jornalística no interior do Estado pelo prestígio e fascínio de sua orientação”<sup>304</sup>. Para Eusébio de Sousa, “o período em que se publicou a *Gazeta* foi o de maior effervescencia nas letras da terra pelo abundante contingente, que ella offereceu para a historia”<sup>305</sup>.



Figura 15: Primeira página do jornal *Gazeta do Sertão* em seu número de estreia. Do acervo de Raimundo Alves de Araújo.

Embora em nossa pesquisa não tenhamos encontrado nenhum exemplar dos jornais publicados em Ipu antes da *Gazeta do Sertão*, para, assim, se fazer uma comparação entre eles, no entanto, a qualidade do papel, da impressão gráfica e da composição, deste último, salta aos olhos e dificilmente outro jornal desse porte teria sido impresso anteriormente. Além disso, o uso de reclames e propagandas bem elaboradas eram novidades para época. Sempre a última página do periódico era reservada para as propagandas. Embora a técnica tipográfica usada não permitisse incluir gravuras ou imagens ao lado dos textos, se fez uso delas para os anúncios. A questão é que o comércio local e regional, em profusão, descobriu a importância

<sup>304</sup> Id. Ibidem, p. 163.

<sup>305</sup> SOUSA, Eusébio. Um pouco de Historia. Op. cit., p. 228.

da propaganda como forma de expandir o consumo de seus produtos. Desde então, como mostra Heloisa Faria Cruz, as novas demandas colocadas pelo mundo das mercadorias passaram a moldar os conteúdos e as formas de dizer da imprensa. Era uma outra linguagem<sup>306</sup>. Ao lado disso, o uso de reclames e dos anúncios mais bem elaborados nas páginas do periodismo, em nosso caso, dos jornais, se tornou um componente importante para a manutenção e expansão da pequena imprensa local. O *Correio do Norte*, filho da *Gazeta* e que, portanto, veio depois dela, herdou este componente importante. Podemos dizer que o *Correio* nada mais foi do que o jornal *Gazeta* com algumas modificações. Ambos foram usados pelos mesmos homens, em quase sua totalidade, e com linhas editoriais similares, inclusive em seu formato técnico.

A *Gazeta do Sertão* era impressa em Sobral, na tipografia do jornal *Patria*, de propriedade de Carlos Rocha, em papel *folio* com quatro páginas. Eventualmente se publicava a edição com 6 páginas, mas essa não foi a regra. A linha editorial seguia, quase sempre, um padrão. Dividia o espaço da primeira página um artigo geralmente longo, que se chamava na época, “artigo de fundo”, discutindo as questões pertinentes à política nacional - com destaque para notícias do parlamento, para o processo de sucessão presidencial e as manobras políticas dos partidos – uma poesia de um escritor cearense consagrado ou de um jovem iniciante neste ramo, e uma crônica leve, com uma pitada de inteligente humor, escrita por Abílio Martins<sup>307</sup>.

Vejamos o que diz Francisco Magalhães Martins sobre Abílio Martins, reportando-se àquele que escrevia na *Gazeta do Sertão*: “Abílio Martins possuía transbordante verve, inesgotável veia satírica que extravasava em geniais versos soltos”. Sobre os demais que “mancharam” as páginas daquele periódico em 1913, diz ainda o citado autor:

Souto Maior, magistrado ilustre, era um causeur admirável que empolgava os auditórios com as palavras mágicas, fluentes e imaginosas, a ponto de ser considerado por Leota como o homem de a melhor palestra que conhecia; Tomáz Correia, venerando farmacêutico, músico, poeta, amigo das boas cousas e da boa prosa; gostava de bate-papos em sua casa<sup>308</sup>.

Também Eusébio de Sousa deixou testemunho interessante sobre aqueles que escreviam na *Gazeta do Sertão*:

---

<sup>306</sup> CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em tinta e papel. periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC: APESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial de São Paulo, 2000, p. 151.

<sup>307</sup> SOUSA, Eusébio. Um pouco de História. Op. cit., p. 228.

<sup>308</sup> MARTINS, Francisco Magalhães. *Ídolos, Heróis e Amigos*. Op. cit., p. 53-54.

Hebdomandariamente as suas columnas traziam um attestado exuberante do *fervet opu* intellectual. Suas páginas vinham sempre prenhes de escriptas de Abilio Martins (*Kiamil*), como elle assignava as suas chronicas, Souto Maior, Apollonio de Barros [juiz de direito de São Benedito], Leo Martin e outros, inclusive a parte insulsa do autor destas linhas<sup>309</sup>.

As páginas seguintes, com exceção da quarta, totalmente dedicada aos anúncios, traziam as notícias regionais (do Ceará), nacionais e internacionais, colhidas nos inúmeros periódicos de outras praças, assinados por seus redatores e recebidos pelo sistema de correios. Quando os serviços de correios ficavam temporariamente suspensos, por problemas técnicos, que impossibilitavam temporariamente a circulação dos trens da Estrada de Ferro de Sobral, muito comum em invernos fortes, cujas águas das chuvas danificavam os trilhos e trechos da ferrovia, os redatores deixavam de noticiar os eventos nacionais e internacionais.

Também noticiava sobre os acontecimentos locais, dedicando grande espaço para dar visibilidades aos *saraus* e *soirées* realizados periodicamente pelo *Grêmio Ipuense* e pelos salões dos “palacetes” das famílias abastadas, bem como, aos chamados *Assaltos* organizados pelas moças oriundas da, assim denominada, “fina sociedade”. Todos compunham a seção intitulada *Revista Social*, que anunciava também os aniversariantes do mês, os batizados, casamentos, visitantes ilustres, que passavam pela cidade, e noticiava sobre aqueles que viajavam para outras paragens.

Algumas edições davam grande destaque, em suas páginas, para as crônicas e para longos artigos, especializados em leis, escritos pelos bacharéis, juízes e entendidos em direito. Eusébio de Sousa, Souto Maior e Apolônio de Barros escreveram alguns deles.

Mas também o jornal tinha um componente literário muito forte, característica da imprensa do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, como anotam os trabalhos de Werneck Sodré<sup>310</sup> e Juarez Bahia<sup>311</sup>, Brito Broca<sup>312</sup>, Machado Neto<sup>313</sup>, Antonio Candido<sup>314</sup>, dentro outros, publicando com destaque, como ressaltamos, belas poesias. Além daquela que geralmente vinha impressa na primeira página, dedicada a um poeta cearense, a terceira página trazia a transcrição de outra composição poética, agora de um autor

<sup>309</sup> SOUSA, Eusébio. Um pouco de Historia. Op. cit., p. 228.

<sup>310</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. A primeira edição data de 1966.

<sup>311</sup> BAHIA, Benedito Juarez. *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. Vol. 1. A primeira edição data de 1964.

<sup>312</sup> BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio; Academia Brasileira de Letras, 2004.

<sup>313</sup> MACHADO NETO, Antônio Luís. *Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930*. São Paulo, Grijalbo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

<sup>314</sup> CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 8. ed. São Paulo; T. A. Queiroz; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

consagrado nacionalmente, quase sempre um soneto. Ao lado disso, abria espaço para as chamadas palestras literárias e discursos retóricos, alguns deles proferidos por Leonardo Mota, tido por seus pares como grande orador.

Após nove meses de circulação (março-novembro), a *Gazeta* encerrou seus trabalhos com o número 33, de 28 de novembro de 1913. Os motivos de sua “morte” são quase totalmente ignorados tanto por Eusébio de Sousa quanto por Oswaldo Araújo, nos trabalhos que falam sobre o nascimento e desenvolvimento da imprensa local. O primeiro, que na verdade apresenta uma justificativa para isso, apenas diz que “a *Gazeta*, por força de circunstâncias momentosas – a retirada temporária desta cidade de seu director suspendeu a sua atividade”<sup>315</sup>.

Depois da *Gazeta*, o jornal mais importante publicado em Ipu foi o *Correio do Norte*, que passou a circular a partir de 1º de janeiro de 1918, com o seu número de estreia. O seu nascimento foi anunciado ainda em 1917, quando Abílio Martins publicou um jornal datilografado fazendo a propaganda humorística daquele periódico, que logo nasceria. A grande novidade foi a compra em Sobral, pelos redatores do *Correio*, de uma oficina tipográfica para imprimir, inicialmente, a revista *O Campo*<sup>316</sup> e, depois, também aquele jornal.

Trabalhavam em suas oficinas gráficas Francisco das Chagas Paz (gerente-comercial), mais tarde também tipógrafo, Francisco Pilcomar Campos e Gessy França, contratados em Sobral e que exerciam as funções de tipógrafos e compositores. “Havia ainda dois meninos, arrebatadores para a aprendizagem no manuseio dos tipos: Francisco Mariano Mesquita (Peba) e José Oliveira Pombo (Zé Pombo)”. Em seguida, este último e João Mozart da Silva se tornariam, também, tipógrafos daquele estabelecimento. Fundaram e dirigiram inicialmente o jornal, Eusébio de Sousa e Abílio Martins. Estes foram os seus diretores no primeiro ano de circulação daquele periódico. Mais tarde, quando Eusébio de Sousa foi transferido de Ipu para assumir o cargo de juiz em outra cidade e Abílio Martins foi morar em Fortaleza, onde, em 1920 assumiu o cargo de chefe de polícia do Estado, o órgão passou a ser dirigido por Thomaz Correia, um de seus redatores desde 1º de janeiro de 1918<sup>317</sup>. Foram seus redatores,

<sup>315</sup> SOUSA, Eusébio. Um pouco de História. Op. cit., p. 228.

<sup>316</sup> SOUSA, Eusébio. A Imprensa do Ceará em 1918. Op. cit. Em nossa pesquisa não encontramos nenhum exemplar da revista mensal *O Campo*, que dá nome à tipografia.

<sup>317</sup> Segundo o Historiador Cearense Barão de Studart, Eusébio de Sousa foi o fundador e redator (diretor) do *Correio do Norte*, substituindo-o, logo depois, Abílio Martins: Sobre o periódico diz “O 1º nº é de 1 de janeiro. Fundador e redactor o Dr. Eusebio de Souza. Retirando-se para Fortaleza afim de tomar parte nos trabalho da comissão de Codificação das leis do estado, substituindo-o como redactor o Dr. Abilio Martins. Terminado o 1º anno de existência do “Correio do Norte”, assumiu a redacção o Cel. Th. Correea com a collaboração dos Drs. Abilio Martins, Chagas Pinto, Cel. Manoel Dias e João Bessa”. STUDART, Barão. Jornaes Publicados no Ceará em 1918. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza. Fortaleza. Tomo. XXXIII, Ano XXXIII, 1919, p. 249-251, p. 249.

ainda, o médico, futuro prefeito de Ipu, Francisco das Chagas Pinto, Oswaldo Araújo, Manuel Dias Martins, Leonard Martin e João Bessa Guimarães.

Organizando-se como um misto de empresa com uma produção artesanal, a *Typographia d'O Campo*, como foi batizada, trouxe para suas oficinas gráficas categorias profissionais, casos dos tipógrafos e compositores. Este fato revela um processo em que cada vez mais a mecanização da impressão estava se impondo. Embora não empregasse nos trabalhos técnicos do maquinário não mais do que 7 pessoas, já havia, no entanto, uma certa divisão e especialização do trabalho. O resultado foi um processo que permitia transpor para as páginas do jornal uma qualidade gráfica evidente, uma grande novidade em se tratando de um trabalho totalmente produzido em âmbito local. Com um novo maquinário, a tecnologia disponível permitia o uso de imagens e gravuras entre os textos, um avanço em relação ao jornal *Gazeta do Sertão*, no entanto, não tão explorado, talvez por encarecer os custos.

Igualmente o novo processo mecânico, ao que tudo indica, com a tecnologia da linotipo, permitia uma produção acelerada do processo de impressão e o aumento da tiragem, bem como o barateamento dos custos. É isso que explica, em parte, o fato do *Correio do Norte* sair rigorosamente toda semana, sem nenhum imprevisto.

Embora o *Correio* fosse produzido em oficinas próprias e contasse com uma tecnologia mais ou menos avançada para a época, sobretudo para um pequeno burgo, isso não é suficiente para se afirmar que, a partir de então, a imprensa local se organizava como uma empresa capitalista, característica apenas da chamada grande imprensa, que surgia nos grandes centros urbanos na virada do século XIX para o século XX, segundo propõe a análise feita por Nelson Werneck Sodré<sup>318</sup>.

A tipografia foi instalada provisoriamente no pátio de uma casa que pertencia a Oswaldo Araújo. Dois anos depois, passou a ter sede própria em um prédio na Praça São Sebastião, local que foi a residência do Padre Feitosa, quando pároco da cidade. Mais tarde, no mesmo prédio, foi instalada a sede do *Gabinete de Leitura*.

A *Typographia d'O Campo* não imprimia apenas a revista mensal *O Campo* e jornais, mas também cartões de visita, envelopes, faturas, memorandos, folhetos, convites e outros pequenos panfletos. Tais serviços eram anunciados nas páginas do jornal. Em um anúncio de um quarto de página, em letras grandes, os redatores ofereciam os serviços tipográficos disponíveis:

#### LEIAM

---

<sup>318</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A imprensa no Brasil*. Op. cit.

NOTAS PROMISSORIAS cartões phantasias, de visitas e participações, cartas, Facturas, Enveloppes, Memorandus e todo qualquer serviço Typographico faz-se na TYPOGRAPHIA D'O CAMPO.<sup>319</sup>

Com a economia em expansão, a impressão de materiais ligados a exploração comercial se tornou, certamente, uma fonte de renda. Era com os lucros provenientes das assinaturas do jornal, de outros trabalhos de impressão e dos recursos oriundos das propagandas, que, muito provavelmente, os donos da tipografia conseguiam pagar os salários de seus empregados. Muito possivelmente ou o lucro era pequeno ou não havia lucro nenhum. Não dispomos de fontes capazes de esclarecer sobre este ponto.

Também não temos subsídios quantitativos para informar sobre a tiragem e difusão do jornal, uma vez que, via de regra, veículos como este, publicados em Ipu, não traziam qualquer informação sobre sua tiragem, quantidade da venda avulsa e assinaturas distribuídas, portanto, de sua circulação e difusão. No expediente trazem apenas o preço avulso do exemplar e das assinaturas semestral e anual. No entanto, podemos, pelas informações fornecidas em suas páginas e de forma espaçada, ter uma noção de raio de circulação do jornal.

O *Correio* tinha assinantes em todas as cidades (e lugarejos) servidas pela linha férrea (Ipeúras, Santa Cruz - atual Reriutaba, Pires Ferreira, Sobral, Granja e Camocim). Além disso, eram assinantes do *Correio*, moradores de Campo Grande, atual Guaraciaba do Norte, São Benedito e Ubajara, na serra da Ibiapaba. Frequentemente, tais assinantes colaboravam com aquele periódico, enviando seus textos para publicação. Eles tinham espaços gratuitos nas páginas do jornal. Aquele que não era assinante poderia fazer sua publicação na seção “Solicitadas”, pagando \$100 por cada linha, como anuncia o jornal em seu expediente. Por trazer outras informações importantes, vejamos na íntegra o que consta naquele espaço.

- EXPEDIENTE -

ANNO	10\$000
SEMESTRE	6\$000
NUM AVULSO	\$200

Pagamento Adeantado

Toda correspondência deve ser dirigida a sua redacção à praça são Sebastião

- O “CORREIO DO NORTE” não se responsabiliza pelas publicações feitas edictorialmente.

- Saem as quintas-feiras de cada semana

- Serviço telegraphico especial e abundante

<sup>319</sup> *Correio do Norte*. Ipu, p. 4, 19 fev. 1920.

- Publicações feitas uma só vez na secção “Solicitadas” pagarão \$100 por cada linha, de duas vezes em diante pagarão \$050.
- Anuncios a previo ajuste.

Outros indicadores importantes, capazes de dar uma noção do raio de difusão do jornal, são os anúncios de produtos à venda na região norte e serra da Ibiapaba, e que encontram, na imprensa local, um meio de propagar suas vendas. As páginas do *Correio* anunciam produtos dos “proprietários e fabricantes Gizzi & Cia”, com filial em Camocim, os cigarros “Acácia”, que em anúncio dizia: “Fumem Acácia sem nicotina. Fumem os Cigarros da Fabrica S. Lourenço”, fabricados em Fortaleza. Outros anunciantes eram os fabricantes do “Elixir do Nogueira”, “Elixir de Inhame” e “Elixir de Mururé Caldas”, que frequentemente traziam fotografias de pessoas dando seus depoimentos de cura, ao fazerem supostamente uso destes produtos. São os casos ainda dos fabricantes do xarope “Bromil”, do “Sabão Aristolino”, do “Licor de Tayuyá de São João da Barra”, da “Manteiga Diamantina ou A.B.C”, da “Fabrica S. Luzia”, do “Emulsão de Scott”, dentre outros. A maioria dessas empresas atuava em âmbito nacional e anunciavam também nas páginas da grande imprensa nos centros urbanos do período, nos jornais de Camocim e Sobral. Advogados, médicos, músicos, professores e outros profissionais liberais, também anunciavam seus serviços, além dos proprietários de pensões.

O que garantia um raio de circulação estendido e um diálogo intenso com os habitantes de outras cidades eram os serviços de correios permanentes, em função da Estrada de Ferro de Sobral. O trem e o telégrafo permitiam a velocidade de circulação dos jornais por toda a região. O *Correio*, que começava a circular sempre na quinta-feira, dia em que os trens partiam bem cedo (às 6 horas) em direção a Camocim, chegava logo em todas as cidades onde tinha estação.

Mesmo não existindo a ferrovia para a ligação com as cidades da serra, o sistema de correios mantinha o serviço postal entre as estações ferroviárias e as cidades e povoados que não dispunham dos transportes sobre os trilhos. Assim, a regularidade dos serviços de postagens e telégrafo permitia a agilidade nos processos de difusão da folha impressa, sua distribuição, a manutenção de assinantes em outras cidades e um negócio de anúncios. Não seria exagero dizer que as propagandas e as assinaturas eram capazes de manter financeiramente um órgão de imprensa na região, ainda que com dificuldades, como sempre ressalta Eusébio de Sousa em seus trabalhos sobre a imprensa do interior do Ceará. Em parte, isso pode explicar por que em cidades como Camocim, Sobral e Ipu, a imprensa periódica se desenvolveu no período.

Por outro lado, os meios de comunicação, favorecidos pelo sistema ferroviário, permitiam uma intensa circulação das notícias nacionais e internacionais. Um dos atrativos do jornal era estampá-las em suas páginas. Os editores deste periódico e o *Gabinete de Leitura Ipuense*, onde eram sócios-fundadores, possuíam assinaturas de periódicos cariocas, paulistas e que circulavam em Fortaleza. Também era comum entre os órgãos da imprensa, na região norte, a troca de edições, sempre noticiada nas folhas. As notícias eram muitas vezes reescritas ou analisadas nas páginas do órgão ipuense. As frequentes reclamações estampadas em suas páginas quanto à morosidade dos correios, nas entregas dos artigos vindos em seus malotes, o que parecia ser recorrente, demonstram a grande importância deste serviço para os redatores do veículo e para o próprio jornal.

Após inúmeras reclamações quanto ao “péssimo” serviço dos correios e sem ser atendido, o *hebdomandário* ipuense, em tom irônico, dirige toda a sua revolta e reivindicação ao administrador daquele serviço, em sua edição de 11 de dezembro de 1920, dizendo inicialmente de forma sarcástica:

Sr. Ha no Ipú algumas creaturas inoffensiva que por infelicidade aprenderam a lêr. Na falta de melhor lêem jornaes e algumas cartas que lhes mandam os poucos amigos lá de fora. Acontece porem Sr. Administrador que já de si tão vagaroso o serviço postal, as malas terrestre vindas via Sobral, ali chegam em uma semana conforme nos dizem, e sómente na segunda feira seguinte recebemo-las.

Ora os que lêem no Ipú, não se podem conformar com tal coisa

Para em seguinte propor soluções:

Porque não fazer que as referidas malas alcancem o trem das 6ª feiras?

Uma simples ordem enérgica do Sr. Administrador consertaria tudo, porque em fim nós temos algum direito a receber nossa correspondência o mais breve possivel.

Quem escreve estas linhas assigna alguns jornaes da capital de outros Estados e do Rio de Janeiro, pretendendo desta forma andar bem informado do que vae pelo mundo

Ha porem no Ipú, quem esteja muito mais a par das noticias, recebendo as de Sobral ou de outras fontes, muito antes que os jornaes cheguem.

Muitas vezes as taes noticias não são verdadeiras.

Agora veja Sr. Administrador, para que nos serve receber jornaes com tanto atrazo, somente para depois de muitos dias tirar a limpo a veracidade ou não da novidade espalhada.

Ora, isso faz mal a gente que tem nervos.

Sr. Dr. Indireite isso!<sup>320</sup>

<sup>320</sup> Com a administração dos correios. *Correio do Norte*. Ipu, p. 2, 11 dez. 1920. Em várias outras edições deste periódico as reclamações continuam.

“Hebdomandario Noticioso” depois “Semanario Noticioso”, o *Correio do Norte* circulou de 1º de janeiro de 1918 a 30 de março de 1924. Com 310 edições foi o jornal de mais longa duração que circulou na cidade de Ipu.

Vejamos o que diz o seu programa, publicado em sua primeira edição:

“O *Correio do Norte* propõe-se a ser um semanário noticioso sem ligações ou compromissos de ordem partidária na politica do Estado.

“Independente, moderado, por-se-a com enthusiasmo, a serviço de toda a idéia nobre e justa.

“Neste período anormal que nossa Patria atravessa, o *Correio do Norte* honrar-se-á de ser perante dos seus leitores o vehiculo de propaganda da orientação patriótica e sã dos homens que enfeixam, em tão grave momento histórico, as responsabilidades dos destinos do Brasil.

“Resolvido a transformar em realidade o seu programma, o *Correio do Norte*, solicita carinhosamente, as sympathias inteligentes dos seus leitores”<sup>321</sup>.

A despeito do que os seus redatores afirmam, em seu programa inicial, o jornal em discussão foi um veículo controlado por homens que dominavam a cena política local, fizeram a propaganda política dos candidatos que apoiavam no âmbito estadual. Foi usado ainda, para unir os grupos políticos locais, rivais até os primeiros anos do século XX, e criar uma imagem de progresso para a cidade, ao se posicionarem como aqueles que trouxeram obras, geraram empregos, e estavam transformando a cara do município, como discutimos.

---

<sup>321</sup> SOUSA, Eusébio. A imprensa do Ceará em 1918. Op. cit., p. 105.



Figura 16: *Correio do Norte*. Primeira página da edição de 18 de março de 1920. Acervo original pertencente ao Dr. Thomaz Corrêa.

Com a existência de um prelo na cidade, inúmeros outros jornais, em grande parte pasquins, foram publicados durante o período de circulação do *Correio*. Quase todos escritos pelos redatores deste último. Discutimos sobre estes “jornaizinhos gaiatos” no sexto capítulo.

Embora a linha editorial do *Correio* seja bastante semelhante àquela que seguia a *Gazeta*, algumas transformações importantes foram operadas. O componente literário perdeu espaço e os textos muito técnicos, voltados para os iniciados, foram quase que abolidos. Embora ainda use uma linguagem formal, ela está voltada para uma compreensão mais fácil. Outra mudança diz respeito ao fato de que, no *Correio*, as questões locais passaram a ter grande espaço. As notícias regionais, nacionais e internacionais sofreram sensível diminuição. A política local, que parecia ser um tabu na *Gazeta*, agora é discutida com desenvoltura. A explicação para isso pode estar ligada à conjuntura política local, onde havia uma disputa muita acirrada entre dois tradicionais grupos políticos antagonicos, até pelo menos 1914: os Martins e os Aragão. Em 1918 estes dois grupos já aparecem como aliados e dominando a cena política local, sem oposição significativa<sup>322</sup>.

<sup>322</sup> Os Martins e sua parentela estiveram imbricados com a política oligárquica. Apoiavam Nogueira Accioly, chefe da oligarquia estadual, e recebiam carta branca para governar a cidade de Ipu. Mas, em 1910 esse esquema sofreria uma fissura, com a eleição de Hermes da Fonseca para a presidência. Hermes adotou uma política

Desta forma, as páginas do *Correio* foram veículos a serviço do poder local e de discussão sobre os rumos que deveriam tomar a cidade. Sem fazer críticas contundentes às ações das autoridades, senão quando não cumpriam o que se esperava dela - mesmo porque os próprios redatores faziam parte da cúpula do poder, o *Correio* é mais um meio de imposição de projetos de grupos restritos: projetos de e para a cidade, que favoreciam os seus interesses.

No entanto, tanto na *Gazeta* quanto no *Correio*, embora noticiem sobre os acontecimentos, o objetivo central não era esse. Ele é bem mais amplo e está ligado ao fato de defender projetos (de cidade, político), como estamos discutindo aqui. Mas, quando noticiavam faziam de uma forma totalmente diferente da que se faz hoje ou fazia a chamada grande imprensa da época, nos grandes centros urbanos. A linguagem usada estava muito mais próxima da literatura. Embora haja um esforço de simplificar a fala, ela ainda se mostra, em muitos casos, rebuscada, fazendo-se uso de expressões latinas e da língua francesa, denunciando o que nós já sabemos: que o “jornalismo matuto”, em âmbito local, era feito por bacharéis e sob sua direção, sempre propensos e interessados nos estudos da língua e da história nacional e “geral”. Muito comum entre os redatores é o uso de frases elegantes, o que pode denotar uma tentativa de provar para o leitor o domínio da retórica e do conhecimento. A linguagem “jornalística”, portanto, está mais próxima da produção literária e dos escritos de poetas mais consagrados do período.

O artigo mais importante do jornal é publicado na primeira página e quase sempre versa sobre algum assunto ligado à realidade local. Questões importantes para o município são discutidas não apenas na primeira página, mas também ao longo das folhas seguintes. Há quase sempre um espaço dedicado à poesia e às curiosidades. O *Correio*, a exemplo da *Gazeta*, mantém uma seção denominada *Revista Social*, com espaço para anunciar os aniversariantes da semana, nascimentos, batismos, casamentos, viajantes e outros assuntos ligados à sociedade local. Neste sentido, dá amplo espaço ao que se chamava, à época, de efemérides, aos eventos sociais e culturais, centrando-se, portanto, na vida da assim chamada

---

conhecida como salvacionismo, que consistiu em promover uma substituição dos oligarcas estaduais por outras. No Ceará foi lançada a candidatura do salvacionista Franco Rabelo, que derrotou Accioly. Mesmo com a queda deste e a ascensão do salvacionista Franco Rabelo, os Martins mantiveram o poder local numa manobra bem orquestrada, apoiando as forças dissidentes. Em troca do apoio a Franco Rabelo, mantiveram, momentaneamente, o poder em Ipu, o que lhes valeram o apelido de “Vira-cassaca” dos seus opositores locais, os Aragão, sedentos pelo poder. Vencedor nas urnas e assumindo a presidência do Estado em 1912, Franco Rabelo governaria, no entanto, só até 1914, derrubado por uma conjunção de forças estaduais e federais, com destaque para a Sedição de Juazeiro. Este cenário político estadual e federal provocou consequências nefastas para a política ipuense do período, embates entre coroneis, ligados aos Martins, e as forças do governo, com perseguições, violências e assassinatos. O episódio foi igualmente chocante para os dois grupos políticos opositores, Martins e Aragão, que, após esse período conturbado, fizeram uma aliança, e governaram a cidade por décadas, sem oposição significativa, como afirmamos.

“boa sociedade”. As associações locais, que na *Gazeta* tinham lugar apenas nessa seção, ganham, no *Correio*, seu espaço próprio. Notícias sobre o *Grêmio Ipuense*, *Gabinete de Leitura*, *Centro Artístico Ipuense* e a *Euterpe Ipuense*, já discutidos, que tinham como sócios as pessoas dos círculos dominantes locais, passaram a ter grande visibilidade.

No que se refere à técnica tipográfica, o jornal também era impresso em papel *folio*, nas dimensões 39x24, geralmente com quatro páginas, aumentadas para 6 quando necessário. As páginas eram divididas por quatro estreitas colunas ou tiras, espaços onde eram organizados os artigos. Isso colocava alguns limites. Os textos iniciavam no alto da primeira coluna e poderia, caso fosse grande, tomar outras colunas. Às vezes terminavam no meio de uma delas, dando prosseguimento a outro artigo. A leitura de uma matéria longa, muitas vezes começava no alto de uma página, percorria toda a coluna do alto até embaixo e terminava em outra página, levando o leitor num ir vir constante entre as páginas. Os tipos, em formato pequeno, podiam ainda dificultar a leitura. Os espaços em pé de página não preenchidos eram usados para os anúncios que não requeriam imagens, de comerciantes locais e profissionais liberais, que divulgavam seus produtos e serviços. Eles eram comuns nas primeiras páginas, com exceção da última.

No jornal não havia separação de seções, nem segmentação. Essa técnica usada, que dificultava o trabalho dos tipógrafos e consumia tempo e paciência para o fechamento de uma edição, associada ao uso ainda de uma linguagem rebuscada, não voltada para noticiar objetivamente sobre os fatos, são indícios fortes da produção artesanal da imprensa local, embora usasse máquinas “modernas”.

A quarta ou a sexta página era totalmente dedicada aos reclames e propagandas do comércio regional e nacional. Como no caso da *Gazeta do Sertão*, os anúncios e notas também tomavam a terceira ou quinta página, às vezes quase por completo, e eram dispostas espaçadamente por todas as páginas, até na primeira. Havia uma abundância de anunciantes no período, o que justifica o fato de frequentemente os jornais publicados com quatro páginas, precisar editar mais duas delas. Os artigos nacionais, distribuídos nos estabelecimentos comerciais locais, também eram anunciados, com destaques para os produtos da indústria farmacêutica: eram produtos que prometiam curas milagrosas para uma infinidade de enfermidades.

Anunciavam nas páginas do *Correio*, como já mostramos, o fabricante do ELIXIR DE INHAME: DEPURA-FORTALECE-ENGORDA”. Prometia a cura para “IMPUREZAS DO SANGUE, MOLESTIA DA PELLE, RHEUMATISMO, ASTHMA, SYPHILIS

ADQUIRIDA OU HEREDITARIA”. Outro “xarope milagroso” era o ELIXIR DE NOGUEIRA, que prometia cura para o

latejamento do pescoço, inflamação do utero, corrimento dos ouvidos, reumatismo em geral, manchas na pelle, affecções do fígado, dores no peito, tumores nos ossos, cancros, gonoreia, carbúnculos, [...], espinhos, rachitismo, flores brancas, úlceras, tumores, sarnas, cristas, escrophulas, [...] boubas, bonbons e, finalmente, todas as moléstias provenientes do sangue.

É importante esclarecer que o jornalismo profissional não foi uma realidade em Ipu, como não foi nem mesmo em centros urbanos, em sua maioria, como bem demonstrou Werneck Sodré. Sua atividade não se definiu como um emprego exclusivo, nem mesmo para aqueles que trabalhavam na *Typographia d'O Campo*<sup>323</sup>, muito menos para seus redatores<sup>324</sup>. Entendida como uma atividade enobrecedora, uma arte superior e como atributo de um povo “civilizado”, “progressista”, restrita aos grupos letrados, a imprensa na “terra de Iracema” se configurou como uma atividade cultural feita principalmente por bacharéis em direito (Eusébio de Sousa, Abílio Martins, Leonardo Mota, Oswaldo Araújo, Herculano José Rodrigues, Augusto Passos, Ubaldino Maciel Souto Maior, Apolônio de Barros), padres (Padre Feitosa, Aureliano Mota), professores (Leonard Martin, João da Mata Cavalcante), alguns comerciantes que cultivavam as letras (Cel. José Lourenço de Araújo, Osório Martins, Joaquim Lima, Manuel Dias Martins, Thomaz de Aquino Correia). Todos ao mesmo tempo, como vimos, eram lideranças políticas.

A folha impressa, para estes homens, muito mais do que um negócio ou um simples passatempo, era uma paixão. É ainda mais do que isso: parte deles acreditava, como Eusébio de Sousa, que a imprensa tinha um papel fundamental na formação do caráter e da moral de um povo. Tinha ela uma função de esclarecer, levar a palavra escrita a todos, lutar contra a ignorância, “se bater” pela instrução, trazer as luzes, atacar os “maus costumes”. Isso não anula o papel que teve o jornalismo em Ipu: evidenciar nas páginas dos periódicos os projetos pessoais, de grupos e de cidade.

Mas, ao contrário do que se possa pensar, a imprensa entendida como veículo do progresso, capaz de combater a ignorância, difundir conhecimentos, propagar novas ideias, não foi prerrogativa apenas da cidade de Ipu. Na assim chamada, à época, zona norte do

<sup>323</sup> Dois exemplos são os de João Mozart da Silva, que complementava sua renda trabalhando para os sistemas de correios, e Pilcomar Campos, gerente daqueles serviços na Estação Ferroviária.

<sup>324</sup> Mesmo para cidades, na mesma época, como o Rio de Janeiro e São Paulo, a atividade do jornalismo profissional não se definia como um emprego exclusivo, senão para poucos, como esclarece Heloisa Faria Cruz, em estudo citado. CRUZ, Heloisa Faria. *São Paulo em tinta e papel*. Op. cit., p. 80.

Ceará, cujas cidades mais importantes, além de Ipu, eram Sobral e Camocim, todas ligadas pela ferrovia desde os anos finais do século XIX, percebemos essa mesma construção.

Igualmente, portanto, nos anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o jornalismo teve grande desenvolvimento, também, em Camocim e Sobral. Para este último caso, D. José Tupinambá da Frota, em sua *História de Sobral*, anota o aparecimento de 120 jornais entre 1864, ano do seu nascimento, e 1940<sup>325</sup>. Embora grande parte desses periódicos tivesse vida curta, com destaque para os “pasquins”, Sobral contou com uma imprensa pujante, produzindo folhas que tiveram vida longa, com destaque para *O Sobralense* (1874-1887), *A Cidade* (1899-1907), *O Rebate* (1907-1920), *Pátria* (1910-1913), *A Lucta* (1914-1924), *A Ordem* (1916-1935), *A Imprensa* (1924-1932) e *O Correio da Semana*, este fundado em 1918, por iniciativa de D. José Tupinambá da Frota, e que circula até hoje.

Levando-se em consideração o formato e a técnica tipográfica, os jornais citados acima pouco se diferenciavam daqueles apresentados pelo *Correio do Norte*. O formato era basicamente o mesmo na maioria dessas folhas: impresso em pequenas dimensões, com quatro páginas, às vezes aumentada para 6, com a última reservada para os anúncios. Eram ainda, em sua maioria, semanários<sup>326</sup>.

No que tange ao conteúdo, há semelhanças e diferenças. Como o *Correio do Norte*, as folhas saídas em Sobral, no mesmo período, davam amplo destaque para as questões locais, para os eventos mundanos e noticiavam os acontecimentos que reuniam os representantes da, assim chamada, “melhor sociedade”, os notáveis sobralenses. Neste caso, mantinham uma coluna social, apenas com denominações diferentes. A título de exemplo, *A Lucta*, de Deolindo Barreto, e *A Imprensa*, órgão do Partido Democrata Sobralense, mantinham a coluna intitulada *Registo Social* (sic). A mesma coluna, no *A Ordem*, era intitulada *Revista Social*, no *Correio da Semana*, recebia a denominação de *Correio Social* e, no *O Rebate*, *Salão elegante*.

Elza Marinho Lustosa da Costa, em sua análise sobre a “cultura de elite de Sobral”, no período compreendido entre 1880 e 1930, anota que a imprensa era utilizada pela elite como um espaço de sua exibição e de ostentação, daí os jornais darem amplo destaque para os espaços mundanos e para os notáveis locais. Representava, ainda, um canal importante de

<sup>325</sup> FROTA, D. José Tupinambá da. *História de Sobral*. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará – IOCE, 1995.

<sup>326</sup> São exceções, *A Cidade*, que começou saindo duas vezes por semana, depois passou a ser semanário, para depois voltar a ser bissemanário, e *A Lucta*, que começou como semanário e depois passou a sair duas vezes por semana.

penetração das ideias políticas, das tendências da moda, quer dizer, do modelo cultural adotado pelas principais metrópoles do país<sup>327</sup>.

Mas, há outra singularidade da imprensa sobralense daquele tempo, também anotado pela autora citada acima: o de ser importante meio de expressão dos grupos políticos dominantes no âmbito local, com pouquíssimas exceções. Desta forma, os principais jornais estavam nas mãos de agentes do poder, usados, portanto, para defender os seus interesses. Uma exceção foi o jornal *A Lucta*, de propriedade de Deolindo Barreto, assassinado em 1924, por seus desafetos, por ter centrado fogo contra os poderosos da cidade, principalmente, contra D. José Tupinambá da Frota e o juiz e dirigente do Partido Republicano Conservador, José Saboya de Albuquerque<sup>328</sup>.

Com a existência de grupos rivais, as folhas foram bastante combativas, o que não ocorre, por exemplo, em Ipu, no mesmo período, dado a inexistência de uma oposição significativa ao grupo que controlava o poder e que mantinha o *Correio do Norte*.

Camocim, por sua vez, não ficou para trás e teve uma importante imprensa no mesmo período. Segundo Carlos Augusto Pereira dos Santos, em sua tese de doutoramento sobre o cotidiano dos trabalhadores urbanos em Camocim, de 1894 a 1941 foram editados, naquela cidade portuária, pelo menos 30 títulos, em grande parte, jornais de cunho literário, mas também aqueles de caráter noticioso ou informativo, humorístico, dentre outros, e cuja periodicidade ia desde semanários, quinzenários até mensários<sup>329</sup>.

Embora muitos desses jornais tivessem vida curta, não passando das 10 primeiras edições, outros conseguiram sobreviver por mais tempo. A proliferação das folhas em Camocim está ligada - além das condições materiais mais favoráveis, em função do seu crescimento econômico - de um lado, a existência de pelo menos dois prelos na cidade: a *Typ. Commercial de Pessoa & Cia* e as *Officinas Typographicas da Gazeta de Camocim*, bem

<sup>327</sup> DA COSTA, Elza Marinho Lustosa. *Sociabilidades e Cultura das Elites Sobralense: 1880-1930*. Fortaleza: SECULT/CE, 2011.

<sup>328</sup> Sobre a trajetória política de Deolindo Barreto Lima e do jornal *A Lucta* ver: SANTOS, Christlene Carvalho dos. *Sentimentos no sertão republicano – imprensa, conflitos e mortes: a experiência política de Deolindo Barreto (Sobral 1908-1924)*. 2005. 212 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

<sup>329</sup> SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE. 1920-1970*. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 50. Os títulos citados pelo autor são *A Malva Rosa* (1909), *O Canivete* (1910), *A Palavra* (1911), *Resedá* (1914), *O Íris*, *Anthologia*, *O Leque* (1917), *Camocim Club Jornal* (1934), todos de cunho literário e que também noticiavam; *O Tupy* (1900), *O Rubi* (1915), *O Espião*, *Folha do Litoral* (1917), *Camocim Jornal*, *Gazeta de Camocim*, *A Peia* (1921), *A Razão* (1926), *O Operário* (1927), *O Progresso* (1933), *O Imparcial* (1937) e *O Momento* (1914), todos noticiosos; aqueles apresentados como humorísticos são *O Maribondo* (1894), *O Gavião*, *O Chicote*, *Riso* (1917) e *O Bacamarte* (1920); definidos como críticos e independentes o autor cita *O Chiquerador*, *Chico Pança* (1919) e *O Maximalista* (1920); de caráter esportivo, *Brazil Sport* (1920), e como órgão do Partido Democrata de Camocim, *O Libertador* (1920).

como a proximidade com Sobral, onde a existência de várias tipografias era uma realidade naquele momento, e, de outro, a existência de grupo de intelectuais, que logo ergueram associações ligadas às letras, cujo exemplo mais significativo é o *Gabinete de Leitura Camocinense*, e que entendiam o jornalismo como uma atividade enobrecedora e capaz de difundir as luzes em meio à “barbárie”, mesmo universo intelectual e filosófico partilhado pelos homens de letras em Ipu e Sobral.

Júlio Cícero Monteiro pode ser tomado como um exemplo singular de intelectual, amante das letras, apaixonado pelo jornalismo e que confere à imprensa, feita por homens esclarecidos, um papel pedagógico desmedido, capaz de redimir um povo. Em Ipu, editou jornais, como vimos, tais como *O Paladino* e *O Ipuense* (1890), membro do *Gabinete Ipuense de Leitura* (1886) e outros grêmios. No Início do século se mudou para Camocim. Nesta cidade, foi um dos que ergueram o *Gabinete de Leitura Camocinense* (1913) e foi o fundador do jornal *A Razão*.

Sobre o formato e conteúdo desses jornais não temos muito a dizer. Ao contrário do exemplo de Sobral, poucos deles foram preservados em arquivos públicos<sup>330</sup>. Mesmo para este caso, o difícil acesso foi uma barreira que impossibilitou uma análise mais pormenorizada.

Podemos voltar ao caso do Ipu e dizer que o esforço de fazer uma pequena história mais descritiva da imprensa ipuense, desde seu nascimento, no último quartel do século XIX, até as primeiras décadas do século XX, dando amplo destaque para a *Gazeta do Sertão* e para o *Correio do Norte*, não deve parar aí. É preciso interrogar sobre a relação existente entre a imprensa e a cidade ou entre a página impressa e a sociedade, apenas sugerida acima. É hora, pois, de colocar pelo menos uma questão: que importância tem para as problemáticas que levantamos um pequeno estudo da imprensa local?

Em primeiro lugar, foi essa imprensa que deu visibilidade ao cotidiano da cidade daquele tempo. Foi ela que explicitou o fato de que os espaços públicos e privados da cidade foram objetos de construção e elaboração simbólica, que revelou o seu palco como um espaço de disputas e embates sociais.

As páginas dos periódicos revelam os projetos e disputas de um grupo restrito de atores sociais em sua busca por instituir novos espaços para a cidade, novas sociabilidades, dando visibilidade a inúmeros projetos e concepções antagônicas sobre o viver urbano, todos ligados a tentativa de imposição de uma outra cidade. As páginas dos jornais revelam anseios,

---

<sup>330</sup> Sobre isso, discorre Carlos Augusto Pereira dos Santos: “Infelizmente, poucos exemplares dos vários títulos publicados na cidade resistiram ao tempo a ponto de chegar para análise do historiador”. Idem, p. 49.

conflitos, desejos, frustrações. Revelam práticas sociais de grupos e informam intervenções diretas nos espaços físicos citadinos e nos costumes de sua população. Mostram, de um lado, as tentativas de criação de novas formas de ser, sentir e viver e, de outro, um campo de disputas entre formas de viver diferentes que entram em contraste nos espaços públicos.

Assim, pensamos a imprensa tendo por base uma perspectiva que a entende como prática social ou “como uma linguagem constitutiva do social”, discutida com mais vagar adiante. Como tal, tem uma historicidade própria que deve ser analisada e compreendida, o que buscamos fazer ao longo da pesquisa e não apenas aqui. Neste caminho, aqueles que a fundaram, davam vazão aos seus anseios e projetos.

Daí a importância capital de atentarmos para as relações estabelecidas por esta linguagem, a sociedade que lhe dava suporte e a conjuntura daquele momento. Mas, a folha impressa, onde se podem ler os projetos de um grupo para impor sua elaboração de mundo, é também o espaço onde se busca modelar formas de pensar e agir, de definir papéis sociais. Mais ainda, aqueles detentores do poder de falar, dizer, contar, usam a imprensa para generalizar suas posições, criar um pensamento hegemônico sobre suas representações sociais, espaço para convencer sobre projetos que se pretende sejam entendidos como universais e não apenas como resultado de interesses de grupos restritos. Neste sentido, para além de criar uma visão harmoniosa sobre determinados projetos, as páginas dos jornais se configuraram como espaços onde se deram embates sociais, como campos de disputas sobre os rumos a serem tomados pela cidade e a sociedade.

Aqueles que imprimiam em papéis amarelados os tipos salpicados com fortes tintas delimitavam materialmente espaços de discussões, demarcavam temas, buscavam mobilizar apoio, convencer sobre o melhor caminho a seguir, constituir adesões, formar consensos, unir forças, defender projetos. O jornal é, por excelência, pelo menos para o nosso caso, espaço privilegiado para a articulação de representações sobre a cidade, uma ferramenta importante no caminho de buscar a hegemonia, articular a compreensão de um tempo visto como transformação, como formador de memórias coletivas e individuais, como articulador de relações entre temporalidade diversas (passado, de um lado, como ponto de negação e, de outro, como exaltação; presente, como o momento da construção de uma nova era; e futuro como devir, ponto de chegada).

A imprensa local entendida aqui, pois, como prática social é ela mesma resultado da vontade de um grupo em viver o progresso e a civilização, entendida como um artefato ou equipamento de um povo culto. Tal prática foi reveladora da constituição de modos de viver e pensar, geradores de conflitos, uma vez que se traduziu como veículo a serviço de projetos

que não eram aqueles voltados para todos, embora mostrados como tais, mas apenas para uma parcela ínfima da população local. Nesse sentido, o choque entre visões de mundo diferentes foi inevitável, como analisamos nos dois últimos capítulos desta tese.

Portanto, a folha impressa se apresenta como um espaço privilegiado de formulação, discussão, articulação de ideias, concepções de mundo, de convencimento e difusão de projetos. Sua importância também se evidencia, para nós, por sua capacidade imensa de aproximar a palavra escrita da vida cotidiana da cidade. Os atores sociais são revelados em suas páginas. É por meio dela que se podem perceber mais de perto as buscas pelas transformações nos modos de vida informais, onde ganha visibilidade a luta por novos hábitos em formação e costumes urbanos.

Pelas páginas dos jornais é possível perceber a fundação e difusão dos “salões”, usos de novos espaços fechados ao ingresso dos menos abastados, projetos de cidade, disputas entre grupos, embates sociais e todo o movimento em defesa de uma nova cidade.

A imprensa também funcionou como veículo aglutinador capaz de unir pessoas e grupos em torno de valores singulares. Desta forma, não foi usada apenas para convencer todos sobre o melhor caminho que deveria tomar a cidade, mas também para unir aqueles a quem chamo de os *agentes do progresso* sobre este mesmo projeto. Por que ele era o melhor?

Mais do que isso, uma nova linguagem, a “jornalística”, nascida naquele momento, invade espaços da cidade e sua vida cotidiana.

No que se refere às instituições de sociabilidades, as páginas dos periódicos sempre reservaram ampla extensão para manifestar os novos espaços do clube e os salões *chics* que surgiam. Os fundadores de tais associações e os donos dos periódicos se confundiam, eram os mesmos. A folha impressa foi usada para fazer a demagogia destes locais, defender os seus ideais e para articular esforços em torno deles. A escrita começava a mostrar a cidade. A imprensa periódica assume, naquele momento, um papel fundamental, funcionando como apoio aglutinador e meio de visibilidade dos espaços sociais e públicos da cidade.

Mais do que noticiar, passou a ter vários atributos. Fundada e controlada por um grupo restrito de pessoas, ela era entendida como um atributo de um povo civilizado e deveria ter as funções, dentre tantas outras, de difundir novos valores alinhados com a modernidade, formar o caráter do povo, moldar seu comportamento, difundir os valores do trabalho, atacar os costumes “bárbaros”.

Os homens que escreviam no *Correio do Norte* compartilhavam de um sentimento de pertencimento aos valores ligados ao progresso e à civilização. Usavam as suas páginas para difundi-los, criar um ambiente favorável para a aceitação dessas novas ideias. Mais do que

isso, tomaram para si a responsabilidade de ser missionários de uma nova era, de apontar para a cidade um caminho a ser seguido. Os espaços da cidade, o comportamento de sua população, suas tradições e valores foram interpretados tendo por base uma lente filtrada pelos valores que se defendia. Neste sentido, a folha impressa passou a ser o local, por excelência, de discussão sobre os rumos que deveria tomar a *urbs*. Ela passou a difundir conceitos e práticas identificados com o progresso.

Foram os homens que fundaram os jornais, nos primeiros anos do século XX, que tomaram para si a responsabilidade de erguer uma nova cidade, difundir o que acreditavam ser novos valores, educar a sua população segundo os preceitos da “boa moral” e conduta, que buscaram nos espaços da cidade os signos ligados à “civilização” e, em caso de sua não existência, moldá-los segundo a imagem que se tinha deles. Neste último caso, defenderam a mudança da aparência de um conjunto de equipamentos (prédios, calçadas, ruas), bem como a construção de outros, segundo uma nova estética e lutaram para dar forma aos hábitos de sua população.

É na página impressa que se visualiza todo esse movimento. É nela que seus redatores apropriam-se das imagens do progresso e buscam projetá-las para a população, numa tentativa que se encaminha em pelo menos dois sentidos: em primeiro lugar, convencer e criar uma aceitação dos valores que se defendiam; em segundo lugar, convencer que para a cidade ser considerada avançada devia-se destruir o seu “atraso”, associado a todos os valores de uma realidade voltada para o passado. Assim, se de um lado, os jornais locais buscaram as cores vivas ligadas ao progresso e a modernidade, os sinais identificados a tais valores, foi também o local para se reclamar da sua ausência e defender a extirpação dos obstáculos que o impediam. Neste sentido, a contradição é evidente: falaremos disso no último capítulo.

No que se refere às sociabilidades, ao dar amplo destaque aos espaços associativos, ainda que restritos a um pequeno grupo de pessoas, não se pode descartar a ideia de que se buscava difundir princípios de civilidade no seio da população. Essa exposição visava servir como exemplo ou parâmetro, para todos, de valores e hábitos a serem seguidos. Ao mesmo tempo, pretendia reforçar, no seio daqueles que frequentavam as *soirées* e *saraus chics*, os valores ligados ao convívio de relações tidas como civilizadas e uma mesma visão ou representação de mundo. E isso parecia se dar ao mesmo tempo em que se criava uma imagem negativa dos espaços de diversão da população mais humilde. O contraste entre uma civilidade tida como superior e identificada aos valores da “civilização”, próprias dos espaços do clube, e outra, ligada aos grupos populares, e levada a cabo tendo por base suas tradições, quase sempre tematizadas como negativas, estava presente nas páginas do jornal. Os choques

provocados pelo contraste parecia ser uma estratégia levada a cabo pelos redatores dos periódicos no sentido de convencer a população a se decidir pelo que se considerava superior. Funcionava como uma pedagogia.

Noticiar sobre os espaços de sociabilidade entendidos como civilizados era, portanto, uma maneira de dar visibilidade às novas formas de convivência e ser um contraponto aos costumes que se queria combater. Visava divulgar o que se queria e criar uma espécie de simpatia para com ele. Era também uma estratégia usada, cujo objetivo era educar, polir a população no que se refere aos valores defendidos. O jornal, por exemplo, dá amplo espaço para instruir seus leitores sobre as regras de conduta e de etiqueta, não apenas diretamente como fez em sua seção de “utilidades: elementos de civilidade”, discutida no sexto capítulo.

O jornal era pensado e usado também como um poderoso instrumento para a construção de uma autoimagem de seus redatores, sempre apresentados e representados como homens cultos (o diploma era entendido como uma prova disso), civilizados, modernos. Neste sentido, as imagens eram eivadas de valores e qualidades superiores. Como tais, construía-se a noção de que aqueles que escreviam na imprensa local eram os mais indicados para apontar sobre o melhor caminho a ser tomado pela cidade.

Desta forma, se de um lado, os redatores do *Correio do Norte* tomam para si a ação missionária de apontar sobre o futuro da cidade ou a responsabilidade de ser guia da sociedade em seu caminho, escolhendo a melhor estrada a seguir, por outro lado, tentam convencer de que eles eram as pessoas mais indicadas, porque qualificadas, para isso.

## 4.2 História e imprensa

Acreditamos ser importante esclarecer sobre a perspectiva que adotamos nesta ligação entre imprensa e cidade, o que nos leva para o caminho da relação nem sempre tranquila entre história e imprensa, no desenvolvimento da historiografia brasileira até os anos mais recentes.

O primeiro ponto a ser destacado, diz respeito à desconfiança, hoje superada, quando ao uso da imprensa como fonte histórica. Como anota Tania Regina Luca<sup>331</sup>, em trabalho que nos serviu de base para essa discussão e de indicação de leituras, até a década de 1970, ainda era relativamente restrito o uso de jornais e revistas como fontes históricas. Já se fazia uma história da imprensa, mas se relutava em fazer uma história “por meio da imprensa”. A autora arrola uma série de fatores que explicariam este fato: o mais importante refere-se ao peso de

---

<sup>331</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

uma tradição historiográfica, dominante no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, numa postura neutra, objetiva, de distanciamento do pesquisador em relação ao seu objeto de pesquisa. Para a reconstrução do fato histórico, o pesquisador teria que se valer de fontes que permitissem a objetividade, a neutralidade, fidedignidade e credibilidade.

Na hierarquia qualitativa estabelecida entre as fontes, o jornal aparecia como inadequado, ou pouco adequado, ao especialista na sua busca por atingir a verdade do passado, por conter registros fragmentados de um determinado tempo, por ter sido escrito envolvendo interesses, compromissos e paixões dos atores sociais.

Ainda segundo Tania Regina Luca, a crítica a essa concepção feita pela Escola dos *Annales*, já na década de 1930, não teria implicado, logo, no reconhecimento das potencialidades da imprensa. Esta teria continuado relegada ao ostracismo.

No entanto, já em fins da década de 1960 e mais ainda na década de 1970, no Brasil, inúmeras pesquisas que tomaram a imprensa como objeto de estudos, seja para fazer uma história da imprensa ou uma história por meio da imprensa, foram levadas a cabo, contribuindo lentamente para uma mudança de postura em relação a esta fonte, abandonando a prática comum, até então dominante, de recorrer ao jornal apenas para confirmar análises apoiadas em outros tipos de documentação<sup>332</sup>. Muito contribuíram para isso os estudos da chamada história social, especialmente aqueles sobre a formação do movimento operário, que avançaram no uso metodológico da imprensa.

Servem de referências sempre importantes aos estudos posteriores, trabalhos clássicos sobre a história da imprensa no Brasil, inovadores em muitos pontos e que chamaram atenção para o uso da imprensa como fonte privilegiada, além de apresentarem caminhos metodológicos para a sua utilização. Aqui me refiro especialmente aos trabalhos de Juarez Bahia, *Jornal, história e técnica*<sup>333</sup>, e de Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*<sup>334</sup>. Estes autores analisam a imprensa no Brasil desde a sua fundação, em 1808, até o momento em que publicavam suas obras, no limiar da ditadura militar. Não apenas fazem uma história descritiva dos diversos jornais que surgiram, mas também estabelecem uma estreita relação entre imprensa e contexto histórico.

---

<sup>332</sup> CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

<sup>333</sup> BAHIA, Benedito Juarez. *História, jornal e técnica*. Op. cit.

<sup>334</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Op. cit.

Neste sentido, Werneck Sodré é ainda mais enfático. É essa relação, a meu ver, o grande mérito de sua obra, pouco destacada pela historiografia. O seu livro não se resume a apenas uma história da imprensa, mas é também, em certa medida, uma História do Brasil com base na imprensa. Mostra o autor, por exemplo, como o desenvolvimento e diversificação da imprensa no Brasil estão condicionados às transformações e características históricas de cada momento. É assim que ela surge em 1808, com a chegada da família real portuguesa e as transformações sociais e econômicas engendradas, que avança enormemente nos primeiros anos da independência, com as liberdades conquistadas, que se retrai nos momentos de censura e perseguição aos redatores, quando há uma centralização maior do poder, que se transforma nos fins do século XIX, momento de transição de uma imprensa artesanal para uma imprensa empresarial, nos moldes capitalistas, quando o Brasil se insere nesta ordem mundial, para desembocar numa imprensa que perde sua função social, ao estar a serviço do imperialismo internacional e aos ditames do capital, crítica bem de acordo com o seu referencial teórico, sabidamente marxista.

Creio que foi essa relação estabelecida entre história e imprensa, bem como as questões metodológicas que indica para a sua discussão, que o livro clássico de Werneck Sodré influenciou os estudos posteriores e serve-nos de baliza aqui.

No caminho da valorização da imprensa como fonte histórica privilegiada, os estudos sobre a formação da classe operária e sua relação com a cidade, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, entre os anos finais do século XIX e os anos iniciais do século XX, deram uma contribuição inestimável. O marco destes estudos são as décadas de 1970 e 1980 e cujo prestígio era ainda forte até recentemente. Agora não se trata de fazer uma história da imprensa, mas de escrever a história do movimento operário com base nos próprios jornais operários, o que permite um contraponto à chamada “imprensa burguesa”, “empresarial” ou “grande imprensa”. Estes estudos puderam desvendar as formas de organização dos trabalhadores, a composição do operariado, suas condições de vida e trabalho, a resistência à ordem estabelecida, relação com os patrões e poderes estabelecidos, doutrinas sociais mais influentes e uma infindável gama de questões. O perfil dessa “pequena imprensa” operária foi traçado por Maria Nazareth Ferreira, em dois de seus trabalhos: folhas sem periodicidade e sem número de páginas fixas, feitas por amadores, militantes ou por gráficos, redigidas frequentemente em línguas estrangeiras, italiano principalmente, impressas em pequenas

oficinas, sem o uso de publicidade, que fazia a propaganda operária e difundiam ideais e doutrinas sociais<sup>335</sup>.

Para além das inúmeras perspectivas e questões levantadas pela historiografia do movimento operário, como vemos discutindo, parece unânime a ideia de que a história da classe operária, em sua formação, está escrita na sua imprensa, bastante rica nos primeiros momentos da industrialização e urbanização do Brasil, sobretudo no Distrito Federal e, mais ainda, em São Paulo. Para Maria Nazareth Ferreira, nos estudos já citados, e Boris Fausto<sup>336</sup>, por exemplo, a história da imprensa operária se confunde com a história do movimento dos trabalhadores.

Desde então, os jornais operários tem sido visitados para responder questões novas, até então não levantadas. Uma delas, por exemplo, diz respeito ao estudo de Foot Hardman, “Nem pátria, nem patrão”<sup>337</sup>, em que, por meio de periódicos produzidos pela classe operária, analisa a “política cultural” anarquista no Brasil, nos primórdios da formação do movimento operário, com base na dicotomia entre o discurso anarquista e o discurso da ideologia dominante. Neste trabalho, busca entender as diferenças entre as identidades e dimensões de classe construídas, de um lado, pelas lideranças anarquistas e, de outro, pelo próprio movimento dos trabalhadores, tomando o cuidado para não eleger a representação edificada por suas lideranças, uma espécie de vanguarda do movimento, como a própria representação do movimento. Os estudos sobre cultura operária realizados por Paul Thompson, Eric Hobsbawm, Michelle Perrot, dentre outros, muito influenciam Foot Hardman.

Com o avanço dos próprios estudos historiográficos e a sua renovação teórica e metodológica, na esteira, sobretudo da terceira fase da Escola dos *Annales*, já devidamente estudados por outros autores<sup>338</sup>, abrindo espaço para novos objetos de pesquisa e um novo conceito de fonte. De um lado, novas problemáticas renovaram os estudos sobre a classe operária, tendo na imprensa uma fonte privilegiada. Questões de gênero, etnia, raça, modos de vida, experiência, cultura, práticas políticas cotidianas, formas de lazer e sociabilidade, produção teatral e literária, passaram a ser estudadas<sup>339</sup>. De outro lado, com a chamada

<sup>335</sup> FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil (1880-1920)*. São Paulo: Editora Vozes, 1978, e FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1988 (Série Princípios).

<sup>336</sup> FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1986.

<sup>337</sup> HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>338</sup> Há uma literatura bastante extensa que trata da renovação dos estudos históricos a partir do surgimento da Escola dos *Annales*. Para uma discussão introdutória, cito apenas duas obras: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997; REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em História*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

<sup>339</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. Op. cit.

História Cultural, com a renovação do conceito de cultura, de base antropológica, e a quebra da dicotomia entre o que é real e irreal, colocou-se em xeque a noção de objetividade e neutralidade do conhecimento histórico e reconhecendo a imprensa como monumento, como os demais documentos, e que remete ao campo das subjetividades e intencionalidades<sup>340</sup>, a imprensa passou cada vez mais a ser utilizada pelos historiadores para dar conta de objetos e questões amplas. Qualquer tentativa de dar conta da infinidade de estudos que tem a imprensa como fonte privilegiada, desde então, será um malogro. Tarefa que não nos propomos a seguir.

O que nos interessa, no entanto, é que os estudos históricos, em sua renovação, que tomam a imprensa como fonte privilegiada, servem de indicações importantes e não podem ser descartados. Os trabalhos de Juarez Bahia e Nelson Werneck Sobré já indicavam caminhos metodológicos que o pesquisador deveria seguir para dar conta de uma fonte tão importante e singular, atentando para as questões materiais (forma, periodicidade, recepção, tiragem), seu caráter ideológico (político) e as condições política e econômica de seu aparecimento e desenvolvimento, bem como a estreita relação que deve existir entre a folha imprensa e o contexto histórico.

Outras questões fundamentais e que indicam caminhos importantes a seguir, com base na relação entre história e imprensa, foram indicadas por uma tradição historiográfica que toma a classe operária como objeto de análise e que entende o jornal não apenas como fonte de informação importante, mas como veículo que permite desvendar um mundo, com suas representações e lutas.

Se o estudo que empreendemos se aproxima dessa historiografia, por estabelecer essa estreita relação entre história e imprensa e por aceitar alguns caminhos metodológicos que indicam, se distancia deles em muitos pontos. Não tivemos a pretensão de fazer uma história da imprensa de Ipu, simplesmente, embora isso seja importante, mas estabelecer a relação existente entre imprensa e cidade. Igualmente, não tomamos a imprensa como fonte de informação, embora em alguns momentos tenhamos extraído isso dela, mas como veículo indispensável, em nosso caso, para o exame da construção representativa de uma realidade buscada, de uma cidade, que não é objetiva, nem neutra, mas revela as paixões e interesses sempre latentes de seus redatores.

Também não é suficiente, para o nosso estudo, estabelecer a linha ideológica e política dos jornais que estamos estudando, como faz Vavy Pacheco Borges, em estudo sobre a

---

<sup>340</sup> CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha Peixoto. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: *Projeto Historia*. São Paulo, nº 35, p. 252-272, dez. 2007.

relação entre a figura de Getúlio Vargas e a oligarquia paulista, com base em três jornais de cunho político em São Paulo, entre 1926 e 1932, e na qual defende a tese de que, embora em luta política, pelo controle do poder, os três órgãos da imprensa paulista e seus representantes não divergiam no campo ideológico<sup>341</sup>, nem não só estar atento às questões de ordem econômica, política e materiais presentes nessa imprensa, embora, sem dúvida, tais questões sejam importantes.

Entendemos a imprensa, ainda, não como mero registro dos fatos, mas como faz Robert Darnton, como ingrediente decisivo dos acontecimentos, pensando a sua inserção histórica<sup>342</sup>.

É preciso, pois, enfrentar a historicidade da imprensa e problematizar, como defende Heloisa Faria da Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto<sup>343</sup>, suas articulações com o movimento geral. Desta forma, estivemos atentos para a relação sempre estreita entre a imprensa, o seu surgimento e as lutas sociais e simbólicas no interior da qual se constituiu e atuou. A imprensa não lega testemunhos neutros e objetivos, é, ao contrário, um suporte de práticas sociais e, portanto, fala de um lugar social e de um determinado tempo, revela intencionalidades históricas.

A imprensa é entendida por nós dentro da perspectiva que a considera como uma linguagem construtiva do social, ou como uma prática constituída da realidade social<sup>344</sup> “que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando a instituição do social que esta relação propõe<sup>345</sup>.

Raymond Williams, em artigo sobre a emergência de uma imprensa popular na primeira metade do século XIX na Inglaterra, já condenava a perspectiva de considerar a imprensa um campo isolado, com referências a si mesma, comum nas abordagens entre os historiadores, cientistas sociais e estudiosos da comunicação, e que não procede às necessárias ligações entre a imprensa e outras formas de comunicação ou com a sociedade. O artigo de Raymond Williams, que nos apresenta indicações fundamentais para a pesquisa com material impresso, é mais importante pelas indicações metodológicas do que por suas conclusões

---

<sup>341</sup> BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista. História de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia: 1926-1932*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

<sup>342</sup> DARNTON, Robert. Introdução. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). *Revolução Imprensa, 1775-1800*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1996.

<sup>343</sup> CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha Peixoto. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Op. cit., p. 259.

<sup>344</sup> MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa, et al. (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Editora Olho d'água, 2000, p. 14-40.

<sup>345</sup> CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha Peixoto CRUZ. Op. cit., p. 260.

quanto ao crescimento e transformação da imprensa popular na Inglaterra da primeira metade do século XIX, como a necessária articulação entre imprensa, crescimento urbano industrial, sua articulação e comparação ao formato e características com outras formas de escrita, outros periódicos e materiais impressos, edição e leitura, bem como com o teatro popular, com a escolarização e suas relações com o mercado, impondo, gradativamente, a capitalização dos periódicos.

Devemos reconhecer a nossa dívida com a perspectiva adotada por Heloisa Faria Cruz, em sua tese de doutoramento<sup>346</sup>. Em *São Paulo em Papel e Tinha*, a autora inova ao eleger a pequena imprensa como fonte privilegiada para refletir sobre as relações entre cultura letrada, periodismo e cultura urbana na cidade de São Paulo dos últimos momentos do século XIX e anos iniciais do século XX, momento em que a cidade deixava seu ar provinciano e adquiria ares de metrópole cosmopolita, na esteira das transformações da modernidade. Para ela, é nesse conjunto variado de publicações que a cultura letrada tecia estreitas relações entre projetos e discursos sobre, para e pela cidade. Essas folhas davam visibilidade a inúmeros projetos e concepções sobre o viver urbano e sugeriam, para a autora, um percurso pelo qual a cultura letrada avançava sobre terrenos sociais anteriormente alheios ao seu processo de constituição/instituição (setores médios e populares), bem como desenhavam um campo dinâmico da disputa cultural (entre classe dominante, literatos, trabalhadores, etc).

A autora entende a imprensa como prática social e como instituidora de modos de viver e pensar. Foi, pois, essa perspectiva que adotamos aqui.

---

<sup>346</sup> CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em tinta e papel*. Op. cit.

## CAPÍTULO 5

### IMAGENS REFLETIDAS: A PROSTITUTA E A MULHER IDEAL OU AS MANCHAS NO RETRATO

Nos capítulos precedentes nos detivemos em analisar a construção do discurso do progresso e da modernidade, em apresentar o perfil daqueles que o levou a cabo, bem como examinar os espaços sociais fundados pelos agentes do progresso, cujo objetivo era dar vazão aos seus anseios civilizatórios. Agora é hora de darmos um primeiro “passeio” pelas ruas da cidade nas primeiras décadas do século XX e olhar mais de perto o seu cotidiano, mostrar as imagens refletidas pelo espelho.

É importante esclarecer que o cotidiano da cidade nos foi mostrado pelas classes abastadas do período, por meio das folhas impressas na *Typographia d’O Campo*, de sua propriedade. Assim, está fixada, com fortes tintas, nas páginas dos periódicos, a representação de uma cidade objeto de construção e que tenta desqualificar ou “qualificar” os “grupos subalternos”, as “classes populares”, sempre de forma negativa e como um empecilho aos seus sonhos, desejos e projetos.

Por outro lado, é possível ler, visualizar e interpretar nas entrelinhas dos artigos publicados nos periódicos, outra cidade (ou outras cidades), diferente daquela mostrada no discurso, e que era o reverso da *urbs* do progresso ou sua imagem refletida ou refratada. Buscando fugir das imagens estereotipadas sobre a “cidade real”, podemos, assim, visualizar o seu cotidiano e os conflitos que foram gerados entre grupos antagônicos em seus interesses e práticas culturais. Os conflitos que buscamos analisar, dentre tantos outros que tiveram o palco citadino como cenário, são aqueles gerados em função da tentativa de impor um projeto de construção simbólica de outro espaço, objeto de desejo de e para um grupo, e de imposição sobre uma “realidade concreta”, isto é, o chão de seus habitantes diversos, onde circulavam as classes menos abastadas.

Em nossa análise damos destaque, pois as fontes nos permitem fazer isso, à prostituição no município, representada como uma nódoa que manchava a imagem da cidade buscada, moderna, portanto.

Já analisamos que se passou da construção simbólica do progresso para caracterizar a *urbs* no limiar do século XX para práticas de intervenção em seus espaços que caminham no sentido de dotá-la de seus signos materiais. O objetivo era, em parte, revelar uma imagem desejada ou representada no discurso. Mesmo que o discurso quisesse convencer de que a cidade já era dotada de uma boa quantidade de signos materiais do progresso e da

modernidade, o que, em parte, a qualificava desta forma, havia um problema a ser resolvido. A ideia de progresso e modernidade não se liga apenas a sua vertente material, mas tem um aspecto espiritual, ligada aos costumes. Se, para os grupos abastadas, os costumes “rudes” estavam sendo deixados para trás, com base na constituição de novas sociabilidades associadas com “o novo”, se tornava difícil defender que a cidade, como um todo, e seus habitantes eram progressistas.

Surgiam então vários problemas: é assim que a prostituição no município passa a ser visualizada. Ela só aparece como objeto de reflexão precisamente naquele momento e, portanto, como alvo de controle. Nunca é tematizada como o lado oposto do crescimento econômico ou, no discurso, como a imagem invertida, indesejada (ou desejada) ou inevitável do progresso.

### 5.1 Amor Venal

Até os anos finais do século XIX quase não se encontra registros que deem conta da personagem prostituta na cidade de Ipu. A partir de então, mais ainda na década de 1920, ela passa a ser citada, explicitamente, nos periódicos. Mas isso não quer dizer que a “mulher pública” não estivesse presente nos espaços da cidade. Eusébio de Sousa, por exemplo, cita o caso de uma ex-escrava, de nome Luzia Gonçala Maria Rosa da Conceição, vulgo Luzia Torquez, que em sua juventude tornou-se uma “marafona”, exercendo sua profissão e ganhando a vida vendendo o seu corpo. Idosa, o autor traça um perfil dela como figura curiosa, um “typo popular” que perambulava pelas ruas da cidade no limiar do século XX. Diz,

*Luzia Torquez*, ninguém, no Ipú, ignorará que vae tratar o chronista dessa marafona que perambula pelas ruas da cidade, aos apuros do molecorio, em continuas descomponendas que bem attestam a sua degenerescencia, tornando-a um typo da rua, popular.

Mais adiante, anota:

É digna dos estudos dos psychiatras modernos e Kroepellin, o conhecido autor da syntese psychiatrica da demencia precoce, encontraria em sua pessoa motivos para confirmar um dos typos clinicos que elle admite, no dizer de Afranio Peixoto, na etyopagenia<sup>347</sup>.

---

<sup>347</sup> SOUSA, Eusébio. Um pouco de historia (Chronica do Ipú). In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XXX, Ano XXX, 1916, p. 249-278, p. 34-35.

Antes, a “marafona” não encontrava espaços nas discussões, nas imagens de revistas e nos artigos de jornais. A questão é que a sua presença, a partir de um determinado momento, começou a incomodar mais. Ela foi tematizada pelos homens abastados e ligados ao poder local que, logo, passaram a usar a força policial, sob seu comando, para controlá-la.

Se antes a prostituição nunca foi elevada a condição de problema, em Ipu, pelo menos não encontramos muitos documentos que deem visibilidade a ela no século XIX, o que não significa dizer que não existia, agora ela passa a ser tematizada porque entendida como uma mancha numa imagem de cidade que se quer construir e fundar. A prostituta e a prostituição são sempre entendidas como os outros de uma cidade moderna. A mulher de “vida fácil” é visualizada como uma figura que “depõe contra os nossos valores de foros de civilizados”.

É da vontade de querer viver de outra forma e da ideia de fundar uma cidade do progresso e da modernidade, que a prostituta e a prostituição, como outras práticas ligadas aos grupos menos abastados do município, que os agentes do progresso empreendem uma verdadeira cruzada por sua extirpação dos espaços mais públicos da cidade e por seu controle e vigilância, na impossibilidade de sua extinção, jogando-a para fora dos muros da “*urbs* desejada”.

A questão é que as prostitutas resistiram fortemente às tentativas de controle e lutaram para continuar usando os espaços da cidade e contra os estigmas que as associavam a vagabundagem, a ociosidade, ao vício, à imundície, à depravação moral.

É da busca do controle que surge, em parte, o cabaré mais famoso já erguido em Ipu naquele tempo, no hoje bairro da Caixa D’água, na época, praticamente desabitado, e longe da área central. De fato, após a ferrovia e o posterior aumento da população e de circulação de mercadorias e capitais, os documentos sugerem que o número de meretrizes que circulavam pelos logradouros mais movimentados da cidade aumentou. Ipu teria passado, por isso, a atrair um número significativo delas das áreas circunvizinhas, que vinham se juntar as já existentes no lugar.

Alguns relatos mostram que boa parte das meretrizes, que vendiam seus corpos, se exibindo na Praça da Estação e no Mercado Público, os pontos mais movimentados da cidade, vinha de outras localidades como no relato de João Mozart da Silva, que viveu na época, trabalhou como tipógrafo na *Typographia d’O Campo* e na Estação Ferroviária:

Era ali que moravam as prostitutas, as “mulheres de vida fácil”, no tempo em que a cidadezinha, atrasada e sem vida, oferecia oportunidades para que os

homens casados tivessem momentos de amor fora de casa. Esses tetos, entretanto, estavam sempre superlotados, porque recebiam visitas de outras “quengas”, que vinham dos municípios vizinhos, e até mesmo de outros Estados, para ganhar dinheiro dos ipuenses<sup>348</sup>.

O local onde moravam as prostitutas, segundo o autor da citação acima, era chamado por seus frequentadores de Beco do Progresso. Desta forma, se para os abastados os espaços da prostituição eram identificados com o mundo incivilizado, à barbárie, para os menos favorecidos, era o próprio espaço do progresso. Mais do que uma ironia, este fato revela as representações conflitantes dos diversos atores sociais. A própria palavra beco pode significar mais do que o local estreito onde residiam as meretrizes e ser associado ao órgão sexual feminino, que proporciona o prazer.

O local ficava numa rua de onde se podia ver, de uma de suas esquinas, a Igreja Matriz, no Quadro da Igrejinha, bairro mais nobre da cidade e onde residia o “escól social”, como se dizia na época, as famílias mais abastadas do lugar. Da outra esquina, avistava-se o mercado público, bem no centro comercial da cidade. Em sua volta, também moravam os mais abastados. De uma ponta a outra, do lado esquerdo de quem olha para a Igrejinha, o Beco do Progresso era composto por quinze quartos, muitos dos quais habitados por prostitutas e usados, nas noites escuras, para a prática do sexo. Na mesma calçada, do lado direito, ficava o prédio das Escolas Reunidas, um dos poucos estabelecimentos de ensino formal existentes na cidade, onde estudavam os filhos das classes privilegiadas. Para ingressar em suas salas havia um exame de admissão.

Era, ainda segundo o relato de Mozart, um local muito frequentado, onde “ocorriam desordens, havia embriagados e arruaceiros procurando briga”. Mas, ao contrário do que se possa pensar, também era procurado pelos “jovens da sociedade”, que também, vez por outra, se envolviam em brigas<sup>349</sup>.

Logo as meretrizes deixaram aquele local e foram se estabelecer na Rua da Mangueira, um arrabalde até então praticamente deserto e que só foi apelidado assim quando parte das prostitutas foram se estabelecer lá. Mozart não discorre sobre esta mudança, anotando apenas que “com o passar do tempo, as mariposas deixaram o centro. Até recentemente, as mulheres que vendiam (ou alugavam) seus corpos na cidade de Ipu estavam localizadas na Rua da Mangueira<sup>350</sup>.

<sup>348</sup> SILVA, João Mozart da. *Ipu do Meu Xodó*. Op. cit., p. 99.

<sup>349</sup> Idem, p. 100.

<sup>350</sup> Id. Ibidem, p. 100.

Por que “as mariposas” deixaram o centro, bem próximo de sua freguesia e foram se estabelecer em um local distante, no meio do matagal, relativamente longe de tudo e de todos?

João Mozart da Silva não esclarece sobre essa mudança. Em seu livro de memórias a narrativa é construída de forma a não dar visibilidade aos embates. Ele, como outros memorialistas, sempre descrevem o passado, em nosso caso o cabaré, como espaços destituídos de conflitos. Dão a entender que o cabaré e a prostituição, nos anos iniciais do século XX, eram tolerados sem combate. Bem ao estilo de uma história escrita sobre a cidade e que se fundou naquele momento, levadas a cabo por bacharéis em direito (Herculano José Rodrigues, Eusébio de Sousa, Augusto Passos) e por “memorialistas”, o seu relato não dar vazão às lutas.

Mas a questão que mais nos interessa, inicialmente, é saber por que as meretrizes saíram do centro da cidade e a constituição de uma nova geografia do prazer. Na década de 1920 elas já estão estabelecidas na chamada Rua da Mangueira. Foi ali erguido o primeiro “cabaré” da cidade e que perdurou até o final da década de 1980, quando suas últimas casinhas foram destruídas. Na administração de Francisco Eufrásio Mororó (1982-1988), os últimos focos do antigo cabaré foram totalmente destruídos. A cidade cresceu e “engoliu-o”, não obstante, funcionou precariamente até os primeiros anos da década de 80 do século XX. As práticas meretrícias se deslocaram para outras áreas da cidade, sobretudo para suas periferias. A antiga Rua da Mangueira é hoje uma das áreas nobres de Ipu e faz parte do atual bairro da Caixa D’água.

Ao contrário do que possa parecer, passou a ser muito frequentado, buscado não apenas pelos ipuenses. Atraía muita gente das cidades vizinhas e que fez a fama de Ipu como um local da prostituição, um contraponto à ideia defendida pelos agentes do progresso e da modernidade como “cidade intelectual”, no dizer de Francisco Magalhães Martins, fama consolidada, segundo este autor, nos primeiros 15 anos do século XX, em função de conviverem ali “naquele pequeno burgo cearense (...) homens de espírito, amantes das letras e das artes”. Tais homens formaram, segundo ele

uma plêiade tão seleta quão heterogênea, e a um tempo irrequieta e brilhante. Júlio Cícero Monteiro, Teles Souza, Tomás Correia, Abílio Martins, Eusébio de Sousa, Souto Maior, Leonard Martin, Chagas Pinto, Leota e muitos outros deram ao Ipu fama de cidade intelectual, fama consolidada nos primeiros 15 anos deste século<sup>351</sup>.

---

<sup>351</sup> MARTINS, Francisco Magalhães. *Ídolos, Heróis e Amigos. Ensaios e Críticos*. Op. cit., p. 53.

O meretrício foi erguido também bem próximo ao “Curral do Açougue do Matadouro”, onde eram abatidos os animais que abastecia a cidade de carne e ficava um de seus açougues. O Matadouro era composto por quatro currais em quadro. Se de manhã se ia aquele local para a compra diária da ração, ir ao Curral do Açougue, à noite, tinha o significado da compra e da prática do sexo. A carne comercializada era outra. Diariamente acorriam para aquelas bandas, quando o “sol caia”, viajantes, feirantes, homens casados e rapazes sempre prontos e dispostos a mostrar e gastar os seus vigores.

É ainda ao relato de João Mozart da Silva que recorreremos. Segundo ele, o meretrício era composto por “oito casinhas, rebocadas e caiadas, cobertas com telhas”. E era ali “na zona do meretrício, do raparigal, da devassidão, na claridade da lamparina a querosene, que a rapaziada da época tinha, muito provavelmente, sua primeira experiência sexual”. Segundo ainda nos informa:

Cada um dos rapazes da época possuía sua lanterna a pilha. Todas as noites, infalivelmente, saíamos do bilhar e padaria do Zé Padeiro, que ficava vizinho da alfaiataria do Lopes, e próximo à farmácia do Edgard, no rumo do que se chamava “zona”. Era uma esticada direta, subindo até chegar ao batente da primeira casa. A ronda era geral, principalmente nas terças e sexta-feiras, os dias dos trens que procediam de Camocim, chegando à Estação de Ipu às quatro da tarde<sup>352</sup>.

O relato de “nosso informante” é importante não apenas pelo fato de ele ter vivido naqueles anos, mas por ter sido também um dos frequentadores noturnos do “Curral do Açougue” e por revelar aspectos interessantes desse “submundo”, amplamente negligenciado pela historiografia tradicional, ainda que deixe em suspense os conflitos.

Reforça a ideia de que era frequente se encontrar no cabaré, prostitutas de outras localidades, muitas delas bonitas, “de primeira qualidade”. Quando isso ocorria, havia uma disputa entre os frequentadores daquelas casinhas caiadas, para saber quem seria primeiro a “cortar a proa”, se deliciar com as novidades e sair do jejum do “pão-com-manteiga”.

Costumeiramente chegavam mulheres desconhecidas, dispostas a disputar com as raparigas locais a primazia de ficar com os homens do lugar e ter um bom faturamento. Quase sempre surgiam bonitas mulheres, que nós classificávamos como de primeira qualidade, verdadeiras “gatas” do sexo. Ali mesmo no desembarque, muitos já escolhiam com quem iria estar logo que a noite caísse. Alguns, que não gostavam de “pão-com-manteiga”, tomavam a dianteira, “cortavam a proa” dos demais, “atacando o barco”

---

<sup>352</sup> SILVA, João Mozart. *Ipu do meu xodó*. Op. cit., p. 101.

mais cedo na Rua da Mangueira, partindo do princípio de que “a vida é curta e o mundo bem pequeno”<sup>353</sup>.

O surgimento do meretrício na Rua da Mangueira é fruto, em parte, do controle e da repressão da qual foram alvos as prostitutas. Boa parte delas passou a ter uma ficha na polícia. Essa era uma condição de possibilidade para o exercício de sua profissão, apenas aceita quando realizada longe dos olhos “da sociedade”. Em sua ficha eram anotadas as características físicas e o local de sua procedência. Aquelas que fossem flagradas exercendo sua profissão pelas ruas da cidade, eram recolhidas à prisão e não raras vezes, em sua reincidência, eram expulsas da cidade. Foram igualmente fixados horários para suas compras e estabelecimentos comerciais, onde poderiam comprar suas mercadorias. A não obediência a essas regras era punida com uma possível prisão ou outra represaria.

O jornal *O Barbicacho* - que tinha como programa ser um órgão “defensor dos bons costumes” e como redator-chefe J. Parfuncio -, de 15 de fevereiro de 1920, elogia o delegado de polícia local pela atitude de ter retirado do mercado público as prostitutas que circulavam livremente:

Muito temos louvado o gesto do digno Te. Pinheiro fazendo retirar as cotrovias do nosso mercado, pois aquillo constituia o que ha de mais vergonhoso para a terra.

Acreditamos, porem, que o distincto official não está informado que na Estação a frequencia d’ellas na hora de chagada e partida do trem é ainda maior do que no mercado.

Muitas vezes ellas sem conhecerem o lugar que merecem vem colocar se juncto as familias que alli esperam a alguem.

Se o illustre official achar que temos razão ahi fica a informação<sup>354</sup>.

Eram o Mercado Público e a Praça da Estação os locais mais movimentados daquele tempo, os pontos mais usados pelas prostitutas para oferecer os seus serviços e buscar sua clientela. Mas, a partir de um determinado momento a sua exposição, que parece ter se tornado frequente, como sugerem as inúmeras reclamações nos periódicos, passou a incomodar as “familias ilustres do logar”. Por que incomodavam?

O *Correio* também parabeniza o delegado pela atitude, pondo um fim às “immoralidades” praticadas pelas prostitutas no mercado público. Este jornal vai mais longe ao defender que o delegado é digno de aplausos de todos os ipuenses, por ter extinguido um

<sup>353</sup> Idem, p. 101.

<sup>354</sup> Quota da Semana. *O Barbicacho*. Ipu, p. 1, 15 fev. 1920.

“foco de imundicies que constituia uma nodoa para a nossa civilização e até um insulto á nossa dignidade”<sup>355</sup>.

Segundo o citado jornal, aquela foi uma das mais acertadas medidas policiais, dentro outras, que tem tomado o delegado,

pois em breve familias não poderiam, sequer, fazer suas compras porque nos portões do mercado publico permaneciam grupos de meretrizes a exhibirem os mais indecentes admanes [sic] a proferirem desubradamente immoralidades sem o menor respeito ao publico<sup>356</sup>.

O *Correio do Norte*, como órgão defensor do progresso e dos bons costumes, guardião da moral e veículo do poder local, via na prostituição e na circulação das meretrizes livremente pelos logradouros públicos, insultos aos “nossos foros de terra civilisada”. Necessária se fazia a sua extinção ou pelo menos o seu controle.

As reclamações em defesa do controle mais rigoroso para com as meretrizes parecem ser mais evidentes do que o controle em si. Em outubro, o periódico clama ao novo delegado de polícia, incitando-o a proibir as meretrizes de permanecerem no mercado público além do tempo permitido.

A bem da moralidade chamamos a atenção do honrado Sr. Delegado de Polícia para, á semelhança de seu antecessor prohibirem que mulheres de vida livre se demorem ou fação estação no mercado público desta cidade.

Outr’ora, graças as ordens terminantes da autoridade competente, só era permittido a essas infelizes irem ao mercado até 9 horas da manhã afim de fazerem suas compras mas na condição de voltarem a seus aposentos<sup>357</sup>.

Os redatores do jornal defendem, como teria ocorrido antes, que se proceda a um maior controle das mulheres “de vida livre”, não permitindo que circulassem a qualquer horário e nem livremente, principalmente no mercado público, em nome da moralidade e dos bons costumes das “melhores familias ipuenses”.

Atualmente, porem, já não se nota a ausencia desse povo naquele logar publico. A qualquer hora se observam scenas indecentes, palavrórios e immoralidades ali se repetem por meretrizes que, só ou agrupadas, fazem da feira, onde diariamente vão as melhores familias ipuenses effectuar compras, o palco de suas exhibições indecorosas<sup>358</sup>.

---

<sup>355</sup> *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 12 fev. 1920.

<sup>356</sup> Idem.

<sup>357</sup> *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 21 out. 1920.

<sup>358</sup> Idem.

As donas de casa, “respeitáveis”, faziam suas compras semanais em torno do mercado público. Como as fontes sugerem, elas evitavam frequentemente o dia a dia da grande feira, realizada aos sábados, dia em que o mercado público e seu entorno ficavam apinhados de pessoas e mercadorias expostas. Ou elas faziam suas compras durante a semana ou enviavam seus criados para fazê-las no sábado.

Quando saíam à rua, no entanto, essas senhoras, e seus filhos e filhas, entravam em contato com as cenas do cotidiano da cidade. Nos quatro portões do mercado, por exemplo, era comum a reunião de pedintes, mendigos e prostitutas, em plena luz do dia. Desde então, “estes espetáculos” passaram a incomodar os homens e mulheres de posses. Primeiro, porque tais cenas “mancham a nossa civilização” e, segundo, a mulher, exemplo de mãe e modelo para suas filhas, cuja moral devia ser resguardada, não podiam ser expostas a essas exhibições “chocantes”.

Há, sem dúvida, uma relativa emancipação das mulheres, antes presas a casa. Aqui me refiro ainda àquelas provenientes das classes mais abastadas. Não significa dizer que elas estavam lutando por espaços de trabalho para igualar-se aos homens. Não encontramos indícios disso. Mas, passou-se a solicitar dessas mulheres uma maior presença, acompanhando seus maridos, em espaços de sociabilidades abertos ao convívio de grupos restritos, como nas *soirées* realizadas pelo *Grêmio*, nos passeios de final de tarde ao *Jardim de Iracema* e para as retretas dominicais, bem como para as solenidades tradicionais realizadas periodicamente pelo *Gabinete de Leitura Ipuense*, o *Centro Artístico Ipuense* e a *Euterpe Ipuense*.

Enquanto, por exemplo, nos grandes centros urbanos do período, sobretudo nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, a condição feminina mudava seu estatuto com a monetarização das relações sociais, a abertura de novos espaços de circulação social e urbana e com a diminuição das pressões familiares sobre elas<sup>359</sup>, em Ipu, não há fortes indícios de que a tradicional função da mulher, responsável por manter a casa e cuidar dos filhos, estivesse mudando essencialmente. É bem verdade que os espaços do clube se abriram a elas e que era o momento para exteriorizar, entre seus pares, a riqueza da família e sua posição social, com os figurinos da “última moda” e com a exibição de joias. No entanto, a sua liberdade se restringia a isso e às compras feitas no mercado, o que reforçava a sua condição de gerir a economia doméstica.

---

<sup>359</sup> Ver RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, e NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Mas, mesmo para os grandes centros do período, como mostra Margareth Rago, quando a mulher passa a circular mais constantemente por ruas e praças, a frequentar os novos espaços de sociabilidades (restaurantes, hotéis, teatros, cafés, *rendez-vous*, praças, avenidas, passeios públicos) que surgem com o processo de urbanização, há a preocupação e o medo de transformações dos valores da família, do papel da mulher como gestora do lar. A prostituta, que passa a dividir as ruas e os novos espaços públicos com a nova mulher, começa a ser entendida como ameaça, como um fantasma que coloca em risco a manutenção da família burguesa, pelo perigo de incitar a mulher “direita” em seu desejo de liberalização e igualdade em relação ao homem. Muitos discursos (médico, criminalista, por exemplo), defenderão o controle e a regulamentação da prostituição, se valendo de um forte componente moral, por colocar em risco os tradicionais papéis sociais<sup>360</sup>.

As senhoras, em Ipu, com uma vida extremamente monótona, tinham reforçada a sua função de gestora do lar, num momento em que as facilidades da vida moderna não chegaram para a população e a despeito de se defender que a modernidade era uma realidade. Não havia água encanada, por exemplo. O abastecimento da cidade era feito de duas formas: pelos poucos chafarizes construídos naquele momento, insuficientes para dar conta da demanda, e pelo uso das águas perenes do Riacho Ipuçaba, cujo leito passava bem próximo do Quadro da Igrejinha e do centro da cidade. Era papel destas senhoras manter a casa abastecida, ainda que fossem os criados ou empregados e empregadas os responsáveis por transportar a água, desde a fonte até as residências onde trabalhavam. Era função da senhora zelar pela limpeza da casa, provê-la de alimentos, gerenciar a lavagem das roupas, fiscalizando, para isso, os seus subordinados.

Os reduzidos espaços de sociabilidades, fundados naquele momento, por outro lado, vieram quebrar um pouco com essa monotonia da vida cotidiana. No início do século, além dos salões do *Grêmio Ipuense* e do *Gabinete de Leitura* e suas congêneres, a alcova de muitos “palacetes” se abriam a elas para as visitas de finais de semana e para os chamados *saraus* e *assaltos*. As confrarias da Igreja Católica eram um trabalho que atraía as senhoras mais distintas e suas filhas. A participação nelas era incentivada por seus maridos, que compareciam à missa e ajudavam na liturgia, pelo menos uma vez por semana, no domingo. Os padres se encarregavam de dizer como uma senhora respeitada deveria proceder em casa, na submissão a seus maridos e na educação dos filhos e filhas, como veremos com mais detalhe adiante.

---

<sup>360</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Op. cit.

Essas mulheres também participavam das festividades religiosas, não raro, promovendo campanha e quermesses para arrecadar fundos para a Igreja, atividades tidas como enobrecedoras. Por sua habilidade nesse ramo é que a mulher é solicitada na organização das quermesses para arrecadar fundos destinados à construção da *Avenida Iracema*, como vimos.

Por outro lado, as transformações econômicas, bastante tímidas se comparadas àquelas vividas pelos grandes centros urbanos, não foram suficientes para produzir uma transformação nos tradicionais papéis sociais ligados aos homens e mulheres. Embora se quisesse viver de outra forma, como nos grandes centros, os limites impostos a isso eram de ordens diversas. Se de um lado, era aceito e se buscava incorporar a mulher aos espaços sociais, cobrando dela uma postura respeitável, uma desenvoltura, elegância e uma educação esperada, de outro lado, cobrava-se também o seu papel para a maternidade, como um contraponto à prostituta. Esta surgia como alteridade, a *outra*, a face invertida da mulher ideal, guardiã da moral familiar. O contato entre a mulher ideal e a “mulher depravada” - esta feita para aplacar o apetite sexual “incontrolável dos homens”, segundo os discursos que circulavam a época, e para manter a virgindade da mulher recatada, cuja função era o casamento -, deveria ser suprimido de alguma forma.

Parece contraditório. Embora se buscasse educar as filhas dentro de novos valores, antenados com os ideais ilustrados, mesmo burgueses, dos grandes centros do período, não se abria mão da educação da mulher, voltada para as responsabilidades do lar, para sua função como esposa e mãe, essencial para o “bom casamento”. A educação formal, antes e ao que parece, vedada às mulheres, agora se abria como essencial, uma vez que passou a se cobrar delas, acompanhar seus maridos, junto com os filhos, em algumas ocasiões, nos espaços de sociabilidade, nos *assaltos*, *saraus*, *soirées* e nas “partidas literárias”. Desta forma, algumas delas passaram a ter aulas de francês, seja com um professor particular, seja em uma escola formal, e a frequentar as escolas formais<sup>361</sup>. Algumas completavam os estudos secundários na

---

<sup>361</sup> Nos primeiros anos do século XX o principal estabelecimento de ensino primário onde estudavam os mais abastados era o Instituto José de Alencar, dirigido, a partir de 1912, por Leonardo Mota e que contava com o seguinte corpo docente: Padre Aureliano Motta, os Bacharéis Abílio Martins e Ubaldino Maciel Souto Maior, o Francês Leonard Martin, o estudante de direito, Leonardo Mota e, a partir de 1913, o bacharel e juiz de direito da Comarca, Eusébio Neri de Sousa. Em uma relação dos alunos aparecem os nomes de Rosa Edith Araújo e Thereza Odethe de Araújo, filhas do Cel. José Lourenço de Araújo, Leopoldina Dias Martins, filha do Cel. Manoel Dias Martins, Annita de Martins, filha do líder político, Cel. José de Farias, Francisca Nair Soares, filha do Cel. José Theodoro Soares, Maria Iracema de Vasconcellos e Anna Abigail de Vasconcellos, filhas do Cel. J. Batista de A. Vasconcellos, Maria de Nazaré Quixadá e Zenabia Quixadá, filhas do Cel. Aprígio Quixadá, intendente municipal. Todos eram sócios e frequentavam o Grêmio Ipuense. *Gazeta do Sertão*, Ipu, p. 4, Mar. 1913. Segundo João Mozart da Silva, Leonardo Mota era aquele que ensinava francês naquele educandário. Ver. SILVA, João Mozart. Op. cit., p. 29.

capital do Estado, seguindo o exemplo dos homens, como foi o caso de Francelina Martins, filha de Abílio Martins, e de Odette Araújo, filha do Cel. José Lourenço de Araújo<sup>362</sup>.

O jornal *Correio do Norte* amplamente noticia, mesmo promove, a realização das muitas festas nos salões do *Grêmio* e de outras associações, em que se desenvolviam atividades culturais como as *soirées*, as partidas literárias e as representações de peças, encenadas em seus salões, por falta de um teatro.

Nesses locais, a participação da mulher era essencial e buscada. Eles constituíam espaços de interação entre homens e mulheres. A dama, como antes, já não se retirava diante da presença masculina, nem mesmo, ao que parece e segundo sugerem as fontes, quando se falava de política. As questões ligadas à cidade também lhes diziam respeito.

Assim, o desenvolvimento de diversas atividades femininas, no seio dessas classes, passou a exigir da mulher uma educação mais elaborada. Ela devia se mostrar “cult” nas rodas de conversas, além de reforçar os papéis que a sociedade lhe cobrava, como os códigos de conduta. Por isso, a sua educação passou a ser uma exigência. Conhecer, por exemplo, outras línguas tornava-se importante, pelo menos para algumas delas, bem como saber pintar, em alguns casos, tocar piano e ser iniciada na arte da argumentação.

As revistas femininas que chegavam a estes círculos, por meio do *Gabinete de Leitura*, por exemplo, com suas imagens da “mulher moderna”, incitavam a imaginação não apenas das mulheres, mas principalmente de seus maridos e pais que queriam mostrar-se aos olhos dos outros e aos seus próprios olhos como modernos. É nesse processo contraditório que a figura feminina proveniente dessas classes privilegiadas adquiria certa projeção social. Ao extrapolar o âmbito privado, no “espaço público” buscavam construir, conscientemente, uma imagem da “nova mulher”, ligada a uma “outra cidade”.

Por outro lado, o papel da mãe e esposa deveria ser reforçado. Embora a mulher abastada tivesse uma maior liberdade naquele momento, não se permitiria que ela descambasse para uma atividade frívola, ociosa e passiva. A sua educação deveria reforçar, para além de suas novas funções, os seus papéis sociais ligados a casa e ao casamento. Desta forma, havia, até certo ponto, uma vigilância de suas atitudes, diferente da vigilância que existia em relação à prostituta.

Se nos grandes centros, a preocupação da mulher com a aparência, por exemplo, poderia ser uma realidade, sempre disposta a exhibir-se como figura sedutora, charmosa e sofisticada, sobretudo no âmbito das socialmente privilegiadas, isso era, de alguma forma,

---

<sup>362</sup> *Gazeta do Sertão*, Ipu, p. 2, 6 maio, 1913.

combatido nos círculos sociais de Ipu, naquele momento, por desvirtuar do papel que se impunha à mulher. Ora, se o espaço do baile era aquele que permitia à mulher abastada exibir sua elegância, traduzida no uso do figurino, no seu porte e na sua maquiagem, isso devia ser comedido. Os códigos sociais impunham restrições a este lado sedutor das mulheres, algo muito associado à prostituta. Sua exibição só poderia ser feita entre os seus pares e acompanhada do marido ou do pai.

Nas ocasiões em que usava a rua para as compras ou para se deslocar à Igreja, sua exibição, que escandalizava os menos favorecidos, deveria ser apenas de passagem. Na rua, embora se vivesse em uma cidade pequena, onde as pessoas se conheciam, a “mulher respeitada” não poderia ser confundida com a prostituta. Em dias de feira, quando a cidade recebia uma boa leva de pessoas de fora, havia o perigo latente de a “mulher recatada”, ao sair à rua, ser confundida com uma “mulher de vida fácil”, caso exagerasse nos perfumes, joias ou outros adornos. Daí se exigia dela uma postura comedida no uso dos adereços ligados à “modernidade”.

Na redefinição dos papéis sociais da mulher proveniente das classes privilegiadas, ainda que suas funções tradicionais fossem reforçadas, a imagem da prostituta era construída como um contraideal do que se esperava dela e que impunha limites muito claros à sua “liberalização”. Um deles dizia respeito ao uso da moda. A roupa deveria traduzir, para as mulheres de família, um signo de decência. Para as moças, a moda, preocupação sempre latente para elas e que agora deviam se mostrar em espaços sociais, deveria ser escolhida de forma a não apenas traduzir os seus encantos, mas a “pureza dos costumes”. Roupas indecentes ficavam só para a “atriz”, na época muito associada às prostitutas, e não para as moças respeitadas.

A vigilância da mãe, mais atenta para a educação das filhas, sempre patente, deveria cuidar da decência dos trajes. O sucesso do casamento, neste quesito, dependia disso. Da mulher que se veste como uma “atriz”, de modo indecente, “o rapaz serio e honesto foje della com razão”. A vestimenta ou a moda era entendida, naquele momento, como o espelho que reflete a realidade. É o que diz uma advertência publicada na edição do *Correio do Norte*, de 16 de fevereiro de 1924, sob o título “Para as moças”:

O uso de modas indecentes é sinal certo de espírito ou pronunciada maldade. Deveras só usa de trajes de bailarina que lhe tem a alma ou quem receia por timidez, os sarcasmos dos pervertidos.

O Melhor encanto de uma moça é a pureza dos costumes, o pudor das meninas. É por isto que nem sequer se concebem lyrios de negra cor.

Quem se julgará livre de culpa porque há outros que erram também? O que fica bem nos carneiros não é só por isto regra para os animaes racionaes...

Modas pouco decentes, maneiras, fasem suppôr que a joven nasceu para atriz. O rapaz serio e honesto foje della com razão<sup>363</sup>.

Se, se cobrava da mulher uma aparência mais cuidada nos espaços de sociabilidade, exigia-se, por outro lado, a sua contenção. Dito de outra forma, as mulheres deveriam conter suas pulsações corporais e seus impulsos, capazes de produzir, nos homens, seus desejos sexuais.

Nestes círculos a vaidade feminina era condenável na “mulher direita”, “de família”. A vaidade extravagante estava associada à figura da prostituta, da qual deveria se distinguir. Roupas decotadas, o uso excessivo da maquiagem, de saia pouco acima do joelho, e de joias eram condenados, impróprios para determinadas mulheres.

Podemos perguntar, por outro lado, como as mulheres pobres viviam naquele momento. O que temos a dizer sobre elas? Poucas são as fontes que lhes dão visibilidade. No entanto, elas sugerem que a sua circulação pelas ruas se não concorria com os homens era bastante significativa. Na Estação Ferroviária havia aquelas que vendiam café e iguarias, como as tradicionais tapiocas. Nas fontes, a feira também aparece como gerando oportunidades para conseguir parte do ganho de vida para as mulheres pobres, seja administrando suas “banquinhas”, para a venda de iguarias e cafés da manhã a preços módicos para os feirantes que vinham de longe ou mesmo para a venda de verduras, frutas, artigos do artesanato, animais de pequeno porte, dentre outros produtos.

Era comum ainda as cenas de mulheres que eram vistas lavando roupa nas margens do riacho, sobretudo, na atual rua Manoel Vitor de Mesquita, um beco estreito e que ligava o Quadro da Igrejinha ao Alto dos Quatorze, na subida da serra. Muitas vezes trabalhavam para complementar a renda familiar, seja lavando roupas para várias famílias abastadas da cidade ou para seus patrões como suas empregadas ou criadas.

Ao lado daquelas que, aos olhos de muitos, ganhavam a vida honestamente, havia outras que, “seja por preguiça”, por sonhos de enriquecer ou por “imoralidade”, por ser “degenerada”, nas palavras de Eusébio de Sousa, portanto, sofrendo de doença que a impulsionava para a depravação, por sua sexualidade ardente, explorava o corpo, negociando-o com quem estivesse disposto a pagar por ele<sup>364</sup>.

<sup>363</sup> Para moças. *Correio do Norte*. Ipu, p. 3, 16 fev. 1924.

<sup>364</sup> Pelas citações em seus trabalhos, Eusébio de Sousa parece ter sido um leitor frequente dos estudos da antropologia e sociologia criminal. Em sua “chronica do Ipú”, já citada, ele faz referência a autores como Enrico Ferri, Scipio Sighele e Le Bon. Como mostra Margareth Rago, inúmeros estudos no ramo da

Era precisamente no espaço do mercado público que as “profissionais” do sexo mais se exibiam e isso se dava não à noite, mas em plena luz do dia. Como vimos, inicialmente as prostitutas residiam nas proximidades do centro e o dia da feira era o momento de seduzir os homens e chamá-los para uma visita às suas casas que, durante à noite, se tornavam uma espécie de cabaré. As fontes sugerem, portanto, que havia uma intensa movimentação noturna no Beco do Progresso, quando as meretrizes recebiam os seus clientes.

Mas o que mais passou a incomodar foi não apenas o fato de as prostitutas viverem em casas muito próximas do centro, mas a sua exposição aos olhos de todos, nos locais mais públicos da cidade onde, não raras vezes, estavam sob o olhar das senhoras e senhoritas “de família”. Esse contato passou a ser visto como perigoso. A prostituição e sua visibilidade pública tornavam-se um perigo porque poderiam seduzir as mulheres castas em seu desejo de liberalização, em um momento em que as imagens ligadas às chamadas “cidades modernas”, que circulavam por meio da imprensa, de álbuns da “belle époque”, mostravam os espaços públicos como aqueles também da mulher e locais de exibição de sua elegância.

As reações contra a exposição do corpo e a sua venda nos espaços públicos revelam o medo moralista da contaminação das mulheres “direitas”. Reprimi-las era uma forma também de proteção da mulher sem, por outro lado, negar a possibilidade ao homem, como veremos, de dar vazão às suas “necessidades sexuais”, numa relação de compra e venda do corpo, puramente capitalista, um negócio onde amor e sexo estão dissociados, mas só aceito longe dos olhos e dos ouvidos da “sagrada família”.

Por outro lado, se a prostituição e a forma de vida das meretrizes são tematizadas como costumes incivilizados, que devem ser expulsos do espaço público, o são também porque a mulher, da qual se cobrava o respeito a uma moral esperada, passou naquele momento, a circular com maior frequência pelos logradouros, sobretudo, mais centrais, onde estavam todos próximos: o Mercado Público, a Estação Ferroviária, os prédios do *Grêmio Ipuense*, do *Gabinete* e outras associações, a Igreja e os casarões dos abastados.

A presença da prostituta nesses locais é espetacularizada pelos cronistas que escrevem nos jornais da época que estamos analisando. Criam-se imagens delas como aquelas que, por exemplo, em dias de feira, no sábado, buscam vender seus corpos usando roupas sempre curtas, deixando ver seus dotes sensuais, como estratégias para seduzir os feirantes,

---

antropologia criminal, desde meados do século XIX, buscavam provar que as prostitutas possuíam uma configuração cerebral diferente das demais mulheres e sinais orgânicos que a distinguiam da maioria das pessoas normais. Surge assim uma teoria que associava a prostituição a uma doença hereditária ou inata. Ver. RAGO, Margareth. *Do cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

vendedores e compradores. São associadas com as imagens da sujeira (imundícies), do esgoto, da depravação.

A prostituição no município passa a ser entendida, para os que escrevem no *Correio do Norte*, por exemplo, como um caso de polícia. As reclamações e as cobranças ao poder público quanto ao seu controle têm como argumentos salvaguardar a boa moral pública e os “bons costumes” das famílias locais, vale dizer, das “famílias distintas”. O jornal vê a presença delas no mercado e nas feiras públicas como um espetáculo de “imundícies”, de “imoralidades”. É com esse espírito que aquele periódico, em artigo publicado em 6 de julho de 1922, estampa em suas páginas reclamações contra a prostituição, cobrando do novo delegado a mesma atitude tomada pelo Te. Pinheiro, que proibiu a livre circulação das meretrizes pelos logradouros da cidade, estabelecendo horários fixos para isso. O título do artigo é bem sugestivo: “Com a polícia”:

Por varias vezes, sempre que o dever nos impõe, temos chamado atenção da polícia para inibir certos abusos que infelizmente se dão nos logradouros mais publicos desta cidade, especialmente no Mercado.

Testemunha dos que abaixo vamos expor, e conhecedores da actividade do actual delegado, há sido patente, vimos em nome da moral publica e dos são costumes pedir o seguinte:

1º) Proibir que a grande imundice de mulheres livres que aqui existem, frequentem a qualquer hora o mercado, dando a pessima impressão de que lá só habitam pessoas sem pudor. No sabbado passado a commissão que tirava esmolos para os festejos do S.C. de Jesus, ao penetrarem ali, recuou imediatamente por se haver deparado com scenas que não podemos descrever. É que a feira do Ipu é completanmente evadida (sic) por estas imolarissimas (sic) mulheres de vestes e meneios impudicos. O Sr. Delegado poderia fazer como praticou o Te. Raymundo Pinheiro quando exerceu igual cargo entre nós. Permitia aquella autoridade que o cotroviaal só frequentasse o mercado até 9 horas, praso sufficiente para effectuarem suas compras. Naquele não se notava tanta familiaridade, e cinismo com que vemos actualmente taes meretrizes pelos portões publicos a se expandirem com gestos e palavreados indecentes (...) <sup>365</sup>.

O mercado público é uma edificação em quadrilátero, iniciada ainda no final do século XIX e concluída em 1890, como esclarecemos no primeiro capítulo, ficava bem próximo à igreja matriz, às residências das pessoas abastada, à Casa de Câmara e Cadeia Pública, não muito distante da Estação Ferroviária. Muito comum nas cidades interioranas do Ceará, é formado por “quartos de comércio” com quatro entradas centrais, uma em cada lado, que dão acesso ao seu interior. Existia um funcionário que no cair da tarde, quando os estabelecimentos comerciais cerravam suas portas, era encarregado de fechar os portões.

<sup>365</sup> Com a Polícia. *Correio do Norte*. Ipu, p. 3, 6 jul. 1922.

Prostitutas – além de “mulheres simples”, crianças e pedintes - ficavam nas portas do mercado. O que incomodava principalmente as chamadas “famílias ilustres”, aquelas mais abastadas do lugar, que buscavam distinção pelo trajar e pelos modos “requintados”. Incomodava porque era, em primeiro lugar, uma cena “imoral”, ia contra seus valores. Chocava as senhoras e senhoritas que deveriam ser resguardadas dessas “imoralidades”. Os relatos da época, ou as imagens construídas, dão conta de que as meretrizes usavam vestimentas que deixavam aparecer seus dotes físicos como forma de seduzir. Ofereciam seus serviços abertamente a quem pudesse pagar por eles. Incomodava, em segundo lugar, porque aquilo era, em si, uma “imundície”. Prostitutas com poucas roupas, algumas maltrapilhas, outras alcoolizadas, eram alvos de chacota para os populares. Aquilo, aos olhos daqueles que sonhavam com outra cidade, objeto de desejo, devia ser banido do espaço público, sobretudo da região mais central e uma das mais movimentadas da cidade.

Finalmente, aquela cena chocava uma sociedade que era, em sua essência, extremamente católica, religiosa. Aquilo era um chamamento à orgia, representava o fim dos tempos. Era preciso extingui-la sob pena de ser castigado pela providência divina.

A comissão que trabalhava para arrecadar fundos para os festejos do Sagrado Coração de Jesus, citada na passagem acima, era formada por senhoras e moças, geralmente das famílias mais destacadas do lugar. Era uma prática comum e muita buscada pelas mulheres, vista como enobrecedora e incentivada pelos homens, uma vez que, sob a organização da Igreja, esta trabalhava no sentido de fortalecer, nas mulheres, os valores morais defendidos pela sociedade, sobretudo a caridade. A instituição religiosa reforçava, em suas reuniões periódicas, os papéis sociais esperados das mulheres para manter harmonia na sociedade, como veremos mais adiante.

O autor da citação acima, portanto, se vale disso. Para ele, as mulheres da sociedade não poderiam se sujeitar às cenas imorais que vinham se desenrolando no Mercado Público, sobretudo no dia da grande feira. Competia à polícia “inibir” os “abusos” que se dão nos locais mais públicos da cidade, proibindo, como teria feito o delegado anterior, o espetáculo das “mulheres livres”, que a qualquer hora frequentavam o Mercado Público. O autor sugere, em sua passagem, que a feira era invadida por prostitutas, dando a impressão que ali “só habitam pessoas sem pudor”.

Era após as 9 horas da manhã que as senhoras e senhoritas das famílias tradicionais ou de “bons costumes”, iam passear ou fazer suas compras na feira e no mercado e não podiam ser expostas àquele “espetáculo” de “imundícies” e “imoralidades”, praticado pelas

meretrizes. Cabia à polícia controlar sua circulação como forma de preservar a saúde dos costumes, os “sãos costumes” e a moral “pública” das famílias ipuenses.

Antes do surgimento do Cabaré na Rua da Mangueira, as fontes sugerem que o comércio do corpo, sua compra e venda, eram realizados na rua, sobretudo nos locais mais movimentados da cidade, e o ato sexual se consumava na casa da prostituta ou em algum local onde morassem duas ou três meretrizes, que para algumas pessoas da época se transformavam em cabaré à noite. No sábado, o movimento começava ainda após a feira, pois muitos feirantes, que vinham de longe, trazendo seus produtos para vender no mercado ou para comprar mantimentos, tinham de retornar às suas casas antes do pôr do sol. A forma de exibição e chamamento da freguesia se dava, pois, na rua, nos espaços mais públicos: no Mercado e na Estação, nos horários de trem.

O dia da grande feira, no sábado, era por excelência o mais concorrido. Também era mais fácil burlar o controle. Embora o autor da citação acima ataque as prostitutas pela maneira imoral como se vestiam, nem todas se caracterizavam com vestes “maltrapilhas” ou com roupas curtas para mostrar os seus dotes corporais. As fontes sugerem também que muitas delas se vestiam decentemente e que usavam sinais que permitiam a seus fregueses identificá-las. Da mesma forma, os seus pretendentes, para não serem alvos de repressão ou de censura, usavam uma linguagem em código, quando queriam frequentar locais de prostituição, como deixa transparecer João Mozart da Silva. Elas também faziam as suas compras e aquele era um momento para estabelecer uma aproximação com os seus clientes sem, com isso, exhibir as suas formas e chamar a atenção da polícia.

Na imprensa local, os argumentos contra a prostituição, pelo menos nas proximidades do centro da cidade, e a defesa pelo seu controle, são justificados também porque se colocava contra os “incontáveis” “foros de terra civilizada” que caracterizavam a cidade. Os argumentos contra a prostituição são também de ordem moral, como vemos na citação abaixo, na qual o autor reclama de um rapaz que faz da sua casa, em pleno centro da cidade, um verdadeiro bordel:

Não ha dúvida que os costumes actuaes vão decrescendo vertiginosamente no que diz respeito a moral.

Ha pessoas que perdem por completo o escrupulo, esquecem-se do respeito que cada um tem obrigação de manter para com a sociedade e, qual suino, que se deleita com os fóssos, descem ao mais infimo procedimento.

Neste caso está um rapaz, residente na Travessa Cel. Alexandre Soares, o qual julgando que estamos em Sodoma, costuma, reunir mulheres de vida livre, com um cinismo inqualificável, em quanto as familias e os transeuntes,

aliás muito frequentes ali, por ser uma rua das mais centrais, assistem e ouvem aquellas scenas indignas, indecentes e despresíveis.

O Snr. “J.M” com as suas lubricidades ao meio dia em ponto (sic), não está capaz de morar no centro de uma cidade civilizada<sup>366</sup>.

Qualquer atitude contrária aos bons preceitos da “moral civilizada” era passível de repreensão e alvo de censura. Uma cidade “civilizada” ou que conta com tais “foros” já não aceitava certas práticas contrárias ao “bom convívio” social. Defendia-se uma forma de convívio de relações sociais pautadas por “hábitos” e costumes civilizados.

Por outro lado, diante da ânsia pelo controle, as páginas do *Correio* e outros relatos da época, como aqueles de seu Mozart, sugerem e deixam transparecer que houve resistências. As meretrizes passam a lutar, também, pelo direito de ir e vir e usar a cidade. Se em alguns momentos o poder repressor se mostra mais forte, elas criam táticas para tentar burlar esse poder fazendo uso dele. É aí que a exposição do corpo e sua venda se deslocam do espaço público para o privado e para locais reservados à sua prática.

Apesar da constatação de que a polícia, incitada pelas autoridades locais, exerceu uma forte repressão à prostituição, no município, durante as primeiras décadas do século XX, continuaram frequentes as queixas contra a sua exposição pública. No entanto, com o surgimento do meretrício, na Rua da Mangueira, que passou a ser referido nas fontes como cabaré, houve uma diminuição das reclamações contra a exibição das “mariposas do amor” nos locais mais públicos. As queixas, agora em menor escala, se dirigiam para as “casinhas caídas” do Curral do Açogue. Assim, de certa forma, a comercialização do corpo, objeto de intensa vigilância, se deslocou essencialmente do espaço público para o espaço privado, bem distante dos olhos arregalados da sociedade, que no discurso, se mostrava assombrada.

O meretrício passa, então, a exercer um chamamento aos homens e aos rapazes da época, mesmo entre aqueles das famílias abastadas, cujos pais atacavam nas páginas dos jornais a compra e venda do sexo.

Vejamos apenas alguns exemplos, para mostrar como o Cabaré, longe do centro e dos olhos das “famílias recatadas”, foi um negócio lucrativo e que atraiu até os rapazes de “famílias distintas” da cidade desejada como civilizada.

Foi alvo de pilheria e de ataques dos redatores dos pasquins, jornais discutidos no próximo capítulo, a moda de dançar o coco lá pelas bandas do Matadouro, ou Curral do Açogue. Os redatores dos pasquins centraram fogo nos membros da “alta sociedade” e dos remediados que, às escondidas, ali se reuniam para a diversão, longe dos olhos e sanções

---

<sup>366</sup> *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 23 fev. 1922.

morais de seus pares. Lá bebiam, dançavam e aproveitavam o “sereno”, isto é, os namoros com suas comparsas fora do “baile”, embaixo de alguma árvore ou em locais sempre escuros, se entregando às “imoralidades” próprias das “classes baixas” e de “moças sem pudor”.

O jornal *O Barbicacho*, escrito pelos tipógrafos das oficinas do *Correio*, na primeira página do seu nº 1 estampa:

O côco agora está em moda, desterrando os seus parentes Cana Verde e Fandango.

Mas, se dentro a dança ferve, bestificando as prossilynas, fora o sereno aproveitando o estado de pasmeira da carta e toga de mão...

A coisinha vai boa por alli, refrescando a cambica de cajá e a palmito.

Assim mesmo tem o costume de dizer que coco velho é que dá azeite!

Qual nada!<sup>367</sup>

Na mesma edição do citado jornal, na segunda página, está escrito:

(...) Para as bandas da Casa da Maria Braga [no cabaré] a cousa esta mal assombrada:

Tem uma cajazeira que está dando côco e as quartas feiras e domingos é acudi gente pra lá.

E depois seu João Ayres mas (sic) seu almirante o negócio dos boiquistas não lhes dê na...<sup>368</sup>

Os redatores d’*O Barbicacho* escrevem de modo cifrado e têm conhecimento de alguns fatos que se passavam nas noites das danças do coco. Buscam, então, ridicularizar as atitudes daqueles que deixam suas residências e vão divertir-se nos bailes e serenatos do coco, lá pelas bandas do matadouro, com as “cotrovias”, ao mesmo tempo em que deixam transparecer certo fascínio ou uma “espécie” de inveja daqueles que, mesmo correndo riscos de censura, frequentam o Curral do Açougue à noite.

Se lá no calor do baile a coisa ferve, lá fora, no sereno, aqueles que possuem carta (diploma) e toga (que se “vestem decentemente”) se distraem com as “moças de pouco pudor” e isso é de pasmar aos redatores d’*O Barbicacho*, que se sentem horrorizados com o ocorrido e mais ainda quando sabem de quem se trata. Logo seus nomes estarão estampados nas magras páginas daquele periódico, com o objetivo de ridicularizá-los e provocar-lhes embaraço.

E, lá no sereno a coisa “vai boa” regada a frescos de “Cumbica” e “cajá”, provavelmente o que era servido aos frequentadores do cabaré, e a palmito, referencia, muito

<sup>367</sup> *O Barbicacho*, Ipu, p. 1-2, 14 dez. 1919.

<sup>368</sup> Idem, p. 2.

provável, a alguns membros da *Euterpe Ipuense*, que aproveitavam os serenatos do coco, uma vez que o palmito é proveniente, principalmente, do caule da *Euterpes edulis*. A referência ao palmito pode também estar relacionada à sua semelhança ao falo e não deve ser descartada.

A assiduidade de algumas pessoas “distintas” que à noite, com suas lanternas rumavam em direção ao matadouro, para os bailes do coco, levava aos redatores d’*O Barbicacho* a referir-se a eles como fazendo parte de uma associação denominada *Sociedade do Côco*, uma espécie de agremiação à semelhança do *Grêmio* e da *Euterpe Ipuense*, porém, imoral. A referência a uma associação para caracterizar os frequentadores dos bailes do coco, sobretudo aqueles provenientes das famílias abastadas e de posição social na sociedade ipuense, não passa de um eufemismo ou uma ironia.

É assim que em tom de pilheria o jornal estampa, em suas páginas, uma circular supostamente enviada pelo primeiro secretário da *Sociedade do Côco*, o sr. Tenente Coronel Pedro Celestino de Mello. Na mesma edição publica, ironicamente, as “Trovas do Coco”:

Seu Adalberto traz três moços para o côco virem dançar  
Papagaio tem convicção no peito p’ra vadia  
Seu Abdoral está lá fora – diga que entre [p’ra] cá  
Papagaio tem convicção no peito pr’a vadia  
Seu Abdoral só entra  
Se for com o seu Edgá  
Papagaio tem convicção no peito p’ra vadia  
Diz seu Bessa que entre qui seu Abdoral cá está.<sup>369</sup>

A brincadeira acima revela quatro nomes de pessoas importantes na cena local, são eles, Adalberto Aragão, um dos fundadores do *Grêmio Ipuense* e membro dos poderosos Aragão; Abdoral Timbó, Edgard Correia e Manuel Bessa, estes três últimos, nomes ligados ao grupo progressista de Ipu.

Se se levar em consideração a fidelidade das informações acima, então estamos diante de uma questão de difícil solução. Parte dos agentes que atacavam os costumes populares como imorais e degradantes estavam agora envolvidos com eles. Podemos pensar que os ataques aos costumes “desviantes” não passavam de um discurso retórico, demagógico, ou podemos argumentar, também, que aqueles rapazes estavam desrespeitando os preceitos morais defendidos por seus pais e pares.

Edgard Correia era filho de Thomaz Correia, descrito pelo *Correio* como exemplo de uma moral intocável. Manuel Bessa Guimarães era filho do líder político, Cel. João Bessa Guimarães, também tido como um homem cuja moral era invejável; e Abdoral, nascido em

<sup>369</sup> *O Barbicacho*, Ipu, p. 4, 21 dez. 1919.

Cajazeiras<sup>370</sup>, veio para o Ipu morar na casa de sua tia, Adelaide Timbó Martins, da família dos Martins, cuja moral recatada deveria, também, ser cultivada.

Os tipógrafos, redatores do *Barbicacho*, certamente estamparam seus nomes em suas páginas para que fossem alvos de censuras de seus pares, afinal, Thomaz Correia e João Bessa eram redatores do *Correio* e acionistas da *Typographia d'O Campo*, onde ambos os jornais eram impressos. Eles jamais aceitariam, supõe-se, que seus filhos frequentassem os bailes da “ralé”.

João Mozart da Silva, que por alguns anos foi tipógrafo nas oficinas do *Correio*, em seu livro de memórias, já citado acima, relata que naquela época ele e um grupo de rapazes iam frequentemente ao Curral do Matadouro para uma noitada no meretrício. Revela que todo jovem tinha uma lanterna para guiá-los até lá. Quem sabe, os rapazes citados acima não tenham dançado com ele e suas comparsas o coco e se divertido no “sereno da noite”, embaixo de uma cajazeira, no Curral do Matadouro? Talvez ele mesmo tenha “dedurado” a seus companheiros tipógrafos, Francisco Pilcomar Campos e José Pombo (redatores do *O Barbicacho*), as suas investidas, ao *Curral*, com os filhos dos patrões,

A alusão à cajazeira pode dar margem a duas interpretações. Pode ser uma referência às árvores que eram características do Curral do Matadouro e cujos frutos, supostamente, eram usados para o suco servido nas “casinhas caídas” do lugar, aonde se ia à busca do sexo e outras diversões, e o local preferido para desfrutar do sereno, uma vez que o aroma agradável de seus frutos contribuía para que o prazer do sereno fosse ainda mais aprazível, ou a referência era feita a um de seus frequentadores, mais provável, Abdoral Timbó, natural do município de Cajazeiras.

Há também raras referências positivas à prostituta estrangeira e à prostituição no município feitas na imprensa. Uma delas é da pena do ipuense Anderson Magalhães (All Right, era como assinava seus escritos), cronista do jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. Ao escrever sobre os tipos humanos estrangeiros presentes nas ruas da cidade de Ipu de sua adolescência, cita o caso de uma bonita prostituta, de apelido “a Balacó”, que fez a cabeça de muitos homens e envenenou os ciúmes das senhoras casadas. O fato é contado por Francisco Magalhães Martins, que em um de seus livros comenta sobre as crônicas de All Right:

All Right retratou, magistralmente, alguns desses também curiosos tipos estrangeiros do Ipu, como o “seu” Busson, o Felix Turco, o Osvaldo Knesse

---

<sup>370</sup> Cajazeiras dos Timbós, hoje cidade de Hidrolândia, no Ceará.

a Balacó (ou Balacow), esta deliciosa figura, mariposa desgarrada que ali apareceu para incendiar o coração dos homens casados e envenenar de ciúme das senhoras casadas, que fechavam a porta quando “a respeitosa” passeava pelas ruas com o seu donaire sensual e provocante, espalhando o pecado e a perdição... Certo dia, um declamador pedante recitava o célebre soneto de Arvers, e, ao fazer a pausa para indagar – “quem é essa mulher?”, o gaiato Antônio Aragão apertou num brado - “é a Balacó!”, ao que se sucedeu estrepitosa gargalhada de todo o auditório<sup>371</sup>.

A citação acima é a única referência à existência de uma prostituta estrangeira exercendo sua profissão na cidade de Ipu nas primeiras décadas do século XX.

Outra menção, pode-se dizer também positiva, é feita em relação à prostituta pela imprensa local, a despeito do ataque da qual foi sempre o alvo predileto. Em sua edição do dia 6 de maio de 1920, o *Correio do Norte* publica um soneto intitulado “Amor Venal” e assinado por Abdergard Brazil Corrêa, da qual se queixa de amor não correspondido. Vejamos sua reclamação:

#### AMOR VENAL

“Não tem valor o oferecido”! Intriga  
O velho adágio. E eu me sinto e vejo triste,  
Quanta verdade de verdade existe,  
Neste provérbio que ninguém abriga.

Disseste: A ti sómente o amor me liga  
E eu fui um crente louco e cego. Viste,  
Vinte dias depois tu me traíste,  
Por dinheiro somente, falsa amiga

Quanta vaidade tens, mulher barata...  
Tu não possues o predicado raro  
Que se chama pudôr. E's insensata.

Caro que foi! Que dinheirão perdido!  
Por 50\$000!... Compraram caro  
O teu discreto amor, tão bem fingido  
Abdergard Brazil Corrêa<sup>372</sup>.

Em nossa pesquisa não descobrimos nada sobre o autor do soneto acima. O mais provável é que se trate de um pseudônimo. Também podemos perguntar se o caso

<sup>371</sup> MARTINS, Francisco Magalhães. *Ídolos, Heróis e Amigos. Ensaios e Críticos*. Op. cit., p. 69. Anderson Magalhães nasceu em Ipu, em 1896, e era filho de Augusto Magalhães e Ana Rosa Cavalcante de Albuquerque, segundo Francisco Magalhães, “oriunda de tradicional família pernambucana”. Como muitos dos rapazes das famílias tradicionais, abastadas, da cidade, terminou seus estudos secundários fora e, no Rio de Janeiro, cursou a academia de direito onde se bacharelou. No entanto, não exerceu a profissão de advogado, mas de jornalista, que dizia ser sua vocação. Trabalhou por 40 anos no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. Idem.

<sup>372</sup> *Correio do Norte*. Ipu, p. 3, maio, 1920.

romanceado em poesia de fato ocorreu. Para além disso, devemos indagar como foi possível a publicação de uma poesia que dava visibilidade a um caso amoroso, supostamente ocorrido no cabaré, se o jornal em questão se configurava como o guardião da boa moral do ipuense e aquele que mais ataque empreendeu contra a prostituição no município. Passou despercebido? Penso que não. Certamente foi escrito por alguém influente no âmbito local e que, talvez, não devesse ser contrariado.

Se de fato o caso descrito no soneto ocorreu, trata-se aqui de “um romance” envolvendo alguém influente no círculo local e que era frequentador assíduo do cabaré. Sua indignação se revela no fato de ter sido traído em seu amor por uma prostituta. É possível amar uma prostituta? Por que não?

Antonio Iramar Miranda Barros, ao analisar a prostituição em Ipu, acena para o fato de que era comum a uma pessoa importante na cena local possuir, por um determinado tempo, a sua preferida, em suas investidas ao cabaré. Pagava-se pela exclusividade no uso do corpo da prostituta<sup>373</sup>. Geralmente isso ocorria quando o “bordel” recebia mulheres bonitas vindas de fora. Por suas qualidades e por serem novidades havia uma disputa entre os homens, sobretudo entre os mais abastados, para se saber quem seria o primeiro a “furar a proa” e esquecer os tempos de “pão-com-manteiga”.

O autor do soneto se mostra contrariado pelo fato de ter sido traído após amar, “gratuitamente”, a sua comparsa, talvez pagando por sua exclusividade, por vinte dias. Ela, “íngrata”, por só pensar no dinheiro, não mais seria digna de seu amor após se vender para outro por cinquenta mil réis. No entanto, o soneto não passou despercebido pelos redatores do Correio. Logo a seguir, sutilmente se faz uma crítica ao poeta: “São fructos da carestia da vida... e depois 50\$ já não é pouco, principalmente depois de supportar este poeta por 20 dias”. Livra!!!<sup>374</sup>.

A questão é que o surgimento do cabaré, a venda exclusiva do corpo para quem podia pagar por ele, foi uma das táticas usadas pelas meretrizes com o objetivo de burlar o poder repressor. Longe das sanções morais e dos olhos da “sociedade recatada”, exercia um chamamento mesmo entre os rapazes das famílias abastadas do lugar, que atacavam a compra e venda do corpo como práticas que “depõem” contra a “nossa cultura” e nossa “moral civilizada”. Ou o cabaré é simplesmente o resultado inevitável do controle a qual foram expostas as meretrizes. A repressão levou-as ao exercício de suas atividades em locais longe

<sup>373</sup> BARROS, Antonio Iramar Miranda. *Ipu nos trilhos do meretrício: intelectualidade e controle numa sociedade em formação (1894-1930)*. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História e Culturas) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza.

<sup>374</sup> *Correio do Norte*. Ipu, p. 3, maio, 1920.

do convívio da “boa sociedade”. Muito daqueles que reclamavam contra a prostituição do município, frequentavam à noite as “casinhas caídas” da Rua da Mangueira.

As críticas que se faziam na imprensa ao definhamento da moral e a prática da prostituição não recaiam apenas sobre as prostitutas ou sobre os homens das classes menos favorecidas que frequentavam o cabaré. Recaiam também sobre os homens das famílias mais recatadas que, ao invés de cultivar e reforçar os laços familiares e o ideal de família defendido, se envolviam em casos fora do casamento, seja ele no cabaré ou não. Serviam eles de maus exemplos e o que explicava o fato de parte da juventude não ligar muito para a manutenção da moral defendida.

Se antes do erguimento do cabaré a repressão levada a cabo pela polícia contra a prostituição era, principalmente, física, e um tanto desorganizada, agora ela se tornara, também, mais organizada. Pode-se dizer que a prostituição foi regulamentada. Para exercê-la, a meretriz era fichada na polícia. As suas informações pessoais básicas eram registradas (nome, profissão, idade, naturalidade, residência). Eram definidos horários em que poderia circular, bem como estabelecimentos onde poderia fazer suas compras. Nas fontes não encontramos nenhuma reclamação contra o barulho dos “sambas” que eram ali realizados nos finais de semana e nem de atos de baderna (brigas, assassinatos). Se eles ocorriam eram abafados, seja pela polícia, seja pela imprensa. A questão é que ali, longe de tudo e de todos, o cabaré já quase não incomodava. Inconsciente ou conscientemente houve uma “segregação” geográfica das meretrizes, o seu confinamento no Curral do Açogue.

Os possíveis excessos dos bailes (danças do coco) e o movimento frequente não incomodavam tanto. Relativamente longe das escolas (localizadas nas proximidades do centro), longe da Igreja (no Quadro), longe das residências e, mais importante, longe dos olhares das “famílias recatadas”, era tacitamente permitido. Em parte, sem ser censurado diretamente, muitos homens buscavam o cabaré. O fato de estar longe e por ser algo moralmente condenado, porém, libertino, favorecia o fascínio que passou a exercer.

Por outro lado, ao que parece, a prática da compra e venda do sexo, agora confinado basicamente num mesmo local, tendeu também a se organizar, embora não tenhamos informações se havia uma cafetina ou se as próprias prostitutas se organizavam numa espécie de “cooperativa”. O fato é que, embora objeto de controle, o que parece ter ocorrido foi que o cabaré passou a ser muito procurado e frequentado. Não seria exagero afirmar, por exemplo, que a prostituição foi reforçada, porque agora permitida e distante das sanções morais sofridas pelos homens e do controle físico que se operava sobre a prostituta nas ruas. Da mesma forma, ao contrário do que se possa imaginar e a despeito das reclamações, a prostituição

passou a ser tolerada. Portanto, o meretrício, que passou a ser condenado, foi igualmente aceito. Paradoxo? Certamente.

A partir daquele momento as fontes sugerem que o cabaré passou a exercer um fascínio sobre parte da população, o que explica o fato de até os jovens saídos das “famílias ilustres”, embora adotando estratégias para não serem vistos, como namorar no “sereno da noite” ou manter suas escolhidas, pagando pela exclusividade, entrando no cabaré às escondidas, o procurassem para dar vazão aos seus apetites sexuais, a sua sexualidade reprimida e para manter as moças de família castas, cuja virgindade era imposta e esperada pela sociedade.

Mas, qual o papel exercido pelo cabaré? Por que ele parece fascinar, sobretudo os jovens do período? Ir ao meretrício não era apenas uma forma de dar vazão à sua sexualidade. Por ali passavam pessoas diversas: feirantes, homens pobres, alguns abastados, bêbados, policiais. Quando nos distanciamos dos discursos moralistas da imprensa do período, percebemos claramente que aquele local era também um espaço de sociabilidade para os seus frequentadores, muitos deles assíduos, como foram os casos de João Mozart da Silva e seus amigos. Eles se juntavam aos caixeiros viajantes, que pernoitavam na cidade esperando o trem de volta para Sobral, Granja ou Camocim, após exercerem o seu ofício, para passar suas noites no *Curral do Açogue*.

Embora João Mozart da Silva tivesse contato com os homens que frequentavam o *Grêmio*, aqueles mais abastados e que defendiam o cultivo de uma moral recatada, os espaços de sociabilidade “mundanos”, ao que parece, não se abriam para ele. Como tipógrafo e letrado, se tinha certo prestígio, parecia ser, no entanto, um “cidadão” de “segunda classe” nos círculos dominantes da época. Por que ele e muitos dos jovens da época iam ao cabaré? Ora, mesmo dispondo de poucas fontes que tratem mais detalhadamente do cotidiano daquele ambiente, os poucos relatos que nos chegaram são suficientes para se dizer que havia ali outra sociabilidade. Esta fazia um contraponto àquela própria dos “salões respeitadas”.

Já sabemos que no cabaré da Rua da Mangueira havia danças e se tocava música. Vendia-se bebida e praticava-se o jogo. Embora a busca do sexo fosse o objetivo principal, lá se ia também para várias diversões. Fugindo dos parâmetros conceituais dominantes que identificavam a prostituição como sujeira, imundície, depravação moral, podemos percebê-la como positividade, como fez Margareth Rago, em trabalho já citado.

O meretrício era um espaço que agrupava indivíduos e os uniam por frequentarem o “submundo” de uma cidade que, nos discursos de algumas pessoas, era apresentada como “progressista”, contando com “foros de civilizada”. Ali, indiretamente, muitos homens

exerciam práticas licenciosas, colocando por terra a exclusividade sexual imposta pela ordem. Realizavam encontros condenados, praticavam jogos proibidos. Rapazes saídos de círculos dominantes, embora se escondessem quando iam ao cabaré, não dançassem e não jogassem, contrariavam a ordem imposta por seus pais e namoravam com as meretrizes, tendo com elas, provavelmente, sua iniciação sexual.

Num emaranhado de significados produzidos pelo meretrício, difícil é estabelecer as diversas funções que exerciam naquele momento. Lugar multifacetado, dava vazão a muitas experiências e não apenas as sexuais. Permitia uma diversidade de práticas sociais. Local da compra e venda do sexo, sancionado e permitido, embora vigiado e condenado, se traduzia também como um espaço outro de sociabilidades e civilidades subterrâneas, buscado por muitos. Desta forma, parecia haver, entre o *Grêmio*, símbolo da *urbs* buscada, e o cabaré, símbolo da *urbs* condenada, pelo menos duas cidades: a do desejo e a da depravação moral; a cidade da mulher casta e a da mulher perdida; a cidade das sociabilidades e civilidades superiores e a cidade das sociabilidades e civilidades condenadas. Ambas davam vazão a desejos contraditórios, quase inconciliáveis.

As *soirées* do *Grêmio* configuravam a cidade da ordem, os bailes do Cabaré a cidade da desordem, que dava impulso às práticas sexuais ilícitas, dava vazão aos romances condenados e de afetos outros. Como contraponto, a *urbs* buscada pelos agentes do progresso era diurna, a buscada pelos frequentadores do meretrício era noturna, mas que em dados momentos se encontravam, apenas em campos opostos, como o sol e a lua.

Uma das explicações para a tolerância da prostituição era o fato de ela permitir, de um lado, a iniciação sexual dos rapazes, como uma espécie de rito de passagem e, de outro lado, ser entendida como uma alternativa para a preservação da virgindade das moças e castidade das futuras esposas, como defende Antônio Iramar Miranda Barros em sua dissertação de mestrado, citada acima.

Se, de um lado, a prostituição era objeto de ataque e um problema a ser debatido nas rodas de conversas, nos bailes e na imprensa, de outro lado, ela servia para aliviar as tensões sexuais, a despeito do padrão de comportamento imposto e esperado dos homens e mulheres saídos dos círculos dominantes. O meretrício, condenado, era também aceito, pois podia aplacar a sexualidade ardente dos rapazes, garantir a castidade das futuras esposas, ainda que pairasse sobre seus pais o perigo de sua perda. Desta forma, essa função do cabaré era bem vinda e contribuía para arrefecimento do controle sobre ele, quando distante. Essa não é uma característica singular da prostituição de Ipu, no período de nosso estudo. Os autores que

discutimos aqui mostram como a prostituição, entre fins do século XIX e início do século XX, era entendida pela sociedade como um “mal necessário”.

Assim, o cabaré era ambigüamente aceito. Era o lugar onde os jovens poderiam dar vazão aos seus ardentes desejos, próprios desta fase da vida, abandonado-o, talvez, após o casamento. A prostituta era, assim, percebida como mulher desregrada, mas que tinha uma função importante ao modelar a pulsão sexual do jovem, “homem incompleto”, e manter a sexualidade intocada das moças de família.

Margareth Rago, ao analisar o imaginário da prostituição em São Paulo nas primeiras décadas do século XX encontrou este tipo de interpretação entre as classes dominantes. Mostra que

Ao mesmo tempo que era percebida como mulher desregrada, a prostituta figurava como aquela que poderia modelizar as pulsões sexuais dos jovens, ainda em estado bruto. Função libertina e religiosa, a iniciação sexual significava uma ordenação das pulsões instintivas consideradas ameaçadoras. Daí a ambigüidade que caracterizou a relação da sociedade normalizada com o universo explosivo dos prazeres ilícitos, ao mesmo tempo desejado e indesejado e invejado, pleno de mistérios e de vida<sup>375</sup>.

## 5.2 A prostituta como alteridade: contraponto do modelo de mulher

É em parte a figura da prostituta, que circula pelas ruas e pelo controle se estabelece em um cabaré, que dá visibilidade a mulher no início do século XX em Ipu. Não que o seu papel tenha se reforçado, mas, da mesma forma que se procedeu a uma vigilância em relação à prostituta, a mulher, sobretudo aquelas da chamada “melhor sociedade” ou da “boa sociedade”, em seu comportamento, também passou a ser “vigiada”, ainda que de uma forma mais sutil. E ao contrário do que se possa pensar, essa vigilância não partia unicamente do homem, mas também das próprias mulheres.

A prostituta aparecia como alteridade. As “mulheres respeitadas” não queriam e não podiam ser confundidas com ela. Daí o corolário de que se buscou reformar as condutas sociais dos homens e das mulheres. Longe de se “libertar” de suas funções tradicionais, embora a mulher agora fosse vista em bailes, circulando pelas ruas e organizando associações filantrópicas e de ajuda mútua, os seus papéis de mãe e esposa foram reforçados.

---

<sup>375</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Op. cit., 2008, p. 179.

Isso revela uma contradição latente: o desejo por viver em uma cidade moderna não foi capaz de destruir valores morais arraigados, sobretudo valores ligados à família e à religiosidade. Modernidade e moralidade, incompatíveis ao que parece, em outras sociedades em transformação no mesmo período, se mostram, em Ipu, como faces de uma mesma moeda. Se, em muitos lugares, a prostituição é pensada como parte da introdução de novos hábitos advindos com o progresso e a modernidade, tornada uma mercadoria fetichizada e uma figura capaz de ensinar aos homens os códigos de conduta ligados aos valores civilizados, que sopravam da Europa, em Ipu, a prostituta e a prostituição se configuram como imagens invertidas da busca por uma *urbs* moderna.

Não se abre mão dos papéis tradicionais da família, e a prostituta, face de uma cidade condenada, nunca pensada como resultado do crescimento econômico e das transformações que se operavam, só é aceita na medida em que permite reforçar condutas sociais e morais, neste caso, ligados à mulher-modelo a ser seguida.

A Igreja católica teve destacado papel neste processo. Em seu trabalho, Antonio Iramar Miranda Barros pesquisou os cursos católicos organizados pela Igreja no início do século XX, que envolvia a sociedade local na formação, sobretudo, da mulher ideal para o casamento, e como um contraponto à meretriz. Pelo menos dois cursos eram ministrados, como mostra aquele historiador: um era exclusivo para as jovens que estavam prestes a se casar, com o objetivo de formar as futuras esposas; e outro era direcionado ao casal, quando ainda eram noivos. Este último era uma espécie de reunião pré-nupcial, chamado de “banhos”. Direcionado também ao futuro pai, versava sobre os papéis sociais da esposa e do marido, do futuro pai e da futura mãe<sup>376</sup>.

Um dos manuais usados em tais cursos era o livro de MME Permond<sup>377</sup>, de onde se extraíam ensinamentos fundamentais, intitulado *Conselhos D’uma Mãe as Suas Filhas*<sup>378</sup>. É um pequeno, porém denso, livro escrito em forma de cartas endereçadas às filhas da autora, aconselhando-as sobre os comportamentos sociais da boa jovem, mulher e mãe e, em menor escala, sobre o papel dos futuros maridos. As cartas criam um perfil de mulher ideal e dos

<sup>376</sup> BARROS, Antonio Iramar Miranda. Op. cit.

<sup>377</sup> Um dos exemplares do livro encontrado por Antonio Iramar Miranda Barros pertencia à dona Valdevez Soares, já falecida, “que dedicou sua vida às práticas religiosas, sendo catequista missionária da Igreja Católica de Ipu”. De família tradicional, dera seguimento a uma prática familiar. O livro estava dentro de um maço de papéis, junto com outros documentos religiosos. Datilografados, estes papéis reuniam transcrições do livro de MME. Permond, e fazia parte do material de um dos cursos de formação para o casamento, ministrados por senhoras ligadas à Igreja Católica, na década de 1920. Idem, p. 101.

<sup>378</sup> MME. PERMOND. *Conselhos d’uma mãe as suas filhas*. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Centro da Boa Imprensa, 1923.

modos de agir que ela deveria seguir para ser aceita na sociedade, ser amada por seu marido e manter o lar em harmonia, sempre sob a égide da teologia cristã.

Podemos perguntar: por que a Igreja adotou essa manual para os seus cursos de formação do caráter da mulher? Em primeiro lugar, penso, porque estava de acordo com os preceitos defendidos por aquela instituição da época, que adotava um modelo de mulher que espelhasse as virtudes cristãs, da boa esposa, boa mãe, de mulher recatada, obediente e submissa ao marido. Para ela, a célula da família era a esposa-mãe e competia-lhe o sucesso do casamento. Recaiam sempre sobre a figura feminina as responsabilidades do casamento desfeito.

Nesse sentido, era tarefa da Igreja ensinar as jovens, as futuras esposas, os papéis sociais da mulher e a sua importância para manter a ordem familiar. Coube a ela a organização de associações religiosas e filantrópicas, lideradas pelas senhoras “mais destacadas” da sociedade local, que recebiam lições com o padre e depois as repassavam a outras mulheres. Um dos cursos, denominado de “banhos”, era endereçado às mulheres da cidade, e não apenas às mais destacadas, lhes ensinado a proceder em casa e em suas relações com o futuro marido. Para obter o sacramento matrimonial, era necessário frequentar um desses cursos. Os *Conselhos* de MME. Permond serviam, portanto, aos seus objetivos.

O ideal de mulher defendido pela Igreja era o esperado das moças não apenas oriundas das classes mais privilegiadas, mas de todas as classes sociais, que deveriam seguir o caminho do matrimônio. Este só seria confirmado após a participação da mulher nos cursos oferecidos pela Igreja, ministrados não diretamente pelo padre local, mas por senhoras originárias das famílias “mais destacadas” da sociedade local, criteriosamente selecionadas. Elas eram, primeiro, formadas, isto é, recebiam lições com o pároco local e, só em seguida, quando estivessem prontas, passavam para “instrução”.

Já dissemos que os trabalhos filantrópicos oferecidas pela Igreja eram buscados e incentivados na família como um trabalho enobrecedor. Portanto, eram muitos concorridos. Uma das qualidades encontradas na boa esposa e mãe, segundo MME. Permond era, por exemplo, “a caridade para com os infelizes”, título de uma de suas cartas.

Até que ponto os conselhos dados às mulheres e aos casais eram, de fato, seguidos? O modelo de mulher-mãe defendido pela Igreja foi o que prevaleceu entre, por exemplo, as famílias privilegiadas? Os cursos de formação de caráter obtiveram êxito? Tais perguntas, por mais que nos esforcemos para respondê-las ficariam sem respostas satisfatórias. Mesmo as respostas, ainda que baseadas em extensa documentação, sempre estariam incompletas, pelo simples fato de que as perguntas foram mal formuladas. Mais importante do que querer

responder se o modelo de mulher ideal foi o que prevaleceu, é analisar qual modelo normativo era buscado. Qual era a imagem desejada da mulher?

Para responder a isso, o livro de MME. Permond é um documento riquíssimo. Na impossibilidade de acesso a outras fontes, os seus *Conselhos* se configuram como indícios de que a sociedade ipuense, ou parte dela, lutou por estabelecer um padrão feminino desejado, como um contraponto da mulher do desejo, a prostituta. Se distanciar desse ideal colocava o risco para a mulher de ser confundida com a sua imagem invertida, aquela construída sobre a meretriz.

Por que tamanha preocupação, naquele momento, por parte da Igreja e da sociedade, com a formação do caráter da mulher? A organização dos cursos católicos voltados para reforçar os tradicionais papéis da mulher ipuense é um forte indício de que a prostituição e a assiduidade ao meretrício, até mesmo por homens casados e “de famílias respeitáveis”, era um problema a ser enfrentado. Pairava, sem dúvida, sobre a sociedade, o medo latente pelo desvirtuamento da “verdadeira mulher ipuense”, sempre entendida como a célula da família.

Tendo por base os Conselhos de MME. Permond, adotados como parâmetros pela Igreja e pela sociedade, vejamos como se constrói a imagem da mulher ideal.

O livro de conselhos é composto por vinte cartas. São endereçadas às filhas da autora e versam sobre a forma como elas deveriam proceder como meninas, esposas e mães. Seus conselhos são caracterizados por ela como *instrução* sobre os deveres e obrigações da figura feminina para com a sociedade, no decorrer de suas vidas, primeiro, enquanto menina, depois como esposa e, em seguida, como mãe. Agindo segundo as obrigações e deveres que lhes são imputados, a mulher contribuiria para manter a harmonia que deve reinar na sociedade e no lar: “Usando a mãe de prudencia, nenhum risco ocorrerá a innocencia da sua filha quando instruir sobre as obrigações para com o marido e na conducta que deve seguir, no intuito de evitar perigos, que podem perturbar a sociedade”<sup>379</sup>.

Para MME. Permond é obrigação da mãe o zelo pela educação e instrução das suas filhas, desde tenra idade, preparando-as para assumir os seus deveres e papéis sociais. Que papéis são esses? Em primeiro lugar, a mulher é aquela que exerce as funções de boa esposa e boa mãe. No primeiro caso, ela deve se anular enquanto mulher, dotada de vontades e sentimentos, em nome da satisfação do marido, da felicidade da família e da harmonia que deve reinar no lar. “Uma senhora joven sómente deve procurar agradar ao seu marido, pondo a máxima cautela nas conversas com pessôas novas”. As amigas devem ser bem

---

<sup>379</sup> Id. Ibidem, p. XV.

selecionadas e seus laços só devem ser estabelecidos quando se souber, após longo estudo, que a pessoa é detentora de estima e virtudes sociais. A mulher que assim proceder “o seu marido a amará e estimará muito mais”<sup>380</sup>.

Tudo deve ser feito para agradar ao marido ainda que isso seja, inicialmente, contra a vontade da esposa. Uma das atitudes que é objeto de censura na mulher é a falta de atenção que possa dispensar ao seu esposo. Nada mais contribui para isso do que as más amizades.

Nada ha mais digno de censura do que essas mulheres amaveis e provocadoras que nos salões mundanos esquecem as atenções que devem prestar aos seus maridos, prestando-as somente aos rapazes novos.

Si soubessem os juízos que d’ellas se forma, ficariam completamente desiludidas<sup>381</sup>.

Quando solteira, o perigo de se agir desta forma contribui para deformar a sua moral e para que nenhum rapaz respeitável a queira como esposa. “Ha quem sinta prazer de as envaidecer com lisonjas e galanteios; mas a verdade é que os proprios que as adulam não as escolheriam nunca para companheiras da vida”<sup>382</sup>. A mulher deve renunciar a todos os prazeres do mundo e se dedicar de corpo e alma ao amor do marido e dos filhos. “É preciso deixar para ultimo lugar os prazeres do mundo e consagrar-se antes de tudo ao amor do seu marido e dos seus filhos”<sup>383</sup>.

O lar, para “as senhoras da melhor sociedade”, mas também para as menos favorecidas, deve ser sagrado. Dele devem-se afastar todas as pessoas cujos atos são indignos.

É certo que muitas mulheres, que teríamos dificuldades de receber em nossa casa, nem todas terão praticados actos menos dignos; mas a sua leviandade obriga-no a afastal-as, e com razão, ainda que não fosse sinão pelo respeito severo que devemos a nós e á nossa casa<sup>384</sup>.

A mulher que nasceu para o lar e para o casamento, contraindo o matrimônio “contraí obrigações maiores”. A sua vida é viver para o marido e para os filhos. “O seu dever consistirá em tornar o marido e os filhos e sobretudo manter no lar a sua influencia moral e religiosa”<sup>385</sup>.

---

<sup>380</sup> Id. Ibidem, p. 17.

<sup>381</sup> Id. Ibidem, p. 17.

<sup>382</sup> Id. Ibidem, p. 17-18.

<sup>383</sup> Id. Ibidem, p. 19.

<sup>384</sup> Id. Ibidem, p. 19-20.

<sup>385</sup> Id. Ibidem, p. 21.

Como um sacerdote que renuncia à sua existência para seguir a sua missão, dada por Deus, a esposa tem como santuário a sua casa. “Desde que toma sobre si a direcção da família, ella é como que sacerdotiza do lar”. Deve, pois, como “cura d’almas” seguir a sua vocação.

A família é, com effeito, uma pequena parochia de que terá de dar contas um dia, e, á semelhança do parochio, deve possuir a abnegação e o espirito de sacrificio, sendo unico fim das suas acções o bem material e espirital d’aquelles que lhe foram confiados<sup>386</sup>.

Mas o sacrificio não é sem recompensa. Os deveres impostos pelo matrimônio, quando seguidos a risca confere a mulher “tambem graças e a primeira de todas é a possibilidade de se apoderar do coração do marido”<sup>387</sup>.

Ela “conseguirá o seu desejo” se seguir as suas obrigações. O primeiro deles é que deve, para o marido, “tornar-se bôa e affavel”. Dedicando-se a ele, conseguirá a harmonia familiar, esperada por Deus. Segundo os desígnios divinos, coube-lhe o papel de dedicar-se à família e jamais fugir dele, sob castigo de ver a sociedade desintegrar-se e a moral definhar. Desta forma, “uma mulher desde que se casa, jamais deve pensar em si e deve submeter-se a vontade do seu marido”<sup>388</sup>.

A felicidade ou desgraça sua, de seu marido e dos filhos, só compete a ela. Seu papel será exercido bem se fizê-lo com amor e vontade: “Com amor e vontade conseguirá isso muito facilmente; mas é só pelo amor e pela ternura que conquistará o coração do marido; do contrário fará a desgraça dos dous”<sup>389</sup>.

O lar, a casa, é o espaço de sua dedicação. É nele, quando bem cuidado, com “ternura” e “amor”, que a esposa conquistará aos poucos, o amor de seu companheiro.

Um homem só tomará affeição ao seu lar, demorando-se em casa com prazer, quando souber que a esposa o acolherá com palavras affectuosas e beijos ternos, mostrando-lhe as despesas que faz com elle, occupando-se do que o interessa e que, finalmente, só elle é o seu tudo. E nisso consiste a felicidade e o dever da mulher<sup>390</sup>.

MME. Permond adverte às suas filhas sobre o que acontece quando a esposa não se dedica a sua função. O resultado é a desgraça do lar e o abandono da mulher por seu cônjuge:

---

<sup>386</sup> Id. Ibidem, p. 22.

<sup>387</sup> Id. Ibidem, p. 22.

<sup>388</sup> Id. Ibidem, p. 25.

<sup>389</sup> Id. Ibidem, p. 25.

<sup>390</sup> Id. Ibidem, p. 26.

“Si o homem não encontrar em casa a ternura da esposa, o entusiasmo affectuoso do seu coração ha de procurar lá fora esse amor, que lhe falta: esse calor caricioso que não encontra no lar”<sup>391</sup>.

Segue uma série de conselhos que as mulheres deverão perseguir para manter a harmonia do lar: “é preciso estudar (...) desde os primeiros dias do casamento, o caracter do vosso marido, comprehender bem a sua natureza e conhecer os seus gostos”<sup>392</sup>; “procurae advinhar as qualidades que ele desejaria encontrar na sua mulher e fazer todo o esforço para as adquirir”<sup>393</sup>; é preciso “exercer uma continua vigilancia sobre o vosso modo de proceder, logo desde os primeiros dias do casamento”; “ter boa vontade de conquistar o coração do vosso marido”; “esquecer tudo, para só d’elle vos lembrades”<sup>394</sup>; nas adversidades é “á mulher que compete estudar os gostos e as tendencias do marido, para as abraçar ou modificar; porque a ella pertence o papel das concessões”<sup>395</sup>.

A mulher não pode esperar ou cobrar dos homens as concessões, pois

O marido raras vezes se curva ás exigencias da mulher, promovendo o seu desenvolvimento intellectual e moral. Não é esse o seu papel. O homem nasceu para mandar; a mulher para obedecer. O homem não é naturalmente propenso ás conversas<sup>396</sup>.

Nesse jogo de papéis bem definidos, eram esperadas da figura feminina as concessões e as responsabilidades pela felicidade da família. Exercendo a sua função, não fazia mais do que sua obrigação no exercício de seus deveres. Por outro lado, seria condenada pela sociedade caso o lar se desfizesse, por não ter cumprido a sua vocação de esposa, que vive para o marido, e de mãe, responsável pela educação e moral dos filhos.

Aos papéis da “bôa esposa” e “bôa mãe”, acrescentam-se um terceiro. Este certamente muito agradou a Igreja e pode ter contribuído para que seus *conselhos* fossem dados às mulheres ipuenses: ela deveria, acima de tudo, ser “boa christan”, ter bondade no coração e ser caridosa, ajudando os mais necessitados. Não à toa que muitas das mulheres saídas dos círculos mais privilegiados buscaram exercer atividades organizadas pela Igreja local, “ajudando aos necessitados”.

Das condutas esperadas da mulher qual devia ter maior peso? Qual devia ser a mais importante? Para MME. Permond, ela deve saber dividir bem as suas funções não sendo

---

<sup>391</sup> Id. Ibidem, p. 27.

<sup>392</sup> Id. Ibidem, p. 33.

<sup>393</sup> Id. Ibidem, p. 33-34.

<sup>394</sup> Id. Ibidem, p. 35.

<sup>395</sup> Id. Ibidem, p. 37-38.

<sup>396</sup> Id. Ibidem, p. 38.

necessário que “tome mais a peito o papel de mãe que de esposa”<sup>397</sup>. Seria muito perigosa a sua dedicação a apenas uma de suas obrigações.

Poucas mulheres sabem conservar o justo meio na affeição entre os deveres de esposa e mãe. Umas, inteiramente dedicadas ao marido, pouco se importam dos filhos, conferindo-lhes a mãos mercenarias; outras (este é o caso mais frequente), apenas têm filho, esquecem o marido e não querem saber de mais nada sinão o menino<sup>398</sup>.

Dentre as funções esperadas da mulher e ligadas aos afazeres domésticos, uma das mais importantes é dispor o lar de forma que seja sempre agradável ao marido, para mantê-lo junto a ela e para que não se sinta tentado a sair à noite. Ela, por suas atitudes, mas sem demonstrar, deveria impedir que o cônjuge frequentasse locais como bar, espaços mundanos, que busque bebidas, más companhias ou fique até tarde da noite na rua. Neste sentido, as esposas deviam sempre mostrar-se “bôas e amaveis com vosso marido, porque é necessario que elle ache mais prazer em estar em casa, junto de vós, do que em qualquer lugar”. Para isso,

Trabalhae de dia, para estar junto d’elle todas as noites, não o deixando adquirir habito de sahir á noite sem companhia; porque as horas que o trabalho deixa livres, sobretudo as da noite, devem ser passadas entre ambos<sup>399</sup>.

A mulher deve, pois, proporcionar ao homem, no recanto do lar, “todos os encantos e attractivos”. Mantendo-o em casa, ele não adquire “o gosto dos clubs e dos cafês”, onde se encontram “amigos funestos, que lhe farão perder o habito de estar em casa”<sup>400</sup>. Se deixar isso acontecer, será culpada pelo desvio do companheiro, pois

quando o marido foge de casa, a culpa é quase sempre da mulher; porque si soubesse fazer-lhe as vontades, si quizesse ser amavel e carinhosa, elle não sairia de casa, não a deixaria sósinha; sendo, portanto, necessario que a esposa se lhe dedique inteiramente, para o conservar junto de si<sup>401</sup>.

Segue-se, mais uma vez, uma série de conselhos de como manter o marido em casa e não permitir que saia do caminho correto. É essa mais uma das virtudes da esposa. O seu

---

<sup>397</sup> Id. Ibidem, p. 45.

<sup>398</sup> Id. Ibidem, p. 45.

<sup>399</sup> Id. Ibidem, p. 50.

<sup>400</sup> Id. Ibidem, p. 51.

<sup>401</sup> Id. Ibidem, p. 51.

talento “consiste justamente em guiar o marido e mantel-o no recto caminho, sem elle dar por isso”<sup>402</sup>. Ela deve ser sempre a “sentinella vigilante da honra de seu lar”<sup>403</sup>.

Nos seus papéis de esposa e mãe, cabia-lhe zelar pela educação dos filhos, moldando o seu caráter. Sempre vigilante, deveria se criar para eles, sobretudo na adolescência, ocupações desejáveis e estar sempre atenta às suas amizades. A educação das meninas deveria requerer maiores cuidados.

A regra geral relativamente às filhas é tel-as sempre na vossa companhia, sendo possível, deixando-as desenvolver com naturalidade a simplicidade, que são o grande encanto da juventude, ensinando-as a serem graciosas e amáveis<sup>404</sup>.

A educação da menina, voltada para reproduzir o comportamento da mulher, a jovem senhora, era uma preocupação sempre latente, porque a honra da família residia nela. Além da constante vigilância, necessário se fazia dotá-la de qualidades positivas.

Exige-se muito de uma senhora nova; porque é necessario que tenha qualidades oppostas entre si; energia e doçura; gravidade e encanto. E isso é difficil poder conseguil-o a mãe, de maneira a não descambar no exaggero. O que é preciso, é formar mulheres agradaveis e serias ao mesmo tempo, com uma educação christan perfeita, sem dar logar á mais leve critica. Isso leva muitos annos a conseguir e requer um estudo serio e uma grande vigilancia da parte da mãe<sup>405</sup>.

Dentro da divisão dos papéis sociais e sexuais, a esposa deveria saber, também, quais eram as funções do homem, para além das suas. É disso que tratam algumas cartas de MME Permond, como são os casos da CARTA XV (“deveres dos Paes para com os filhos”) e a CARTA XVI (“Deveres paternos”). No entanto, durante as suas “palestras”, MME Permond, em várias passagens, deixa em suspense qual é a função central da figura masculina. Cabia-lhe, acima de tudo, prover materialmente a casa. O espaço público do trabalho é reservado ao homem enquanto que a esfera privada, do lar, é o espaço de atuação da mulher. A sua missão é a casa, devendo ela compreender sua importância para manter a harmonia na sociedade. Se ao homem cabia o trabalho fora de casa, todas as demais funções eram deixadas às mulheres. Estas tinham, no entanto, que adotar uma forma de administrar os recursos materiais da melhor forma possível, não permitindo excessos. Cabia-lhe adotar um bom método de

---

<sup>402</sup> Id. Ibidem, p. 58.

<sup>403</sup> Id. Ibidem, p. 59.

<sup>404</sup> Id. Ibidem, p. 116.

<sup>405</sup> Id. Ibidem, p. 117.

governar a economia doméstica, de forma a bem empregar os recursos trazidos pelo marido. É disso que trata a CARTA XVIII (“Methodo de governar a economia domestica”).

(...) Não seria por ventura muito honroso para a mulher empregar com ordem a economia o dinheiro que o marido lhe entrega e que talvez lhe tenha custado muito a ganhar?

É um dever de honra para Ella respeitar esse dinheiro, fructo do trabalho e beneficio da Providencia; porque nem todos conseguem ganha-lo. E seria um verdadeiro crime entregal-o á má administração das criadas ou gastal-o em luxos exaggerados.

Tratar do bom governo da casa com gosto e com interesse é uma das primeiras obrigações da mulher; e o dever, ainda que seja humilde, nunca avilta ninguém; mas até pelo contrario grangeia o respeito. O esquecimento do dever é que é uma causa miseravel e aviltante<sup>406</sup>.

Finalmente, a CARTA XX (“Conclusão”), a última, encerra as palestras, reforçando sobre as principais obrigações da mulher de “boa família”. Como mãe e esposa dedicada “vive principalmente para cumprir a missão que lhe foi imposta, junto de seu marido e dos seus filhos”:

O mais bello elogio que se póde fazer da mulher, repito, é dizer que ella é uma mulher bôa e amável. Todas as outras qualidades; beleza, saber, intelligencia, não valem nada, comparadas com as precedentes; e, não as possuindo, não póde desempenhar o seu logar de esposa e da dona de casa<sup>407</sup>.

Portanto, seguindo os ensinamentos de Madame Permond, por um lado, os cursos católicos para a formação da mulher pareciam enfatizar as recompensas para a esposa-mãe, caso seguisse os seus desígnios, os papéis que dela eram esperados. Voltando-se para o casamento, a maternidade e administração do lar, construiria uma sólida relação familiar, obtendo o amor do marido e o respeito dos filhos.

Por outro lado, igualmente, os cursos de formação da mulher pareciam dar ênfase às punições (talvez castigos) para a esposa-mãe que se distanciasse de seus deveres. Contrariando sua natureza, a família se desfaria e a integridade física e moral do marido e dos filhos ficariam comprometidas.

Era esperado da mulher, pois, a realização de sua missão. Tinha ela um papel fundamental para a manutenção da família nuclear. Dócil e sempre amável com o marido, atenta, vigilante com a educação dos filhos, soberana na administração da casa, recaia sobre os seus ombros a moral e o caráter de todos aqueles que dependiam dela. Se, de um lado, ela

---

<sup>406</sup> Id. *Ibidem*, p. 137-138.

<sup>407</sup> Id. *Ibidem*, p. 155.

deveria se isolar como pessoa frente ao marido, fazendo todos os seus gostos, de outro, a sociedade e a Igreja conferiam a ela uma enorme autoridade na esfera doméstica, o que quebrava, pelo menos neste espaço, a autoridade do marido-pai, que deveria se afastar das responsabilidades da administração da casa. Mais do que manter a ordem do lar, a casa era o local onde se formava o caráter e a moral não apenas dos filhos, mas também do marido e os traços que definiriam o futuro de todos. Daí a grande responsabilidade moral que recaia sobre os ombros das esposas.

Esse ideal de mulher associado às imagens da figura feminina purificada, amável, dócil, quase dessexuada, com os entes queridos, dedicada e submissa e que vive em função da família, era o próprio contraponto da mulher sensual, sedutora, pecadora, que levava o homem à perdição e era a responsável pela dissolução de muitos casamentos.

A figura da prostituta, comum aos olhares nas primeiras décadas do século XX em Ipu, pode ter levado a uma atitude de maior preocupação, sempre latente entre as classes privilegiadas, com a conduta das mulheres, com a educação dos filhos, sobretudo, com a educação das meninas, às vezes representadas como frágeis e tentadas à perdição. Talvez não fosse exagero afirmar que, de fato, o ideal de mulher, buscado pela Igreja e parte da sociedade ipuense no limiar do século XX, se fortaleceu ao mesmo tempo em que a tentativa de controle da prostituição no município e o seu confinamento, longe dos espaços de circulação da “melhor sociedade”.

A exposição do corpo e a sua venda no espaço público, nas primeiras décadas do século, expunham o modelo invertido de mulher buscada pelas famílias preocupadas com a manutenção dos valores morais da família ipuense. Se de um lado, a prostituição nas ruas, diante dos olhos da sociedade, era um perigo que colocava em risco a manutenção dos valores buscados, por outro, tais valores eram sempre defendidos como civilizados. O ipuense, desde seu nascedouro trazia em seu ser, segundo as representações construídas, “foros de civilização e cultura”, tematizados com base na ideia de que o progresso e a modernidade já eram uma realidade.

Na cidade moderna buscada não havia espaço para a libertinagem da mulher-modelo e a prostituta só era aceita quando apartada desta *urbs*, confiada em espaços próprios para a compra e venda do sexo.

### **5.3 Historiografia: modernidade e prostituição**

Aqui, ao mesmo tempo em que nossa análise se aproxima, em alguns pontos, das conclusões da historiografia brasileira sobre a prostituição no mesmo período de nosso estudo, se distancia, em outros pontos. Embora a prostituição apareça como objeto de estudo na historiografia brasileira, que a identifica desde o período colonial, ela tem aparecido com mais frequência como objeto de análise nas ciências sociais, privilegiando a segunda metade do século XIX, nos centros urbanos em transformação, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo, dentre outros<sup>408</sup>.

No que se refere à historiografia especificamente, a prostituição aparece como tema privilegiado nos estudos sobre a modernidade (*belle époque*), nas décadas de 1980 e 1990, como discutimos no segundo capítulo, isto porque, uma das conclusões destes trabalhos é de que a prostituição é um fenômeno característico de uma sociedade em que predominam as relações de troca e cujo conceito não pode ser projetado retroativamente para outras formações sociais do passado, sem a perda de sua singularidade, própria de um período burguês em que as relações capitalistas se fundamentavam<sup>409</sup>.

Para boa parte dessa historiografia, a prostituição é entendida como uma das faces da própria modernidade do período. Ela teria desempenhado uma função civilizadora na *belle époque* do Rio de Janeiro e de São Paulo no entre séculos. Jeffrey Needell<sup>410</sup>, ao analisar a cultura de elite carioca, na virada do século XIX para o século XX, defende que a prostituição é um fenômeno produzido pelo mundo fetichizado, burguês, que busca o consumo dos objetos por seu revestimento com valores simbólicos. Desta forma, a prostituta buscada pela elite carioca era a francesa (a *cocote*) e estava ligada ao fato de que ela poderia ensinar-lhe os cobiçados refinamentos da civilização, uma vez que as classes privilegiadas da capital republicana viviam a fantasia de reproduzir, nos trópicos, o modelo de civilização europeia. Assim, as preferências sexuais ligavam-se a identificação com os paradigmas aristocráticos franco-inglês como elemento essencial na cultura e sociedade de elite.

As conclusões de Margareth Rago, para o caso de São Paulo, não se distanciam daquelas a que chegou Jeffrey Needell. Para ela, a prostituição desempenhou uma função civilizadora na sociedade provinciana de São Paulo do mesmo período. Com base na documentação pesquisada, em especial os romances, a autora defende a tese de que a prostituta - elegante e, sobretudo a francesa - no espaço urbano, nos cafés, *rendez-vous*, “casas

---

<sup>408</sup> BARBOSA, Romilda Meira de Souza. O sujeito da prostituição na mídia. Disponível em: <<http://www.uems.br/na/discursividade/Arquivos/edicao02/pdf/Romilda%20Meire%20Barbosa.pdf>>. Acesso em: 10 maio, 2012.

<sup>409</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Op. cit.

<sup>410</sup> NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*. Op. cit.

alegres”, teatros, restaurantes e outros espaços, ensinavam as regras sofisticadas de conduta aos paulistanos fascinados com as conquistas da modernidade e do progresso. A venda do prazer era acompanhada de práticas eróticas, sexuais, mais refinadas. Nos espaços destinados ao “amor venal”, se praticavam formas de sociabilidades referenciadas por padrões da cultura europeia. “Homens de idades, classes e profissões, nacionalidades diversas participavam desse microcosmo, discutindo política, jogando cartas, dançando, acompanhados pelas cocotes ou pelas meretrizes mais pobres”<sup>411</sup>.

A busca pelo meretrício, sobretudo a prostituta de luxo e, mais ainda, a francesa, pelos homens enriquecidos com o desenvolvimento urbano-industrial do período, se insere no contexto em que o consumo da mercadoria de luxo, sobretudo importada dos locais “civilizados”, da Europa, portanto, dava a sensação de se viver a fantasia moderna de ser superior e civilizado. Neste sentido, para a autora, a prostituição teria sido uma das faces da modernidade paulista. A prostituição é, portanto, entendida como parte da introdução de novos hábitos advindos pelo progresso e a modernidade do período. Ela se torna, assim, um consumo de luxo, uma mercadoria fetichizada<sup>412</sup>. Consumi-la, para muitos, dava a sensação de viver em um mundo em profunda transformação.

Embora dois estudos anteriores, que já se tornaram clássicos, tenham analisado a prostituição como objeto de controle levado a cabo pela sociedade burguesa, que identifica a prostituição como doença e com o objetivo de higienizar a cidade e disciplinar os espaços público e privado, sobretudo das classes pobres, apoiando-se no discurso médico-sanitário<sup>413</sup>, estudos posteriores, como mostramos acima, tenderam a pensá-la como uma face da modernidade, analisando-a, também, como positividade. São estas conclusões que prevalecem na produção sobre a prostituição do mesmo período, guardadas as devidas especificidades de cada estudo<sup>414</sup>.

---

<sup>411</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Op. cit. p. 28.

<sup>412</sup> Como fica patente, tanto Jeffrey Needel quanto Margareth Rago se apoiam em Walter Benjamin que, ao discutir a modernidade de Paris, com base no olhar de Baudelaire, se vale do conceito marxista de fetiche da mercadoria para caracterizar o mundo burguês.

<sup>413</sup> ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840)*. São Paulo: Brasiliense, 1988, e RAGO, Margareth. *Do cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Note-se que em ambos os estudos a prostituição é, implicitamente, entendida como um fenômeno urbano em transformação, como resultado do crescimento econômico.

<sup>414</sup> Ver, por exemplo, SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro. Pobreza e prostituição na Belle Époque: 1890-1917. *Revista de História Regional*. 10 (2): 87-108, Inverno, 2005. FRANÇA, Jorge Luiz. Trilhando a Belle Époque feminina: representações sexuais da meretriz popular Ribeirão Preto. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom. RAGO, Margareth. Imagens da prostituição na Belle époque paulistana. Artigo apresentado na *Primeira Conferência internacional sobre Moças, Alice in Wonderland: Traditions and Dilemas*, realizado em Amsterdã, entre 16 e 19 de junho de 1992. Disponível em <[HTTP://www.pagu.unicamp.br/files/pagu01.04.pdf](http://www.pagu.unicamp.br/files/pagu01.04.pdf)>. Acesso em: 10 maio, 2012. PERINELLI NETO, Humberto e FRANÇA, Jorge Luiz. Sedução, disciplina e marginalização: a

Neste ponto, o nosso estudo se distancia da historiografia brasileira. Na cidade de Ipu a prostituição nunca é vista como uma face da modernidade, pelo contrário, é representada no discurso como a sua face oposta e que deve ser banida do espaço público, de um lado, e do cabaré, portanto, do espaço privado, de outro, quando este estava no centro da cidade, onde se identificava os símbolos e signos da modernidade.

---

prostituição na Ribeirão Preto da *Belle Époque* (1813-1919). *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 38, 2009. Disponível em: <[HTTP://www.historica.arquivoestado.sp.br/materiais/antiores/edição38/materia02texto02./texto02.pdf](http://www.historica.arquivoestado.sp.br/materiais/antiores/edição38/materia02texto02./texto02.pdf)>. Acesso em: 10 maio, 2012. MELLO, Rafael Cardoso. Entre ofícios e representações: as mulheres de Ribeirão Preto na transição do século XIX e XX. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 45, dez. 2010. Disponível em: <[HTTP://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/antiores/edição45/materia03/texto03.pdf](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/antiores/edição45/materia03/texto03.pdf)>. Acesso em: 10 maio. 2012.

## CAPÍTULO 6

### VERSO E REVERSO DE UMA CIDADE: O “CONTROLE” DO NAMORO, DOS JOGOS E DA “SUJEIRA”

Assim como a exposição e venda do corpo, em local público, outras práticas seriam alvos de censura, repressão e tentativas de controle, no limiar do século, como são os casos dos namoros “indecorosos” em praças e locais mais públicos da cidade, jogos associados às classes menos abastadas e em particular o “jogo do bicho” e a criação de animais soltos pelas ruas da cidade. Tais práticas eram consideradas danosas ao bom convívio social. Todo comportamento contrário aos “bons preceitos modernos” deveria ser duramente vigiado, reprimido e disciplinado.

Os agentes defensores da modernidade tomavam para si a responsabilidade pela vigilância e preservação da boa conduta e da boa moralidade da população nos usos dos locais públicos. É em nome da moral, boa conduta e das boas regras sociais que todo e qualquer comportamento “desviantes” passou a ser alvo de sanção, controle, repressão e, em alguns casos, da zombaria. A nova cidade buscada deveria estar limpa “dessas manchas”. O retrato a ser revelado deveria expurgar de seu quadro as nódoas que poderiam manchá-lo.

Mas, as nódoas poderiam ser varridas da imagem?

É da tentativa de controle e da ânsia por extirpar dos espaços públicos da cidade costumes que eram vistos como obstáculos à construção de uma nova cidade, moderna, que a sua contraimagem é revelada. Da mesma forma que o retrato buscado foi objeto de construção, a sua imagem refratada ou invertida, também o foi. Os costumes da população, como no caso da prostituição, aparecem nas páginas dos jornais como espetacularizados. Os jogos de azar praticados pela “gente miúda”, os namoros em locais públicos, praticados pelos *Don-Juans*, e a prática arraigada de se criar os animais soltos pelas vias públicas da cidade são elevados, também, a categorias de demônios. Como tais, deveriam ser exorcizados dos espaços públicos da cidade, por representarem, juntos, um sinal de sujeira ou uma cor cujo tom contrastava com o resto da imagem.

Assim, pode-se perceber claramente: o mesmo discurso que no limiar do século XX diz sobre o progresso da cidade, diz também sobre o seu reverso. A cidade de Ipu, que na fala de seus agentes aparece como progressista, mostra-se, também, como o espaço do atraso, da precariedade, da “barbárie” atacada. Não significa dizer que concordamos com o fato de que essa imagem invertida mostrada da cidade do progresso era a “real”. Não é essa a nossa questão. Mesmo porque ambas as imagens, a do progresso e a do anti-progresso, foram

objetos de construções, elaborações que tinham como parâmetros sempre valores ligados à chamada modernidade. É assim que práticas sociais antes tidas como “normais”, “naturais”, porque resultados da cultura, são tematizadas como “anormais”, atributos dos povos “bárbaros”, “incivilizados”, “arcaicos”. Tais valores só aparecem subjetivados assim, porque outro conjunto de referenciais passou a revelá-los desta forma. São sempre visualizados como os outros do progresso, da modernidade. É a busca pelo novo que leva a se pensar no outro (ou nos outros) como velho. Podemos perguntar se o “novo”, de fato, é novidade e se o “velho” é, de fato, o arcaico.

Assim, é da vontade de se fundar e viver em uma nova/outra cidade que também se revela a cidade que se quer destruir, isto é, a cidade “real”, também objeto de construção representativa, que no discurso se mostra precária, ante o desejo de transformá-la. Esta cidade “real” aparece de forma mais nítida, na fala dos agentes do progresso, quando as reclamações recaem sobre as práticas culturais de seus “habitantes comuns”, as classes menos favorecidas, que usam os seus espaços no cotidiano.

## 6.1 Namoros

A busca pelo controle e a imposição de normas e regras sociais para a população ipuense, mormente para as camadas menos privilegiadas, não foram levadas a cabo única e simplesmente por meio da força policial e/ou da coerção. Se, de um lado, os redatores e colaboradores do *Correio* utilizaram suas páginas para cobrar da força policial ações duras para dissipar alguns costumes “desviantes” e “ilícitos”, também as utilizaram para chamar a atenção de seus leitores para a necessidade de se extinguir algumas práticas sociais que colocavam em risco os “nossos foros de terra” e “povo civilizado”.

Ainda que em alguns momentos façam ataques violentos às práticas que eram alvos de suas reclamações, o mais característico foi o uso de uma linguagem mais formal, técnica, erudita e dentro dos padrões “normais”, isto é, de respeito e obediência aos “bons preceitos”, além de claramente optar pelo uso da norma culta. Era uma forma de preservar os seus nomes, manter uma postura séria e respeitosa.

Por outro lado, as mesmas pessoas que fizeram circular o *Jornal Correio do Norte* publicaram também algumas “folhas gaiatas”. Em suas páginas usaram uma linguagem mais ousada, sarcástica e irônica, algumas vezes violenta e insultora, como estratégia para atacar práticas e costumes tidos como “desregrados”, “desviantes” ou “imorais”. Usaram da tinta e

papel para ridicularizar, humilhar, provocar embaraço e vergonha como forma de buscar corrigir, consertar, emendar alguns costumes e práticas populares.

Como mostra Marco Aurélio Ferreira da Silva, em sua tese de doutoramento, essa era uma forma que buscava, em última instância, provocar naqueles elementos de práticas “desviantes”, uma sensação de vergonha e embaraço e que fosse capaz, quando era ridicularizado, de contribuir para uma autorreflexão e de mudança de comportamento. Qualquer pessoa que não se enquadrasse dentro das “regras” de civilidade defendidas como superiores poderia ser alvo de seus ataques, o que, se acreditava, funcionava como uma arma para internalizar “normas” e comportamentos esperados por aqueles que atacavam<sup>415</sup>.

Foram os namoros em praças públicas e em locais sagrados ou próximos a eles, como a Igreja, o tema predileto dos pasquins editados em Ipu, pelo menos daqueles que tivemos acesso. Das diversas folhas “gaiatas” publicadas na *Terra de Iracema*, nas primeiras décadas do século XX, selecionamos algumas para a nossa análise, são elas: *A Espora*, *A Futrica*, *O Bezouro*, *O Binóculo*, *O Chicote* e *O Barbicacho*. Os anos entre 1917 e 1924 marcam um período em que a publicação de inúmeras folhas foi uma realidade, e isso se justifica, em parte, pela existência de um prelo na cidade, a *Typographia d’O Campo*.

O principal jornal impresso em suas oficinas era o *Correio do Norte*. No entanto, muitas folhas pasquineiras, chamadas por Oswaldo Araújo, um de seus colaboradores, de “jornaisinhos gaiatos”, saíam dali. Foram elas *O Chicote*, *O Guarani*, *A Espora*, *O Barbicacho*, *O Bezouro*, *O Binóculo*, todos de 1919; *A Futrica* (1920), *O Alfinete* e *O Abacate*, de 1922, *A Batata* e *É Buraco*, de 1923; *A Banana* e *O Automóvel*, de 1924. Todas ou quase todas essas folhas (em nossa pesquisa não conseguimos ter acesso a totalidade delas) tinham como tema o ataque aos “maus costumes” de setores sociais ipuenses. Nos anos posteriores apareceram outras folhas, mas não com a mesma efervescência do período anterior<sup>416</sup>.

Essas folhas tinham como características físicas, seu pequeno formato in-4º, com quatro páginas. Sua venda e/ou distribuição eram feitas em alguns estabelecimentos comerciais e na tipografia onde eram impressas. Em sua maioria, não fazem uso de anúncios e nem aceitam assinaturas.

Não utilizam gravuras, com exceção do *O Barbicacho*, que faz uso delas em apenas algumas de suas edições. Sua periodização é irregular e seus redatores são “anônimos”, ou

<sup>415</sup> Ver SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. *Corrige os costumes rindo: humor, vergonha e decoro na sociabilidade mundana de Fortaleza (1850 – 1900)*. 2004. 212 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

<sup>416</sup> Cf. ARAÚJO, Oswaldo. Imprensa de Ipu. Op. cit.

melhor, se utilizam de pseudônimos. A tiragem é reduzida e pelas referências e as brincadeiras em tom de gozação leve feitas aos seus pares (a alguns dos agentes do progresso) é muito provável que na época se soubesse quem eram os seus redatores. Algumas dessas folhas, como é o caso do *O Barbicacho*, deixam transparecer quem são os responsáveis pela edição do pasquim.



Figura 17: Jornal *O Barbicacho*. Primeira página da edição de estreia. Cópia digitalizada, acervo do autor.

De tiragem reduzida, algumas folhas foram impressas para serem distribuídas gratuitamente, bem como outras delas, não apenas as que utilizamos aqui, não passaram do primeiro número. Aqueles pasquins que ultrapassaram a primeira tiragem tiveram, no entanto, uma circulação de curto período. Não há casos de perseguição política ou policial a essas folhas e a seus redatores, razão pela qual não se pode tomar essa questão como a explicação para sua vida curta. A razão para isso diz respeito, talvez, (pois a edição desses pequenos jornais parecia não demandar grande elaboração e nem grandes gastos) mais às dificuldades financeiras para mantê-las, uma vez que, para a sua publicação, não havia apoio material de instâncias estatais nem o patrocínio por meio de anúncios. Estes ficavam com o *Correio do Norte*.

O seu conteúdo não teve característica político-partidária. Em todas as folhas são os costumes e a moral as razões centrais de sua existência. Ataca-se, por exemplo, os namoros

em praça pública das moças e rapazes da localidade; empreende-se uma perseguição aos romances das “casadinhas” e dos “casados”, do “fuxico” envolvendo as famílias “illustres”, da “sociedade” local, do jogo, das festas populares, dos sambas realizados pelas bandas do cabaré e de alguns costumes que iam contra os novos ideais de civilidade e progresso defendidos. O enfoque estava voltado para práticas cotidianas relacionadas ao lazer, festas e a vida privada daqueles que eram alvos de ataques.

Faz-se uso de diálogo entre dois personagens fictícios ridicularizando práticas e costumes de algumas pessoas. Da mesma forma, fez-se uso de versos poéticos rimados, utilizando os nomes daqueles que se queria ridicularizar ou dando pistas, como o modo de andar, dos locais que frequentam ou revelando particularidades de sua intimidade, conhecidas, de modo que todos que liam, pudessem saber de quem se tratava.

A maioria dessas folhas, senão todas, foi impressa na *Typographia d'O Campo*, a mesma que imprimia o *Correio do Norte*. Apenas para *O Binóculo* não é possível afirmar com toda a certeza que era impressa ali, mas todas as evidências apontam para isso, uma vez que um dos que assinam suas pilherias é um tal Zé Pombo, apelido de um dos tipógrafos daquele estabelecimento, conhecido por aqueles de seu círculo de trabalho.

Em todos esses “pasquins”, seus redatores e colaboradores fazem brincadeiras com seus próprios pares valendo-se de intimidades e particularidade ligadas ao seu dia a dia, mas, para estes casos, sem ataques violentos evidentes. O tom é de gozação com os companheiros, o que explica o fato de terem sido publicadas várias folhas como respostas àquelas que o gozavam. Ao citar esses nomes e as trocas de “ataques”, em tom de brincadeira, é que foi possível a constatação de que seus redatores são, em sua maioria, os mesmos que escreviam no *Correio*, ao lado dos tipógrafos que gozavam de certo prestígio.

O anonimato e o uso de pseudônimos garantiam uma maior liberdade de expressão e de ataques, às vezes violentos, tendo como alvo algumas práticas cotidianas dos populares. Explica também o uso de uma linguagem mais despojada e pilhérica, com frases e palavras de “baixo calão”.

A ironia e o riso foram amplamente usados por seus redatores. Estes, na maioria das vezes, invadem a intimidade daqueles que eram alvo de chacota, bem como de suas vidas particulares.

Algumas dessas folhas traziam como epígrafe uma frase violenta, já demonstrando o seu “programa”. O próprio título já revelava muito. *O Binóculo*, que se dizia impresso ou surgido no *Alto dos Quatorze*, bairro que fica na subida da Serra da Ibiapaba, de onde se pode visualizar a cidade, trazia a ideia de vigiar os costumes e atacar os “desvios” para corrigi-los.

*O Chicote* fora fundado para dar “lapadas” em todos aqueles que não seguissem os preceitos da “boa moral” e da “boa conduta”. O mesmo pode ser dito do *O Bezouro*, com a ideia de “ferroar” aqueles que não seguissem os bons preceitos, e d’*A Espora*, cuja *rozêta* também era usada para “esporar” os “desviantes” e “indecorosos”. Seguiu o mesmo raciocínio, *O Barbicacho*, que significava o cordão que prendia o chapéu na cabeça. A cartola era um dos símbolos dos “homens civilizados” na época. Caso o seu dono perdesse o cordão ou não o usasse, isto é, caso não seguisse os valores de civilidades, cabia ao *Barbicacho*, por meio de seus redatores, chamar a atenção do desviante.

Os redatores se utilizaram das pequenas folhas, mais baratas e, por isso, mais viáveis, como armas para combater, ridicularizar e controlar os costumes da população local, sobretudo, dos populares, entendidos como nocivos a um convívio pautado por valores “civilizados”. Muitas vezes, tais valores são atacados também por colocarem em risco a moral das famílias recatadas do lugar, como foram os casos dos namoros, seja em praça pública, em festas ou em outros locais, e as paqueras em locais sagrados, como aquelas que ocorriam na Igreja, tematizadas também como namoros indecorosos. Ambas as práticas eram entendidas como maus exemplos para as “moças de família”, que deveriam possuir uma postura de respeito e formar o seu caráter para assumir os papéis que a sociedade e a Igreja esperavam delas.

Os namoros expostos, muitas vezes à luz do dia, aos olhos de todos, eram entendidos por aqueles que escreviam nos jornais, e para parte da população que os denunciavam à imprensa local, como maus exemplos para as famílias locais. A sua frequência e exibição pelas ruas e praças, ainda que velados como a paquera (troca de olhares e gestos), tornavam-se perigosos, sobretudo para as moças, que deveriam ser resguardadas de tais cenas. Os romances proibidos, quando expostos à fofoca, ou os namoros em praça poderiam seduzir as moças e desvirtuá-las de seu verdadeiro caminho (o bom casamento). Particular ataque foi centrado contra os chamados *Don Juans* que, segundo os pasquins analisados, infestavam a *Terra de Iracema*, seduziam as moças direitas e manchavam a moral das famílias ipuenses.

Desta forma, estabeleceram-se um conjunto de interdições, proibições, normas de comportamento e condutas que deveriam servir de referência para a população, de um modo geral, e não apenas para os populares, embora estes fossem sempre os alvos prediletos das pequenas folhas. Quando as normas de condutas não eram seguidas pelos indivíduos, estes ficavam sujeitos às proibições, sanções morais e aos ataques, quase sempre violentos. Neste caso, não se tratava de uma repressão física, mas simbólica. Os descumpridores dos preceitos

morais defendidos eram, não raras vezes, associados à ignorância, à selvageria, à barbárie, enfim, ao incivilizado.

Para aqueles que circulavam pelos salões do *Grêmio* e do *Gabinete* existia uma espécie de manual de conduta que deveria ser seguido, apreendido na educação familiar e na educação formal, vulgarizado, por exemplo, nas páginas do *Correio do Norte*. A não obediência a tais regras era uma falta imperdoável. Mas, neste caso, tratava-se mais de uma etiqueta a ser seguida por aqueles que se arrogavam como “civilizados”. No entanto, ao lado da aprendizagem da etiqueta vinham os valores morais a serem seguidos e apreendidos também no seio familiar e nas sociabilidades dos clubes. A sua quebra colocavam em risco os valores seguidos pela “boa sociedade” e, desta forma, deveria ser emendado, em primeiro lugar, mediante uma leve sanção moral, uma advertência, por exemplo, e, em caso de reincidência, sua expulsão e execração ao público, cujo objetivo era a produção da vergonha e do embaraço. Neste caso, não havia um manual escrito que devesse ser ensinado e estudado, mas o bom senso. Deviam-se seguir os valores adquiridos na educação familiar e formal e os bons exemplos.

Para a população fora dos círculos dominantes, os menos favorecidos, entendidos como potenciais desregrados, a violência das sanções morais era mais explícita. A estratégia usada era ridicularizá-los, associá-los à ignorância, à sujeira, a tudo quanto fosse negativo. Algumas das interdições e proibições a essas classes podem ser visualizadas pelas páginas dos pequenos jornais “anônimos”, que não pouparam ataques violentos aos costumes que consideravam imorais, desviantes e anti-civilizados. Assim, associá-los ao ridículo, expondo para todos os seus “maus exemplos”, era uma forma de repressão, que tinha como intento a busca por corrigi-los. Extirpá-los do espaço público era uma forma de limpar as manchas em “nossa civilização”. Se se quer provar que o povo ipuense é, desde seu nascedouro, civilizado, então, determinadas práticas sociais, entendidas como imorais e incivilizadas, deveriam ser extirpadas dos espaços públicos da cidade.

Os pasquins editados em Ipu, entre 1917 e 1924, ao tematizar sobre os costumes da população (fofoca, namoros, festas) acabaram por condenar certas práticas como ilícitas e buscaram censurá-las por meio de sua exposição em suas páginas, cujo objetivo era vê-las, sejam corrigidas, sejam extirpadas dos olhares de todos. As “atitudes indecorosas” de sua população eram vistas como um risco à ordem que se queria estabelecer para a cidade por aqueles que tinham o privilégio de escrever na imprensa. As reclamações, ao mesmo tempo em que tinham a intenção de estimular o seu leitor a corrigir seus possíveis desvios, também buscavam formar a opinião em defesa dos valores morais defendidos.

Assim, ao mesmo tempo em que tanto o *Correio do Norte* quanto as pequenas folhas buscaram divulgar e estimular normas de condutas entendidas como saudáveis e lícitas no seio da população ipuense, também atuaram como veículos inibidores de certas condutas entendidas como insidiosas, indecorosas, desviantes. Se de um lado, a ideia era permitir a interiorização das normas e condutas esperadas, por meio de sua exposição nas páginas do jornal, de outro, buscava-se interditar e reprimir práticas sociais que se queria eliminar dos espaços da cidade.

No caso do *Correio do Norte* o ataque foi mais velado e a linguagem usada deveria estar de acordo com o prestígio daquele órgão. O mesmo não pode ser dito para o caso das “folhas gaiatas”. Aqui o ataque foi mais aberto e os alvos prediletos todos aqueles que não fossem seguidores dos comportamentos enquadrados nas regras de civilidade e da moral justa. Não se poupou o uso de palavras de baixo calão, portanto, desrespeitosas, dos insultos e da violência simbólica. Os “desvios” eram tratados como um tumor que deveria ser extraído do corpo, para sua plena saúde. Neste último caso, a injúria caminhou no sentido de atacar os pretensos defeitos físicos daqueles que não seguissem à risca a boa moral, como forma de ridicularizar.

Embora a publicação de pequenas folhas fosse a já expressão de uma cultura letrada, que começava a se estabelecer no âmbito local, sob o controle das classes abastadas, e que expunham nelas seus anseios e interesses, ela não deixou de incorporar aspectos de uma cultura oral, tradicionalmente associada aos grupos populares. Neste caso, os pasquins editados em Ipu, naquele momento, são bastante significativos. O “fuxico” ou a “fofoca”, outro tema explorado em suas páginas, talvez seja o exemplo mais característico da presença dos aspectos de uma cultura oral em suas páginas. A tinta e o papel assumem essa função nessas pequenas folhas “gaiatas”. No entanto, ao contrário do “fuxico” do dia a dia, que quase sempre nunca expõe diretamente aqueles que são alvos dos comentários, uma vez que eles nem sempre tomam conhecimento disso e que estão expostos “às bocas pequenas”, o jornal o redimensiona, uma vez que o objetivo é, de fato, expor ao ridículo todos aqueles que cometem atos “desviantes”, isto é, que não seguem os passos de uma moral buscada.

Todos os “pasquins” que analisamos tinham como programas defender os bons costumes e os bons preceitos de civilidade, já o dissemos. Vejamos o programa do *O Binóculo*<sup>417</sup>, em seu primeiro número: “Para engrandecimento d’esta futura Ipu, surge hoje na arena jornalística este pequeno semanário crítico humorístico e noticioso ‘O Binóculo’ que

---

<sup>417</sup> Tinha como epígrafe *JORNAL CRITICO, HUMORISTICO E NOTICIOSO* e tinha como *Redator-Chefe Zébedeu e Secretário e gerente Zé da Roça*.

se propõe defender a moral da terra ipuense”. Seu papel seria “reclamar contra os abusos d’estes d. Juans que infestam nossa urbs”<sup>418</sup>.

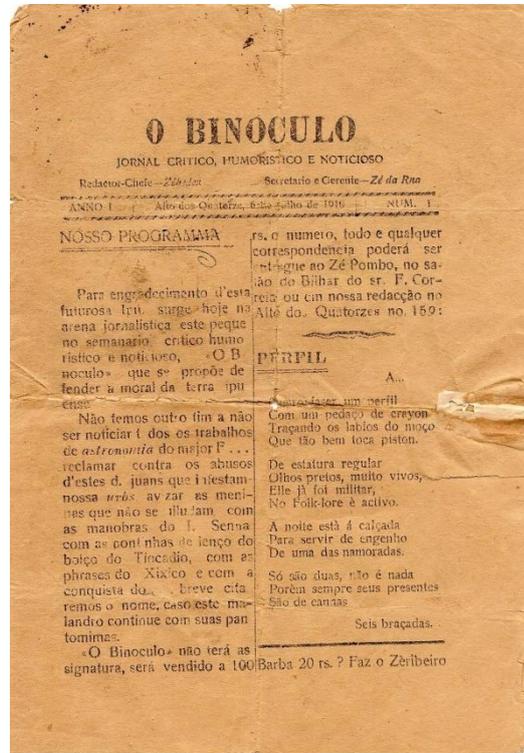


Figura 18: Jornal *O Binoculo*, primeira página do número 1. Cópia digitalizada, acervo do autor.

O mesmo programa é defendido pelo *O Barbicacho*<sup>419</sup>: “Apresenta-se hoje ao publico ‘O Barbicacho’, não de Barbicacho, mettido, mas simples, pacato e amigo, defendendo os bons princípios de moralidade, e ficando alerta contra a capirangagem”<sup>420</sup>.

Por último vejamos o programa da *A Espora*:<sup>421</sup>

O nosso programma será defender a moral e corrigir as proesas dos nossos “moços bonitos” e demais assumptos que interessam a collectividade. Esperamos anciosos o melhor acolhimento e não irrite-se com nossas palestras e aconselhamos andarem bem direitinho para não desmantelarem a rozêta d’“A Espora”<sup>422</sup>.

O tema dominante dessas folhas diz respeito aos namoros. Portanto, analisaremos apenas essa questão nesses pasquins. Os ataques a essa prática são feitos com base em um

<sup>418</sup> *O Binoculo*. Ipu, p. 1, jun. 1919.

<sup>419</sup> REDACTOR-CHEFE J. PARFUCIO.

<sup>420</sup> *O Barbicacho*. Ipu, p. 1, dez. 1919.

<sup>421</sup> Tinha como divisa ser um *ORGÃO CIVILISTA, LITTERARIO, NOTICIOSO* e como REDACTOR-CHEFE Dr. Matta Bicho.

<sup>422</sup> *A Espora*. Ipu, p. 1, jan. 1919.

forte conteúdo e de um discurso moralizante. O jornal *A Futrica*<sup>423</sup> que surgiu, principalmente, para atacar os namoros, diz em um de seus “commentarios”:

Chamamos a atenção de um namoro mesmo danado de um cavalheiro que se diz casado com uma casadinha que mora em uma de nossas ruas.  
Faz horror o namoro, depois se marido souber...  
Là o nosso grito de alarde<sup>424</sup>.

Antes, estampou em suas páginas: “Quando *A Futrica* aparece, muitos mocinhos que estão alto descem”,

O jornal crítico é uma arma do [contra o] abuso e intolerância deste pessoal que sem cabresto, quer viver a ufa em exploração com a moral  
E não tenham queixa  
“Quem não quer ser bobo não lhe veste a pelle”<sup>425</sup>.

Para essa folha, aquele que não quiser ser alvo de censura que “caminhe na linha”. Na citação acima os redatores da *A Futrica* têm a plena consciência de que o jornal pilhérico, “crítico”, é uma grande arma capaz de corrigir os abusos e a “moral desviante” da população local.

O jornal pilhérico em Ipu pode-se dizer, surgiu, em parte, da necessidade ou da busca de seus redatores de alinhar os costumes de sua população aos anseios de se fundar uma cidade do progresso. Urgia, dessa forma, regular as condutas e posturas de sua população quando do uso de seus espaços públicos e sociais. Se se defendia que a cidade estava adquirindo uma feição moderna, logo os seus habitantes deveriam seguir um conjunto de novos preceitos ligados ao novo. Se a folha impressa era usada para atacar e se os pasquins atacavam violentamente parte da população em suas usanças, também tinha um papel pedagógico. Deveria ensinar-lhes a se portar segundo um novo receituário e a usar os espaços públicos da “nova cidade” mediante nova postura.

O pasquim era visto, pois, como uma arma poderosa, capaz de educar o seu povo no quesito moralidade e no uso da cidade. Ridicularizar os seus usos e costumes, quando não seguia os novos preceitos, não passava de uma estratégia, muito usada, para ferir e produzir, desta forma, reflexão. O passo seguinte e esperado era a emenda, a correção dos hábitos (os “maus hábitos”).

<sup>423</sup> *ORGAM CRITICO DE UMA SCIEDADE ANONYMA*.

<sup>424</sup> *A Futrica*. Ipu, p. 3, 5 jun. 1921.

<sup>425</sup> *Idem*, p. 2.

Os redatores dos pasquins, imbuídos de um sentimento superior, acreditando depositários do conhecimento, da racionalidade, das luzes, sentiam-se capazes e preparados para levar a todos, os novos valores, também morais, e conduzi-los na marcha rumo ao progresso. Desta forma, se viam como os guardiões da moral de seu povo, das “boas condutas”, sempre vigilante e atento a todo “desvio”, apontando para os riscos dos “desvios morais: assim centraram fogo contra a prostituição, o jogo e as “más condutas”. No que se refere ao namoro, em locais públicos, a estratégia era a sua exposição como um comportamento não digno. Uma vez divulgados, esperava-se que seus praticantes ajustassem o seu comportamento às normas sociais e as condutas esperadas.

Os pasquins, como estratégia e arma contra o indecoro, utilizam-se do humor e do insulto como forma de ridicularizar comportamentos e assim corrigir um costume tido como desviante. Concordamos com Marco Aurélio Ferreira da Silva: os pasquins, por meio de um “humor costumbrista” buscaram, “corrigir, regular e modelar hábitos”. A pilheria tinha, assim, uma função corretiva e o alvo eram os costumes. Com base em uma prática cômica, a intenção era provocar, no desviante, um sentimento de vergonha e embaraço que fosse capaz, por meio do constrangimento, corrigir, consertar um comportamento “desregrado” ou que aquele indivíduo “internalizasse” um tipo de conduta esperada e imposta pela “classe dominante”, “desejosa que estava de fazer reconhecer como necessária e incontestável a implantação de uma sociedade mais urbana, moderna e ajustada às regras de civilidade”<sup>426</sup>.

A diferença é que em uma cidade menor a violência simbólica dos ataques podia ser sentida mais fortemente, pois todos se conheciam. A cidade de Fortaleza do entre séculos crescia, se diversificava e perdia o seu ar provinciano. É de se supor que os ataques dos pasquins não eram lá sentidos da mesma forma que em Ipu. Nesta, a violência tornava-se ainda maior, da mesma forma que o embaraço.

Aquele que fosse alvo da zombaria sentia-se ridicularizado perante a cidade, seus amigos, familiares e a própria sociedade. O que torna ainda mais violento o ataque é que ele, embora fosse endereçado às camadas populares, centrava sua artilharia também em indivíduos oriundos dos grupos abastados - que buscavam distinção e tinham ou buscavam modos “civilizados” - que quebravam as regras morais e de civilidades ao buscar relações amorosas fora do casamento ou usar o espaço público, embora longe dos olhares de todos ou as altas horas da noite, para a mesma prática. Atacam-se, de um lado, os romances fora do casamento

---

<sup>426</sup> SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. *Corrige os costumes rindo*. Op. cit., p. 8.

porque punham em risco uma instituição sagrada, a família e, de outro, porque, em si, era um desrespeito à moral e ética defendidas pelas pessoas “gradas” e “rogadas”.

Mesmo os jovens que faziam parte das “famílias distintas” foram alvos de ataque e de correção quando não seguiram as regras da boa moral, como aqueles que frequentaram bailes populares pelas bandas do matadouro (cabaré) e dançavam “danças proibidas”, como analisamos no capítulo anterior<sup>427</sup>.

Para estes casos, os ataques, inicialmente, se davam em tom mais brando: “Avisamos a uma amiga nossa, que os passeios de um senhor na rua Chico Novato já está muito comentado, e isso não fica bem a um senhor que se presa”; depois, se continuasse a ocorrer, estampava em suas páginas os nomes dos envolvidos ou dava pistas de quem se tratava; “depois quando o cururu estiver mudo você não há de querer agüentar. Quem lhe avisa...”<sup>428</sup>

Em outro caso, o ataque é mais violento ao estampar nas páginas do pasquim o nome do envolvido. “Avisamos ao Chico Rocha que sereno de baile não é portão de feira para ofender a moral e espero que não se reproduza a fita do contrário “a Espora” pinica”<sup>429</sup>.

Neste último caso, trata-se de um membro da “alta sociedade” local que não devia usar o “sereno do baile”, isto é, as suas imediações, para a prática do namoro ou conversa descontraída como os populares faziam frequentemente em “portão de feira”.

O discurso dos pasquins era moralizador e o objetivo era corrigir os costumes por meio de ataques e da exposição daqueles costumes praticados por indivíduos que se queriam corrigir.

*A Espora*, já citada, publica versos atacando os namoros em praça pública e na Igreja:

Quem disser que amor doe  
Planta elle num canteiro  
E veja na rua da Estação  
O namoro do Zeribeiro

Mais adiante:

As coisas que mais me irrita

<sup>427</sup> São frequentes as reclamações contra os bailes e danças populares, muito comuns na época, realizados nas proximidades do cabaré e em outros locais. Foram eles alvos de sanções morais e ataques violentos, tanto nas páginas do *Correio do Norte* quanto em algumas folhas “pilhéricas”. As reclamações partiam daqueles que escreviam nos jornais. O tom era a “imoralidade” das danças e não o barulho, já que o cabaré ficava distante dos locais habitados.

<sup>428</sup> *O Barbicacho*, Ipu, 11 jan. 1920.

<sup>429</sup> *A Espora*, Ipu, p. 3, 19 jan. 1919.

E meu coração Negreja  
 É ver os Namoros bestas  
 Dos petit-maitres na Igreja<sup>430</sup>.

Os redatores dos jornais pilhéricos, que eram os mesmo que escreviam no *Correio*, se posicionavam, também, como os guardiões da moral ipuense e se sentiam no direito de atacar o que fosse desviante, tendo com parâmetro os novos valores de civilidade. *O Barbicacho* não poupou ataques aos namoros “indecentes”. Era esse o tema dominante em suas páginas. Sempre suas edições traziam algumas trovas atacando aquela prática em público e os namoros dos casados e das casadinhas:

Vejamos alguns exemplos:

Está noite eu vi um bicho  
 Lá na rua dos Canudos<sup>431</sup>  
 O bicho era cabeludo  
 E andava de chapéu  
 E um colete de viludo

Là pá banda da Estação  
 O negocio está danado  
 Tome cuidado senhores  
 Esse namoro agitado  
 De gente pobre com gente rica  
 O Fim da bom resultado

Fui no engenho do Marinho  
 Tomar da allienada  
 Passei no Reino de França  
 Vi uma casa safada  
 Menina tome cuidado  
 Com esta rapasiada  
 (...) <sup>432</sup>.

Na edição seguinte do *O Barbicacho*, os redatores deixam transparecer que os namoradores se sentiam incomodados com a sua presença:

Uma noite destas um grupo de moças brincava a prenda e o redactor d’O Barbicacho’ achegou-se e conseguiu presenciar tudo; quando aponta lá no canto da rua o Campos e o Aderbal<sup>433</sup>, uma moça brada! “lá vem os redatores d’ “O Barbicacho!! Te esconde Vicente!!...” e Vicente não achando lugar

<sup>430</sup> Idem.

<sup>431</sup> A Rua dos Canudos é uma extensa via que começa bem próxima à Estação Ferroviária. A origem de seu nome está ligada ao fato de ter morado ali Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, cuja família é oriunda de Quixeramobim, vinda para a cidade de Ipu por volta de 1888.

<sup>432</sup> *O Barbicacho*. Ipu, p. 3, 14 dez. 1919.

<sup>433</sup> Tipógrafos, redatores do *O Barbicacho*.

acocou-se juncto a ella e ella cobriu elle com a saia de sorte que passaram os dois sem Vicente ser visto.

Ora tamanha indecencia não se pode tolerar. Que moça!... e “O Barbicacho” tudo vê e tudo ouve, depois quando foge uma noiva de lá...<sup>434</sup>

Em outra edição, ainda, os redatores fazem vários ataques aos namoros avisando que caso continuem a ocorrer, estampará em suas páginas os nomes dos praticantes: “A quem couber a carapuça. A Igreja não é lugar destas coisas. Se continuar, no próximo número estamparemos o seu nome”<sup>435</sup>.

Em tom menos violento, por se tratar de uma “reclamação” endereçada aos membros das “famílias ilustres” ipuenses, os redatores do jornal *A Espora*, em sua primeira edição, grava em suas páginas os nomes daqueles que estavam usando a Igreja para suas paqueras. O que parece ser inadmissível por se tratar de pessoas “rogadas” e pelo fato de se dar em um templo religioso. A folha faz uso do humor, da ironia e utiliza como artifício entrevistar uma suposta “espiã de namoros e comportamento” na Igreja para atacar os supostos namoros na casa de Deus. Inicialmente, a “espiã” é apresentada ao público e é explicada a natureza de sua função:

Acabaser (sic) nomeada espiã de namoros e comportamentos na Egreja durante a festividade de S Sebastião mesmo com todo espantinho da “Bailarina” a celeberrima beta Alexandrina M. Escolheu para base de operações o coro da matriz, local esse reservado as cantoras. Nos apreçamos em entrevistar essa nova adepta de Bolo Pachá e grande auxiliadora da grande firma Mexericos & Cia. Recebeu-nos amavelmente e ficou satisfeitissima sabendo o fim de nossa missão.

Começa a entrevista

- Acabamos de saber que v. excia. Foi nomeada expia de namoros é verdade? – E certo que fui nomeada.
- O que tem pescado ultimamente?
- Ih!!! Muitas coisinhas e feias!
- Que quer dizer nossa beatitude com isso?
- Quer diser que muitas moças e rapazes olham-se com má intenção na casa de Deus.
- Mas olharem-se não quer dizer nada
- Nada? Então os senhores tambem namoram?
- Não senhora. Levemos a conversa por outro rumo.

Em seguida, enumera aqueles que são alvos de seus ataques e que supostamente paqueravam na “casa de Deus”:

- Queira nos informar sobre o estado actual dos nomoros.

<sup>434</sup> *O Barbicacho*. Ipu, p. 3, 11 jan. 1919.

<sup>435</sup> *O Barbicacho*. Ipu, p. 4, 29 fev. 1920.

- Darei uma explicação clara aqui vae:  
 O Sr. Gonçalo Tiocádio anda conquistando uma “miss”, gordinha e chic, mas...!  
 O Sr. Edgard... noivo. Por isso não é de se estranhar seu afundamento.  
 O Sr. Joaquim Lima idem idem  
 Zecaragão triste muito triste com a falta de alguém.  
 Os Sers sabem! Manoel Bessa... nada vos digo desse dengoso, está nos braços da influenza.  
 Como está perto de desbulhar meu rosario e velar com a visinha sobre a vida alheia, basta por hoje.  
 Então boa noite agradecido.  
 E a velha ficou retalhando nossa vida, mas sahimos consolados em saber tantas novidades<sup>436</sup>.

Os pasquins, por meio do humor, portanto, defendia uma nova postura mais condizente com os ideais de modernidade e de civilidade que tomou conta de parte da população local nas primeiras décadas do século XX em Ipu. O que se queria era impor uma nova forma de conduta e moral e que os “costumes arcaicos” fossem banidos, afinal de contas para os agentes do progresso a cidade estava se civilizando, chegando à modernidade.



Figura 19: Jornal *A Espora*, primeira página da edição de estreia. Cópia digitalizada, acervo do autor.

<sup>436</sup> *A Espora*. Ipu, p. 4, 19 jan. 1919.

Seus redatores, em sua maioria, os mesmos que escreviam no *Correio*, se sentiam no direito de guardar os bons costumes. Eram como que uma “polícia secreta” na defesa da “boa moral”.

Aqui estamos da mesma forma como nascemos porque o nosso ideal é defender a moralidade que nestes tempos de calamidade, alguns pedantes querem fazer-se açambarcadores da humanidade pobre que esmola pelas ruas.

E aqui ficamos como policia secreta defensor da moral<sup>437</sup>.

No número seguinte estampa em sua primeira página:

Nossa terra já não deve ser este montão de ignorância e nossos gentis patrícios bem sabem que não pode sem importância que não zelar seu procedimento. E cumprindo esse dever, de zelo e de correção, “O Barbicacho” não ira se afastando como não se atreva a combater.

Apontaremos o erro do pequeno, do grande, do rico, do pobre, contanto que marchando na senda do progresso havemos de ser campeões da moralidade<sup>438</sup>.

A perspectiva era a de que a cidade, que apresentava em seus espaços signos do “progresso”, devia extinguir de suas paragens os velhos costumes de povos “ignorantes”, “bárbaros”, “incivilizados”. O jornal, como uma polícia dos costumes, e veículo nas mãos de um grupo (“nossos patrícios”), que lutava por novos valores, deveria zelar pelos bons comportamentos.

Enfim, os pasquins foram utilizados como uma arma para inibir práticas que se queria extinguir. No que se refere aos namoros trabalharam no sentido de reprimir por meio da exposição e do riso essa prática, tida como incompatível com os novos tempos que se anunciavam.

A ideia de que a cidade caminhava nos trilhos do progresso e de que era civilizada, defendida por um grupo, levava-os (seus membros) a assumirem um papel de guardar a moral e os bons preceitos da “sociedade”. Cabia a eles criar um ambiente de convívio social pautado por valores, hábitos e costumes civilizados. Era preciso introduzir no seio mesmo da população, sobretudo dos populares, regras e normas de conduta que disciplinassem o convívio social dos sujeitos. A circulação, as práticas sociais e as relações entre os indivíduos, sobretudo suas relações amorosas em público, deveriam ser alvo de sanções quando não seguissem as regras de sociabilidade e de civilidade defendidas por seus *agentes*.

<sup>437</sup> *O Barbicacho*. Ipu, p. 1, 14 mar. 1920.

<sup>438</sup> *O Barbicacho*. Ipu, p. 1, 18 abr. 1920.

Os pasquins ou as folhas pilhéricas foram uma das armas utilizadas para reprimir, controlar ou ridicularizar práticas “desviantes”, cujo objetivo era a “correção dos costumes” por meio de sua exposição cômica, capaz de gerar embaraço e vergonha, tendo como norte uma sociedade urbana mais “moderna”.

E se atacava os “maus costumes” porque eles eram “uma vergonha no foco de uma cidade que tem foros de civilizada”<sup>439</sup>. O riso dos pasquins pode nos parecer hoje apenas uma brincadeira de bom ou mau gosto, sem maiores desdobramentos. Talvez nem nos faça mais rir, mas no contexto da cidade de Ipu do seu tempo, funcionou como estratégia a serviço de grupo de pessoas.

## 6.2 O riso como arma de controle

Nas primeiras décadas do século XX o riso foi amplamente usado como arma de controle a serviço das camadas dominantes com o objetivo de provocar vergonha e embaraço e, assim, impor comportamentos sempre associados com os valores da modernidade, como discutimos acima. Os veículos usados para isso foram os pasquins editados na *Typographia d'O Campo*. Depois de nos debruçarmos sobre o seu conteúdo, creio ser importante discutir como nos situamos teoricamente em relação às pesquisas sobre a comicidade, como entendemos o humor e o riso e que relação nossa pesquisa estabeleceu com a historiografia sobre o tema.

É a chamada história cultural do humor que nos fornece subsídios para entender o riso como uma arma usada para colocar em prática projetos sociais e políticos. Neste sentido, o riso é entendido como um fenômeno cultural e, portanto, também como um fenômeno social. Cada sociedade e época têm uma forma singular de rir. E o riso revela muito das questões que os homens e mulheres colocam em sua sociedade. Para Le Goff

O riso é um fenômeno cultural. De acordo com a sociedade e a época, as atitudes em relação ao riso, a maneira como é praticado seus alvos e suas formas não são constantes, mas mutáveis. O riso é um fenômeno social. Ele exige pelo menos duas ou três pessoas, reais ou imaginárias: uma que provoca o riso, uma outra que ri e outra de quem se ri, também, muitas vezes, da pessoa ou das pessoas com quem se ri. É uma prática social com seus próprios códigos, seus rituais, seus atores e seu palco<sup>440</sup>.

<sup>439</sup> *A Espora*. Ipu, p. 4 jan. 1919.

<sup>440</sup> LE GOFF, Jacques. O riso na Idade Média. In: BREMMER, Jan e ROODENBURG, Herman. (Org.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 65.

Mais recentemente há uma valorização do riso nos meios acadêmicos, na mídia e também na medicina. O diagnóstico é dado por Verena Alberti, embora esclareça que o riso não seja um fenômeno inédito, pois desde a antiguidade houve tentativas de entendê-lo e de construir uma teoria para dar conta dele<sup>441</sup>. O riso, por ser um enigma do pensamento ocidental, se prestou, também, a uma série de definições<sup>442</sup>.

Não pretendo escrever a história do riso ou resgatá-lo no pensamento humano, primeiro porque isso não nos ajudaria a responder as questões postas no início de nossa pesquisa. Segundo, porque a história do riso e de sua teoria já foi escrita por outros pesquisadores. O que nos interessa aqui, é entender a prática social do riso, para o caso específico da cidade de Ipu das primeiras décadas do século XX, levada a cabo por algumas pessoas, e como isso se liga à ideia de construir uma nova cidade, o que implicava também intervir nos costumes dos indivíduos e grupos sociais.

Creio ainda ser importante esclarecer, em primeiro lugar, como entendemos o riso e o humor e, em segundo lugar, informar sobre a perspectiva que adotamos em relação à historiografia sobre o assunto.

Não fazemos distinção entre o riso e o humor. Neste sentido, apoiamo-nos em Bremmer e Roodenburg. Estes historiadores entendem o cômico e o humor como “qualquer mensagem – expressa por fatos, palavras, escritos, imagens ou músicas – cuja intenção é provocar o riso ou o sorriso”<sup>443</sup>.

Os pasquins editados em Ipu, nos primórdios do século XX, foram amplamente utilizados como veículos para impor um comportamento mais condizente com os valores defendidos por aqueles desejosos de viver os ares da modernidade. Neste sentido, entendemos, como faz Diatay Menezes, que uma das funções mais evidentes do riso é de permitir o controle social ou ser usado como técnica ou arma de controle com o objetivo de manifestar aprovação ou desaprovação, desenvolver atitudes padronizadas, indicar segurança ou amizade, expressar rejeições ou hostilidade<sup>444</sup>. Assim, para o nosso caso, o riso resulta do contraste e revela um embate sociocultural entre grupos ou classes sociais distintas. De um lado, estão aqueles que querem se diferenciar dos demais por suas atitudes “civilizadas”. De outro lado, aqueles que são identificados e apontados como “incivilizados”. O riso funciona, assim, como um trunfo que, ao provocar o ridículo, busca, em primeiro lugar, e

<sup>441</sup> ALBERTI, Verena. *O riso e o risível: na história do pensamento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

<sup>442</sup> MENEZES, Diatay B. de. O riso, o cômico e o lúdico. In: *Revista de Cultura Vozes*, 68 (1): 5-16.

<sup>443</sup> BREMMER, Jan e ROODENBURG, Herman. (Org.). *Uma história cultural do humor*. Op. cit., p. 13.

<sup>444</sup> MENEZES, Diatay B. de. O riso, o cômico e o lúdico. Op. cit.

principalmente, corrigir os costumes que estão fora do padrão/norma de comportamento desejado.

Se nossa análise se aproxima, em seus aspectos teóricos, dos estudos sobre o riso, que o entendem como uma prática cultural e social que diz muito sobre a visão de mundo dos indivíduos e grupos sociais, em um determinado tempo e lugar, se distancia em outros pontos, de muitos deles, ao defender a perspectiva de que o riso é também uma arma usada pelas camadas dominantes para pôr em prática seus projetos. Para o nosso caso, defendemos que o riso de “exclusão” foi usado como uma alternativa à força bruta para impor uma ordem social buscada, apelando para a defesa da moralidade com a intenção de impor condutas buscadas e reprovar atitudes indesejadas.

Tema pesquisado desde a antiguidade com base em diferentes pontos de vista e evitado pela maioria dos historiadores, estes apenas recentemente - como defenderam Jan Bremmer e Herman Roodenburg em 2002 - “consideraram o humor como uma chave para compreender os códigos culturais e as percepções do passado” e se interessaram pelo tema<sup>445</sup>. Cerca de dois anos antes, Georges Minois<sup>446</sup> esclarecia que na última década o interesse pelo tema teria atingido o auge em todas as áreas. No campo da história, por exemplo, as publicações se avolumavam, sendo talvez impossível ao pesquisador estabelecer uma bibliografia definitiva sobre o assunto.

Por isso, apresentaremos em seguida uma pequena discussão sobre a historiografia brasileira, cujo tema é o riso/cômico/humor, buscando esclarecer em que medida a nossa perspectiva se relaciona com ela.

Uma característica que tem dominado a historiografia brasileira sobre o riso tem sido aquela de considerá-lo em sua postura crítica, destacando-se, como esclarece Marco Aurélio Ferreira da Silva<sup>447</sup>, seu caráter libertador, renovador e antirrepressivo. O riso aqui é pensado como aquele capaz de desnudar ou fazer uma inversão da realidade, sobretudo aquele que reprime, oprime, massacra e tenta controlar a realidade. Neste sentido, é o meio usado pelas classes menos favorecidas, ou por agentes fora dos círculos dominantes, para criticar a realidade social ou fazer uma inversão dela.

Para Marco Aurélio Ferreira da Silva, os trabalhos de Marcos A. da Silva, Isabel Lustosa da Costa e Elias Thomé Saliba, discutidos adiante, dentre outros, se encaixariam nessa vertente. São trabalhos influenciados, sem dúvida, pela análise bakhtiniana em sua

---

<sup>445</sup> BREMMER, Jan e ROODENBURG, Herman. (Org.). *Uma história cultural do humor*. Op. cit., p. 11.

<sup>446</sup> MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 15. O livro foi publicado na França originalmente em 2000 sob o título *Historie do rire et de la dérision*.

<sup>447</sup> SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. *Corrige os costumes rindo*. Op. cit.

monumental obra sobre a cultura popular na Idade Média e no Renascimento<sup>448</sup>. Nestes trabalhos, estão implícitas as ideias, defendidas por Mikhail Bakhtin, de que o riso expressa uma visão de mundo; que cada época e lugar produz uma maneira singular de rir; que expressam as questões que os homens colocam a sua realidade/contexto histórico; e, em alguns desses trabalhos, segue-se a ideia de que ele inverte a realidade, como fazia a cultura popular carnavalesca da Idade Média, e seria uma característica mais ligada às classes populares ou àqueles que, embora em posição confortável, não eram aceitos nos círculos mais fechados, como é o caso dos humoristas no Rio de Janeiro e São Paulo das primeiras décadas do século XX, embora literatos, negligenciados pela “grande literatura”<sup>449</sup>.

Se é ponto pacífico hoje entre os historiadores defender que a relação que se estabelece entre os homens e o riso é cultural, portanto, mutável, é exatamente por isso que é possível fazer a sua história, como fez Georges Minois<sup>450</sup>, ou uma história das suas teorias ao longo do tempo, como fez Verena Alberti<sup>451</sup>.

Estes autores, assim como fez Bakhtin, se valem também de algumas conclusões dos estudos teóricos sobre o riso, extraindo deles aquilo que se mantém como válido e descartando o que não interessa ou são discutíveis. Desta forma, Henri Bergson<sup>452</sup> e Sigmund Freud<sup>453</sup> são referências sempre buscadas. O riso, para ambos, por exemplo, é resultado das rupturas operadas na realidade em determinados momentos. O riso e o humor surgiriam, assim, do contraste, do estranhamento e da quebra de significados estabelecidos. Por isso, para Elias Thomé Saliba, por exemplo, a *belle époque* seria o tempo próprio do desenvolvimento do riso, do humor e do humorismo, uma vez que é uma época marcada por rupturas e transformações que produzem contraste, estranhamentos e permite a convivência de diversas temporalidades (presente/passado/futuro)<sup>454</sup>.

Uma segunda perspectiva de Bergson e Freud que serve de referência para a historiografia brasileira, e para a chamada “história cultural do humor”, de um modo geral, é a postura adotada por ambos, cada um a sua maneira, de relativizar e historicizar as formas do

<sup>448</sup> BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

<sup>449</sup> Cf. SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira. Da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>450</sup> MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. Op. cit.

<sup>451</sup> ALBERTI, Verena. *O riso e o risível*. Op. cit. Ver também ALBERTI, Verena. O riso, as paixões e as faculdades da alma. In: *Revista da Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília*. Brasília, Unb, v. 3, n. 1, 1995, p. 5-25, e ALBERTI, Verena. *O pensamento e o riso. A transformação do riso em conceito filosófico*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000, p. 1-10.

<sup>452</sup> BERGSON, Henri. *O riso: ensaios sobre a significação do cômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

<sup>453</sup> FREUD, Sigmund. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. São Paulo: Cultrix, 1969.

<sup>454</sup> SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso*. Op. cit.

riso e do cômico. Eles demonstraram que o riso e o humor, assim como as atitudes em relação ao cômico e a maneira como é praticado, não são constantes. São, ao contrário, mutáveis, historicamente produzidos, portanto.

Mas há diferenças significativas entre estes autores. Embora Isabel Lustosa da Costa, Elias Thomé Saliba e Marcos A. Silva elejam o humorismo como tema e tomem e recortem praticamente o mesmo período, o fazem de maneiras distintas. Embora os três elejam o humor e o humorismo levados a cabo no Brasil, entre fins do século XIX e início do século seguinte, todos colocam questões diferentes. Lustosa da Costa, por exemplo, analisa o pensamento do médico e humorista Madeira de Freitas ou Mendes Fradique, seu pseudônimo, e a relação que este personagem estabelece com a elite e a boemia do Rio de Janeiro do entre séculos<sup>455</sup>. A tese da autora é de que, embora Madeira Freitas e Mendes Fradique fossem a mesma pessoa, pensavam de forma diferentes ou, dependendo da sua produção, se crônica ou humor, demonstram posicionamentos contraditórios. Enquanto o médico Madeira Freitas, com suas crônicas, pensava de forma reacionária e conservadora, não admitindo mudanças e condenando o modernismo por encarnar o novo e a quebra com a tradição, Mendes Fradique, com seu humor, revela-se modernista, com sua atenção mais voltada para a realidade brasileira mais imediata.

Desta forma, o pensamento de Madeira Freitas/Mendes Fradique era produto de ideias etnocentrônicas e conservadoras que deram origem a uma perspectiva negativa da realidade brasileira, mas que, em sua produção humorística revela um Brasil vivido e sentido como real. Fradique ou Madeira Freitas seria o produto de uma contradição gritante de um momento singular que vivia o Brasil das elites pensantes de fins do século XIX e primórdios do século XX, marcado pela luta entre manter a modernidade que soprava da Europa e a tradição que era colocada em xeque. Daí porque em seu livro a autora dê grande destaque ao estudo da elite carioca, a boemia, do período, que viveu essa contradição e que influenciou profundamente o autor de *História do Brasil pelo Método Confuso*.

Assim, Mendes Fradique, em sua produção mais séria, a jornalística, demonstraria, de um lado, sua preocupação com uma imagem ideal do Brasil, afrancesado, culto, branco e civilizado, atacando aqueles que negam esse modelo. De outro lado, e contraditoriamente, teria incorporado as teorias científicas que defendiam a inferioridade dos trópicos e o destino negativo reservado às raças que compunham a etnia brasileira. Tais atitudes, como defende a

---

<sup>455</sup> LUSTOSA, Isabel. *Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Mendes Fradique*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

autora, eram típicas do período e do ambiente em que viveu Mendes Fradique. O seu pensamento seria, pois, resultado dessa contradição sempre latente em sua obra.

O mais importante, no entanto, é a perspectiva da autora que consiste em recuperar a visão de mundo de Madeira Freitas/Mendes Fradique, tomando por base a sua trajetória intelectual. Personagem e contexto jogam um papel central na sua análise. O autor de *Historia do Brasil pelo Metodo Confuso* pode ser entendido, portanto, pelo contexto social e histórico do período em que desenvolveu sua produção intelectual, da mesma forma que se pode entender o contexto por sua obra e pensamento.

Thomé Saliba, por sua vez, faz uma história do humor e do humorismo nas primeiras décadas do século XX, adotando a ideia de que o humor é uma forma privilegiada de representação da sociedade e de seu tempo. Empreende, portanto, um estudo da representação humorística brasileira no período que ele chama de *belle époque*, considerado por ele como momento que produz uma síntese do século XX. Desta forma, busca analisar as concepções e práticas humorísticas num cenário de grandes transformações econômicas, políticas e sociais.

Neste período, entre fins do século XIX e início do XX, o autor anota que o humor ganhava cada vez mais espaço nos periódicos, surgindo produções, neste campo, especializadas no tema. O humor ganhava espaço na vida nacional, buscando novas linguagens nas primeiras décadas do século XX. A geração humorística deste período - com amplo espaço de atuação nos periódicos (jornais e revistas, teatro de revista, etc), publicando anedotas, sátiras, paródias, criando anúncios ou *réclames*, etc – teria preparado o caminho para as primeiras manifestações do humor no rádio e no cinema brasileiro. No entanto, anota que o humor e os humoristas, desconsiderados pela alta literatura, foram marginalizados e, por isso, muitas vezes, esconderam-se atrás de pseudônimos, considerando sua literatura e trabalho como algo menor em relação aos cânones<sup>456</sup>.

Ao contrário de Lustosa da Costa, preocupada em resgatar a visão de mundo de Mendes Fradique, e de Thomé Saliba, preocupado em escrever uma história do humor e do humorismo, Marcos A. Silva, partindo dos mesmos referenciais teóricos, quer entender como a caricatura foi usada para produzir uma crítica social e política, tendo por base o personagem “Zé Povo”, caricatura amplamente usada na “Revista Fon-Fon!” e outros veículos, por vários

---

<sup>456</sup> SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso*. Op. cit. O autor, neste trabalho, empreende dois reducionismos, em minha concepção, que nesta pesquisa esforçamo-nos para problematizá-los. O primeiro consiste em reduzir a *belle époque* carioca e paulista a fenômeno nacional, além de considerá-lo como algo natural. Em segundo, reduz o humorismo carioca e paulista do período ao humorismo brasileiro. Não se trata de colocar em xeque a sua obra, um bom trabalho e de reconhecido valor, além de servir de referência obrigatória àqueles que elegend o riso e o humor como objeto de pesquisa.

humoristas<sup>457</sup>. Num contexto de violência física e simbólica, veículos e artistas, com sua produção humorística, assumiram uma dimensão política e com sua arte foram capazes de burlar a censura e atacar o sistema estabelecido, reforçando a imagem “contra” os dominantes.

As diferentes perspectivas adotadas por todos os autores não anulam a sua visão comum de pensar o humor por seu viés crítico e libertário e de que é possível empreender uma leitura de uma experiência social em um determinado tempo e lugar específicos. Há, no entanto, outra maneira bastante reveladora de pensar o humor, como fazem Almir Correia<sup>458</sup> e Marco Aurélio Ferreira da Silva, ao pensá-lo como arma nas mãos da classe dominante para provocar o riso contra aqueles que não seguem uma norma de comportamentos defendidos. Este último, em trabalho já citado, inverte a perspectiva dominante na historiografia, sem negar o seu valor e importância. Defende que existe uma outra prática social do cômico/humor, com força para gerar um riso que funciona como arma de repressão, associada com os grupos dominantes, alinhados com os valores da civilidade e da modernidade. A maneira como pensa o tema serve-nos como baliza que permite entender o riso na cidade de Ipu como arma nas mãos de apenas algumas pessoas, daquelas que fazem uso da folha impressa para impor condutas esperadas de uma população que parece sempre arredia a elas.

Assim, se a nossa análise se aproxima da perspectiva dominante da historiografia sobre o riso, por pensá-lo com base na perspectiva da história cultural do humor, se distancia pela perspectiva que adota. Se as teorias psicológicas e filosóficas sobre o riso são importantes aos historiadores, estes têm demonstrado, e essa perspectiva é muito importante para a nossa discussão, que fazer rir não é algo em si mesmo, ele responde a uma finalidade, como defende Peter Burke<sup>459</sup>. Quem se utiliza do riso, o faz conscientemente visando a um fim, cujo objetivo é humilhar aquele que é alvo da pilheria. “Quando zombo de alguém, meu objetivo é humilhar, e por isso faço com que riam dele. Todos os tipos de ironia e zombaria visam a um objetivo que se situam além do riso. Essa finalidade é mais reveladora das mentalidades do que o riso em si mesmo”<sup>460</sup>.

Essa é a nossa perspectiva aqui. Sem mais delongas, é hora de nos determos no controle dos jogos.

---

<sup>457</sup> SILVA, Marcos A. da. *Caricata República. Zé povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1990. Ver também SILVA, Marcos A. da. O trabalho da linguagem. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 6, nº 11, p. 45-61, set. 1985/fev. 1986.

<sup>458</sup> CORREIA, Almir. O humor, a sátira, o macarrônico, o estereótipo e outros bichos (se aparecerem). In: *Anuário de Literatura*. 1997, p. 189-212.

<sup>459</sup> BURKE, Peter. Fronteiras do cômico nos primórdios da Itália moderna. In: BREMMER, Jan e ROODENBURG, Herman. (Org.). *Uma história cultural do humor*. Op. cit., p. 93-114.

<sup>460</sup> MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. Op. cit., p. 528.

### 6.3 Os jogos

O jogo também foi alvo de controle pelo poder público e de reclamações dos “homens illustres” do lugar, tido também, como uma prática que ia contra a moral e os bons costumes da sociedade. Ele é entendido como atributo do ocioso, daquele que não trabalha. É visto como nocivo, por aviltar os valores do trabalho, este elemento fundamental da vida civilizada.

O jogo é duramente combatido também em função de representar uma forte ameaça à moral e aos bons costumes. É ele identificado como uma prática arcaica que deveria ser extinta “da nova cidade”.

As investidas contra a jogatina foram uma constante no *Correio do Norte*. Frequentemente se cobra uma ação enérgica das autoridades locais visando à extinção daquela prática. Diante da grande quantidade de reclamações contra o jogo nas páginas do *Hebdomadário*, durante o período de 1920 a 1924, e da cobrança de ações para reprimi-lo, selecionamos apenas algumas edições daquele periódico para a nossa análise.

Em sua edição de 6 de janeiro de 1921, em matéria assinada por um tal Zildo<sup>461</sup>, este apresenta sua preocupação e insatisfação ante a proliferação do jogo no mercado público da cidade a ponto de comparar a cidade a Monte Carlo:

Avança num crescendo pavoroso, intensifica-se numa effervescencia malefica o abuso imperdoavel da mais desenfreada e criminosa jogatina em o mercado publico desta cidade. Desde a Noite de Natal as roletas, os caipiras, os jaburus se exibem, ostentam-se publicamente, fazendo victimas, corrompendo costumes, desmoralizando a lei alfrontando [sic] as auctoridades, transformando o Ipu em verdadeiro “Monte Carlo”<sup>462</sup>.

O autor do artigo ataca o jogo porque, segundo ele, corrompe os costumes e desmoraliza a lei. Continua sua reclamação cobrando das autoridades policiais providências enérgicas para acabar com aquela prática “perniciosa” e “conrompedora” dos bons costumes.

O Zildo cobrou incessantemente, em diversas outras ocasiões, providências das autoridades ante a jogatina, sendo seguido pelos redatores do jornal em discussão.

Na edição de 20 de janeiro de 1921 daquele periódico, foi publicada uma carta de um tal Pedrinho, fazendo a defesa do jogo. Ataca o tal Zildo por não se posicionar contra os jogos praticados pela “elite local”, que usa “palitot” e “gravata”, nos bilhares frequentados pelos “homens illustres” do lugar. Vejamos um trecho:

<sup>461</sup> Ao que tudo indica, um pseudônimo usado por um dos redatores ou colaboradores do *Correio do Norte*.

<sup>462</sup> *Correio do Norte*, Ipu, p. 2-3, 6 jan. 1921.

Ha, é verdade, um Bilhar, onde se reúne gente de Palitot e gravata e não raro se falam linguas estrangeiras, que esta jogando (...).

Penso, porem, que com estes senhores o Zildo não tem que ver. Em primeiro lugar, elles não jogam jogos prohibidos pelo Codigo Penal e sim um tal “Pocker” (...); em segundo lugar, é tudo gente graúda (...) Paes de família a quem o interessante Zildo não deve ir puxar a orelhas. Eu não quero descobrir quem vai lá, mas adianto que é gente de estimação pois os parceiros se tratam por “seu Doutor” e “seu Coronel”...Ás vezes vai lá alguém que é respeitosaamente tratado por “Padrinho Vigario”<sup>463</sup>.

O Bilhar ao qual o “Pedrinho” se refere pertencia aos sócios Osório Martins e José de Farias, dois grandes líderes políticos locais nas primeiras décadas do século XX e que nos anos iniciais do século engrossavam as fileiras do Partido Democrata, então situacionista. Ficava localizado no Mercado Público. Era um lugar de reunião para parte dos homens de poder. Lá se reuniam vestindo seus “palitot” e falando “linguas estrangeiras” e para jogar “pocker” não “proibido pelo código penal”. Lá conversavam, evidentemente, sobre política, cultura e, talvez, seus frequentadores comentassem as últimas notícias e os artigos que eles mesmos publicavam no *Correio* e outras folhas editadas na *Typographia d’O Campo*. Até o pároco, que tinha relações muito estreitas com os homens do poder local, ia lá abençoar “seus afilhados”.

Referindo-se àquele tempo, Francisco Magalhães Martins lembra que “No Bilhar do Cel. José de Farias os jogos carteados entravam pela madrugada, várias mesas formadas com homens ricos ou importantes vindos de fora”<sup>464</sup>. Como frequentadores assíduos daquele estabelecimento, cita os nomes dos Bacharéis Augusto Passos e de Leonardo Mota. O bilhar era, pois, um local aberto aos mais ricos para a sua diversão num “carteado”.

A crítica de Pedrinho, na passagem transcrita pelas páginas do *Correio*, não é gratuita, sabedor disso, queria ferir o orgulho daqueles homens. Enquanto as rodas de jogos entre o “escól social” eram permitidas, atacava-se com veemência justamente o jogo do povo humilde, aquele que era alvo das proibições.

A atitude de Pedrinho caminha no sentido de mostrar que a repressão e as reclamações recaem sobre os jogos praticados pela “gente miúda”, pessoas simples, e que os jogos praticados por “gente grauda”, “gente de palitot”, “gente de estimação”, pelos “coronéis” e “doutores”, com a benção do vigário, eram permitidos.

<sup>463</sup> *Correio do Norte*. Ipu, p. 2, 20 jan. 1921.

<sup>464</sup> MARTINS, Francisco Magalhães. *Ídolos, Heróis e Amigos. Ensaios e Críticos*. Op. cit., p. 58.

Podemos nos deter um pouco mais nessa questão e dizer que jogar pôquer era uma prática aceita nas rodas de “pessoas de estimação”, fazia parte das sociabilidades “restritas” muitas vezes às rodas de pessoas abastadas e dos intelectuais como Leonardo Mota, Abílio Martins, Augusto Passos e outros, que o jogavam a pretexto de se reunirem para conversar sobre assuntos diversos.

É razoável supor que o pôquer era uma espécie de jogo “jogado” em espaços restritos e privados, às vezes em locais de rodas de “pessoas graúdas” e, portanto, não era alvo da repressão. Afinal de contas, os agentes detentores do poder de reprimir, isto é, dos meios jurídico-político e repressor (polícia) da localidade eram os mesmos que iam ao bilhar para, também, jogar pôquer.

Outra leitura que podemos fazer é a de que jogar pôquer não era uma prática tida como anti-civilizada, pelo contrário, era até elegante, uma vez praticado para a distração e sociabilidade, e não como um meio de “ganhar” dinheiro, já que, encarado desta forma, ia contra os valores ético-morais do trabalho.

O jogo era condenado, entre “os grandes”, se levado a cabo com apostas. É o que diz uma das regras de civilidades publicadas no *Correio do Norte*, em sua edição do dia 2 de fevereiro de 1924, e que serviam como parâmetros para as pessoas “da bôa sociedade” e para todos aqueles preocupados com as boas maneiras. Sobre o título *Utilidades Elementos de Civilidade*, os redatores daquele veículo publicaram semanalmente, quase sem interrupção, artigos em forma de perguntas e respostas, ensinado e esclarecendo como se devia proceder na conduta e nas boas maneiras, signos de educação. Sobre o jogo apresentam o seguinte:

#### Do Jogo

*Quaes são os jogos de que se deve fugir?* – O de pagar. Em geral, jogar a dinheiro é muito perigoso; pois nesse caso, o jogo degenera em paixão e pode ser a origem de mil excessos, que arruinam as famílias.

Quantas desgraças não se têm dado ocasião de jogo?<sup>465</sup>

Em última instância, e retornando à reclamação de Pedrinho, a “gente miúda”, como aquela que “joga jogo proibido pelo código penal”, como o “jogo da bicharada”, era excluída das benesses de um viver “mundano”, de um viver “moderno” e, ferido em seus interesses, em seus “costumes” ou práticas sociais, resistiam ao controle e às sanções lhes impostas, utilizando as mesmas armas dos redatores do *Correio do Norte*, pagando para escrever

<sup>465</sup> UTILIDADES ELEMENTOS DE CIVILIDADE. *Correio do Norte*, Ipu, p. 3, 2 fev. 1924.

naquele periódico<sup>466</sup>, e atacando-os (ou contra-atacando-os) por se importarem apenas com as “jogantinas” da “arraia miúda”.

Nas edições seguintes do jornal os dois autores dos citados artigos se envolvem numa discussão incessante para fazer valer suas opiniões. Várias outras pessoas, inclusive os redatores do jornal, saem em defesa da repressão ao jogo, cobrando providências enérgicas das autoridades contra as casas de jogos. Eles não deixam também de atacar os jogos praticados por “gente graúda”, como uma subversão dos costumes, que vem atingido até pessoas “da sociedade”.

A paixão pelo jogo é também acusada por desviar os “homens importantes” de sua missão de levar a cidade ao progresso ao torná-los indiferentes às “idéas de adeantamento” e de tonar os seus habitantes “apathicos, indifferentes a toda idéa de progresso pela cidade que habitam”

E para tudo mais, para só se dedicarem ao culto das 53 negregadas cartar, que constituem o baralho, invenção diabolica de Jacquemin Gringonner (segundo é corrente) que depois de servir para divertir (sic) Carlos VI em sua demencia, espalhou-se pelo mundo á dementar grande numero de infelizes, que se deixam prender em seus perniciosos liames.

O autor das linhas acima, em tom de alarde, chama a atenção dos “homens illustres” de Ipu para o fato de que, enquanto as jogatinas avançam a frequência ao *Gabinete de Leitura* e a outras associações dignas de respeito extinguiu-se aos poucos. Portanto, para ele, todos os esforços de levar a cidade ao tão sonhado progresso estão ameaçados pelo definhamento dos costumes. Conclui o longo artigo sem saber a quem recorrer para desfazer o mal que assola a cidade.

O indiferentismo criminoso, o utilitarismo tacanho da maioria dos habitantes desta cidade e a paixão desenfreada de outros pelo jogo, fizeram parar e voltar a cidade ao estado de marasmo em que se acha actualmente.

Não sabemos pra quem apellar, a não ser para o patriotismo para o bom senso dos habitantes desta bôa, mas infeliz cidade do Ipu<sup>467</sup>.

O artigo é endereçado não a toda população de Ipu, mas para a parcela daqueles que se acreditava, tinham a missão de lutar por seu futuro.

---

<sup>466</sup> O *Correio do Norte*, assim como os jornais da época, mantinha uma seção, nem sempre usada, onde se podia pagar para publicar, com o nome “Solicitadas”. O preço aparecia no “expediente”, como mostramos no capítulo 4.

<sup>467</sup> *Correio do Norte*, Ipu, p. 1, 20 out. 1921.

Por que se defende a repressão ao jogo e a jogatina? É o mesmo Zildo quem nos diz em artigo, na edição de 2 de janeiro de 1921. Segundo ele, o jogo é o pai de todos os vícios. Aquele que o pratica põe em risco a boa moral e os bons costumes da população. O pai de família se torna ausente, prova de bebidas, pode tornar-se assassino. Em resumo, é ele aviltante, degradante, um crime que deve ser punido severamente em nome dos bons preceitos.

Ao final do longo artigo, confessa estar satisfeito pelas providências tomadas por parte das autoridades “contra os jaburús, roletas, caipiras, que desde a noite de natal se exibiam em nosso mercado, roubando o dinheiro alheio, corrompendo nossos costumes”<sup>468</sup>. De um modo geral, aos olhos dos agentes do progresso, o jogo é responsável por aviltar a moral e levar a outros vícios, como a embriaguez, ao mesmo tempo em que expõe os indivíduos a uma vida ociosa e degradante, contribuindo para a destruição dos valores do trabalho.

Em Ipu, naquele momento, o delegado de polícia foi exonerado do cargo após diversas denúncias anônimas de que o carcereiro e o subdelegado, seus subordinados, teriam participação, juntamente com outras pessoas, na fundação do tal “banco dos pobres”, hoje o popular “jogo do bicho”. A notícia é veiculada na edição de 25 de agosto de 1921. Foi designado para o posto vago, o Cel. José de Farias, e para primeiro suplente (provavelmente o cargo de subdelegado), José Soares de Oliveira. O jornal não apresenta o motivo<sup>469</sup>.

Diante da repressão policial aos “jogos de azar” no município, eles deslocam-se para as residências particulares e, como já mostramos no capítulo anterior, para o cabaré da Rua da Mangueira. As reclamações contra a prática continuaram aparecendo nas edições posteriores do *Correio*, porém, os olhos agora recaem para as “jogatinas” às escondidas, em casas abandonadas, em ruas escuras, no cemitério, em residências particulares e eventualmente em estabelecimentos comerciais.

Em edição do *Correio* de 17 de junho de 1920, dizem seus redatores: “consta-nos que em alguns casebres de nossos arrabaldes estão jogando as occultas á noite”, para afirmar em seguida que

apezar das múltiplas providencias tomadas pela polícia ainda não foi possivel se extinguir o jogo nesta cidade [...]. O jogo em Ipú conserva-se a semelhança de fogo de monturo; de instante a intante accende, tomando novas e assustadoras proporções<sup>470</sup>.

<sup>468</sup> *Correio do Norte*, Ipu, p. 3-4, 2 jan. 1921.

<sup>469</sup> *Correio do Norte*, Ipu, p. 1, 25 ago. 1921.

<sup>470</sup> *Correio do Norte*, Ipu, p. 2, 17 jun. 1920.

Em outra reclamação, um repórter do *Correio* avisa a polícia e pede providências contra a jogatina praticada na cozinha de uma casa fechada, de propriedade do Sr. Neco Pedro, na Rua Pe. Correia. Ao passar por ali e perceber um sussurro, o dito repórter encaminhou-se para o local, onde encontrou “o grupinho de afamados jogadores (...) em admirada roda na mais franca alegria”. Lá estavam “sobre uma mesa velha, surrada pelo tempo, os viciados agressores da lei. Eles “passam noites esquecidas na arejada cosinha [curando] sua vida, enquanto, a policia ignora, e vive despercebida destas novidades”<sup>471</sup>.

O jornal e seus redatores eram vistos por todos, e era assim que se mostravam, como os guardiões dos “bons costumes” e da “moral” do ipuense e a quem se deveria recorrer para o ataque às práticas “desviantes”. Estando ligados ao poder, exerciam pressões no sentido de cobrar das forças policiais uma ação mais rigorosa contra todas as práticas e costumes entendidos como incompatíveis com a moral defendida.

Dentro desse espírito repressivo é que o Chefe de Polícia de Ipu baixa um edital por meio de circular, em 20 de fevereiro de 1923, e publicado na edição do *Correio do Norte*, do dia primeiro de março do mesmo ano, proibindo os jogos de azar em todo o município. Segundo o referido documento a repressão se faz necessária pelo fato dos jogos serem “perniciosos á sociedade” e ao mesmo tempo “ofensivos”. No prazo de 30 dias a contar da divulgação da circular todos aqueles que desobedecessem a lei estariam “sujeitos a punição”<sup>472</sup>.

A sanção jurídica ao jogo, a sua repressão física e simbólica evidentes, são indícios claros de sua ineficácia, de que a população menos abastada do município pouco se importava com isso. É indício também de que os valores da modernidade estavam muito distantes de seu universo, de seu mundo.

O mais importante de tudo é que a campanha defendida contra os jogos de azar da “gente miúda” tinha como argumentos defender os bons costumes e lutar contra a “vagabundagem”, a “ociosidade”, o “vício”, a “depravação” dos costumes e da moral, o seu efeito “degradante”, a “imoralidade pública” e em nome dos valores do trabalho e da civilização. A preocupação com a sua proliferação se deu, portanto, por ir contra os costumes de um povo em vias de “civilizar-se” ou que se autorreconhecia como civilizado ou detentor de tais foros. Daí a necessidade de reprimi-lo e cobrar ações nesse sentido.

#### **6.4 Os animais soltos pela cidade**

<sup>471</sup> *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 26 maio, 1921.

<sup>472</sup> *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 1 mar. 1923.

Da mesma forma que os jogos populares e os namoros em praça pública foram alvos de sanções, nestes casos, morais, uma outra prática ligada aos grupos menos abastados e tida como incompatível com a elaboração de uma dada cidade, foi objeto de reclamação e de controle efetivo. Aqui referimo-nos a criação de animais soltos nas vias públicas e o uso de seus espaços para o depósito de lixo. Tais práticas são amplamente atacadas tendo em vista dois argumentos: a) porque são incompatíveis com “os nossos foros de cidadãos adiantados” ou nossos “foros de civilização e cultura”, e; b) porque uma cidade “moderna” e “progressista” deve apresentar-se limpa e ter seus espaços “salubres” e “higienicos”.

Os redatores do *Correio do Norte* reclamam constantemente do grau de insalubridade da cidade, em função dos “muitos monturos” que populares teimam em criar em alguns becos e travessas da cidade. Em edição de agosto de 1920, um de seus redatores dirige-se ao prefeito da cidade, pedindo-lhe providências ante “as péssimas condições em que se acham as nossas vias publicas”, em função do lixo acumulado em suas ruas e outros logradouros públicos. O autor da matéria reclama “urgentes medidas” contra os “abusos imperduaveis” de se transformar a cidade em depósito de lixo. Ele se sente no direito de reclamar providências em função dos “nossos foros de civilização e cultura”<sup>473</sup>.

Em edição de maio de 1921, do mesmo jornal, diz um de seus redatores: “Em bem da esthetica e da salubridade chamamos a atenção do nosso digno Prefeito Municipal para o estado de immundicie em que se acham quase todas as travessas e até algumas praças de nossa urbs”. Depois de longamente discorrer sobre a existência dos “monturos” nos logradouros públicos e os seus efeitos nocivos à saúde e à *esthetica* da cidade, conclui o redator, dizendo que tal prática “depõe contra os nossos foros de cidadãos adiantados”<sup>474</sup>.

Em uma terceira reclamação, agora contra os inúmeros porcos que se “chafurdam” nas lamas, soltos pela cidade, os redatores do *Correio* reclamam providências severas, pedindo que o “nosso digno prefeito, ordene com severidade a apreensão e retirada dos porcos que nos emporcalham”, “em bem de nossos créditos de cidadãos civilizados, em bem da esthetica e do asseio de nossa cidade”<sup>475</sup>.

Embora o prefeito da cidade na ocasião, Sr. José Raimundo de Aragão Filho, e o Delegado de Higiene, Dr. Chagas Pinto, fizessem parte do mesmo grupo dos agentes do progresso, e estivessem imbricados com os acordos da política local, eles não ficavam imunes

<sup>473</sup> *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 6 de ago. 1920.

<sup>474</sup> *Correio do Norte*, Ipu, p. 1, 5 maio, 1921.

<sup>475</sup> *Correio do Norte*, Ipu, p. 2, 15 fev. 1923.

às cobranças de seus pares, e mais ainda dos redatores do *Correio*, no sentido de trabalharem na “construção” de uma nova cidade.

Cada um deveria fazer a sua parte, dentro de sua competência, no caminho de dotar a cidade de ares progressistas. Quando não correspondiam ao que se esperava deles, eram lembrados e chamados a prestar contas de suas ações. As páginas dos jornais funcionavam como uma arma poderosa capaz de lembrar e cobrar das autoridades as respostas esperadas para a resolução dos problemas. Expô-las à cidade e sua população, por meio da folha impressa, e a cobrança para resolvê-los, sugere que nem todos “faziam a sua parte” como deveriam. Sugere também a existência de conflitos no seio de um grupo que se apresenta aparentemente coeso.

No entanto, sempre que se dirige a uma autoridade cobrando providências sobre determinado problema, de sua competência, como nos casos do Prefeito e do Delegado de Higiene, a retórica usada (como estratégia) pelos redatores do *Correio* é de respeito. E isso pode significar apenas uma prática corrente que impõe a reverência ao dirigir-se às autoridades, sobretudo quando se trata da imprensa. Quase sempre seus redatores iniciam suas reclamações com frases como esta: “chamamos a atenção do nosso digno Prefeito Municipal (...)”<sup>476</sup>, ou, “O nosso illustre e digno Prefeito Municipal deve providenciar (...)”<sup>477</sup>, ou ainda, mais longamente, “Conhecedor do alto correctismo e largueza de vista do Sr. Prefeito do Ipu, sempre [devotado ao] bem commum dos seus municipes (...)”<sup>478</sup>.

Quase sempre também, por outro lado, os redatores do *Correio do Norte*, concluem, ironicamente, lembrando sobre as providências que devem ser tomadas para sanar os problemas em questão e “acreditando” que serão atendidos. O tom, embora respeitoso, é de ataque. Outras vezes até deixam transparecer que se não forem atendidos algo ocorrerá contra a autoridade em questão, já que não fez a sua parte no “acordo”.

É o caso, por exemplo, de um longo artigo publicado na edição do *Correio*, de 24 de março de 1921, endereçado ao prefeito, sob o título “Carta aberta ao Prefeito de Ipu”. Depois de longamente reclamar sobre a grande quantidade de animais soltos nas vias públicas e mostrar os efeitos nocivos disso, conclui questionando: “Os direitos da collectividade serão d’ora a vante defendidos? Eu espero”<sup>479</sup>.

Em outro longo artigo, em que a reclamação recai sobre a falta de higiene e de estética de “nosso mercado público”, e após enumerar as providências necessárias, conclui-se

---

<sup>476</sup> Idem.

<sup>477</sup> *Correio do Norte*, Ipu, p. 1, 6 abr. 1922.

<sup>478</sup> *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 6 ago. 1920.

<sup>479</sup> *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 24 de mar. 1921.

dizendo: “esperamos que o digno Governador Municipal prestará atenção ao que vimos de dizer”<sup>480</sup>.

Em uma terceira queixa, ainda, cujo teor é a mesma do artigo anterior, conclui-se: “esperamos que o Sr. Prefeito atenderá a nossa reclamação”<sup>481</sup>.

As providencias eram invocadas em nome do zelo público, do “progresso” ou “prosperidade” da coletividade, quando na verdade o interesse era particular ou de um grupo. O interessante é que as providências defendidas atacavam duramente as práticas cotidianas da população menos abastada, que não era chamada ou consultada sobre o que deveria ser feito para melhorar a cidade.

Alguns redatores do *Correio* fazem amplo uso da ironia, da comicidade e do exagero, características mais comuns dos pasquins, como vimos acima, criando uma cena espetacularizada, para chamar a atenção e cobrar providências na resolução de certos problemas da cidade, apontados por eles. Parecem mesmo debochar da situação e da falta de providências contra aquilo que estão denunciando.

Em reclamação contra os porcos soltos pelas principais ruas da cidade, um dos redatores do periódico em questão convida, ironicamente, “aos illustres Prefeito Municipal e Delegado de higiene, desta cidade, à virem apreciar connosco, na Praça S. Sebastião (...) um interessante espetáculo (...)”. O espetáculo refere-se a um passeio de uma “porca preta enlameada, acompanhada por 5 bacorinhos”, que todos os dias passeiam por ali “as 8 horas da manhã e as 3 da tarde, de qualquer dia (...)”. O texto é “delicioso”:

A porca é feia, ossuda e nada aceiada: os bacorinhos são uma lindesa, gordinhos, que fazem a gente desejar comel-os assados, com batatas e arroz.

No segundo tempo veremos duas parelhas de enormes capados, perambulando pela praça [...] e satisfeitos, escarnecendo do Vicente Baptista. Esperamos que o nosso convite seja acceito pela duas illustres e dignas autoridades<sup>482</sup>.

Em outra irônica reclamação, intitulada “O Presepio”, contra animais soltos pelas vias públicas, o seu redator diz que os habitantes da Praça São Sebastião, a mais nobre da cidade, se *deleitam* com o “tradicional presépio” “que há tido, ultimamente, uma concorrência extraordinaria, parecendo que já estamos festejando o centenario da Independencia com uma exposição de animaes”. Continua dizendo:

<sup>480</sup> *Correio do Norte*, Ipu, p. 1, 6 abr. 1922.

<sup>481</sup> *Correio do Norte*, Ipu, p. 1, dez. 1922 (data ilegível).

<sup>482</sup> Convite. *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 10 set. 1920.

Ali temos em profusão porcos, bodes, ovelhas, vaccas, gallinhas, perus etc. e uma quantidade de jumentos libidinosos, atrevidos, que transformam aquelle local em uma confusão pornografica, cínica e fora do commum. A noite, então a coisa é peor: grupos de jumentos a soltar relinchos sinistros alternados com explosões exquisitas escaramuçam doidamente pelas calçadas e pelas ruas, fasendo a população despertar attonica sobressaltada com ímpeto de pegar no pau furado.

São serenatas de mau gosto as que interrompem actualmente os dormidores da Praça S. Sebastião.

O autor da reclamação acima continua invocando o cumprimento de “uma lei que prohibe taes presepios (..)”, que não é cumprida. Sendo assim,

O publico soffedor que tolere os absurdos dos animaes os tanseutes que pisem com cuidado se não quizerem ter os sapatos borrados ou a roupa salpicada dos ‘taipeiros e queijos mantegosos’ que estrellam a verdejante Praça S. Sebastião<sup>483</sup>.

O redator conclui cobrando providências das autoridades, sobretudo do prefeito, no sentido de que se proíba “esses hábitos rotineiros”.

Antes disso, o mesmo autor, ao que tudo indica, já havia chamado a atenção das autoridades para tomar providências contra a grande quantidade de animais soltos no principal logradouro da cidade, a Praça São Sebastião ou Praça da Matriz. A retórica irônica e o exagero são estratégias usadas para cobrar ações das autoridades na resolução do problema. Sob o título, “Presepe”, diz que nas ruas e na Praça da Matriz “desde muito que se acha em exposição permanente o mais animado e mais real dos presepes”. Continua mostrando que “os burricos, as vaquinhas, cães e gallinhas, gattos, tudo em adorável radiação”, estão ali, “relembrando o nascimento do Menino Deus”. Mostra que logo que passam as “vaquinhas leiteiras em tonitruantes appelos aos seos bezerrinhos, lá vem o tropel de 20 interessantes jumentinhos que satisfeitos de tanta liberdade fazem resoar os cascos pelas calçadas e até pelo adro da Igreja”. Mais, “Esquecem as vezes o respeito às famílias e praticam coisas”,

Depois lá vem o bonitinho rebanho do M. Victor.

São umas ovelinhas e carneirinhos tão bonitinhos, que balam com tanta graça. O Peior é quando enchem as portas das casas com café em caroço.

Mas enfim para que se inventaram as vassouras! Depois uma centena de gallinhas e galloa vão entrando pelas portas abertas e não raro marcam a sua posse de uma maneira bem original<sup>484</sup>.

<sup>483</sup> O Presepio. *Correio do Norte*, Ipu, p. 1-2, 30 mar. 1922.

<sup>484</sup> Presepe. *Correio do Norte*, Ipu, p. 2, 1 jan. 1921.

Os redatores do *Correio* constantemente reclamam e exigem providências contra a insalubridade da cidade, causada: a) pelos animais soltos pelas vias, em especial os inúmeros porcos, pois só “no perímetro urbano e no arrabalde Reino de França” foram encontrados “nada menos do que mil e tantos”<sup>485</sup>; b) pela grande quantidade de monturos (depósitos de lixo) nas ruas, becos e praças da cidade, pois “o gosto de alguns habitantes desta cidade por monturos é enorme”<sup>486</sup>; e, c) pela sujeira do Riacho Ipuçaba, fonte de abastecimento local, em função do lixo jogado ali, dos animais soltos, dos sujos quintais de muitas residências que ficam próximas ao riacho e dos banheiros que jogam seus dejetos nas “cristalinas águas do Ipuçaba”, “essas águas, até alcançarem tais pontos (de abastecimento), ora vão lambendo as sujidades dos fundos de quintais, ora atravessam logares de banheiros, onde também os porcos se chafurdam, fazendo-as ainda mais deletérias”<sup>487</sup>.

Diante de tantas reclamações contra a insalubridade da cidade, causada pelas práticas cotidianas de seus habitantes ou “por antigos costumes” que “representam o papel de inimigos do caminho acessível do que se chama adiantamente”<sup>488</sup>, os redatores do *Correio* cobram o respeito às leis e às posturas municipais<sup>489</sup> contra tais práticas e que as autoridades usem o poder de polícia para que tais dispositivos sejam cumpridas pela população, porque seus “hábitos, [deitam] ao rebaixamento o nível de uma cultura”<sup>490</sup>.

O rigor da lei é defendido, uma vez que, para os redatores do jornal, os costumes são refratários ao respeito desta mesma lei.

Diante da pressão e das reclamações endereçadas ao prefeito, chamado a dar uma resposta, o chefe do executivo baixa um edital, em maio de 1923, com “prazo de 30 dias a contar desta data” para que os proprietários de terrenos urbanos procedam a sua limpeza e os mantenham limpos, caso contrário serão multados na “importância de ...30\$000 de acordo com o art. 72 do código de Posturas Municipais”<sup>491</sup>.

Em seguida, toma providências contra os animais soltos pelas vias públicas, sendo aplaudido pelos redatores do *Correio*. Porém, não dura muito para que as mesmas reclamações voltem a tingir de tintas escuras as páginas do jornal.

Tais medidas não eram novidades. Já em 1913 a Câmara Municipal havia criado uma lei proibindo a população de deixar os muitos jumentos soltos pela cidade. Havia a prática

<sup>485</sup> *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 23 jun. 1921.

<sup>486</sup> Novos Monturos. *Correio do Norte*, Ipu, p. 1, jun. 1923. (Data ilegível).

<sup>487</sup> O Riacho Ipuçaba. *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 6 ago. 1920.

<sup>488</sup> *Correio do Norte*, Ipu, p. 7, set. 1922.

<sup>489</sup> Em nossa pesquisa pelos arquivos públicos, não conseguimos identificar o Código de Posturas do Município de Ipu, citado nas fontes.

<sup>490</sup> Idem.

<sup>491</sup> *Correio do Norte*, Ipu, p. 3, maio, 1923. (Data ilegível).

muito arraigada na cidade de usar burros para o transporte de água do Riacho Ipuçaba até as residências. Como eram muitos, seus donos os deixavam, quando não se utilizava deles, soltos pelas ruas, o que passou a ser objeto de reclamação. A lei aprovada na Câmara Municipal e sancionada pelo Intendente à época, Sr. Aprígio Quixadá, permitia o recolhimento dos animais a um local chamado “deposito”, por força policial, e os seus donos ficavam sujeitos à multa. Este fato passou a ser objeto de reclamação por parte daqueles que usavam as águas do Riacho Ipuçaba para abastecer suas casas. Uma delas aparece no *Jornal Gazeta do Sertão*, em sua edição de 28 de março de 1913:

As razões que os nossos municipes adduzem são justas e dellas nos fazemos portavoz. Os animaes, que a nossa edilidade tem feito recolher a um chamado deposito, são todos jumentos de conducção de agua, pertencentes a moradores da cidade. Não provido o Ipú de uma canalisação de agua, justo é que as famílias tenham animaes para o seu abastecimento e não sendo dado a cada uma possuir um cercado nas circumvisinhanças da cidade é natural que, nas horas de descanso, esses animaes fiquem em liberdade (...) <sup>492</sup>.

A continuação das reclamações contra a falta de higiene e dos animais soltos mostram que, mesmo diante do controle, os habitantes da cidade mantêm suas práticas sociais e seus costumes arraigados desde longa data, ante a vontade de um grupo em querer moldar, a seu bel-prazer, os espaços da cidade.

As posturas municipais, as leis sancionadas proibindo as práticas indesejadas são, mais uma vez, fortes indícios de que o controle e a repressão não foram suficientes para impor um conjunto de posturas e costumes “modernos”. Revelam claramente a ineficácia das sanções e da repressão.

Mais importante ainda é o fato de que diante da vontade em querer revelar uma imagem de cidade limpa e higiênica, compatível com a representação de uma cidade progressista e moderna, elaborada pelos agentes do progresso, estes acabam revelando um outro espaço, o da “barbárie”, objeto de controle, de sanções morais e da coerção, palco das práticas cotidianas de sua população.

Assim, o mesmo discurso que fala sobre a cidade “moderna”, fala de seu reverso.

---

<sup>492</sup> Interesses Municipaes. *Gazeta do Sertão*, Ipu, p. 4, 28 mar. 1913.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Definitivamente, as nossas preocupações com o passado partem das inquietações do presente. Algumas verdades estabelecidas, quase sempre nunca contestadas, entre nós, ipuenses, talvez, inconscientemente, tenha me levado à pesquisa, ao passado e à sociedade de outrora.

É ainda muito nítida uma memória que associa a *Terra de Iracema* - a “*urbs* dos mitos fundadores”- à ideia de que foi ela sempre um berço de intelectuais, grandes “homens”, artistas, personalidades e pessoas preocupadas com o seu futuro. Quando, portanto, se aponta quem foram estes intelectuais e homens, sempre prontos a trabalhar em prol de seu “torrão natal”, o dedo indica, na maioria das vezes, aqueles que viveram no início do século XX, os personagens da história contada atrás.

São sempre lembrados como espíritos progressistas, empreendedores, grandes líderes, que modernizaram a cidade e a remodelaram. Seus feitos são lembrados: eles erigiram praças, pavimentaram e alargaram ruas, ergueram clubes e gabinetes de leitura, fundaram a imprensa, investiram em *cultura* e favoreceram as luzes, o conhecimento, contra a barbárie dos velhos costumes.

Absolutamente, o meu papel não é destruir essa memória. E nem, no início da pesquisa, me dava conta, claramente, dessa mitologia que a envolvia e sua relação com o presente. Meu papel é, creio, desmitificar esse passado, sempre apresentado de forma positiva, em contraposição, na maioria das vezes, com um presente que deixa muito a desejar, e que sonha com um futuro sempre pensado como progressista, embora a sua base seja, hoje, totalmente diferente de seus valores de outrora. Minha função é, pois, buscar entendê-lo, fazer um esforço para compreender como ele é construído ou representado por seus atores sociais, por aqueles que o viveram.

E só conseguimos entender os homens de outrora por meio dos vestígios que nos legaram: os documentos. Após sua crítica minuciosa, é transformado em fonte de pesquisa. Absolutamente, estas fontes não nos permitem chegar à verdade do passado, como se só existisse uma única ou que ela pudesse ser objetiva. Os documentos não são inocentes. Os testemunhos do passado têm a pretensão de se transformar em monumentos. Eles já são uma elaboração do mundo. O pesquisador tem de encará-los dessa forma.

Essa pequena digressão teórico-metodológica, nos campos de *Clio*, tem a pretensão de concluir dizendo que essa memória mítica, envolvendo a pequena cidade de Ipu, com seus sonhos de grandeza, foi construída pelos próprios agentes históricos dos primórdios do século

XX, daqueles que chamamos os *agentes do progresso*, isto é, daqueles que se autorreconheceram como os agentes (aqueles que agem) da mudança. Fizeram isso de forma consciente ou inconsciente? A pergunta permanece. Deixo a decisão para você, caro leitor! Afinal, quem disse que o pesquisador deve ter todas as respostas?

Enquanto homens que detinham o poder e os meios de contar e dizer sobre o presente, o passado e o futuro, que lutaram para silenciar as vozes vencidas, legaram para a posteridade uma dada memória, a dos vencedores. Essa memória apresentava a cidade de Ipu, de seu tempo, como uma terra rica, progressista, de homens empenhados em seu desenvolvimento, ligados às letras, ciência, à técnica, aos valores superiores.

Os mortos de outrora devem estar me condenando!

O meu papel, na condição de pesquisador e historiador, foi romper com tal memória, isto é, não aceitá-la como a verdade, única e objetiva, problematizá-la, entendê-la como uma construção, não inocente.

Mas, é claro, a história que contei é apenas uma das versões possíveis sobre o período que é objeto de estudo desta pesquisa. Ainda, “a história é reescrita na leitura de cada um”<sup>493</sup>, como defende Antonio Paulo Rezende.

Como disse no início, o passado é, em parte, uma construção do historiador, mas que se faz com base em uma operação bastante complexa, própria do campo historiográfico e, não pode ser resumida, de um lado, a mera *ficção*, quer dizer, como uma narrativa construída unicamente pela imaginação do pesquisador, embora se pareça com a realidade e se alimente dela, ou, de outro lado, como, apenas e unicamente, uma estratégia narrativa, um jogo de prefiguração linguística, como defende Hayden White<sup>494</sup>.

Os documentos que chegaram em nossas mãos foram, em sua quase totalidade, escritas por aqueles que tinham o poder de dizer sobre a cidade, guardadas em arquivos de

---

<sup>493</sup> REZENDE, Antonio Paulo. Apresentação. In: BARROS, Natália; REZENDE, Antonio Paulo; SILVA, Jaílson Pereira (Org.). *Os anos 1920: Histórias de um tempo*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 12.

<sup>494</sup> WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. Neste livro instigante, Hayden White propõe uma análise da, assim chamada por ele, “consciência histórica do século XIX”. Aqui, o autor discute as principais obras dos historiadores do século XIX, Tocqueville, Michelet, Ranke e Burckhardt, e dos filósofos da história do mesmo período, Hegel, Michelet, Marx e Croce. Inova ao propor uma interpretação sobre a metodologia do trabalho histórico, que não consiste em discutir as escolas históricas, como os estudiosos estavam acostumados a fazer, mas com base nas estratégias narrativas que cada autor leva a cabo, em sua produção e discussão do campo. Para tanto, se vale do auxílio de instrumentos conceituais da linguística e da crítica literária, isso porque o autor define o trabalho histórico como “uma estrutura verbal, na forma de discurso narrativo em prosa, que pretende ser um modelo, ou ícone, de estruturas e processos passados no interesse de explicar o que eram representando-o”. (p. 18). Portanto, busca identificar e analisar nas obras dos historiadores do século XIX, os componentes estruturais das narrativas e suas estratégias narrativas levadas a cabo.

algumas instituições, como o *Gabinete*, as oficinas do *Correio*, a Prefeitura ou a Câmara Municipal, por exemplo. E que foram recolhidos por seus membros quando tais instituições se desfizeram ou foram apropriados por outros. Eles guardam uma memória: a memória dos vencedores. Ainda hoje, a cidade de Ipu dos primeiros anos do século XX, é vista como aquela do “progresso”, das “famílias ilustres”, dos heróis de nossa cidade. Como memória, é sagrada, não deve ser tocada, senão para endeusá-la.

Eu sou apenas um indesejado “intruso!”

No entanto, os documentos legados daquele período, falam, também, de outros atores sociais, que usavam os espaços públicos da cidade em sua vida cotidiana. A prostituta, o “homem comum”, que jogava e namorava nas praças à luz do dia ou à noite nos escurinhos, que criava seus animais soltos pelos logradouros “públicos”, apareciam nos periódicos da época como os indesejados e com tradições culturais que feriam o orgulho de homens que queriam viver algo novo, diferente da “barbárie”. Eles representavam uma mancha a ser varrida da imagem.

Esses mesmos periódicos, que quiseram construir uma imagem da cidade como *urbs* do progresso, revelaram, por outro lado, os conflitos entre dois mundos: o mundo dos populares, o chão da cidade; e o mundo do desejo, objeto de imposição de um grupo e para um grupo.

Eles revelam também que o discurso de que a cidade caminhava na senda do progresso, aparentemente coeso, mostrou-se contraditório. Ao mesmo tempo em que dizia e contava sobre uma “cidade moderna”, dizia e contava, igualmente, sobre o seu cotidiano. Revelava um espaço precário frente ao desejo de construí-lo como limpo, higiênico, livre de sujeiras e de práticas identificadas como “arcaicas”.

Finalmente, ao longo desta pesquisa, procuramos problematizar algumas questões relacionadas à construção do discurso da mudança, professado por um grupo de pessoas ligadas ao poder local. Perguntamos, pois, como foi possível esta construção? Quem eram os seus agentes? Que significados eles conferiam ao mundo em que viviam? De que forma tal construção informou as práticas sociais de seus agentes? Que cidade eles queriam fundar? E que cidade, ao contrário, eles queriam destruir? Que projetos estavam por trás do desejo de viver uma outra realidade?

## FONTES

### 1. Periódicos

#### a) Jornais

##### I. Ipu

*A Espora*. Ipu, 19 jan. 1919. Acervo do autor.

*A Futrica*. Ipu, 27 mar. 1921 e 5 de jun. 1921.

*Correio do Norte*. Ipu, 01 de jan. 1920 a 30 mar. 1924. Do acervo particular do médico Thomaz de Araújo Corrêa.

*Gazeta do Sertão*. Ipu, 6 de mar. 1913 a 28 de Nov. 1913. Do Acervo particular de Raimundo Alves de Araújo.

*Ipu em Jornal*. Ipu, set. 1959 e jul. 1959. Do acervo particular de Francisco de Assis Martins.

*Ipu Grande*. Ipu, out. 2010. Acervo do autor.

*Jornal dos Tabajaras*. Ipu, 3 ago. 1995 e 3 dez. 1996. Do acervo particular de Francisco de Assis Martins.

*O Barbicacho*. Ipu, 14 dez. 1919 a 18 abr. 1920. Acervo do autor.

*O Bezouro*. Ipu. 01 jan. 1919. Acervo do autor.

*O Binoculo*. Ipu, 6 jul. 1919. Acervo do autor.

*O Chicote*. Ipu, 13 jul. 1919. Acervo do autor.

##### II. Sobral

*A Imprensa*. Sobral, 18 out. 1924 a 22 jan. 1932. Disponível para consulta no acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

*A Lucta*. Sobral, 1 maio, 1914 a 28 jun. 1924. Disponível para consulta no acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

*A Ordem*. Sobral, 21 mar. 1919 a 11 jul. 1920. Do acervo de Jorge Luiz Ferreira Lima. Disponível para consulta no Núcleo de Práticas e Documentação de História Regional – NEDHIR – do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral/CE).

*O Rebate*. Sobral, 20 de abr. 1907 a 12 abr. 1913. Disponível para consulta no acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

*Patria*. Sobral, 2 fev. 2010 a 24 abr. 1915. Disponível para consulta no acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

### III. Camocim

*Camocim Jornal*. Camocim, 1 mai. 1921, 6 jan. 1924 e 15 jan. 1924. Do acervo de Jorge Luiz Ferreira Lima. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos.

*A Razão*. Camocim, 26 jul. 1931. Do acervo de Jorge Luiz Ferreira Lima. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos.

#### b) Revistas

*Revista dos Municípios*, Fortaleza-Ce, ano I, nº 1, fev. 1929. Do acervo particular de Francisco de Assis Martins.

*Vida dos Municípios* (sem data). Do acervo particular de Francisco de Assis Martins.

#### c) Outras Revistas

ARAÚJO, Oswaldo. Imprensa de Ipu. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza. Tomo LXXX, ano LXXX, 1966, p. 162-165.

ARAÚJO, Oswaldo. Descendência do casal José Lourenço de Araújo-Maria do Carmo de Araújo. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza. Tomo LXXXI, Ano LXXXI, 1967, p. 207-232.

SOUSA, Eusébio. A Imprensa do Ceará em 1918. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza. Tomo. XXXIII, Ano XXXIII, 1919, p. 22-107.

SOUSA, Eusébio. Um pouco de historia (Chronica do Ipú). In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XXIX Ano XXIX, 1915, p. 152-143.

SOUSA, Eusébio. Um pouco de historia (Chronica do Ipú). In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XXX, Ano XXX, 1916, p. 249-278.

STUDART, Barão. Jornaes Publicados no Ceará em 1918. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza. Fortaleza. Tomo. XXXIII, Ano XXXIII, 1919, p. 249-251.

#### c) Almanques, Álbuns, Documentos Oficiais (do governo) e Outros

*A administração Municipal em Ipu no Regime Revolucionário*. Documento publicado pelo ex-prefeito Joaquim de Oliveira Lima, quando da sua saída da prefeitura, na década de trinta. Produção independente. Do acervo particular de Francisco de Assis Martins.

*Álbum Comemorativo da Passagem do 1º Centenário de Fundação*: 26 de agosto de 1840 - 26 de agosto de 1940. Fortaleza: Publicação oficial da prefeitura. Tipografia União, 1940.

Do acervo particular de Francisco de Assis Martins.

*Almanaque do Estado do Ceará (1933)*.

*Almanaque Ipuense para o ano de 1899*. Do acervo particular de Francisco de Assis Martins.

*Almanaque Ipuense para o ano de 1900*. Do acervo particular de Francisco de Assis Martins.

*Almanaque Ipuense para o Ano de 1961*. Do acervo particular de Maria do Socorro Paz.

*Almanaque Ipuense para o Ano de 1963*. Do acervo particular de Maria do Socorro Paz.

*Annaes do Parlamento Brasileiro*. Camara dos Srs. Deputados. Sessão de 1858. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1858. Versão deste documento em pdf disponível em:

<[http://books.google.com.br/books?id=exdAAAAAYAAJ&pg=PA248&lpg=PA248&dq=dixon+lowden+decreto+1983&source=bl&ots=4AEf5w4qyY&sig=zjKEIVuxWkmEXJtzIENxaXEtio&hl=ptBR&ei=5IRoS7\\_3N4yWtgehwyZnBg&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=2&ved=0CAkQ6AEWAQ#v=onepage&q=dixon%20lowden%20decreto%201983&f=false](http://books.google.com.br/books?id=exdAAAAAYAAJ&pg=PA248&lpg=PA248&dq=dixon+lowden+decreto+1983&source=bl&ots=4AEf5w4qyY&sig=zjKEIVuxWkmEXJtzIENxaXEtio&hl=ptBR&ei=5IRoS7_3N4yWtgehwyZnBg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CAkQ6AEWAQ#v=onepage&q=dixon%20lowden%20decreto%201983&f=false)>. Acesso em: 03 out. 2012.

*Associação Comercial do Ipu*: ata de Comemoração do cinquentenário da Estação Ferroviária de Ipu. 1944.

*Datas de Sesmarias*. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1926. Vol. 10º e 11º.

*Estatutos do Centro Artístico Ipuense*. Ipu: Typographia do Campo, 1921. Do acervo particular de Francisco de Assis Martins.

*Estatutos do Grêmio Ipuense*. Ipu, 1955. Do acervo particular de Francisco de Assis Martins.

IBGE CIDADES. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>.

Acesso em: 19 dez. 2012.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em:

19 dez. 2012.

IPU: PERFIL BÁSICO MUNICIPAL. Instituto de Pesquisas e estratégia econômica do Ceará (IPECE). Fortaleza. 2011. Disponível em:

<[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil\\_basico/pbm-2011/Ipu.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2011/Ipu.pdf)>. Acesso em:

03 out. 2012.

IPU: PERFIL BÁSICO MUNICIPAL. Instituto de Pesquisas e estratégia econômica do Ceará (IPECE). Fortaleza. 2012. Disponível em:

<[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil\\_basico/pbm-2012/Ipu.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2012/Ipu.pdf)>. Acesso em:

19 dez. 2012.

IPU: Plano diretor. Caracterização do município. Governo do Estado do Ceara. [s/d].

*Poliantéia*. Documento publicado pelos sócios do *Grêmio Recreativo* em homenagem póstuma a Thomaz de Aquino Correia (1942).

SINOPSE ESTATÍSTICA DE IPU. Rio de Janeiro. IBGE. 1948.

## 2. Discursos

Discurso de inauguração da estação ferroviária pronunciado pelo Dr. Antonio Ibiapina: 10 de outubro de 1894. Ipu, 2003. Documento do acervo particular de Maria do Socorro Paz.

Discurso do prefeito Municipal, Humberto Aragão, em 10/10/1944: cinquentenário da Estação Ferroviária. Documento do acervo particular de Maria do Socorro Paz. Ipu, 2003.

## 3. Obras Literárias

PAZ, Francisco das Chagas. *Reminiscências de Ipu*. Manuscritos datilografados, 1974. Documento do acervo particular de Maria do Socorro Paz.

PAZ, Francisco das Chagas. *Ésta, minha terra*. Ipu: Manuscritos datilografados, 1981. Documento do acervo particular de Maria do Socorro Paz

HINO IPUENSE. Letra e música de Thomaz de Aquino Correia.

MELO LIMA, Maria Cleide. *O último baile*. Cópia do original da poesia cedida pela autora.

PAZ, Francisco das Chagas. *Reminiscências de Ipu*. Manuscritos datilografados, 1974.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

### 1. Bibliografia Geral

- ABREU, Márcia e SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2005 (Coleção Histórias da Leitura).
- ALBERTI, Verena. O riso, as paixões e as faculdades da alma. In: *Revista da Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília*. Brasília, Unb, v. 3, n. 1, 1995.
- \_\_\_\_\_. *O pensamento e o riso. A transformação do riso em conceito filosófico*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O riso e o risível: na história do pensamento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a Invenção da seca no Nordeste. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH / Marco Zero / MCT – CNPq – FINEP, 14 (28): pp. 111-120, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Historia: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ARAÚJO. Francisco Sadoc. *História Religiosa de Guaraciaba do Norte*. Fortaleza-Ce: Imprensa Oficial do Ceará, 1988.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. (Antropos/homem, v. 5), pp. 291-332.
- BAEHLER, Jean. Grupos e Sociabilidades. In: BOUDON, Raymond (Dir.). *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995, p. 65-106.
- BAHIA, Benedito Juarez. *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. Vol. 1.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- BALANDIER, Georges. *O contorno: poder e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BARBOSA, Romilda Meira de Souza. O sujeito da prostituição na mídia. Disponível em: <http://www.uems.br/na/discursividade/Arquivos/edicao02/pdf/Romilda%20Meire%20Barbosa.pdf>. Acesso em: 10 maio, 2012.
- BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

- \_\_\_\_\_. *Teoria da História*. Petrópolis, RJ, 2011 (III Vol. Os paradigmas revolucionários).
- BARROS, Natália; REZENDE, Antonio Paulo; SILVA, Jaílson Pereira (Org.). *Os anos 1920: histórias de um tempo*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992 (Biblioteca Carioca).
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Obras escolhidas; v. 3).
- BERGSON, Henri. *O riso: ensaios sobre a significação do cômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BEZERRA, Antônio. *Notas de Viagem*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará (UFC), 1965.
- BOLLE, Wille. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- \_\_\_\_\_. “Um painel com milhares de lâmpadas”. *Metrópole & Megacidade (Posfácio à edição brasileira)*. In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Organização da edição brasileira de Willi Bolle; colaboração na organização da edição brasileira Olgária Chain F. Matos. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista. História de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia: 1926-1932*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- BREMMER, Jan e ROODENBURG, Herman. (Org.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 5. N. 8/9 set. 84/abr. 85, p. 35-68.
- \_\_\_\_\_. *História e historiografia das cidades*. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Londres e Paris no século XIX. O espetáculo da pobreza*. São Paulo: editora brasiliense, 1994.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004.

- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 8. ed. São Paulo; T. A. Queiroz; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínio da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, Elysio. *Five o'clock*. Rio de Janeiro: Editora Antiqua, 2006.
- CASCUDO, Câmara. Prefácio à terceira edição. In: MOTA, Leonardo. *Cantadores*. 7. ed. Rio de Janeiro-Fortaleza: ABC Editora, 2002.
- CAVALCANTI, José Pompeu de A. *Chrographia da Província do Ceará*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.
- CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger (Org.). *Historia de La lecture em el mundo occidental*. 2. ed. Madri: Taurus, 2004.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque*. 2. ed. Campinas, São Paulo: editora da Unicamp, 2001.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: Difel. 2002.
- CHESNEAUX, Jean. *Modernidade-mundo*. Petrópolis-Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.
- CORREIA, Almir. O humor, a sátira, o macarrônico, o estereótipo e outros bichos (se aparecerem). In: *Anuário de Literatura*. 1997.
- COUCEIRO, Sylvia Costa. *Artes de viver a cidade: conflitos nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920*. 2003. 334 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em tinta e papel. periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC: APESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.
- CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha Peixoto. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 35, p. 252-272, dez. 2007.
- DA COSTA, Elza Marinho Lustosa. *Sociabilidades e Cultura das Elites Sobralenses: 1880-1930*. Fortaleza: SECULT/CE, 2011.
- DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). *Revolução Imprensa, 1775-1800*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- EL-KAREH, Almir Chaiban. A companhia brasileira de pacotes a vapor e a centralidade do poder monárquico. In: *Historia Economica & História de Empresas/ABPHE*. São Paulo, vol. VI, n. 2, p. 33-56, 2003.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FARIAS FILHO, Antonio Vitorino. *Negociação e conflito na administração do Brasil colonial: séc. XVII e XVIII*. 2002. 65 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1986.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil (1880-1920)*. São Paulo: Editora Vozes, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1988 (Série Princípios).
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2005.
- \_\_\_\_\_. *História da loucura*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 23. ed. Petrópolis: vozes, 2000.
- FRANÇA, Jorge Luiz. Trilhando a *Belle Époque* feminina: representações sexuais da meretriz popular Ribeirão Preto. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.
- FRANCISCA PIRES, Maria da Conceição. Vitória no começo do século XX: modernidade e modernização na construção da capital capixaba. In: *Saeculum. Revista de história*. João

- Pessoa, jan./jun. 2006, pp. 94-106. Disponível em: <[http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum14\\_dos06\\_pires.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum14_dos06_pires.pdf)>. Acesso em 10 jun. 2012.
- FREUD, Sigmund. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- FROTA, D. José Tupinambá da. *História de Sobral*. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará – IOCE, 1995.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GIRÃO, Glória Giovana S. Mont'alverne. *As Transformações Socioculturais em Sobral (1870-1920)*. 2001. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- GULARTI FILHO, Alcides. *Abertura da navegação de cabotagem brasileira no século XIX*.
- HARDMAN, Francisco Foot. *A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LOPES, Gustavo Acioli. *A cruzada modernizante e os infiéis no Recife: higienismo, vadiagem e repressão policial*. 2003. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.
- LUSTOSA, Isabel. *Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Mendes Fradique*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- MACÊDO, Nertan. *O bacamarte dos mourões*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará. 1966.
- MACHADO NETO, Antônio Luís. *Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930*. São Paulo, Grijalbo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

- MACHADO, Humberto Fernandes e NEVES, L. M. B. P. das. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.
- MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa, et al. (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Editora Olho d'água, 2000.
- MARTINS, Ana Luiza. Gabinetes de Leitura do Império: casas esquecidas da censura? In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas-SP: Mercado das Letras, 1999. (Coleção Histórias de Leitura).
- MELLO Doin, José Evaldo de; PERINELLI NETO, Humberto; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; PACANO, Fábio Augusto. *A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no mundo do café (1852-1930) – a proposta da Cemumc*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 53, 2007, pp. 91-122. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n53/a05v5327.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2012.
- MELLO, Rafael Cardoso. Entre ofícios e representações: as mulheres de Ribeirão Preto na transição do século XIX e XX. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 45, dez. 2010. Disponível em: <[HTTP://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/edicao45/materia03/texto03.pdf](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/edicao45/materia03/texto03.pdf)>. Acesso em: 10 maio. 2012.
- MENEZES, Diatay B. de. O riso, o cômico e o lúdico. In: *Revista de Cultura Vozes*, 68 (1): 5-16.
- MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- MME. PERMOND. *Conselhos d'uma mãe as suas filhas*. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Centro da Boa Imprensa, 1923.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre história*. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.
- O.H. Prior. Introduction. In: CONDORCET, Marquis de Jean-Antoine-Nicolas de Caritat. *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*. Classiques des sciences sociales. Disponível em: <[http://www.uqac/Classiques\\_des\\_sciences\\_sociales](http://www.uqac/Classiques_des_sciences_sociales)>. Acesso em: 15. Fev. 2007.

- OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico – Memória, representações e pensamento social (1887-1914)*. 2001. 280 f. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- OLIVEIRA, André Frota de. *A Estrada de Ferro de Sobral*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora LTDA, 1994.
- PARENT-LARDEUR, Françoise. *Les cabinets de lecture: La lectura publique a Paris sous La Restauration*. Paris: Payot, 1982.
- PECHMAN, Robert Moses (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 5, nº 8/9, set 1984/abr. 1985, pp. 139-195.
- PEIXOTO, Afrânio. *A esfinge*. 12. ed. São Paulo: Clube do Livro, 1978.
- PERINELLI NETO, Humberto e FRANÇA, Jorge Luiz. Sedução, disciplina e marginalização: a prostituição na Ribeirão Preto da *Belle Époque* (1813-1919). *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 38, 2009. Disponível em <[HTTP://www.historica.arquivoestado.sp.br/materiais/antiores/edição38/materia02texto02./texto02.pdf](http://www.historica.arquivoestado.sp.br/materiais/antiores/edição38/materia02texto02./texto02.pdf)>. Acesso em: 10 maio, 2012.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- PIMENTEL FILHO, José Ernesto. *Urbanidade e cultura política: a cidade de Fortaleza e o liberalismo cearense no século XIX*. Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar, 1998.
- PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. 3. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959.
- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: Reforma urbana e controle social (1860-1930)*. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.
- \_\_\_\_\_. *A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle*. In: SOUZA, Simone de (Org.). *Uma Nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- QUEIRÓS, Arthur. *E a vida continua...* Camocim: RPires, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Recordações camocinenses e outras memórias*. Fortaleza: RBS Gráfica, 2002.
- RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Imagens da prostituição na Belle époque paulistana*. Artigo apresentado na *Primeira Conferência internacional sobre Moças, Alice in Wonderland: Traditions and Dilemas*,

- realizado em Amsterdã, entre 16 e 19 de junho de 1992. Disponível em <[HTTP://www.pagu.unicamp.br/files/pagu01.04.pdf](http://www.pagu.unicamp.br/files/pagu01.04.pdf)>. Acesso em: 10 de maio, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. A cidade como objeto da historiografia. In: *Saeculum. Revista de História*. João Pessoa, jul./ dez. 2009, pp. 111-122. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11475/6587>>. Acesso em: 10 jun. 2012.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em História*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- REZENDE, Antônio Paulo. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: FUNDARPE, 1997.
- RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 (3 vol.).
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira. Da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. *Uma contribuição à história dos transportes no Brasil: a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor (1839-1894)*. 2006. 341 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro. Pobreza e prostituição na Belle Époque: 1890-1917. *Revista de História Regional*. 10 (2): 87-108, Inverno, 2005.
- SANTOS JUNIOR. Manaus da Belle Époque: um cotidiano em tensão. A utopia da Modernidade na Cidade Disciplina, 1890-1920. In: *Revista Eletrônica Cadernos de História*. Ano II, n. 01, mar. 2007. Disponível em: <[http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum14\\_dos06\\_pires.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum14_dos06_pires.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2012.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE. 1920-1970*. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- SANTOS, Chrislene Carvalho dos. *Sentimentos no sertão republicano – imprensa, conflitos e mortes: a experiência política de Deolindo Barreto (Sobral 1908-1924)*. 2005. 212 f. Tese

- (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.
- SANTOS, Renato Marinho Brandão. A gestão da cidade: o papel da Intendência Municipal na construção de uma Natal Moderna (1890-1930). In: *Revista especialidades [on line]*. Vol. 2, n. 1, 2009, pp. 1-21. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/espacialidades/v2n1/renato.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2012.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- SCHORKE, CARL E. *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. *Corrige os costumes rindo: humor, vergonha e decoro na sociabilidade mundana de Fortaleza (1850 – 1900)*. 2004. 212 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife.
- SILVA, Marcos A. da. *Caricata República. Zé povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- \_\_\_\_\_. O trabalho da linguagem. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 6, nº 11, p. 45-61, set. 1985/fev, 1986.
- SOARES, Maria Angélica Lau Pereira. *Visões da modernidade: a presença britânica no Gabinete de Leitura (1837-1838)*. 2006. 209 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. A primeira edição data de 1966.
- SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 46, 2003, pp. 61-92
- SOUSA, Simone (Coord.). *História do Ceará*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Fundação Demócrito Rocha/Stylus Comunicações, 1989.
- SOUSA, Simone, et al. (Org.). *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

- TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995.
- TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *As cidades enquanto palco da modernidade*. O Recife de Princípios do Século. Mestrado em História. Recife, Universidade Federal de Pernambuco – CFCH, 1994.
- VIEIRA, Daniel de Souza Leão. *Paisagens da cidade: os olhares sobre o Recife dos anos 1920*. 2003. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

## 2. Bibliografia sobre a cidade de Ipu

- BARROS, Antonio Iramar Miranda. *Ipu nos trilhos do meretrício: intelectualidade e controle numa sociedade em formação (1894-1930)*. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História e Culturas) – Centro de Humanidades. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.
- FARIAS FILHO, Antonio Vitorino. *O Discurso do progresso e o desejo por uma outra cidade: imposição e conflito em Ipu-CE (1894-1930)*. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História e Culturas) - Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.
- FERREIRA LIMA, Jorge Luiz. *Entre caminho e lugares do livro: gabinetes de leitura na região norte do Ceará (1877-1919)*. 2011. 210 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.
- \_\_\_\_\_. *Livros, homens, uma cidade: uma discussão sobre o Gabinete de Leitura Ipuense (1886-1919)*. 2007. 114 f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral.
- LIMA, Francisco Petrônio Peres. *“Iracema”*: Trilhas e Memórias de um mito. Da literatura ao Espaço Urbano de Ipu. 2005. 46 f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral.
- LIRA, Francisco de Assis. *Intendentes e Prefeitos*. Trabalho inédito.
- MARTINS, Francisco de Assis. *Meu pé de Serra, o Ipu: poesias, crônicas e outros*. Fortaleza: INESP, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Monografia de Ipu*. Produção independente. Ipu, 2001.

MARTINS, Francisco Magalhães. *Ídolos, Heróis e Amigos*. Ensaios Críticos. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1982.

\_\_\_\_\_. *O Coronel João Martins da Jaçanã*. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1997.

MELLO, Maria Valdemira Coêlho. *A Saga de uma Família*. Produção independente, 1997.

MELLO, Maria Valdemira Coelho. *Ipu em Três Épocas*. Fortaleza: Popular Editora, 1985.

SILVA, João Mozart da. *Ipu do Meu Xodó: memórias*. Fortaleza: Nacional, 2005.